

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – UNESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

Anna Carolina Monéia Farias

**CLAUSEWITZ E OS CONCEITOS DE TERRORISMO: CONTINUAÇÃO DA
GUERRA OU CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA?**

MARÍLIA

2019

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – UNESP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DESENVOLVIMENTO

Anna Carolina Monéia Farias

**CLAUSEWITZ E OS CONCEITOS DE TERRORISMO: CONTINUAÇÃO DA
GUERRA OU CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus Marília para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

MARÍLIA

2019

F224c Farias, Anna Carolina Monéia
Clausewitz e os conceitos de terrorismo :
continuação da guerra ou continuação da política? /
Anna Carolina Monéia Farias. -- Marília, 2019
196 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências,
Marília
Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos
Passos

1. Clausewitz. 2. Guerra e Política. 3. Terrorismo.

I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANNA CAROLINA MONÉIA FARIAS

**CLAUSEWITZ E OS CONCEITOS DE TERRORISMO: CONTINUAÇÃO DA
GUERRA OU CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus Marília para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília

Prof. Dr. Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus Marília

Dr. Carla Cristina Wrbieta Ferezin
Universidade Federal de São Carlos

Marília, 04 de outubro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos mais profundos se direcionam, primeiramente à minha família. Toda a minha gratidão às mulheres da minha vida, minha mãe e avó, que me mostram, diariamente, a importância da educação e que, incansavelmente, me apoiam e estão comigo em todos os caminhos que eu seguir.

Igualmente, agradeço ao Professor Rodrigo Passos, meu orientador, quem muito me inspira como ser humano e profissional desde a graduação. Certamente, sem seus ensinamentos, incentivos, apoio, paciência e dedicação, este trabalho não teria a consistência que hoje possuí. Para mim, é uma honra ser sua aluna e orientanda.

Também sou imensamente grata aos membros da minha banca por me mostrarem novas possibilidades. Ao Professor Paulo Cunha, por suas enormes contribuições e apoio dentro e fora de aula. À Professora Carla Ferezin, pelas descobertas e por compartilhar comigo dos dramas e felicidades de estudar o mesmo autor. Aos demais docentes que, certamente, contribuíram na minha formação e aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, meus agradecimentos.

Ao meu companheiro de todas escolhas, Jason Dürkop, agradeço por ter mergulhado, inúmeras vezes, comigo nos estudos e literaturas alemãs. Sem dúvida, esse trabalho não seria o mesmo sem o seu apoio e colaboração. À minha família alemã, Regina e Klaus, estendo os agradecimento pelo acolhimento e pela generosidade em sempre compartilhar comigo temas relevantes a esta pesquisa.

Agradeço às minhas amigas e amigos que fiz desde a graduação nesta instituição por me incentivarem em todos os momentos. Em especial aos meus amigos do mestrado, Felipe Garcia e Friedrich Maier, pela amizade e apoio incondicional.

Também não poderia deixar de agradecer à Clausewitz Gesellschaft pela receptividade e por plantar uma semente de curiosidade do que pode vir a ser um doutorado no futuro. Igualmente, sou enormemente grata ao Herr e Frau Zube e Herr Gädke pela experiência incrível em Burg, podendo conhecer um pouco mais de perto aquilo que só encontrava nos livros. *Desweiteren gilt mein besonderer Dank Herrn Zube, Herrn Gädke und der Clausewitz Gesellschaft.*

Não menos importante, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo auxílio financeiro a esta pesquisa sob o Processo nº 2017/14824-6.

Não há palavras suficientes que possam demonstrar minha gratidão.

.

*„Die Zeit ist Euer,
was sie sein wird,
wird sie durch Euch sein.“
Carl von Clausewitz*

RESUMO

Este trabalho busca analisar o terrorismo a partir das contribuições de um dos maiores estudiosos da guerra, Carl von Clausewitz. O aumento de conflitos entre atores não Estatais das últimas décadas fomentou a ideia do surgimento de “novas guerras”, indo além da guerra regular, entre Estados; com isso, o terrorismo passou a ser equalizado à guerra, principalmente, após os atentados de 11 de setembro. Discute-se, então, como o pensamento de Clausewitz pode contribuir nessa reflexão, de modo a compreender que guerra e terrorismo são ambos fenômenos políticos, mas que não podem ser equalizados, visto a incongruência entre as suas várias manifestações, sobretudo aquela inaugurada em 2001, bem como a sua própria conceituação e a teorização clausewitziana sobre a guerra. Para tal, o texto parte de uma abordagem histórica, recorrendo à discussão da teoria da guerra do autor, seguido de um estudo sobre o terrorismo desde a época do Terror Jacobino Francês até o momento pós-11 de setembro, para, enfim, avaliar o alcance do terrorismo como fenômeno de guerra e político. Sendo assim, diante da relevância do pensamento de Clausewitz e o fato de não haver uma produção literária densa dedicada especificamente a esse problema de pesquisa é que este trabalho apresenta sua relevância ao tema.

Palavras-chave: Clausewitz. Guerra e Política. Terrorismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze terrorism from the contributions of one of the greatest scholars of war, Carl von Clausewitz. The rise of conflicts between non-State actors in recent decades has fostered the idea of the emergence of "new wars", going beyond the regular war between states; as a result, terrorism became equalized to war, especially after the 9/11 attacks. It is then discussed how Clausewitz's thought can contribute to this reflection in order to understand that war and terrorism are both political phenomena, but cannot be equalized, because of the incongruity between their various manifestations, especially that one inaugurated in 2001, as well as its own conceptualization and the Clausewitzian theorization about war. To fulfill this idea the text proceeds from a historical approach, using the discussion of the author's war theory, followed by a study on terrorism since the time of the French Jacobean Terror until the post-September 11 moment, to finally evaluate the scope of terrorism as a phenomenon of war and politics. Therefore, taking count the relevance of Clausewitz's thought and the fact that there is no dense literary production dedicated specifically to this research problem, this work presents its relevance to the theme.

Keywords: Clausewitz. War and Politics. Terrorism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CLAUSEWITZ, A GUERRA E A POLÍTICA	16
2.1	Clausewitz e Da Guerra	16
2.1.1	O autor e a obra	17
2.1.2	A teoria e o método	28
2.2	A Guerra	45
2.2.1	A Guerra e as Relações Humanas	45
2.2.2	Meios e Fins	51
2.2.2.1	Dimensões táticas e estratégicas	51
2.2.2.2	A névoa da guerra e o planejamento	54
2.2.2.3	Defesa e Ataque	59
2.2.3	A Natureza da Guerra	63
2.2.4	A guerra e a política	71
2.2.5	A trindade	76
2.3	Clausewitz e as Novas Guerras	79
3	CLAUSEWITZ E O TERRORISMO	86
3.1	Um problema histórico	86
3.1.1	Século XVIII: O Terror Jacobino	88
3.1.2	Século XIX: O anarquismo	103
3.1.3	Século XX: Pluralidade de ações e denominações	113
3.1.4	Século XXI: O terrorismo islâmico	121
3.2	Um problema conceitual	131
4	CONTINUAÇÃO DA GUERRA OU CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA	140
4.1	Continuação da Guerra	140
4.1.1	O terrorismo como nova forma de guerra?	140
4.1.2	Guerra e Terrorismo	157
4.1.3	Terrorismo e Guerra Irregular	172
4.2	Continuação da Política	176
4.2.1	Um fenômeno político	176

4.2.2	Um conceito político	180
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
	REFERÊNCIAS	187
	ANEXO A – Lista da coleção de livros da biblioteca de Carl e Marie	

1 INTRODUÇÃO

O terrorismo, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, se tornou um dos temas mais relevantes na agenda de segurança internacional. Logo após este ocorrido, a resposta do então presidente, George W. Bush, foi declarar guerra ao inimigo, empreendendo o que ficou conhecido por “Guerra ao Terror”. Os discursos presidenciais e uma parcela da literatura passam, então, a reconhecer o terrorismo como pertencente à esfera da guerra, isto é, como uma forma de guerra não convencional, promovendo, assim, um maior debate quanto as possíveis relações entre guerra, política e terrorismo. Diante disso, essa pesquisa retoma um dos maiores teóricos da guerra, Carl von Clausewitz, para explorar quais contribuições os seus estudos podem trazer a essa discussão, de forma a compreender se é possível, através da teoria clausewitziana, equalizar o terrorismo à guerra e também balizar o alcance do terrorismo como política.

O choque dos aviões às Torres Gêmeas e o atentado ao Pentágono colocaram em xeque a indestrutibilidade que a maior potência mundial parecia ter, ainda mais tendo saído da Guerra Fria como um grande país hegemônico fortemente militarizado. A reação da população norte-americana ao acontecido culminou em um quase consenso nacional, apoiando o governo e o exército em ações de retaliação aos ataques. Isto levou a uma empreitada de grande violência por parte do país atacado e seus aliados ao inimigo “terrorista”. A interpretação do governo estadunidense em considerar os ataques terroristas como atos de guerra serviram como base de legitimação para intervenções políticas e militares no Oriente Médio, o que logo se desdobrou na guerra do Afeganistão (2001-2014).

A partir de então, o terrorismo passou a ser uma das pautas centrais para a Casa Branca, como também na de demais países e organizações internacionais. No mesmo sentido, a exploração do conceito de terrorismo, bem como o entendimento do terrorismo como um fenômeno de guerra encontrou endosso em alguns pesquisadores. Dessa forma, o terrorismo estaria incluído no que alguns autores denominaram por “novas guerras”¹, em que tal entendimento por “nova” se daria uma vez que estas fugiam da descrição típica de uma guerra regular, isto é: de guerras

¹ Referência à distinção entre “guerras antigas” e “novas guerras” feita por Mary Kaldor em “*New and Old Wars*” quanto aos novos conflitos travados não mais por exércitos simétricos entre Estados, mas por atores insurgentes e não estatais (KALDOR, 1999).

normalmente travadas entre Estados, ou algo próximo a isso, e que eram empreendidas por soldados em exércitos tradicionais. Agora, observava-se o aparecimento de conflitos em que seus atores, muitas vezes, não seriam entidades estatais.

Assim sendo, busca-se retomar um dos maiores teóricos do estudo da guerra para que se possa discutir essa questão. O general prussiano, Carl von Clausewitz, autor da obra "*Vom Kriege*", ou "Da Guerra" na versão traduzida, é um dos maiores teóricos da área. Sua reflexão buscava auxílio na filosofia para desenvolver um estudo que permitisse compreender a maioria das guerras - isto é, examinava aquilo que seria da "natureza da guerra" -, não se restringindo a acontecimentos datados. Desse modo, fugindo do aspecto da guerra a partir de modelos esquemáticos, a obra de Clausewitz têm possibilitado interpretações por muitos acadêmicos em diferentes épocas e perspectivas.

A partir dos anos 90 e principalmente dos atentados em 2001, são intensificados os questionamentos quanto a atualidade e validade do pensamento do general, visto que sua obra principal foi redigida há quase 200 anos. Alguns autores se sustentam nessa discussão, alegando que Clausewitz é ultrapassado e não consegue explicar, por exemplo, essas "novas formas de guerra", na qual o terrorismo estaria inserido. No entanto, vale ressaltar que uma cópia do "Da Guerra" foi encontrada em um dos esconderijos da Al Qaeda, contestando a declaração de sua inutilidade.

O ponto é que o terrorismo não é um fenômeno recente. O termo surgiu no período de Revolução Francesa e desde então tem sido empregado em diferentes circunstâncias e sofrido modificações em seu sentido, conforme os acontecimentos históricos, políticos, sociais e econômicos de determinado contexto. Até mesmo Clausewitz faz uma pequena menção ao termo em sua obra: "O exemplo da França, onde Carnot conduziu os assuntos de guerra de Paris em 1793, 1794 e 1795 é absolutamente repudiável, porque o **terrorismo** está disponível apenas para governos revolucionários." (grifo nosso); fazendo referência a um terrorismo que nada se parece com o dos dias de hoje.

Atualmente, tem-se, em linhas gerais, o terrorismo como o uso sistemático ou a ameaça da violência (predominantemente contra civis), a fim de criar uma situação de terror e alcançar algum objetivo político. Mas essa é uma explicação muito simples e não consensual. Apesar de várias tentativas, não existe ainda (e pouco provável

que exista) uma definição universal para o que seja terrorismo, diante da grande dificuldade em defini-lo, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto do jurídico, mas, principalmente, do político.

Todavia, apesar dessa dificuldade de definição, defende-se que guerra e terrorismo são fenômenos díspares, ainda que ambos sejam considerados como pertencentes à esfera da política. Entende-se, portanto, que os dois são instrumentalizações da violência, mas que não podem ser equalizados. Nesse sentido, a intenção desta pesquisa é recorrer ao pensamento teórico sobre a guerra a fim de discutir a correlação entre guerra, terrorismo e política, de forma a apontar aproximações e incongruências, e buscar situar guerra e terrorismo no aparato conceitual clausewitziano. Isso exprime também a discussão sobre a contemporaneidade do pensamento do autor, ou seja, a avaliação sobre a validade da teoria em um contexto mais recente a partir da nova conjuntura instalada com os atentados de 11 de setembro de 2001.

Deste modo, um dos objetivos é responder a seguinte pergunta: diante da teoria de Clausewitz, é plausível afirmar que as definições de terrorismo acima tratadas (inclusive a versão implícita de Clausewitz) representam uma continuação da guerra ou uma continuação da política? Do mesmo modo, outro objetivo é testar a seguinte hipótese: guerra e terrorismo são fenômenos políticos distintos de forma que a historicidade da guerra preconizada por Clausewitz também não permite que eles sejam, no momento atual pós 11 de setembro de 2001, equalizados. Por conseguinte, o terrorismo é uma continuação da política por meios violentos, mas não de forma que permita caracterizá-lo como guerra.

Sustentam a presente hipótese:

a) A definição implícita de Clausewitz enunciada anteriormente em contexto que não o associa à guerra.

b) A incongruência da definição de guerra de Clausewitz com o terrorismo. A guerra é um conflito entre Estados ou algo próximo disto, com um inimigo identificável e a consecução de um fim, geralmente plausível no médio ou curto prazo. Uma luta que pressupõe a reação dos lados em conflito nas diferentes erupções de violência, normalmente empreendidas por soldados regulares com adestramento específico. Nenhuma destas características da guerra enunciadas por Clausewitz se aplica ou se flexibiliza historicamente de modo a representar o terrorismo.

Talvez seja mais evidente a utilização do pensamento de um autor do gênero militar para compreender as possíveis congruências, ou não, entre o terrorismo e a guerra, mas e a política? Clausewitz é um teórico da guerra que se difere de outros estudiosos do seu tempo justamente por fazer um estudo mais apurado do nexo entre a guerra e a política. Frequentemente, o autor é lembrado pela sua máxima, “*a guerra é a continuação da política por outros meios*”. A questão aqui posta é justamente compreender de que forma a reflexão sobre a guerra, ou melhor, à guerra, violência e política na visão de Clausewitz podem contribuir para o tema desta pesquisa.

Desse modo, considerando que o pensamento do general é peça-central neste estudo, o primeiro capítulo dessa dissertação centra-se em uma análise mais aprofundada sobre suas reflexões e, sobretudo, a sua obra principal “Da Guerra”. Todavia, é importante fazer algumas considerações sobre as edições utilizadas. Visto que a obra de Clausewitz tem sido, ao longo da história, traduzida com diferentes vieses e interpretações – que algumas vezes resultaram em uma enorme deturpação do pensamento do autor –, a tradução de “*Vom Kriege*” para o inglês – “*On War*” (1984) – utilizada é a edição de Michael Howard e Peter Paret. Do mesmo modo, utiliza-se a versão brasileira de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle (CLAUSEWITZ, 2007), a qual consiste na tradução para o português da edição de “*On War*” de Paret e Howard. No entanto, como toda tradução não deixa de ser uma leitura com os olhos do presente e nunca pode ser tomada como exata – com o agravante das particularidades dos dialetos germânicos de origem da escrita clausewitziana – faz-se necessário o confronto, em alguns casos, de trechos com o original para elucidar e contextualizar melhor o tema em pauta na elaboração original do general prussiano (CLAUSEWITZ, 2010). Ainda neste primeiro capítulo é realizada uma discussão metodológica importante, uma vez que dela depreende-se que o período mais tardio da elaboração de “*Vom Kriege*” contemplou uma maturidade no tocante ao nexo dialético - e metodológico - entre guerra e política. A maturação final da elaboração clausewitziana – que inclui a redação do livro VIII (no qual o vocábulo “*Terrorismus*” é mencionado) e do capítulo I do Livro I - possui algumas sutilezas em termos epistemológicos que não podem ser captadas pelas traduções contemporâneas, enviesadas em vários aspectos, a despeito de suas virtudes. Em outras palavras, a discussão metodológica faz-se fundamental para que se possa entender que a reflexão sobre a guerra e a política estavam em franco desenvolvimento no momento de sua morte, ponto crucial para este estudo.

O segundo capítulo, “Clausewitz e o Terrorismo”, passa necessariamente por um estudo acerca das transformações históricas do terrorismo, desde o período da Revolução Francesa, em que coincide com a época do termo empregado por Clausewitz, até as transformações que levaram às interpretações do terrorismo no século XXI. Essa retomada aos acontecimentos tem um caráter essencial para o entendimento do terrorismo como um problema histórico e múltiplo. Do mesmo modo, discute-se as variações de conceitos que acompanham, além das diferentes manifestações ao longo do tempo, os interesses políticos dos seus definidores. Por fim, o capítulo III, “Continuação da guerra ou continuação da política?”, busca compreender os argumentos que defendem tratar o terrorismo quanto um fenômeno de guerra e, do mesmo modo, o debate que contempla os argumentos favoráveis ou não à homogeneização de terrorismo e de guerra no sentido clausewitziano, assim como a avaliar o alcance do terrorismo como um fenômeno político.

O ponto teórico-metodológico nevrálgico da análise da literatura desta pesquisa é a atenção, acima de tudo, à perspectiva histórica que o próprio legado clausewitziano proporcionou no tocante à análise do fenômeno bélico, entendendo que, a despeito do caráter datado de alguns aspectos de sua obra, o autor apontou a possibilidade de atualizar a discussão sobre a guerra no tocante às suas particularidades e distintas manifestações históricas sem esquematismos. Diante da relevância do pensamento de Clausewitz nos estudos de guerra e política e da dificuldade – frente as diferentes interpretações – da compreensão do terrorismo, é que se pretende fazer um exame das contribuições do general prussiano, atentando à abordagem histórica, em um contexto mais recente a partir da nova conjuntura instalada com os atentados de 11 de setembro de 2001.

2 CLAUSEWITZ, A GUERRA E A POLÍTICA

Este primeiro capítulo tem como propósito trazer a base teórica do pensamento de um dos maiores estudiosos da guerra, Carl von Clausewitz, sendo essencial para situar o terrorismo dentro da sua teoria. Primeiramente, é realizada uma apresentação de Clausewitz e do “Da Guerra”, propriamente dita, explorando fatos da vida do autor que são fundamentais para a compreensão do seu pensamento, bem como discutindo aspectos importantes sobre a obra. Em um segundo momento, tem-se a exposição dos principais conceitos do autor, assim como também é demonstrado - através da ordem utilizada para exposição - a própria linha de raciocínio do general, que culminou em um entendimento complexo sobre a guerra. Por fim, apresenta-se uma tentativa de alguns autores em considerar a obra de Clausewitz obsoleta, considerando a intensificação de “novas formas de guerra” que, dentre elas, estaria o terrorismo - o qual é o principal objeto do próximo capítulo.

2.1 Clausewitz e Da Guerra

A intenção de iniciar esta pesquisa com uma pequena apresentação do autor e da obra não tem um sentido somente de contextualizar Clausewitz e o “Da Guerra” ao leitor. A questão é não ignorar os aspectos históricos da guerra e da vida do autor, uma vez que a própria teoria clausewitziana entende que os processos históricos são fundamentais para a teoria. Em outras palavras, o pensamento de Clausewitz difere de alguns teóricos militares, inclusive de sua época, por entender a guerra em um sentido complexo que não consegue ser avaliada em princípios fixos e imutáveis. Entender, ainda que brevemente, o contexto da vida do autor e da época em questão auxilia no entendimento da formulação do “Da Guerra”, uma vez que a própria estrutura do pensamento do autor baseia-se na análise crítica de suas experiências e fatos históricos. Isso permite também identificar as limitações de seu tempo – uma vez que a proposta dessa pesquisa é considerar uma teoria escrita há 200 anos nas discussões recentes sobre o terrorismo. Desse modo, mais do que buscar fazer uma aplicação mecânica dos conceitos, é importante entender o conjunto da teoria. Não é a proposta desse trabalho fazer uma espécie de biografia ou uma discussão muito densa sobre os métodos empregados, a questão é dar luz a aspectos que serão fundamentais para o cerne desta pesquisa: a discussão sobre terrorismo, guerra e

política a partir do aparato conceitual clausewitziano. É, portanto, tendo isso considerado, que se pretende apresentar o pano de fundo da criação de “Da Guerra” e, também, a construção da sua teoria - entendendo que o estudo da guerra na perspectiva do autor não corresponde ao apego a aspectos datados, mas sim na compreensão das transformações do mundo.

2.1.1 O autor e a obra

Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz nasceu no dia 1 de julho de 1780 em Burg - uma pequena cidade na região de Magdeburg na antiga Prússia. Apesar do nome de origem polonesa, Clausewitz vinha de uma família prussiana da Alta Silésia. Ainda muito jovem, aos 12 anos de idade², entrou para o exército prussiano como cadete e, aos 13 anos, em 1793, vivenciou o seu primeiro combate, em trincheiras sitiando Mainz. Este era o início da sua experiência, muito densa e difusa, na guerra (CORMIER, 2016, p.6; STRACHAN, 2008, p. 33, 36-41).

Quando Clausewitz entrou para o exército, já fazia três anos desde que a Revolução Francesa havia eclodido e mudado os rumos da história. O que ele encarou em Mainz sinalizava como a guerra ali representava não apenas o duelo entre dois inimigos, mas também um choque entre doutrinas militares distintas. Isso porque a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas constituíram uma novidade histórica em diversos aspectos sociais, econômicos e políticos. No Antigo Regime, a nobreza e o clero formavam os Estados mais altos e privilegiados, mas correspondiam apenas a uma pequena parcela da sociedade francesa; por outro lado, a grande maioria da população era formada por aqueles que não pertenciam ao clero e nem à nobreza e compunham o terceiro Estado. Sendo burgueses muito ricos ou camponeses muito pobres, todos esses formavam a ordem mais baixa na hierarquia social e a quem pesava as atribuições do Estado. Diante das insatisfações com a política e a estrutura do Estado vigente, o povo se uniu para derrubar o governo³, emergindo de uma condição passiva para a de agentes políticos (BIANCHI, 2014).

² Ainda que para os padrões atuais seja esta uma idade bastante prematura para ingressar na carreira militar, é importante destacar que tal fato não era incomum nem na Prússia e nem em outras nações. Alguns iniciavam carreira ainda menores, aos nove anos de idade (STOKER, 2014).

³ É importante, ainda que não caiba fazer uma discussão prolongada sobre isso, destacar que a designação por povo nesse aspecto se refere a todos aqueles que não pertenciam ao clero e à nobreza, mas que carrega grandes diferenças entre si. A revolta contra a monarquia se deu, sobretudo, pela

Este foi, decisivamente, um período de grandes rupturas e transformações. Vale lembrar como alguns dos fatos expressivos do período: a dissolução do Antigo Regime, das relações feudais e do absolutismo; o fim do poder dos nobres; o processo de formação do Estado Moderno; a reforma agrária; a secularização das propriedades da Igreja; o capitalismo da recente “Primeira Revolução Industrial” e a enfim participação do povo na política (BIANCHI, 2014, p. 9).

Esse último aspecto merece uma atenção particular. Toda a situação de crise econômica e social que levou ao fim do Antigo Regime durante a Revolução Francesa evidencia, entre outras coisas, a expressão política do povo, em quem desperta um sentimento revolucionário⁴ diante das insatisfações de uma ordem política baseada no poder da nobreza e do clero, os quais, juntos, representavam somente uma pequena parcela da sociedade. Logo, os lemas da revolução – “liberdade, igualdade e fraternidade” – contribuíram para uma grande adesão popular ao movimento e fizeram com que as pessoas passassem a considerar a si próprias como cidadãos, livres e com direitos iguais. Formava-se, então, uma ideia de Nação Francesa.

A partir disso, o envolvimento do povo na política ecoou diretamente na disposição dos mesmos em luta, bem como na expansão do exército francês. No seu auge - já nas guerras napoleônicas, em 1812, durante a invasão da Rússia-, *la Grande Armée* de Napoleão tinha um efetivo de mais de 600.000 homens⁵ (BIANCHI, 2014, p. 13; CLAUSEWITZ, 1843, p. 12-13). Mas, ainda anteriormente, durante o período do *lévee en masse*, com a obrigatoriedade do serviço militar no período do Terror, o exército francês chegou a números nunca antes vistos. Sobre isso, Clausewitz escreveu anos depois:

Subitamente a guerra tornou-se uma atividade do povo - um povo de trinta milhões, todos considerando-se cidadãos. Não precisamos estudar em detalhes as circunstâncias que acompanharam esta tremenda evolução. Só precisamos observar os efeitos que são pertinentes à nossa análise. O povo passou a tomar parte nas guerras. Em vez dos governos e dos exércitos, como até então, todo o peso da nação foi jogado na balança. Os recursos e os esforços agora disponíveis para serem utilizados ultrapassaram todos os limites convencionais. Nada obstruía agora o vigor com que a guerra podia ser travada e, conseqüentemente, os oponentes da França enfrentavam o maior perigo. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 701).

burguesia, mas com apoio popular, de modo que mesmo sendo o Terceiro Estado o propulsor da revolução, ele não é, de forma alguma, homogêneo.

⁴ É importante destacar que esse não foi um acontecimento homogêneo e integral. Esse assunto será melhor discutido posteriormente no segundo capítulo.

⁵ Clausewitz realizou dois estudos sobre as campanhas de sua época: “A Campanha de 1815 na França” e “A Campanha de 1812 na Rússia” (CLAUSEWITZ, 1843).

Assim sendo, as batalhas da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas foram travadas com grande intensidade por um povo que se identificava com os seus propósitos e que, por isso, estaria disposto a qualquer infortúnio. Foi, portanto, a participação na vida política que levou o povo à guerra, lutando com grande vigor, sem observar rituais cavalheirescos, apenas com o objetivo de destruir totalmente o inimigo. Como Clausewitz (2007, p. 248) descreve, quando a Revolução Francesa foi realmente deflagrada, a Áustria e a Prússia tentaram “com o tipo de guerra diplomática” combater as forças francesas, mas que, como também observava, “pobre do governo que, confiando em políticas indiferentes e numa política militar restrita, enfrentar um inimigo que, como os elementos indomáveis, não conhece qualquer outra lei a não ser a sua própria”. Nas guerras napoleônicas, os exércitos eram três vezes maiores, com grande mobilização de recursos, embalados, acima de tudo, por um forte nacionalismo e com o objetivo de destruir o inimigo (BIANCHI, 2014, p. 13; STRACHAN, 2008, p. 76; STOKER, 2014, p. 20).

Por sua vez, os exércitos das monarquias absolutistas do século XVIII – dentre eles o da Prússia - tinham menos soldados, eram comandados por aristocratas, e ainda, muitas vezes, formados com soldados mercenários. O exército na França antes da revolução contava com 110 mil homens na infantaria e 32 mil na cavalaria, isso contando com as forças estrangeiras. Os cargos mais altos eram destinados aos nobres, enquanto os plebeus ocupavam posições mais baixas e uma perspectiva limitada de ascensão. Além disso, ainda eram utilizados castigos físicos como pena. Por outro lado, o exército de Napoleão era majoritariamente constituído por cidadãos franceses, nacionalistas, sendo, inclusive, alguns dos seus generais de origem plebeia. A realidade dos dois lados da balança era completamente diferente. Era preciso, portanto, considerar todo o contexto político e social que levou a mobilização do povo francês à guerra e compreender que o exército agora era uma nação defendendo seus ideais (CORMIER, 2016, p.6; HOWARD, 1983, p. 6-7; VOVELLE, 2012, p. 153).

Na sua primeira experiência em campo em janeiro de 1793, Clausewitz pode constatar pessoalmente a disposição da força francesa. Passados uns anos, após a Prússia ter se retirado das guerras revolucionárias em 1795 com os tratados de Basileia, dedicou um período da sua vida à sua educação, servindo-se da biblioteca do Príncipe Heinrich para o estudo não só de temas militares, mas também de artes,

ciências e filosofia, o que, mais tarde, teria um impacto muito importante no desenvolvimento de seu trabalho (HOWARD, 1983).

As guerras desse período evidenciaram a imprescindibilidade de reformas no exército, uma vez que estas não poderiam ser comparadas com as guerras tradicionais. Isso culminou na criação da Escola Geral de Guerra de Berlim, a *Berliner Allgemeine Kriegsschule*, por Gerhard von Scharnhorst⁶. Em 1801, Clausewitz é, então, admitido na recém-inaugurada escola, onde conheceu Scharnhorst, de quem viria a ser um dos seus grandes mentores e amigo. Devido ao seu bom desempenho durante sua formação, foi-lhe dado o cargo de tutor militar do Príncipe August von Preußen; cuja função permitiu a ele frequentar círculos da alta sociedade prussiana, onde conheceu quem seria futuramente sua esposa, Marie von Brühl⁷ (STOKER, 2014).

Em 1806, Clausewitz participou como *aide-de-camp* do Príncipe August e foi feito prisioneiro, assim como o Príncipe e outros 25 mil soldados, na batalha de Jena-Auerstedt contra os franceses. Nesse episódio, o exército prussiano foi retalhado, fomentando em Clausewitz uma profunda aversão aos franceses. Via em Napoleão um “Deus” e “monstro” da guerra - da mesma forma que o refutava, acreditava na necessidade de um grande homem como ele para o exército prussiano (BIANCHI, 2014; HOWARD, 1983; LUTZ; RINK; VON SALISCH, 2010).

Um ano depois, Clausewitz retornou à Prússia e, no ano seguinte, se uniu ao movimento reformista, em que Scharnhorst era um dos membros, para auxiliar na reestruturação da sociedade prussiana e do exército. Scharnhorst observava que as transformações na sociedade francesa refletiram diretamente na esfera militar⁸ e, dessa forma, o combate a essas forças requeriam mais do que o estudo de suas técnicas militares. Se os exércitos não estivessem preparados para esse “novo tipo de guerra”, seriam completamente destruídos, tal como aconteceu com os austríacos em Austerlitz e os prussianos em Jena. Ainda segundo Scharnhorst, as derrotas contra os franceses se davam justamente pela ordem primitiva e pela letargia do

⁶ O general Gerhard von Scharnhorst foi uma grande influência para Clausewitz. Como destaca Strachan (2008) na biografia sobre o autor, a relação entre ele e Scharnhorst foi “ao mesmo tempo paternal e pedagógica”. Von Scharnhorst - assim como o marechal von Gneisenau, von Boyen e von Grolman - fez parte, ou melhor, foi o organizador de um grupo de reformadores militares que buscavam remodelar o Exército tradicional prussiano frente ao enorme, inflamado e patriótico exército popular francês (HOWARD, 1983, p. 7-8; SOUCHON, 2007, p. 30).

⁷ Ver BELLINGER (2016).

⁸ Uma das lições mais importantes que Clausewitz aprendeu com Scharnhorst foi justamente a percepção de que a força do exército francês estava diretamente relacionada com a transformação da sociedade (HOWARD, 1983, p. 7).

governo e do povo no conflito. Ele e outros militares reformistas, incluindo Clausewitz, entendiam a necessidade de uma reforma no Exército prussiano, preso a práticas bélicas antigas e incapazes de lidar com o vigor francês. Sendo assim, por quatro anos, os reformadores dedicaram-se a entender e reformular as estruturas militares do modelo tradicional de exército criado por Friedrich II, o Grande (HOWARD, 1983, p. 17-19; STOKER, 2014).

A reforma previa, então, a criação de um exército de reserva, *Krumpersystem*, bem como mudanças no treinamento dos soldados (a partir, por exemplo, da introdução de ensinamentos como educação cívica), além de alterações na promoção de oficiais (isto é, dando reconhecimento ao desempenho e talento, ao invés da origem) e também, nas penas militares (como no banimento da punição de soldados pela violência física). Mas, além das reformas no exército, uma série de outras reformas foram propostas, que envolviam questões de liberdade e igualdade. Clausewitz observou que, durante a monarquia Hohenzollern, o povo não se identificava em nada com as forças do exército em luta. Como observa Bianchi (2014, p. 13-14), “na Prússia, o povo ainda ‘não era nada’, era um povo sem direitos e sem influência sobre os rumos das batalhas e dos conflitos”. Se por um lado, existiam soldados populares com grande sentimento patriótico e com grande força moral, no outro, existia na Prússia um exército de “convocados para a guerra [que] tinham sua participação na vida política nacional limitada. O povo era formado por soldados, mas não por cidadãos portadores de direitos e liberdade”. A ideia seria, portanto, compor uma série de reformas na administração do Estado, no exército e no sistema educacional prussiano, de forma a abranger todos os aspectos da sociedade (LUTZ; RINK; VON SALISCH, 2010; SOUCHON, 2007, p. 21-23).

Contudo, as reformas sofriam forte crítica da elite conservadora e, por isso, nem todas as ideias dos reformadores conseguiram ser implementadas. Em 1810, Clausewitz tornou-se professor da *Allgemeine Kriegsschule* e tutor do Príncipe herdeiro, o futuro Friedrich Wilhelm IV, a quem dedicou o tratado militar conhecido como “Princípios da Guerra”⁹. Em 1812, o Rei firmou uma aliança com os franceses, concedeu a ocupação da Prússia a eles e, ainda, forneceu 20 mil homens. Diante disso, Clausewitz deixou o exército prussiano para vestir o verde russo. Lutou toda a

⁹ O título completo no original é “*Die wichtigsten Grundsätze des Kriegsführens zur Ergänzung meines Unterrichts bei Sr. Königlichen Hoheit dem Kronprinzen*”, traduzido: Os princípios mais importantes da condução da guerra para complementar meu ensino a Sua Alteza Real, o Príncipe Herdeiro.

Campanha da Rússia e nas Guerras de Libertação (1813-1814) e retornou, em 1813, à sua terra natal, após o Rei desfazer o acordo com Napoleão. No ano seguinte, reintegrou-se ao exército prussiano, servindo como assessor do general August von Gneisenau. Em 1815, tornou-se chefe do Estado-Maior do III Corpo de Exército da Prússia e liderou tropas prussianas em meio ao mal tempo para deter as forças do General Grouchy de se unir às tropas de Napoleão. Com sucesso, contribuiu, assim, para a derrota do mesmo em Waterloo (BASSFORD; MORAN; PEDLOW, 2010; HOWARD, 1983, p. 10).

Em 1818, Clausewitz é promovido a major-general pelo rei e encarregado de ser chefe administrativo da *Allgemeine Kriegsschule* em Berlim. Nesse período, passou muito tempo dedicando-se aos estudos que depois seriam sua obra principal, o “Da Guerra”. Em 1830, Clausewitz foi designado para o comando de uma força de artilharia em Breslau, frente a uma possível nova guerra que não se concretizou. Nesse período, uma epidemia de cólera aterrorizou o leste europeu, de modo que o general tinha sido encarregado de organizar um “cordão sanitário” para conter o avanço da doença à Prússia. Contudo, Clausewitz contagia-se e rapidamente falece aos 51 anos de idade em Breslau. A publicação de sua principal obra, o “Da Guerra”, somente é feita após a sua morte, em 1832, pela edição e compilação de Marie von Clausewitz, sua esposa, com a ajuda de seus irmãos (BASSFORD, 1994; HOWARD, 1983, p. 11).

Esta pequena biografia¹⁰ evidencia que a experiência do general – e sua obra - está diretamente relacionada ao específico contexto de sua época, a qual representou uma grande transformação da sociedade e da política da Europa. Deste modo, essas condições nesse período foram fundamentais para o desenvolvimento de “Da Guerra”. O exército que Clausewitz ainda menino ingressara não estava preparado para lidar com os novos acontecimentos, do mesmo modo que “a guerra como ele a experimentara tinha pouca relação com a guerra tal como a encontrou exposta pelos teóricos em voga na época” (STRACHAN, 2008, p. 44). A literatura militar europeia - na qual ressaltam-se as obras de Adam Heinrich Dietrich von Bülow, oficial do exército prussiano, e o general Antoine-Henri Jomini – foi altamente criticada

¹⁰ Para resumos biográficos de Carl von Clausewitz, ver STRACHAN (2008), HOWARD (1983) e STOKER (2014).

por Clausewitz em seu primeiro trabalho publicado (um ensaio escrito em 1817)¹¹ por desenvolver “sistemas fantásticos e parciais”, isto é, por utilizar – o que o autor consideraria – como um método de análise equivocado e por chegar em conclusões não realistas (PARET, 2007, p. 9; STRACHAN, 2008, p. 14).

Portanto, entre 1792 a 1815, Clausewitz esteve imerso dentro desse momento de grandes mudanças. O que o general observava era um choque de uma massa enorme e violenta, com grande entusiasmo político, por um lado, e um exército limitado aos moldes dos governos absolutistas e um povo passivo - sem direitos e sem empatia à participação da Prússia na guerra - por outro. Acentua-se, então, que as transformações da vida política francesa refletiriam diretamente na esfera militar. Do mesmo modo, apresenta-se que, segundo Clausewitz, a literatura militar não abraçava os novos acontecimentos. Assim sendo, a compreensão do que o general vem a discutir no “Da Guerra” exige essa percepção mínima do cenário político e militar em que o autor se encontrava, isto porque, a experiência compartilhada em sua obra, e que serve de base para a sua análise, é um reflexo desse período.

Apresentados brevemente, então, os cenários político e militar que foram fundamentais no desenvolvimento das ideias de Clausewitz, um outro ponto importante de ser considerado diz respeito ao universo intelectual do momento. Como foi mencionado, Clausewitz passou alguns anos se dedicando ao estudo de teorias militares e também de outras áreas do conhecimento como artes e filosofia. E, do mesmo modo que o período representou grandes mudanças na sociedade, na política e no meio militar, uma série de inovações ocorreram também nas artes, ciências e filosofia. É importante lembrar que o movimento iluminista, com forte apelo ao uso da razão, foi um dos principais alicerces para a Revolução Francesa, destacando intelectuais como Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778), Diderot (1713-1784) e D'Alembert (1717-1783) na França. Mas também era um período de outras correntes pela Europa que tiveram igual importância para a literatura e para as artes da época. É o período de Immanuel Kant (1724-1804), Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), Johann Gottlieb Fichte (1762-1814), Ludwig van Beethoven (1770-1827), George Wilhelm F. Hegel (1770-1831) e tantos outros.

¹¹ Em 1805, Clausewitz havia escrito uma crítica a Bülow na revista militar *Neue Bellona*, intitulada de “*Bemerkungen über die reine und angewandte Strategie des Herrn von Bülow oder Kritik der darin enthaltenen Ansichten*”. No entanto, este artigo foi publicado anonimamente.

Clausewitz sofreu influência de vários pensadores políticos do seu tempo e, como expõe Cormier (2016, p. 11), entender os fundamentos metodológicos e filosóficos do “Da Guerra” pressupõe investigar as formas como autor foi influenciado, de forma a buscar semelhanças – às vezes, não tão evidentes – que auxiliem na interpretação do pensamento do autor. Segundo Strachan (2008, p. 91), durante os anos em que esteve em Berlim (1801-1806; 1808-1811; 1819-1830), Clausewitz frequentou diversos círculos intelectuais onde se debatiam o afastamento do pensamento iluminista alemão, *Aufklärung*, em direção ao Romantismo, que viria a considerar também aspectos não racionais e emocionais. Todavia, como aponta Cormier (2016, p. 7, 77), existia na época uma série de correntes (*Sturm und Drang*, Kantianismo, Idealismo, Historicismo, Romantismo e Nacionalismo) e diferentes estudos e áreas de conhecimento que influenciaram Clausewitz: desde as contribuições de Scharnhorst e outros militares reformistas, estudos políticos e filosóficos de Maquiavel, Montesquieu, Kant, Fichte (ainda que não haja citações diretas desses autores, salvo Montesquieu), até mesmo do campo da física e termodinâmica. Nos estudos de guerra, Clausewitz não citou nenhum escritor militar de sua época com quem concordasse, mas foi um forte crítico de autores como Raimondo Montecuccoli, Maurice de Saxe, Henry Lloyd, Jacques Antoine Hippolyte Guibert, Adam Dietrich Heinrich von Bülow, Antoine-Henri Jomini (CORMIER, 2016, p. 7; STRACHAN, 2008, p. 85).

Sendo assim, pensar o “Da Guerra” é considerar obrigatoriamente as experiências do autor, o contexto em que este estava envolvido e também as influências sobre o seu pensamento. Além disso, é atentar, antes de mais nada, que a obra foi desenvolvida por um longo período, de forma que suas ideias também foram evoluindo com o tempo. Ao passar dos anos, Clausewitz tinha reunido “centenas de páginas das suas próprias anotações sobre todos os aspectos da guerra” (COMIER, 2016, p.11; HOWARD, 1983, p. 19).

Em uma nota de 1827 e outra não datada (mas, supostamente escrita em 1830), Clausewitz se mostrou insatisfeito com a sua obra e considerou seu trabalho como inacabado (CORMIER, 2016, p. 4). Na primeira nota, o general ressaltava a necessidade de revisar os seis primeiros livros, que segundo o mesmo representavam “apenas como uma massa bastante informal, que deve absolutamente ser mais uma

vez retrabalhados”¹² (CLAUSEWITZ, 2010, p. X), de modo que “todas as ideias tornar-se-ão portanto mais compreensíveis, sua tendência geral será mais claramente indicada e a sua aplicação será mostrada em maiores detalhes” (CLAUSEWITZ, 2007, p.70). Na segunda nota, Clausewitz (2007, p. 72) relatou: “Só considero como terminado o primeiro capítulo do Livro Um. Ele pelo menos servirá ao conjunto, indicando o sentido que eu pretendia seguir em todo o livro”. Com a sua morte repentina, aos 51 anos, Clausewitz não pode finalizar a sua obra, no entanto, como comenta Aron (1986): “O capítulo I do livro I ganha do resto do livro pelo rigor da análise, pela perfeição da forma. Ele nos permite imaginar o que teria sido a obra se o escritor tivesse continuado seu trabalho alguns anos mais”. Os Livros I, II VIII são considerados os mais “finalizados” (BASSFORD, 1994).

Somando, portanto, o fato de que a obra é produto de muitos anos de dedicação e que Clausewitz não teve tempo suficiente para revisá-la por completo, é de suma importância saber distinguir quando as diferentes partes foram escritas (CORMIER, 2016, p. 11). Isto porque existem alguns aspectos apresentados no “Da Guerra” que não são perfeitamente coerentes – inclusive, há palavras que mudam de significado dependendo do contexto em que foi escrito. É tendo isso considerado que o próximo tópico recai justamente sobre a discussão acerca do desenvolvimento do pensamento do general e dos métodos que Clausewitz utilizou para construir sua teoria.

Contudo, se as próprias adversidades impediram que Clausewitz dedicasse mais à sua obra e, por isso, dificultasse a real interpretação para muitos leitores, outro ponto a se destacar é a própria dificuldade do idioma do texto e suas traduções e edições posteriores¹³. Logo após a publicação de “Da Guerra”, Clausewitz foi muito pouco lido fora da Prússia, pois um dos principais empecilhos era o fato da obra ter sido escrita em alemão. Isso só mudou a partir da vitória da Prússia sobre a Áustria, em 1866, e sobre a França, em 1870-71, e com o renome que o exército alemão passou a ter, uma vez que “Clausewitz foi considerado seu pai intelectual” (STRACHAN, 2008, p. 15-16). Em 1873, “*Vom Kriege*” é traduzido para o inglês pelo coronel James J. Graham; esta tradução, reeditada em 1908 pelo coronel F. N.

¹² No original: “...nur an seine noch ziemlich unförmliche Masse, die durchaus noch einmal umgearbeitet werden soll” (CLAUSEWITZ, 2010, p. X).

¹³ Cabe mencionar que grande parte dos manuscritos de Clausewitz desapareceram durante a Segunda Guerra Mundial (HONIG, 2007).

Maude, recebeu críticas de Peter Paret em “*Bibliographical Survey*” (1965) por conter “muitas imprecisões de tradução”. Como sugere Bassford (1994): “Se o trabalho de Graham foi um sucesso como tradução merece mais debate. Peter Paret criticou frequentemente o trabalho de Graham e suas opiniões desdenhosas parecem ter sido amplamente aceitas”¹⁴. A tradução para o inglês que recebeu maior prestígio é, portanto, a versão de Michael Howard e Peter Paret. Segundo Strachan (2008, p. 8, 30), essa edição é muito mais bem-sucedida, inclusive, do que a versão original em alemão, uma vez que “deu ao texto uma unidade interna que muitos leitores lhe haviam negado”. Mas, como o próprio autor reconheceu, “o ato de traduzir requer interpretações” e vale lembrar que o momento desta tradução era o ápice da Guerra Fria, de modo que foi enfatizado a relação entre guerra e política, “com implicação de que por vezes a política pode ser equiparada às políticas das democracias neoliberais”. Todavia, ainda que as críticas a Graham versem sobre erros de tradução, é importante lembrar que a versão de Paret e Howard também não ficaram imunes e tem sido, inclusive, debatido os seus limites¹⁵.

Uma vez que o “Da Guerra” é uma obra inacabada, desprendida de uma análise esquemática e de receitas para teorizar a guerra - de modo que ainda aponta a possibilidade de atualizações-, e somada às dificuldades com o idioma, a obra possibilitou uma enorme variedade de interpretações ao longo dos anos. A abordagem de Clausewitz permitiu que seu trabalho continuasse a trazer contribuições muito relevantes até o presente. Como aponta Strachan (2008, p.32) “cada geração leu Clausewitz de uma maneira diferente”. Se por um lado isso é extremamente positivo, pois ajuda a compreender a guerra nas suas mais variadas manifestações em diferentes tempos e contextos – quando respeitado seus limites-, por outro, permitiu que autores vulgarizassem seu pensamento: ora tomando frases soltas ou distorcidas, invalidando conceitos, traduzindo de forma errada, observando apenas obras secundárias, ou ainda tentando comparar à atualidade sem levar em consideração

¹⁴ No original: “*Whether Graham's work was a success as a translation is worthy of more debate. Peter Paret has frequently criticized Graham's work, and his dismissive views appear to have been widely accepted*” (BASSFORD, 1994).

¹⁵ Honig (2007) em “*Clausewitz's On War: Problems of Text and Translation*” defende que a tradução de Howard e Paret para o inglês é de excelente qualidade, inclusive para dirimir ambiguidades que são transmitidas até para os alemães nativos. Todavia, o autor reconhece que, em alguns casos, essa tradução não guarda os mesmos rigores de Clausewitz. Outros estudiosos de Clausewitz também debatem falhas da tradução de Howard e Paret - como Strachan (2008, p. 103-105) e Cormier (2014; 2016), o qual apresenta que termos filosóficos de Clausewitz foram deturpados ou completamente omitidos na sua edição.

que se trata de uma obra escrita há 200 anos. Uma das interpretações mal compreendidas do pensamento de Clausewitz se deu após a Primeira Guerra Mundial. O militar britânico Basil Liddell Hart culpou Clausewitz em “*Strategy*” (1997) pelo massacre ocorrido entre 1914 e 1918, nomeando-o de “o Mádi da multidão”¹⁶. Liddell Hart se apegou à interpretação de que a guerra deveria ser travada sem impor limites ao uso da força, negando “a estratégia inteligente que procura servir aos fins da política” (STRACHAN, 2008, p. 22). Através de Liddel Hart, a ideia de Clausewitz ser um “apologeta ao derramamento de sangue puro e simples” e um “apóstolo da guerra total” se tornou dominante no senso comum. Todavia, essa não seria a única rejeição ao pensamento de Clausewitz. Por diversas vezes sua obra foi considerada ultrapassada - e, dentre essas, uma das mais recentes, é diante deste fenômeno que se tornou pauta mais frequente nas últimas décadas e que é central nesse trabalho: o terrorismo.

Em vista do que foi posto, observa-se, então, a necessidade de compreender o “Da Guerra” frente a realidade em que foi escrito, entendendo (ao menos, minimamente) tanto a história do general, quanto o cenário político, militar e intelectual de sua época, levando em consideração, inclusive, o marco que a Revolução Francesa representa para a história até os dias de hoje. Contudo, tendo que a obra não é um compilado de regras e instruções de como se alcançar a vitória, não se trata da apresentação de conceitos fixos, mas sim oferece uma análise que entende a natureza da guerra concebida com importantes elementos relativos, seja da política, dos recursos, da sociedade e do homem, e que, em alguns sentidos, são fatores que estão em constante transformação. Desse modo, desconsiderar a conexão da guerra com a sua conjuntura é cometer um enorme erro na interpretação da obra. No que cabe a esta pesquisa, isso é muito relevante, uma vez que a própria discussão sobre o terrorismo está diretamente correlacionada aos aspectos políticos e sociais de sua época (HALLIDAY, 2002; PAULA, 2013). A observação desse primeiro tópico, discorrendo sobre o autor e a obra, favorece o entendimento de conceitos – que serão apresentados posteriormente – que dialogam, de certa forma, com a própria experiência de Clausewitz e que trazem dentro da herança da Revolução Francesa aspectos válidos até os dias de hoje. Do mesmo modo, fugindo do escopo da produção de Clausewitz, também é fundamental para esta pesquisa dar nota sobre

¹⁶ Nome dado ao enviado de Alá, esperado para completar a obra de Maomé.

as diferentes interpretações e traduções que o “Da Guerra” foi exposto, uma vez que isso é extremamente significativo para a sua leitura mais próxima ao original. É tendo em consideração todos esses aspectos que se pode entender como a teoria foi pensada e, assim, como ela pode ser reavaliada em contextos mais recentes - como é a proposta desta pesquisa.

2.1.2 A teoria e o método

Diante das dificuldades que a leitura de “Da Guerra” apresenta e, ainda que não seja a intenção fazer uma análise intensa a isto, importa bastante a esta pesquisa apresentar uma discussão metodológica do livro, pois, como argumenta Cormier (2016, p.4, tradução nossa): “uma vez que nós entendermos os métodos filosóficos e o contexto que dão origem a essa complexidade, a névoa se dissipa rapidamente e o leitor pode entender Clausewitz mais intuitivamente, assim acalmando as frustrações mais comuns com o livro”¹⁷.

“Proponho examinar primeiro os diversos *elementos* da questão, em seguida as suas *diversas partes ou seções* e, finalmente, *o conjunto* em sua estrutura interna. Em outras palavras, irei do simples para o complexo” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 75). Essa é a primeira informação que Clausewitz traz em “Da Guerra” no Capítulo I, Livro I, que – como já foi apresentado – é o único trecho revisado pelo autor. Em uma nota, datada por volta de 1818, quando iniciou sua função na Escola de Guerra em Berlim, Clausewitz escreveu

Achei que estes capítulos concisos e aforísticos, que no início eu queria chamar simplesmente de grãos, iriam atrair o leitor inteligente, tanto pelo que insinuavam como pelo que expressavam. Em outras palavras, eu tinha em mente um leitor inteligente que já estivesse familiarizado com o assunto. [...] Mas finalmente a minha tendência me abandonou completamente. Eu me esmerei o mais que pude e tinha agora em mente, evidentemente, um leitor que ainda não estivesse familiarizado com o assunto. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 65).

Diferentemente de “Os Princípios da Guerra”, em que Clausewitz dedicou ao príncipe herdeiro, o “Da Guerra” é uma obra voltada para os “analistas militares”. Como sugere Howard (1983, p. 2, tradução nossa): “Acima de tudo, ele era um

¹⁷ No original, “Once we understand the philosophical methods and context that give rise to this complexity, the fog quickly dissipates and the reader can grasp Clausewitz more intuitively, thereby calming the most common frustrations with the book” (COMIER, 2016, p.4).

soldado profissional escrevendo para os seus colegas de profissão, não um acadêmico proferindo uma palestra numa faculdade de ciências políticas”¹⁸. Mas essas palavras de Howard não devem ser entendidas de forma a diminuir o autor. Muito pelo contrário, Clausewitz foi um militar que, novamente, se interessou e recorreu à filosofia para desenvolver sua obra. A sua intenção era fornecer um aparato conceitual para compreender a guerra tanto na perspectiva de auxiliar na sua conduta, quanto para aprimorar o seu entendimento no âmbito da literatura militar.

Retomando ao fato de que o “Da Guerra” é uma obra desenvolvida por longos anos, a questão é que o pensamento do autor passa por um amadurecimento. Como já citado, existem alguns conceitos e aspectos da sua obra que não são coerentes, isto é, que sofrem alterações ao longo de sua escrita e que mudam de significado dependendo do contexto em que está inserido. Por isso, quando observado um conceito ou um determinado pensamento, é muito importante ter atenção a essa evolução que existe na teoria do autor, de modo a compreender o conjunto da ideia e não apenas frases soltas. Alguns autores atribuem essa evolução ao próprio amadurecimento pessoal do general, enquanto outros – mais especificamente Cormier (2016) (que será melhor apresentado neste estudo) – identificam essa “evolução” a partir da própria forma que o autor desenvolve seu pensamento, em um processo de níveis dialéticos.

Antes de aprofundar a discussão metodológica utilizada por Clausewitz no desenvolvimento de suas ideias, é significativo ressaltar que o autor não discutiu nenhum método específico em sua obra e que ele não menciona explicitamente os autores que o influenciaram. Contudo, algumas ferramentas metodológicas são centrais e evidenciam a influência de alguns filósofos e métodos de raciocínio. A principal delas a ser considerada é a dialética. Esse método se originou na Grécia Antiga e desde aquela época tem sido utilizado para explorar diversos assuntos. No entanto, como lembra Cormier (2016, p. 18), a dialética não pode ser padronizada, isto é, existem diferentes tipos de dialética que não podem ser resumidas em um único modelo. A dialética é essencialmente complexa, isso porque o método lida com um sistema de paradoxos por definição, em que busca alcançar a compreensão através do estudo em pares no contínuo diálogo entre ambas as partes (WALDMAN, 2009, p. 68). O uso da dialética no pensamento de Clausewitz tem sido comumente aceito

¹⁸ Tradução de “Above all he was a professional soldier writing for his professional colleagues, not an academic lecturing in a political Science faculty” (HOWARD, 1983, p. 2).

pelos seus intérpretes. No entanto, existe uma divergência muito grande quanto as influências e as formas que esse processo dialético e a construção do seu pensamento se deu.

Raymond Aron (1986, p. 92-93), um célebre comentador da obra de Clausewitz, entende que o conceito de guerra passa de uma definição unitária, mais simples, para uma versão mais complexa e trinitária formada pelo tempo, espaço e política em diferentes etapas. O primeiro momento foi um “volume composto de capítulos curtos no estilo de Montesquieu”. Nesse ponto, o autor comenta: “Acrescento que a conceitualização de Clausewitz parece com a de Montesquieu muito mais do que ninguém nunca o sugeriu, muito mais também do que a de Kant ou de Hegel”. Aron (1986, p. 106-109) identifica neste primeiro nível uma série de pares dialéticos em “Da Guerra”: objetivo militar e fins políticos, intenção hostil e sentimento de hostilidade, razão e sensibilidade, forças morais e físicas e ascensão aos extremos. No segundo momento, Clausewitz discute a relação entre a realidade e o abstrato. Na terceira etapa é observada a relação entre ataque e defesa e, por fim, a quarta etapa é a discussão sobre o nexos entre a guerra e a política, em que Aron atribui a compreensão de “*Politik*” a Montesquieu. Toda essa análise conclui-se na definição trinitária da guerra. A trindade é considerada o único ponto em que Clausewitz apresenta a síntese mais completa da sua análise dialética. No entanto, do mesmo modo, outros comentadores do “Da Guerra” fazem diferentes divisões e análises sobre o processo dialético e a construção do pensamento de Clausewitz. Michael Howard (1983, p. 34), por exemplo, entende que o modo dialético de pensar em conceitos opostos era utilizado por vários pensadores prussianos contemporâneos do general e a dialética do autor não teria influência hegeliana, assim como comenta Aron, uma vez que “não levaria a qualquer síntese”. Howard entende que a dialética de Clausewitz é uma interação contínua entre polos opostos, mas que só seriam totalmente compreensíveis em função um do outro. Não seria possível entender a natureza da guerra sem passar pela dialética entre forças morais e físicas e não seria possível conceber uma teoria para a condução da guerra sem compreender a relação existente entre meios e fins. Da mesma forma, Paret (1985, p. 84) também nega a aproximação ao pensamento de Hegel e faz suas próprias análises.

Em contrapartida, Cormier (2016) entende que o processo dialético de Clausewitz se deu a partir de uma evolução do seu pensamento em aproximação à filosofia de Kant e de Hegel. Ainda que Strachan não desenvolva, tal qual Cormier,

essa aproximação, o autor concorda que “a ligação mais óbvia é com Immanuel Kant” e que “em termos de forma e método, Clausewitz pode ter sido kantiano, mas em substância tornou-se cada vez mais hegeliano” (STRACHAN, 2008, p. 41, 92). As considerações sobre a dialética clausewitziana a partir desta concepção, fazendo aproximações ao pensamento de Kant e Hegel, serão melhor apresentados nesta pesquisa.

O primeiro problema que Clausewitz teve enquanto teórico era saber como seria possível fazer realmente uma teoria de guerra. Segundo Howard (1983, p. 22-24), excluindo os escritores de histórias narrativas de guerra, os demais estudiosos do tema poderiam ser divididos em três categorias. A primeira era formada por autores que tratavam de questões meramente práticas - isto é, assuntos como armamento, abastecimento e disposição das tropas. Clausewitz queria evitar esse tipo de observação mais específica e reduzida e, assim, comenta:

Uma segunda pergunta é até onde a teoria deveria levar a sua análise dos meios. Obviamente só até o ponto em que as suas características isoladas tenham importância na prática. O alcance e a eficácia das diversas armas de fogo é taticamente da maior importância, mas a sua produção, embora determine o seu desempenho, é irrelevante. A condução da guerra nada tem a ver com a fabricação de canhões e com a produção da pólvora a partir do carvão, do enxofre, do salitre, do cobre e do estanho. As suas quantidades conhecidas são armas prontas para serem utilizadas e a sua eficácia. A estratégia utiliza mapas sem se preocupar com os levantamentos trigonométricos. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 159).

A segunda categoria contemplava aqueles que desacreditavam a teoria e afirmavam que “a guerra era uma atividade normal do homem, que ele desempenhava tão bem quanto sua aptidão permitir” (CLAUSEWITZ, 2007, p.161). Essa classe diz respeito àqueles comandantes que não acreditam em “princípios da guerra”, que não poderia ser analisado ou imitado. Clausewitz entende que esse raciocínio está mais próximo à verdade do que a primeira linha - que se atenta a um conhecimento irrelevante. Contudo, ainda considera isso um exagero (HOWARD, 1983, p. 22). Ele explica:

Não é possível haver qualquer atividade da mente humana sem que haja um determinado cabedal de idéias, porque essas idéias não são em sua maioria natas, mas adquiridas e constituem o conhecimento de um homem. A única questão é, portanto, saber de que tipo essas idéias deveriam ser. Acreditamos que respondemos a esta pergunta dizendo que elas só devem estar relacionadas àquelas coisas com as quais o indivíduo estará diretamente envolvido como soldado. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 161).

A terceira e mais numerosa delas entendia que poderia estudar a guerra como uma ciência, ou seja, propor princípios imutáveis, valores fixos, para a sua condução, de forma que se alcançasse a vitória através de sistemas que teriam o mesmo nível de certeza como da física e da matemática. A corrente iluminista - principalmente de autores do final do século XVIII - teve como uma de suas características o empenho em sistematizar o estudo dos fenômenos, buscando encontrar verdades universais para o mundo a partir da transposição das formas de investigação científica das ciências naturais para a compreensão de áreas do conhecimento humano, tal qual as ciências sociais e a filosofia. Nesse sentido, nos estudos militares, diversos autores desenvolveram sistemas aparentemente convincentes sobre a conduta da guerra, pautados nessa visão. Esses teóricos propunham princípios universais, generalizações sistemáticas, que levariam, com toda certeza, à vitória na guerra, independentemente do seu contexto geral (CORMIER, 2016, p. 20, 47-61; HOWARD, 1983, p. 23).

Dos expoentes dessa corrente, pode-se citar Guibert, Puységur, Maizeroy e, entre outros, Bülow e Jomini, os quais receberam bastante atenção de Clausewitz. Jomini foi um general suíço, o qual participou de diversas campanhas, servindo como oficial do Estado-Maior do exército de Napoleão (ainda que nunca com tropas sob seu comando). Em 1803, publicou seu primeiro livro, “Princípios da Arte da Guerra”, o qual viria a ser amplamente conhecido. Jomini previa que sua obra fosse como uma receita, válida em todas as circunstâncias, para se obter a vitória em uma guerra, considerando apenas que o objetivo final é a vitória militar. Na mesma direção, Bülow em “*Der Geist neuen Kriegssystem*” de 1799 e “*Reine und angewandete Strategie*” de 1804 apresenta a guerra a partir de valores fixos (HOWARD, 1983, p. 14-16; STRACHAN, 2008, p. 13, 140).

Essa última escola – especialmente os teóricos mais tardios do iluminismo - foi especialmente criticada por Clausewitz pelo “dogmatismo geométrico”, por serem “fabricantes de sistemas” (ARON, 1986, p. 80, 94). A direção que o pensamento do autor faz é no sentido de se questionar “como se faz a guerra?”, ou melhor, seria possível então uma teoria que conduzisse a guerra no caminho da vitória? Na análise de Cormier (2016) esse foi o primeiro momento dialético do pensamento clausewitziano e, segundo o mesmo (2016, p. 134, 136), esse primeiro momento começou com uma técnica argumentativa sobre os métodos na guerra – tática e estratégia -, de forma a levar o autor a refutar as doutrinas positivas, não pela busca

de princípios da guerra a partir de elementos externos, mas pelo contrário, tendo o seu objeto de estudo a própria coisa em si, considerando toda a sua fluidez e imperfeição, assim como o homem. No Livro II, Clausewitz identifica um “empenho para estabelecer uma doutrina positiva”:

Assim, o esforço foi feito para dar princípios, regras ou até mesmo sistemas para a condução da guerra. Este foi posto com um propósito positivo, sem considerar adequadamente as infinitas dificuldades que a condução da guerra tem em relação a isso. A condução da guerra, como mostramos, ramifica-se quase indefinidamente por todos os lados; todo sistema, toda construção doutrinária, no entanto, tem a natureza limitante de uma síntese, e assim há uma contradição irreconciliável entre tal teoria e prática. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 56, tradução nossa)¹⁹.

Sendo assim, para fazer essa discussão frente as doutrinas positivas, Clausewitz teria recorrido à filosofia kantiana para auxiliar na compreensão e na análise do seu foco principal. Aron (1986, p. 332) e Howard (1983, p. 14) sugerem que Clausewitz nunca leu Kant, mas apenas foi introduzido a sua obra. Para eles, o autor teria se familiarizado com as ideias kantianas e o pensamento socrático a partir de autores que reintroduziram esse debate e entre os círculos intelectuais que frequentava em Berlim. Aponta-se a ligação entre os autores através de Johann Gottfried Kiesewetter, o qual escreveu um resumo da obra kantiana na época que lecionava na Escola Militar em que Clausewitz era aluno. Todavia, Cormier (2016, p. 79) acredita que provavelmente Clausewitz tenha lido a obra original de Kant²⁰, uma vez que o autor teria sido claramente um interessado no seu pensamento e pelo seu acesso enquanto professor e diretor do Colégio Militar em Berlim, onde teria sido publicado a “Crítica da Razão Pura” (1998) de Kant. Para Cormier, a conexão com Kant era mais direta do que apenas uma introdução de um de seus comentadores (CORMIER, 2016, p. 78).

¹⁹ No original: “*Es entstand also das Bestreben, Grundsätze, Regeln oder gar Systeme für die Kriegführung anzugeben. Hiermit setzte man sich einen positiven Zweck, ohne die unendlichen Schwierigkeiten gehörig ins Auge gefaßt zu haben, die die Kriegführung in dieser Beziehung hat. Die Kriegführung verläuft sich, wie wir das gezeigt haben, fast nach allen Seiten hin in unbestimmte Grenzen; jedes System, jedes Lehrgebäude aber hat die beschränkende Natur einer Synthesis, und damit ist ein nie auszugleichender Widerspruch zwischen einer solchen Theorie und der Praxis gegeben*” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 56).

²⁰ Segundo Cormier (2016, p. 80, 85), existem partes de “Da Guerra” em que foram utilizadas palavras por palavras de Kant. No entanto, no Livro V, onde está a sua maior influência, isso não foi tão explícito. Contudo, uma das possibilidades que Cormier aponta para isso seria justamente o fato de que os leitores de Clausewitz seriam diferentes dos leitores do filósofo, de modo que o autor tivesse adaptado para uma linguagem mais simples.

Ainda assim, é importante destacar que Clausewitz não adotou o pensamento kantiano sistematicamente e completamente em sua obra. Na realidade, o autor teria recorrido a alguns elementos que entendia como importantes na metodologia kantiana como forma de construir sua refutação às doutrinas positivas (CORMIER, 2016, p. 74). Na leitura de Cormier, metodologicamente, Clausewitz convergiu com a “Crítica da Razão Pura” no sentido de estabelecer um método para a análise crítica. Antes de partir para essa discussão, é importante deixar claro que para Clausewitz, a ciência na teorização da guerra sem análise crítica leva a afirmações infundadas.

Assim, nesse primeiro momento, Clausewitz traz reflexões de Kant sobre o Iluminismo em debates metafísicos para a teoria da guerra²¹. De forma muito sucinta, é importante lembrar que em “Crítica da Razão Pura” (1998), Kant elaborou um método para compreender como a razão estrutura seus conceitos. O autor centrou sua atenção no desenvolvimento da sua teoria do conhecimento a partir do diálogo entre duas correntes filosóficas antagônicas: o racionalismo, ligado a Descartes, em que a razão era a base do conhecimento humano; e o empirismo, que entendia os sentidos como fontes primárias do conhecimento. O entendimento, ou conhecimento puro, defende que a razão por ser inata ao ser, não depende da experiência para existir, de modo que, portanto, seria *anterior* à experiência, enquanto a sensibilidade corresponderia ao conhecimento empírico, *através* da experiência. A partir disso, Kant defendeu que, de certa forma, as duas correntes contemplavam alguns aspectos que poderiam ser integrados em uma terceira teoria. As diferentes formas de conhecimento se dariam através de diferentes juízos. O *juízo analítico a priori* seria aquele mais relacionado ao racionalismo, que julga em um primeiro momento e tenta adequar as coisas em categorias da compreensão humana. O *juízo sintético a posteriori*, por sua vez, é a forma de conhecimento estabelecido a partir da experiência, a qual remete ao empirismo de Hume e Bacon. Kant identifica, portanto, que as duas formas de conhecimento são importantes, de modo que não seria viável confiar o pensamento filosófico apenas na mente humana ou apenas nos dados empíricos. Desse modo, o autor estabelece o *juízo sintético a priori* que contemplaria as duas formas de conhecimento, a teoria e a prática, a razão e a ciência, o

²¹ Este trabalho limita-se a discutir brevemente as aproximações entre Clausewitz e Kant na medida que elucidem pontos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do pensamento dialético do general prussiano e, conseqüentemente, a construção da teoria clausewitziana de guerra. Para a discussão mais completa do assunto, bem como para a interpretação da teoria kantiana, ver Cormier (2016).

entendimento e a sensibilidade, que se por um lado julga e analisa, por outro, testa e classifica, mas de forma a trabalhar em um contínuo movimento entre ambos. Como Cormier descreve (2016, p. 89): “tanto a ‘razão’ quanto a ‘ciência’ ressurgiram no processo kantiano no contexto de duas esferas: a ideal e a material, flutuando em um estado paradoxal”²² (CORMIER, 2016, p. 15, 135).

Segundo Cormier (2016, p. 92), Clausewitz entende que as doutrinas positivas eram analíticas e não sintéticas, de modo que elas não ampliavam o conhecimento sobre guerra. Ele se fundamenta em três formas possíveis dos porquês das doutrinas positivas não terem alcançado um resultado sintético: o primeiro diz respeito à substância e a mudança ao longo do tempo; o segundo, a causalidade; e, o terceiro, a reciprocidade.

Eles aspiram tamanhos definidos, enquanto na guerra tudo é indeterminado e o cálculo deve ser feito com quantidades infinitamente variáveis.

Eles orientam a observação apenas para quantidades materiais, enquanto toda ação bélica está permeada pelos efeitos e forças do espírito²³.

Eles consideram apenas a atividade unilateral, enquanto a guerra é uma interação recíproca constante. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 58, tradução nossa)²⁴

Ao considerarem apenas as quantidades físicas, as doutrinas positivas esqueceram de outros fatores de importância essencial. Os teóricos iluministas buscaram determinar quantidades e ignoraram que na guerra tudo é incerto e variável. Ao passo que se aprofunda mais no pensamento desses teóricos, observava-se que a ambição em provar empiricamente as suas ideias eclipsava a própria aplicabilidade universal da teoria, ou seja, os princípios se tornavam completamente distantes de qualquer realidade material (CORMIER, 2016, p. 67). Da mesma forma, Clausewitz (2007, p. 168) entende que “na conduta da guerra, a percepção não pode ser regida

²² No original, “both “reason” and “science” re-emerged from the Kantian process, but in the context of the two spheres: the ideal and the material, floating in a paradoxical stasis” (CORMIER, 2016, p. 89).

²³ É importante comentar que “Geist” e suas variações possuem diferentes significados. Segundo Strachan (2008, p. 123), Clausewitz nunca desenvolveu um vocabulário conceitual claro e específico ao discutir esse tema. Algumas vezes, ele utilizou o adjetivo “geistig”, referindo-se ao espírito e outras “moralish”, que sugere moral em um sentido ético. Na percepção de Aron (1986, p. 202), a palavra espírito “Geist” ou alma “Seele” foram utilizadas para designar o conjunto que inclui o entendimento, “Verstand” e a sensibilidade, “Gemüt”, ou sentimentos “Gefühle”. Quando Clausewitz trata do “espírito do exército”, “Geist der Armee”, ele está enfatizando que não se trata mais de um exército de “mercenários”, mas sim de defensores da Pátria (SOUCHON, 2007).

²⁴ No original: “Sie streben nach bestimmten Größen, während im Kriege alles unbestimmt ist und der Kalkül mit lauter veränderlichen Größen gemacht werden mußte. Sie richten die Betrachtung nur auf materielle Größen, während der ganze kriegerische Akt von geistigen Kräften und Wirkungen durchzogen ist. Sie betrachten nur die einseitige Tätigkeit, während der Krieg eine beständige Wechselwirkung der gegenseitigen ist” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 58).

por lei: os complexos fenômenos da guerra não são tão uniformes...” isto é, “nem pode a teoria de guerra ser aplicada ao conceito de lei para a ação, uma vez que nenhuma formulação impositiva suficientemente universal - para merecer o nome de lei - pode ser aplicada às constantes alterações e à diversidade dos fenômenos da guerra”, desse modo, “a teoria deve ser um estudo, não uma doutrina” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 155). Nesse sentido, o que Clausewitz pretende dizer é que para aqueles que, como ele, pretendesse “escrever um livro que não fosse esquecido após dois ou três anos e que possivelmente pudesse ser consultado mais de uma vez por aqueles que estão interessados pelo assunto” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 65), a formulação de um ensinamento positivo cairia na armadilha da determinação por aspectos datados. Para o autor, cada época tem suas peculiaridades e condições próprias que devem ser consideradas - afinal, os próprios Estados e sociedades são o resultado de um contexto passado e atual específico, de modo que a guerra tem uma conexão com a conjuntura, uma vez que até mesmo o emprego da violência depende das condições políticas, sociais e econômicas dos lados envolvidos. E, ainda assim, toda esta realidade está sujeita a novas alterações. Usando uma terminologia clausewitziana, “as consequências para a teoria” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 92), a interpretação de Clausewitz reflete a historicidade da sua abordagem da guerra, isto é, ele entende a guerra nas suas mais variadas manifestações – comparada a “um verdadeiro camaleão”²⁵ – de modo que as doutrinas positivas não levam essas diferenças em consideração. Logo, o general sugeria que cada era também tivesse a sua própria teoria de guerra e que esta não fosse um manual de como agir e sim um auxílio na capacidade de compreender. A teoria deveria dar espaço, portanto, às variáveis históricas.

Uma vez que a guerra é comparada a um camaleão - devido ao sua capacidade adaptativa e, portanto, diferente de conjuntura para conjuntura, assim como complexa em cada uma dessas situações - “uma teoria efetiva deve ser uma teoria adaptativa”²⁶ (COMIER, 2016, p.11). No capítulo III do Livro VIII, Clausewitz escreve

Nós encerramos aqui nossa visão histórica, a qual nós não a concebemos a fim de atribuir alguns princípios da guerra para cada época, mas apenas para mostrar como cada período teve sua própria guerra, suas próprias condições restritivas e suas próprias acepções. Portanto, cada época manteria também

²⁵ No original: “(...) *ein wahres Chamäleon*, (...)” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 17).

²⁶ No original: “*To effectively theorize about war means that theory as well must be adaptive.*” (COMIER, 2016, p.11)

sua própria teoria de guerra, mesmo quando, cedo ou tarde, em toda parte, houvesse o desejo de formulá-la sob princípios filosóficos. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 457, tradução nossa).²⁷

O segundo e o terceiro ponto serão mais bem explorados na próxima seção, mas por ora é importante colocar que Clausewitz critica as doutrinas positivas por esquecerem de considerar as ações e os efeitos da moral, bem como os fatores intelectuais na guerra. As grandezas morais evidenciam uma complexidade do ser humano que não condiz com a tentativa de inserção de princípios dentro de uma “ciência militar”. No terceiro argumento, Clausewitz aponta que essas doutrinas se ativeram à atividade de apenas um dos lados e esqueceram que, na realidade, a guerra é uma ação recíproca e que, portanto, o duelo de opostos deve contemplar a percepção da imprevisibilidade do adversário (HOWARD, 1983, p. 24).

Assim sendo, as doutrinas positivas não se mostram admissíveis como um conhecimento sintético, pois não conseguem se elevar acima de ao menos uma das premissas que Clausewitz apresentou (substância, causalidade, ação recíproca) e, quando tentam se apresentar como sintéticas caem em contradições e paradoxos que fogem da realidade. Como sugere Clausewitz: “todos esses testes teóricos são somente considerados como avanços no domínio da verdade apenas em sua parte analítica, mas na parte sintética, em seus preceitos e regras, completamente inúteis” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 57). Nesse sentido, Clausewitz busca apresentar, então, de que forma a análise da teoria da guerra poderia incorporar tanto aspectos empíricos, quanto racionais. Para isso, ele entende que a observação dos fatos e a análise crítica em conjunto – tal qual Kant - são fundamentais para a construção da teoria. Nesse aspecto, Clausewitz se aproximou também ao entendimento de Scharnhorst, seu mentor. Segundo este, “uma história militar detalhada tornava-se necessária para permitir uma compreensão da verdadeira natureza da guerra [...] experiência, e não sistemas ou princípios gerais, revelava a realidade da guerra” (STRACHAN, 2008, p. 44). Portanto, a construção do pensamento de Clausewitz é feito tendo em consideração a observação de fatos históricos, análise crítica e a sua experiência

²⁷ No original: “Wir schließen hier unseren geschichtlichen Überblick, den wir nicht angestellt haben, um für jede Zeit in der Geschwindigkeit ein paar Grundsätze der Kriegführung anzugeben, sondern nur um zu zeigen, wie jede Zeit ihre eigenen Kriege, ihre eigenen beschränkenden Bedingungen, ihre eigene Befangenheit hatte. Jede würde also auch ihre eigene Kriegstheorie behalten, selbst wenn man überall, früh und spät, aufgelegt gewesen wäre, sie nach philosophischen Grundsätzen zu bearbeiten”(CLAUSEWITZ, 2010, p. 457).

pessoal – uma vez que o autor comenta que “além do estudo e da reflexão, a própria vida serve como uma fonte” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 162). Esses três elementos se complementam e dialogam entre si; isto significa dizer que para se estudar sobre a condução da guerra é preciso partir do que já ocorreu, mas não em teoria e sim na prática e submeter esses dados históricos a três diferentes processos de análise. Clausewitz (2007) apresenta esses processos no capítulo V do Livro II em “Análise Crítica”. Em um primeiro momento, ocorreria a pesquisa propriamente dita, a fim de se ter um registro confiável, isto é, a identificação do que seriam fatos, por um lado, de boatos, ficção e hipóteses, por outro. Após identificado o que ocorreu de fato, passa-se a explicar o porquê. Esse segundo momento relaciona as causas e os efeitos. Só, então, seria possível passar para a apreciação crítica a partir da avaliação dos meios empregados. “Em suma, uma teoria que funcione é uma base essencial para o criticismo”, ou seja, somente através da análise crítica é possível chegar a uma real teoria dos meios. Quanto mais ela se aproximar de uma doutrina categórica, mais distante será de uma teoria aplicável à maioria das guerras (CLAUSEWITZ, 2007, p. 173-175; CORMIER, 2016, p. 6, 92; HOWARD, 1983, p. 30; STRACHAN, 2008, p.96).

Desse modo, como comenta Strachan (2008, p. 96), “o primado da filosofia permaneceu fundamental para o método disciplinar que aplicou à teoria e à história militar, e forneceu a estrutura intelectual para uma abordagem teórica que usava a razão para pôr as experiências da realidade em ordem e assim criar outras, porém verificáveis, proposições”. Isso significa que a aplicação dos conceitos e dos princípios requerem uma análise e julgamento, que deve ter em consideração a experiência e o estudo histórico – e este é um ponto basilar nessa pesquisa para o estudo também do terrorismo. A intenção de Clausewitz não era construir princípios permanentes, verdades absolutas, sobre a guerra, no sentido de estabelecer fórmulas que garantiriam a vitória; ao invés disso, Clausewitz ofereceu uma teoria limitada da guerra, com conceitos adaptáveis que atenderiam “os casos de guerra mais prováveis”; e, diante dessa flexibilidade, não seria possível fornecer um guia de combate, tal qual as doutrinas positivas. É, portanto, através do método dialético que Clausewitz explora esses elementos de “como fazer a guerra” em refutação a uma proposta rígida (CORMIER, 2016; WALDMAN, 2009, p. 83).

Portanto, o que Cormier pretendia apresentar era que esse primeiro momento dialético representou um ponto muito importante do início da teoria do autor. Clausewitz utilizou diferentes ferramentas dialéticas da teoria de Kant na sua

contestação às doutrinas positivas que são profundamente explorados na obra de Cormier:

Ele apresentou a divisão analítica / sintética do conhecimento; expôs as antinomias da razão contradizendo as doutrinas positivas; distinguiu os númenos dos fenômenos e os condicionados dos incondicionados. Em tudo isso, ele estava mostrando que podia ser razoável em relação à ciência, porque estava fazendo uso de uma ciência da razão, construída sobre a dialética e o ceticismo. (CORMIER, 2016, p. 98, tradução nossa)²⁸.

No que cabe a esta pesquisa, limita-se a discussão apresentada no sentido de ter concluído pontos fundamentais: a dialética, baseada no sistema kantiano em um primeiro momento, permitiu Clausewitz se contrapor às categorias de teóricos de seu tempo, em especial, o que ele chamou de doutrinas positivas, dando início a uma teoria que seria ao mesmo “limitada”, mas que proporcionaria uma maior auxílio na compreensão e na conduta da guerra; entendendo, diante disso, que princípios e guias para se alcançar a vitória não condizem com a própria forma variável da guerra. Sendo assim, se, portanto, o primeiro nível da dialética se voltou aos elementos de “como se faz a guerra”, de modo com que Clausewitz entendesse que, para responder essa questão, era preciso compreender o contexto em que estava inserido, o segundo nível da dialética surge do questionamento “o que define esse contexto?”. Desse modo, o autor se volta para a questão ontológica, para compreender “o que é a guerra” (CORMIER, 2016, p. 136).

Dessa forma, a partir dessa questão, Clausewitz caminha para o segundo momento dialético acerca da natureza da guerra. Na medida que mais pontos divergentes apareciam no pensamento do autor, maior seria a sua disposição em recorrer ao método dialético. Isso quer dizer que, ao passo que Clausewitz entende que na guerra tudo é variável, de que modo seria possível, então, criar uma teoria que buscasse discutir a natureza da guerra? Nesse sentido, novamente, Clausewitz recorreu ao pensamento kantiano para fazer o diálogo entre teoria e realidade.

Anteriormente à compreensão da dialética, Clausewitz entendia a guerra como uma forma unitária, apenas no seu aspecto real. O entendimento do autor é refinado com o tempo quando, enfim, ele passa a observar os extremos na guerra, de modo a

²⁸ No original: “He brought forward the analytic/synthetic division of knowledge; he exposed the antinomies of reason in contradicting positive doctrines; he exposed the antinomies of reason in contradicting positive doctrines; he distinguished noumena from phenomena and the conditioned from the unconditioned. In all of these, he was showing that he could be reasonable about science, because he was making use of a science of reason, built on dialectics and skepticism” (CORMIER, 2016, p. 98).

reconsiderar a sua teoria. A questão é: como um conceito único, a guerra, provocaria desde uma observação armada até uma guerra de aniquilação? Clausewitz percebeu que as guerras – tanto as que ele vivera durante a era napoleônica, quanto as anteriores a esse momento – estariam inseridas em não apenas uma forma unitária, mas sim entre dois polos mutuamente excludentes, o que ele nomeou de guerra absoluta e guerra real. Esses conceitos seriam trabalhados a partir do sistema kantiano de categorias. Esses dois polos, em teoria, abrangeriam todas as guerras, desde aquelas que somente poderiam ser imaginadas até aquelas que poderiam ser realizadas. Em outras palavras, Clausewitz, através da dialética, buscava abranger as contradições reais da guerra, permitindo um nível de compreensão mais alto para a análise. É dessa forma, portanto, que o autor percebe a natureza dual da guerra. Dois conceitos que deveriam ser analisados em pares como tendências opostas e recíprocas, isto é, construídos sobre um paradoxo (CORMIER, 2016, p. 120-122, 135, 137). A forma com que Clausewitz trabalha a dicotomia real e absoluta vem, segundo Cormier (2016, p. 123), a partir das antinomias da razão da teoria kantiana. Os conceitos não são apenas contraditórios, mas são tão contraditórios quanto possíveis, mutuamente excludentes. Em “Crítica da Razão Pura”, Kant explica que os conflitos da lei da razão pura, as antinomias, produzem dimensões bidirecionais. Clausewitz integrou essa observação e mostrou que ambas as proposições opostas podem ser simultaneamente verdadeiras. A dualidade da guerra não pretende definir todas as guerras como pertencentes a dois polos, mas que esses polos aparecem em reciprocidade e interação, “*Wechselwirkung*”, em todas as guerras.

A questão então passa a ser: “como seria possível que cada guerra singular e particular seja igualmente infundida com esse paradoxo?”²⁹ O que ambas teriam em comum? Para fazer essa discussão dialética, o sistema kantiano não seria suficiente.

Depois que nós, até agora, tivermos examinados a divergência, no qual se encontra a natureza da guerra com outros interesses do indivíduo e da associação social, logo depois de termos examinado um e logo depois o outro lado, a fim de não negligenciar nenhum desses elementos opostos, um dilema, o qual é fundado no próprio homem, e que, portanto, o entendimento filosófico não pode resolver, nós queremos agora procurar aquela unidade, para qual esses elementos contraditórios se conectam na vida prática, neutralizando parcialmente um ao outro. Nós teríamos colocado essa unidade desde o começo, se não tivesse sido necessário enfatizar claramente essas contradições e analisar os diferentes elementos também

²⁹ No original: “*how it is possible that each singular and particular war is equally infused with this paradox?*” (CORMIER, 2016, P. 124).

separadamente. Agora, essa unidade é o conceito de *que a guerra é apenas uma parte da ação política, portanto não é de forma alguma autônoma*. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 467, tradução nossa)³⁰.

Clausewitz precisaria encontrar uma solução metafísica para Kant de forma a superar aquilo que *“o entendimento filosófico não pode resolver”*. Desde cedo, Clausewitz já tinha compreendido que os fins da guerra eram os propósitos políticos. No entanto, o autor ainda não havia achado uma forma de traduzir metodologicamente o seu pensamento. Clausewitz entende que a política estaria igualmente na guerra absoluta e na guerra real, isto é, dentro do paradoxo entre o real e o absoluto existiria em comum a política, agora pensada em um conceito mais elevado. A guerra absoluta, apesar do seu nível mais alto de violência, não seria um conceito apolítico em contraposição à guerra real. Na realidade, o elemento político é o dirigente e moderador da propensão, ou não, em direção aos extremos. Dessa forma, o ponto de equilíbrio entre ambos os conceitos seria a própria política (CORMIER, 2016, p. 125, 137, 140).

O terceiro momento dialético da teoria vai, portanto, para um nível de análise mais alto. Alguns comentadores de Clausewitz apontam que os últimos quatro anos de sua vida representaram uma “ruptura” no pensamento do autor. Isto porque, nesse momento, algo levou Clausewitz a buscar reconsiderar toda a sua obra a partir da primeira página, o que leva à discussão quanto as possíveis razões que fizeram com que ele tivesse “uma reviravolta tão dramática” (CORMIER, 2016, p. 421). Cormier reflete que essa “curva de aprendizado” no pensamento de Clausewitz pode ter sido pelo fato de que ele teria entrado em contato com o pensamento de Hegel³¹, em que se destaca a “Fenomenologia do Espírito”, publicada em 1807, e a “Filosofia do Direito”, em 1821. Cormier (2014; 2016) ressalta que, ainda que não tenha nenhuma

³⁰ No original: *“Nachdem wir uns bis jetzt bei dem Zwiespalt, in dem die Natur des Krieges mit anderen Interessen des einzelnen Menschen und des gesellschaftlichen Verbandes steht, bald nach der einen, bald nach der anderen Seite haben umsehen müssen, um keines dieser entgegengesetzten Elemente zu vernachlässigen, ein Zwiespalt, der in dem Menschen selbst gegründet ist, und den der philosophische Verstand also nicht lösen kann, wollen wir nun diejenige Einheit suchen, zu welcher sich im praktischen Leben diese widersprechenden Elemente verbinden, indem sie sich teilweise gegenseitig neutralisieren. Wir würden diese Einheit gleich von vornherein aufgestellt haben, wenn es nicht notwendig gewesen wäre, eben jene Widersprüche recht deutlich hervorzuheben und die verschiedenen Elemente auch getrennt zu betrachten. Diese Einheit nun ist der Begriff, daß der Krieg nur ein Teil des politischen Verkehrs sei, also durchaus nichts Selbständiges”* (CLAUSEWITZ, 2010, p. 467).

³¹ Segundo Cormier (2016), é possível que ambos tenham convivido, uma vez que frequentavam os mesmos círculos intelectuais em Berlim. Enquanto Clausewitz foi diretor da Academia Militar de Berlim, Hegel lecionou na Universidade de Berlim. Hegel frequentava os mesmos círculos sociais que Clausewitz em Berlim dos anos 1820.

menção explícita a Hegel³², isso não pode ser desconsiderado, até mesmo porque existem referências e citações quase perfeitas do pensamento de Kant em “Da Guerra”, sem que esse seja realmente mencionado e, ainda, há uma série de evidências observadas na versão original em alemão que apresentam uma clara convergência de ideias com Hegel.

Ainda que, segundo Cormier, exista uma concordância em diversos aspectos na metodologia de Clausewitz e Hegel, ambos divergiram altamente dialeticamente quanto à ética. No pensamento kantiano, existe um abismo estático entre o real e o ideal, que é contraposto por Hegel, no sentido de que seria impossível uma guerra estar muito além do alcance do mundo real, considerando que o próprio ato de pensar, de idealizar, se passa no mundo real. A partir do sistema dialético hegeliano, de quebrar o impasse estático e gerar contradições dinâmicas, foi possível a Clausewitz compreender os dois polos como distintos e opostos, mas que conteriam algo, um dentro do outro, uma universalidade que seria a raiz da “*Aufhebung*”³³. Dessa forma, o general concilia os dois polos na fórmula: “a guerra é a continuação da política por outros meios” (CORMIER, 2014, 2016).

A relação entre guerra e política, na sua percepção mais madura, remete à “inteligência do Estado personificado”, em que a sua reflexão não é mais uma ideia romântica de “alma” - tal qual ele compreendia quando jovem, mas está fortemente atrelada a racionalidade. Essa visão em muito se aproxima da de Hegel. Esse desenvolvimento entre o nexos da política e a guerra leva ao ponto de divergência entre Clausewitz e Hegel. Enquanto para Hegel, a guerra era um direito intrínseco do Estado, Clausewitz a entende como um instrumento político, desprovido, portanto, de qualquer auto justificação, de modo a propor uma ética moralista que recai àqueles que estão na regência a sua responsabilidade. Na lógica de uma guerra tradicional, entre Estados, isso implica que o Estado é um agente moral que decide – ou não –

³² Segundo Cormier (2016, p. 190-197), alguma sutilezas da tradução de Howard/Paret e de Graham não dão conta de evidenciar essa aproximação do pensamento de Clausewitz ao de Hegel, que só são mais evidentes com as edições originais no alemão. Os termos “*notwendigen Zusammenhang*”, “*allgemein die Richtung*” e “*menschliche Geist*”, postos juntos, são essenciais para esse entendimento. Eles foram traduzidos não levando em consideração o seu peso filosófico e são essenciais para a compreensão do pensamento do autor. Os primeiros escritos de Clausewitz não apresentam qualquer semelhança com o pensamento hegeliano, ao passo que nas partes desenvolvidas mais tarde, é possível identificar termos e reflexões que estão em consonância, em diversas formas, com a interpretação de Hegel.

³³ Este conceito é central na dialética hegeliana e de difícil tradução para o português. Grosso modo, ele tem um sentido de negar, mas ao mesmo tempo conservar ideias anteriores e superá-las a um nível mais elevado.

atuar pela violência. No entanto, Clausewitz não chegou a ter tempo de concluir o processo de fazer uso do sistema hegeliano. A suas concepções sobre o nexos entre a guerra e a política estavam em franco desenvolvimento no momento da sua morte. Segundo Cormier (2016, p. 185, tradução nossa): “sua tentativa foi parcial e não inteiramente bem-sucedida”³⁴.

Portanto, o que se pretendeu aqui é apresentar a forma como Clausewitz desenvolveu a sua teoria com fundamento em uma reflexão filosófica da guerra. Ainda que bastante explorada a aproximação com Kant e Hegel, deve-se mais uma vez ressaltar que outros autores foram também influentes no pensamento de Clausewitz, tal qual Montesquieu, Fichte ou Maquiavel. Todavia, as influências se deram de formas diferentes e o que se pretendeu nesta seção foi apresentar os diferentes momentos da obra de Clausewitz a partir do método dialético de análise. Isso permitiu a ele traçar a sua reflexão em níveis que resultaram de uma definição mais simples de guerra à outra mais complexa. Em outras palavras, o autor partiu de uma conceituação cética aos estudos de tática e estratégia que garantiriam a vitória, a uma percepção de que a guerra é um produto das relações sociais e políticas, e se manifesta em diferentes formas dependendo das situações e imprevisibilidades colocadas a ela. Nesse primeiro momento, a figura de um camaleão, com todas as suas cores e mutações, exemplifica o que Clausewitz pretende dizer. No segundo momento, a dialética avança no sentido de compreender a ontologia da guerra, pois, mesmo o camaleão se transformando e variando em cada situação, ele não deixa de ser o mesmo internamente. Isso quer dizer que o próximo passo que a teoria dá é compreender justamente a natureza da guerra. Nesse sentido, o conceito unitário é substituído pela dualidade da guerra. O terceiro momento dialético observa que a realidade e a teoria dividem algo de si uma a outra que, no caso, seria unida pela relação entre a guerra e a política, presente desde as guerras de paralisação, até aquelas guerras que só poderiam ser imaginadas. Nessa perspectiva, compreende a guerra como um instrumento da política, uma manifestação, baseada na noção moral do Estado de utilizá-la, ou não.

O debate metodológico aqui apresentado, considerando os processos de desenvolvimento do pensamento do autor, permite a esta pesquisa ter um entendimento da guerra de forma mais complexa do que apenas observar conceitos

³⁴ No original: “...his attempt was partial and not entirely successful” (CORMIER, 2016, p. 185).

isolados. Da mesma forma, ele expõe uma discussão recente trazida por Cormier – e que ainda não foi explorada pela academia – que vai de encontro com alguns grandes comentadores de Clausewitz e que permite clarear a linha de raciocínio utilizada pelo autor. Frente a isso, esta pesquisa atenta-se ao desenvolvimento metodológico apresentado, bem como às traduções do alemão para o inglês/português, diante dos problemas já mencionados, de modo que é utilizada a versão em português quando não há grandes problemas de tradução.

2.2 A Guerra

A proposta desse estudo em discutir guerra, política e terrorismo passa necessariamente pela observação dos conceitos de Clausewitz. Ainda que em alguns aspectos a teoria se apresente não mais inovadora, como é claro a discussão sobre cavalarias ou canhões, a intenção é representar aqui pontos do pensamento do autor que elucidam a discussão central desta pesquisa. Tendo considerado que “Da Guerra” é uma obra densa e complexa, não se pretende, de forma alguma, esmiuçar todos os conceitos trabalhados na obra; mas sim, expor aspectos que serão importantes no sentido de contribuir para o debate entre guerra, terrorismo e política no aparato conceitual clausewitziano.

Assim como apresentado no tópico anterior, o recurso utilizado pelo autor é construir o seu pensamento partindo de uma concepção mais simples para o mais complexo. Clausewitz adverte a necessidade de se avaliar a guerra levando em consideração a “natureza do conjunto”, isto é, ainda que a mesma seja subdividida em partes para facilitar o entendimento, é necessário ter em conta a guerra como um todo. Desse modo, considerando o desenvolvimento dialético do pensamento do autor que condiz com a sua estrutura partindo do simples ao complexo, procura-se aqui também seguir este parâmetro. Sendo assim, tem-se, em um sentido mais amplo e mais simplificado, a definição de Clausewitz que “a guerra é nada mais do que um duelo em larga escala”³⁵ (CLAUSEWITZ, 2010, p. 3).

³⁵ No original: “Der Krieg ist nichts als ein erweiterter Zweikampf” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 3).

1.2.1 A Guerra e as Relações Humanas

A teoria do general, como foi mostrada, rejeita a instituição de normas para a condução da guerra, isso porque o autor entende que a guerra não é nem Arte e nem Ciência, ou melhor, não está no domínio apenas da capacidade criativa e nem do conhecimento puro. Como escreve: “[...] a guerra não pertence ao domínio da Arte ou Ciência, mas sim ao domínio da vida social” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 70, tradução nossa)³⁶. Para Clausewitz, a partir de uma visão epistemológica, a guerra se situa no âmbito das relações humanas e sociais. A natureza humana e a guerra são um dos temas altamente explorados por diversos filósofos ao longo do tempo. Eles debatem as noções de individualidade, coletividade, a natureza má ou boa do homem, soberania e tantos outros temas conexos ao assunto. Clausewitz trouxe algumas dessas reflexões para a sua teoria e são pertinentes a este trabalho justamente por discutir aspectos do ser humano que auxiliam na compreensão da sua manifestação violenta. Como o autor explica: “se a guerra é um ato de violência, então ela faz parte também necessariamente das emoções humanas” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 4, tradução nossa)³⁷.

Essa discussão é, portanto, central na teoria do autor e representa dois aspectos fundamentais – elementos morais/intelectuais e a reciprocidade - na refutação das doutrinas positivas. É essa ação e reação de atores humanos que faz com que a teoria não possa ser entendida por doutrinas absolutas. Isso porque a imensa variabilidade das qualidades morais não pode ser medida em esquemas fixos e atemporais e esse tem sido um dos vários erros que a maioria das teorias cometem, justamente por esquecer esse elemento. Do mesmo modo que refuta as doutrinas positivas, a exploração de Clausewitz quanto a guerra e as relações humanas rebatem qualquer forma de explicação mística ou naturalística da guerra, uma vez que atribui a guerra ao próprio ser humano (CORMIER, 2016, p. 134, 143).

A primeira definição de Clausewitz coloca a guerra como um duelo em larga escala, isto é, um duelo em que oponentes fazem uso da força física a fim de que o outro ceda à sua vontade. Nas palavras de Clausewitz (2010, p. 3, tradução nossa):

³⁶ No original: “*Wir sagen also, der Krieg gehört nicht in das Gebiet der Künste und Wissenschaften, sondern in das Gebiet des gesellschaftlichen Lebens*” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 70).

³⁷ No original: “*Ist der Krieg ein Akt der Gewalt, so gehört er notwendig auch dem Gemüt an*” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 3).

“a guerra é, então, um ato de violência para forçar o adversário a fazer a nossa vontade”³⁸. Esse duelo pode ser representado na imagem de dois lutadores que se enfrentam na tentativa de obrigar o outro a ceder. De tal modo, o propósito imediato de cada oponente é derrubar o inimigo e torná-lo incapaz de qualquer resistência para que se possa, assim, impor-se sobre ele. Nesse sentido, a guerra é um elemento da vida social, ou seja, um choque de vontades antagônicas, “um conflito de grandes interesses, que é resolvido através do derramamento de sangue, e somente por isso se difere de outros conflitos” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 70, tradução nossa)³⁹.

Sendo assim, a guerra se sustenta a partir das causas e dos efeitos psicológicos, isto é, não se trata de uma manifestação de um oponente contra uma “matéria morta”, mas sim contra um corpo *animado* e *responsivo*, que, também reage com forças ainda maiores. O sofrimento absoluto e a ausência de resistência não configuram uma guerra, ou seja, é preciso que haja dois lados interagindo, de maneira que o uso unilateral da violência não se caracterize com uma guerra. Portanto, o conceito de guerra não se inicia a partir do ataque, mas sim com a defesa, com a reciprocidade diante do instinto de vingança e de retaliação. Desse modo, a teoria deve sempre ter em conta o fator humano como central na guerra e, inclusive, dar atenção para os sentimentos e a moral (CLAUSEWITZ, 2010, p. 5, 22).

Clausewitz (2007, p. 124) acredita que “a mente humana está longe de ser uniforme”, de forma que se entende as diferenças culturais e as diferentes visões do mundo no tempo e no espaço. No entanto, ele acreditava também que existia uma natureza comum ao homem que derivava da “condição humana”, capaz de abarcar os diversos comportamentos da sociedade ao longo do tempo e entre diferentes etnias e regiões geográficas (WALDMAN, 2009, p. 20). É, portanto, nessa esfera que se encontram as emoções: a vingança, o medo, a coragem ou as qualidades de liderança. O exército é composto por indivíduos, cada um com seus medos e preocupações; desse modo, a guerra é um duelo que, por meio da agressividade, testa não somente as forças físicas do inimigo, mas também as forças morais. Tendo que ambas são inseparáveis, tanto a primeira como a segunda podem ser consideradas alvos de guerra. Por outro lado, vários exemplos históricos demonstram

³⁸ No original: “Der Krieg ist also ein Akt der Gewalt, um den Gegner zur Erfüllung unseres Willens zu zwingen” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 3).

³⁹ No original: “Er ist ein Konflikt großer Interessen, der sich blutig löst, und nur darin ist er von den anderen verschieden” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 70).

que em situações em que a própria ideia de derrotar o inimigo era ilusória - diante do contingente de forças físicas do inimigo - a superioridade moral ganhou da superioridade física (ARON, 1986, p. 185; CLAUSEWITZ, 2010, p. 49; STRACHAN, 2008, p. 151, 127).

As atividades militares visam sempre atingir não apenas as forças materiais, mas também as forças morais, isto porque as forças morais podem, inclusive, contrabalancear os efeitos da força física, uma vez que a coragem e a moral inflamada, por um lado, ou o medo, por outro, sempre resulta diretamente na disposição física das pessoas em guerra (CLAUSEWITZ, 2007, p. 324; STRACHAN, 2008, p. 127). Enquanto as forças materiais podem (principalmente com os recursos da atualidade) ser medidas, as forças morais somente podem ser estimadas. Nas considerações de Clausewitz, “toda teoria torna-se infinitamente mais difícil no momento que entra em contato com o domínio da grandeza do espírito”. Isso, somado ao fato de que a guerra não é algo unilateral, é que as forças morais e psicológicas de ambos os lados da guerra devem ser consideradas (CLAUSEWITZ, 2010, p. 58, tradução nossa)⁴⁰.

Clausewitz identifica que os sentimentos e as intenções hostis fazem com os homens lutem entre si. Naturalmente, uma guerra não advém apenas de ambos, mas eles podem, até certo ponto, ser fundamentais em batalha. O general aponta que mesmo que não exista qualquer ódio ao inimigo anteriormente ao conflito, o próprio combate desperta sentimentos hostis. Isto é, a violência provém do desejo de vingança e retaliação (CLAUSEWITZ, 2010, p. 59). Tendo isso em mente, Clausewitz adverte que a violência não depende, em última análise, ao “nível de civilização” de uma nação, “mas de quanto sejam importantes os interesses conflitantes, ou de quanto tempo durarem os seus conflitos”. Dessa forma, se as nações mais civilizadas não cometem crimes tão agressivos, “é porque a inteligência desempenha um papel maior em seus métodos de guerra e ensinou-lhes maneiras mais eficazes de empregar a força do que a crua expressão do instinto”. Ainda nas palavras do autor: “A invenção da pólvora e o constante aperfeiçoamento das armas de fogo são por si sós suficientes para mostrar que o progresso da civilização nada fez de prático para alterar ou para desviar o impulso de destruir o inimigo, que é essencial à própria ideia de guerra” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 77). Isso, se visto na atualidade, é ainda mais

⁴⁰ No original: “Jede Theorie wird von dem Augenblick an unendlich viel schwieriger, wie sie das Gebiet geistiger Größen berührt” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 58).

evidente, quando observado que as nações ditas mais avançadas seguem com o desenvolvimento de armamentos militares cada vez mais rebuscados.

A guerra, como será melhor discutida posteriormente, está no domínio da incerteza, de modo que o incerto e o perigo têm um impacto muito profundo no comportamento dos soldados, ou melhor, dos seres humanos. O medo frente ao perigo é a principal interferência no discernimento. Usando a mesma figura de linguagem de Clausewitz, enquanto a incerteza está em um dos pratos da balança, a coragem e a autoconfiança devem ser jogadas no outro prato para se conseguir o equilíbrio. Como comenta Aron:

Em outras palavras, o elemento moral intervém primeiro na mais simplificada teoria, comparável à economia pura: a vontade de vencer, de fazer o outro ceder, desempenha o papel que a vontade de maximização em economia. Este elemento moral intervém uma segunda vez quando o teórico passa do cálculo rigoroso ao cálculo das probabilidades e reintegra em seu objeto a dupla incerteza objetiva e subjetiva, uma ligada às circunstâncias materiais, a outra às circunstâncias humanas, incerteza esta que lança um desafio à coragem e que multiplica a resposta da coragem. (ARON, 1986, p. 183).

Segundo Clausewitz (2007, p. 295): “a guerra pressupõe a fraqueza humana e procura explorá-la”. Diante disso, dentro da “névoa da guerra”, um dos elementos que compreendem essa lição é o ataque ao inimigo despreparado, isto é, a surpresa. Esse é um elemento que atinge o inimigo em um momento não esperado e, justamente por isso, busca obter superioridade. Um ataque surpresa com êxito em alto grau confunde o inimigo e abaixa a sua moral. No entanto, Clausewitz adverte que, se na teoria isso parece obter sucesso, na prática é bem diferente: “os casos em que a surpresa levou a importantes resultados são muito raros”; isso porque ela é dependente do acaso, da coincidência e das fraquezas da percepção humana (CLAUSEWITZ, 2007, p. 225-226).

Quando retomado o período das guerras napoleônicas, a coragem dos soldados – formado principalmente por civis – foi um elemento de supra importância. É claro que dentro desse contexto, o patriotismo é um dos elementos morais mais importantes. Como sugere Strachan (2008, p. 124), Clausewitz: “testemunhou o exército de Napoleão ir de vitória em vitória, cada vez mais animado por seu senso de invencibilidade e pela avaliação que cada soldado fazia de seus próprios recursos pessoais”. O general entende que as paixões e emoções são essenciais na guerra, sobretudo a coragem e patriotismo. Clausewitz não participou das reformas do

exército sem motivos, ele entendia a necessidade de se trazer esses elementos para o exército prussiano, frente aos intensos sentimentos dos franceses fortemente explorados na guerra. Era preciso entender o exército prussiano como seres em si na sua complexidade. Para Clausewitz, um povo em armas, distante da disciplina e próximo do entusiasmo e animosidade, é potencialmente mais forte que um exército regular. Nas suas palavras: “um exército pode estar imbuído de coragem por duas razões: pode advir naturalmente do povo do qual os soldados foram recrutados, ou pode ser o resultado de uma guerra vitoriosa travada sob uma liderança corajosa” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 218). Mas, ainda assim, é importante ressaltar que “a coragem é um sentimento, uma emoção, e não um estado permanente”, de modo que também é variável dependendo do contexto, do desejo e do encorajamento.

Portanto, as reações psicológicas têm espaço central na teoria de Clausewitz, inclusive no sentido de refutar qualquer esquematismo da guerra. É claro que o autor se dedica mais a discutir esses aspectos principalmente em relação aos comandantes e aos exércitos em consideração ao povo. Mas esses três elementos, que serão posteriormente discutidos no âmbito da “trindade da guerra”, representam uma configuração da maioria das guerras até então – no período de Clausewitz – e não indicam uma norma rígida a cada segmento. Não se pode considerar a guerra e os seus resultados, mesmo os resultados militares (vitória e derrota), sem ponderar os efeitos psicológicos. Esses elementos humanos são atemporais. Independentemente da guerra ser travada por soldados ou por civis, medo, coragem, vingança, patriotismo são características que estão em jogo, afinal de contas, são inerentes ao próprio ser humano.

Frente a tudo isso, uma questão que será posta aqui, mas debatida somente mais adiante diz respeito ao entendimento ético da guerra. Seria a guerra algo que, como sugere Strachan (2008, p. 90), escaparia da esfera da moral? Isto é, assim como Maquiavel, entendendo a guerra como uma atividade necessária? Cormier (2016, p. 9, tradução nossa) considera que “a definição de Clausewitz esclarece que a guerra é uma construção humana e que somos responsáveis por todos os seus excessos e crueldades, bem como por sua nobreza, quando levados a sério”⁴¹. Na perspectiva

⁴¹ No original: “Clausewitz’s definition clarifies that war is a human construct and that we are responsible for its every excess and cruelty as well as its nobility when waged on just grounds” (CORMIER, 2016, p.9).

clauswitziana, a guerra, como será ainda mais bem explorado, é uma instrumentalização da violência pelo homem e não um direito.

É importante para esse trabalho, portanto, entender que a guerra deve ser compreendida dentro das relações humanas e sociais. A princípio, o choque de vontades e interesses leva ao confronto entre entes que se esforçam a fim de sobrepor os seus interesses sobre o outro. O instinto de vingança desperta sentimentos hostis nas pessoas de modo com que acarrete a reciprocidade da guerra. Do mesmo modo, coragem e medo são dois dos sentimentos que devem sempre ser considerados na teoria e na prática. Os ataques surpresas – caros a essa pesquisa - exploram exatamente esse aspecto de imprevisibilidade, do modo que atingem não somente as forças físicas, mas também as forças morais inimigas. Todos esses elementos apresentados são naturais dos seres humanos e não são medidos pelo “nível de civilização” dos sujeitos.

2.2.2 Meios e Fins

2.2.2.1 Dimensões táticas e estratégicas

“A guerra é um ato de violência para obrigar o inimigo a cumprir a nossa vontade”. Essa definição evidencia dois pontos fundamentais: os objetivos e os propósitos da guerra. O objetivo da guerra é fazer com que o inimigo não consiga cumprir a sua intenção de impor a sua vontade sobre o oponente, isto é, acabar com a sua resistência; enquanto o propósito diz respeito a “vontade a ser cumprida”, que, segundo Clausewitz, é determinada pela política. Em outras palavras, o propósito político é, portanto, o ponto de orientação da guerra, o qual “determinará assim, tanto o propósito militar a ser atingido como a intensidade do esforço que ele exige” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 82).

Os meios de se atingir o objetivo e o propósito da guerra são feitos através da tática e da estratégia. Clausewitz discute que a tática e a estratégia, ainda que sejam relacionadas, possuem sentidos diferentes. É evidente que não cabe a este trabalho fazer uma exploração aprofundada do desenvolvimento técnico que Clausewitz faz, em virtude das transformações históricas ao longo desses anos e da pluralidade de ações táticas e estratégicas. No entanto, alguns elementos básicos e discussões são pertinentes ao tema. Em definição, a tática ensina o emprego das forças no combate

de forma isolada, enquanto a estratégia está relacionada com a “*utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra*” (CLAUSEWITZ, 2007, p.138). Ou seja, a tática trata do combate de uma forma isolada, “da maneira pela qual as forças devem ser utilizadas no caso de um engajamento”, enquanto a estratégia, por sua vez, planeja as batalhas individuais considerando o seu objetivo final, as forças, o espaço e o tempo, de modo que compreende a importância do engajamento, dando significação ao uso das batalhas individuais. O objetivo da estratégia é atingir o propósito da guerra e os seus fins são “aqueles propósitos que levarão diretamente à paz” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 158). Pode-se dizer que a estratégia forma o elo entre o nível tático e os propósitos políticos da guerra. É ela que determina todo o planejamento da guerra, no sentido das forças, do lugar e do tempo (CLAUSEWITZ, 2007, p. 140, 144, 158).

Os elementos estratégicos que afetam as ações na guerra podem ser compreendidos em: morais, físicos, matemáticos, geográfico e estatísticos. A rigor, todos estes estão intrinsicamente conectados, mas, considerando a pertinência do assunto à proposta desta pesquisa, não se pretende explorar individualmente cada um deles, mas apenas elucidar alguns aspectos que auxiliam na compreensão do tema. A primeira categoria, por exemplo, foi suficientemente discutida anteriormente, de modo que cabe apenas lembrar a importância das qualidades morais e psicológicas na guerra (CLAUSEWITZ, 2007, p. 207).

Os elementos físicos, isto é, o tamanho das forças armadas traz uma discussão muito pertinente aos encontros de forças desiguais. “Na tática, como na estratégia, a superioridade numérica é o elemento mais comum na vitória”, isto é, “a melhor estratégia é sempre ser muito forte” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 220, 232). É a estratégia, portanto, que determina o tamanho das forças armadas na guerra. Em determinadas situações, a superioridade numérica é tão grande que é, sem dúvida, o fator mais importante para a vitória militar; ou seja, a superioridade - em números - é grande o suficiente para equilibrar os demais fatores envolvidos e tem poder suficiente para derrotar o inimigo. Se observado em uma perspectiva mais recente, não se pode concordar que a superioridade numérica de soldados tem o mesmo peso que na época de Clausewitz, isso porque ele não contava – evidentemente – com o desenvolvimento da tecnologia nos parâmetros atuais. No entanto, essa observação não é de todo irrelevante. Quando considerado que a própria obra de Clausewitz permite essa reinterpretação em diferentes cenários, pode-se entender que ao pensar

as forças físicas especificamente – que, no caso do autor, era representado, em especial, pelas forças dos homens - na atualidade, isso se dá com os armamentos mais desenvolvidos. Em outras palavras, a teoria se mantém atual, ao passo que não se apegue ao aspecto datado de sua obra e se considere o mesmo pensamento lógico em uma perspectiva mais recente. Na prática, “*a melhor estratégia é sempre ser muito forte*” se mantém verdadeira a partir de elementos diferentes.

No pensamento de Clausewitz, em exércitos de níveis comparáveis (no sentido de equipamentos, forças e organização), as diferenças entre si serão dadas no espírito das tropas e na capacidade do comandante. No entanto, o autor também entendia que, na realidade, as guerras eram travadas entre entes de forças bastante desiguais. Nessas circunstâncias, um dos elementos comentados e que são utilizados taticamente para obter vantagem estrategicamente é a surpresa. Isto porque, se não é possível um confronto diante da dessemelhança entre forças físicas, as forças morais se tornam alvos principais, de modo a atingir a moral do inimigo e diminuir seus ânimos. Isso se dá, pois a relativa autopreservação das próprias forças também é uma das preocupações centrais de um exército. O autor observa: “para o lado que pode se beneficiar com os efeitos psicológicos da surpresa, quanto pior for a situação melhor ela poderá ficar enquanto o inimigo encontrar-se incapaz de tomar decisões coerentes”. No entanto, Clausewitz adverte que foram muito raros os casos em que a surpresa levou a resultados satisfatórios. Isso porque “na estratégia, [...] a surpresa torna-se tão mais viável quanto mais perto do reino da tática ela ocorrer, e tão mais difícil quanto mais se aproximar dos níveis mais elevados da política” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 225-228, 232, 343).

Da mesma forma que a estratégia se ocupa das forças físicas, ela também determina o espaço de ação da guerra. É a estratégia, em consonância com os fins políticos, que decide o espaço em que a batalha será dada. É evidente que isso deve ser pensado, considerando que a guerra contempla dois – ou mais – lados, de modo que o espaço será determinado por ambas as partes. A definição do teatro de operações é feita tendo em mente a importância do mesmo para o objetivo da guerra. Na realidade, conter o inimigo e assim atingir os propósitos finais é a luz que guia as ações estratégicas. Compreende-se, então, que a estratégia está intimamente relacionada com a política e as questões do Estado, de forma que “tanto na política quanto na guerra, ao nível da estratégia, é difícil antever, prognosticar, avaliar o mais amplo universo de questões no qual o plano político ou de guerra pode ser

desdobrado”. Isso quer dizer que exige ao estrategista um nível elevado de raciocínio intelectual criativo e que deve agir em congruência com as decisões políticas e não puramente militares (CLAUSEWITZ, 2007, 163, 322-323; DAASE; SCHINDLER, 2009, p. 716; PASSOS, 2014, p. 106).

Por outro lado, “a *tática* oferecerá muito menos dificuldades ao teórico do que a *estratégia*” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 155). A *tática* é a parte da teoria da guerra em que é possível um maior estabelecimento de “princípios”. Clausewitz dá, inclusive, alguns exemplos de princípios táticos, contudo, utilizando as próprias palavras do autor (2007, p. 168-169): “nenhum desses conceitos pode ser aplicado de uma maneira dogmática em todas as situações”, de forma que uma aplicação sistemática não é o intuito de seu estudo. É evidente, no entanto, que alguns desses princípios não são muito mais úteis para a realidade atual, ou “as armas de fogo não devem ser utilizadas até que o inimigo esteja dentro do seu alcance eficaz” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 168) é essencial em uma era com armas de longo alcance e drones? A *tática*, como aponta o autor, está “praticamente restrita aos fatores materiais”, de modo que pode se desenvolver em estudos mais direcionais, mas ao mesmo tempo, mais limitado no tempo e no espaço. A evolução das armas na guerra afeta diretamente o modo como as *táticas* e as *estratégias* são planejadas e implementadas, mas isso não faz com o que pensamento de Clausewitz esteja errado. O autor argumenta que uma mudança na natureza da *tática* também reflete automaticamente na *estratégia*, para que sejam coerentes e racionais. Isso significa que mesmo atualmente, diante de novas armas ou de novas *táticas*, as *estratégias* também são reinventadas (CLAUSEWITZ, 2007, p. 257; CORMIER, 2016, p. 230-231).

2.2.2.2 A névoa da guerra e o planejamento

Como comentado anteriormente, referente a crítica de Clausewitz ao terceiro grupo de autores militares que previam doutrinas positivas, a discussão sobre a condução da guerra está diretamente atrelada ao contexto em que a situação ocorre. Diante disso, uma análise militar com um real valor não só para o seu tempo, mas também para a posteridade, deveria ser feita em um nível muito mais profundo do que já se havia realizado (HOWARD, 1983, p. 11). Clausewitz entende que a guerra não é algo que pode ser regido por leis científicas, isso porque envolve conflitos de vontades, forças morais e uma série de outras probabilidades e acasos que são

alheios ao homem e que não seriam possíveis de prever através de cálculos matemáticos. Como foram recém apresentados, contemplar os aspectos morais e psicológicos são fundamentais para qualquer teoria.

Dessa forma, tanto as peculiaridades dos aspectos morais, quanto as probabilidades naturais da própria realidade das coisas fazem a guerra tomar caminhos não plenamente previsíveis. Não se pode, por exemplo, ter certeza dos próximos movimentos do oponente em uma guerra. Essas inúmeras incertezas que se aplicam são denominadas por Clausewitz de “névoa da guerra”, em uma alusão explícita a falta de clareza que obscurecem as informações na guerra. Portanto, sendo a guerra suscetível às transformações do acaso, ela é “o domínio da incerteza”. Três quartos dos fatores em que se baseiam os combates estão envoltos numa névoa de maior ou menor dúvida (CLAUSEWITZ, 2007, p. 109).

Essa série de transformações e variáveis que se põem à guerra devem ser consideradas tanto na teoria, quanto na prática. Segundo Clausewitz, a guerra é “um reino do acaso”, isto é, se dá em meio a diversos eventos imprevisíveis que torna tudo incerto e age diretamente no planejamento e na ação da guerra, de modo a atuar como um atrito ao desenvolvimento da mesma. Esses acontecimentos são representados, por Clausewitz, no conceito de fricção: termo emprestado da mecânica e que vem no sentido justamente de representar esses “inúmeros incidentes de pequena importância - do tipo que você nunca pode realmente prever – [os quais] combinam-se para reduzir o nível geral de desempenho, de modo que ficamos sempre aquém da meta desejada” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 92).

O acaso e o incerto, além de afetar diretamente os aspectos morais como foi apresentado, também atinge a conduta da guerra. As forças militares buscam, através da inteligência, reduzir essas incertezas, de modo que qualquer planejamento que não contemple esses percalços, podem ter todo o desempenho do engajamento alterado. O uso da inteligência está, portanto, no sentido de saber lidar com esses acontecimentos, uma vez que nem sempre são possíveis controlá-los e calculá-los. Mesmo na atualidade, com todo equipamento tecnológico possível, o engajamento ainda está suscetível a uma série de fontes clássicas do acaso, como o clima ou as ações inesperadas do inimigo. Diante disso, a guerra é como um “jogo de azar” em que aqueles que estão envolvidos tornam-se seus jogadores, caminhando entre a sorte ou a infelicidade perante esses imprevistos (CLAUSEWITZ, 2007, p. 87; HOWARD, 1976, p. 25; WALDMAN, 2009, p. 230).

Frente a isso, a “guerra é uma questão de habilidade, bem como probabilidade”, uma vez que a fricção nunca pode ser totalmente excluída. Isso quer dizer que para lidar com essas variabilidades, é preciso ter um grande talento, posto que confiar apenas em princípios rígidos não serão suficientes para o sucesso. Desse modo, o autor entende que o comandante bem-sucedido não é aquele erudito e culto que “conhecia as regras do jogo”, mas sim aquele que as criava através do seu gênio, ou seja, sua aptidão, sua inteligência e força de vontade que move a guerra diante do contrapeso da fricção. Clausewitz entende que existem formas na condução da guerra que podem auxiliar a reduzir a fricção, seja através do método e da rotina, onde são exploradas as técnicas (principalmente em níveis táticos) que são melhor sucedidas no maior número de vezes possíveis, ou através do treinamento árduo, ou da experiência em combate, ou ainda, através do gênio do comandante. Isto porque, não é possível medir com total precisão as forças físicas e morais do inimigo, bem como os eventuais episódios que podem ocorrer. Sobre isso, Clausewitz aponta

Neste ponto, portanto, a atividade intelectual deixa o campo das ciências exatas, da lógica e da matemática. Torna-se então uma arte, no sentido mais amplo do termo - a faculdade de utilizar o discernimento para detectar os elementos mais importantes e decisivos na vasta série de fatos e de situações. Este poder de discernimento consiste indubitavelmente, num maior ou menor grau, na comparação intuitiva de todos os fatores e de todas as circunstâncias deles decorrentes. O que é remoto e secundário é imediatamente descartado, enquanto que os pontos mais urgentes e mais importantes são identificados com uma velocidade maior do que poderia ser feito através de uma dedução estritamente lógica. (CLAUSEWITZ, 2007, 693).

O planejamento é um ponto essencial para a guerra, mas a inteligência em lidar com obstáculos é igualmente importante. Segundo Clausewitz, os comandantes de maiores destaques eram homens que nunca tiveram um alto grau de estudo, mas sim aqueles que compreendiam a guerra na sua realidade, que, através do processo de observação, formava seu conhecimento e agia conforme sua percepção. Nas palavras de Clausewitz (2007, p. 129): “ele deve orientar-se pelas leis da probabilidade. Estas leis são difíceis de aplicar quando os planos são esboçados num escritório, longe da esfera de ação”. Mais do que estudos e conhecimentos secundários, o bom comandante é aquele que, diante da imprevisibilidade e de fatores incontroláveis na guerra, observam essas adversidades como oportunidades a serem aproveitadas. Desse modo, fórmula alguma poderia considerar todos os percalços da guerra. Por isso, não seria possível uma teoria que servisse como um modelo exato para todas

as situações, de modo que a inteligência deve triunfar sobre as incertezas e o acaso (CLAUSEWITZ, 2007, p. 158-163; HOWARD, 1983, p. 1,14; STRACHAN, 2008, p. 151; WALDMAN, 2009, p. 259).

Diante de tantas imprecisões, Clausewitz em sua época já evidenciava como a informação e comunicação são essenciais para o sucesso da guerra. É claro que nesse sentido as suas contribuições quanto as linhas de comunicação são bastante ultrapassadas para a realidade dos dias de hoje. No entanto, a ideia permanece a mesma: é necessário “um discernimento sensível e perspicaz e uma exímia inteligência⁴² para descobrir a verdade” (CLAUSEWITZ, 2007, 109).

Ademais, além de saber lidar com os imprevistos, também é importante entender os aspectos morais e psicológicos, já explorados. Da mesma forma, é preciso que os mais altos comandantes tenham conhecimento da política nacional, afinal, “nesse nível, a estratégia e a política se misturam”. A falta de conhecimento exato da situação pode levar qualquer ação militar a uma paralisação e, como já foi apresentado, o conhecimento sobre o inimigo é sempre impreciso. A guerra se dá, portanto, em meio a uma névoa ou penumbra onde muitas coisas podem acontecer (CLAUSEWITZ, 2007, p. 87, 153). Diante dessas enormes instabilidades, é preciso ter em mente algumas clarezas. Como escreve Clausewitz:

Ninguém dá início a uma guerra - ou melhor, ninguém em sã consciência deveria fazê-lo - sem ter primeiro claro em sua mente o que pretende obter através dela e como pretende conduzi-la. O primeiro é o seu propósito político. O último, o seu propósito operativo. Este é o princípio orientador que estabelecerá a sua linha de ação, determinará o vulto dos meios e dos esforços necessários e fará com que a sua influência seja plenamente sentida até o menor detalhe operativo. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 686).

Desse modo, os fins que se desejam alcançar através da guerra devem ser claros e definidos, tais quais os possíveis modos de condução da guerra e os recursos disponíveis. Também, por mais que pareça óbvio, é preciso ter clareza e definição em

⁴² Apenas no sentido de dar nota sobre a tradução, apresenta-se que na versão Howard e Paret, e consequentemente na brasileira, o autor utiliza nesta passagem o termo “*intelligence*” (1989, p. 101) / “inteligência” (2007, p. 109), enquanto que na versão original, o termo utilizado é “*Verstand*”, que pode ser traduzido como entendimento, intelecto, discernimento. Algumas páginas a diante, no capítulo VI do Livro I, a tradução de “*Nachrichten im Krieg*”, na versão de Howard e Paret, e consequentemente na brasileira, é utilizado novamente o termo “*intelligence*” (1989, p. 117) / “inteligência” (2007, p. 129), mas no sentido referente ao conhecimento tanto do país inimigo, quanto do seu próprio, de forma que, nos níveis mais altos, seja fundamental que os comandantes também entendam de política nacional.

quem seja o inimigo, bem como as condições sociais, políticas e econômicas dos respectivos envolvidos.

Como saber, em contexto de guerra, quem é o inimigo? Primeiramente, o inimigo é aquele que tem vontades irreconciliáveis às suas. Vontades essas que são determinadas politicamente e que se traduzem em interesses e objetivos claros. Como o objetivo da guerra é obrigar o inimigo a ceder à nossa vontade, o propósito da guerra não será efetivamente alcançado se não houver clareza quanto as formas de compeli-lo. Se os objetivos políticos não são determinados e claros, e imprecisos no sentido militar, será muito difícil conduzir a guerra, de modo que a falta de consonância entre os objetivos militares e políticos não resultará no propósito final da guerra. No nível estratégico, é fundamental o conhecimento do inimigo, assim como os fatores políticos, econômicos e morais que moldam seus objetivos. A definição de um teatro de operações prevê não apenas a limitação geográfica do confronto, mas também compreende todas as forças inseridas nele. Portanto, tendo que um reconhecimento preciso de todos os cenários da guerra é extremamente difícil em virtude das razões mencionadas, é necessário, pelo menos, ter clareza quanto aos principais elementos da guerra: atacante, defensor, meios violentos, objetivos militares e fins políticos; uma vez que, na prática, existe um abismo entre o planejamento e a execução (CLAUSEWITZ, 2007, p. 130, 322-323).

Diante de tudo, a determinação desses aspectos é primordial para a guerra. Sendo a guerra um embate de vontades distintas, é essencial que se tenha claro todos os elementos que compõem essa relação. A guerra exprime a ação e reação entre entes distintos; é, preciso, logo, ter a clareza sobre esse inimigo, pois a mesma não configura uma manifestação da violência unilateralmente. Do mesmo modo, é importante buscar compreender ao máximo o lado oposto, uma vez que nunca se sabe exatamente os caminhos que ele irá seguir, mas, ao passo que se tenha esclarecido suas motivações, suas forças físicas e morais, facilita ao gênio lidar com as inconstâncias da guerra. Ainda assim, é preciso ter em mente as limitações lógicas do teatro de operações para que se possa realizar estudos de reconhecimento das áreas. Todos esses aspectos são fundamentais ainda nos dias de hoje. É completamente ilógico travar qualquer tipo de guerra em que esses elementos não sejam bem definidos. Como poderia a guerra na realidade propor algo que fugisse desses parâmetros e ainda assim mantivesse uma racionalidade? Pensar, por exemplo, em guerras em que um dos entes considera o inimigo em proporção global

ou determinam o próprio espaço terrestre como o palco de ação só podem ser pensados em planos abstratos e não reais. Isso porque o que define todos os meios e o planejamento da guerra são os seus fins, os quais parecem inconcebíveis em termos de congruência.

2.2.2.3 Defesa e Ataque

A discussão sobre a defesa e o ataque na guerra é um dos temas centrais na teoria do autor e são desenvolvidos nos sexto e sétimo livros em “Da Guerra”. Neste momento, Clausewitz ainda está preso a definição unitária de uma guerra real e não havia desenvolvido a discussão sobre a política, como será feita posteriormente. Portanto, é preciso retomar o porquê da guerra ser dividida nessas duas formas e porque ela são distintas. É importante lembrar que a guerra somente se inicia com a reação do lado atacado, pois trata-se de um conflito recíproco de forças e apenas o ataque não leva à mesma; “onde não existe resistência, a violência militar seria dispensável (DAASE, 2007, p. 194, tradução nossa)⁴³”. Se a guerra assumisse apenas uma forma – o ataque – e não existisse a defesa, então toda a vantagem dada a um dos lados, corresponderia a mesma desvantagem para o lado oposto e, assim, “existiria a verdadeira polaridade”, um jogo de soma zero. Mas, na realidade, na guerra, existem duas formas distintas de ação: o ataque e a defesa (CLAUSEWITZ, 2007, p. 86).

A repulsa é direcionada somente ao ataque, isto é um pré-requisito para que a própria defesa exista, ou seja, a defesa tem um propósito negativo no sentido de ter como fim último impedir o inimigo de atingir seu objetivo. Clausewitz (2007, p. 417) escreve: “qual é o conceito de defesa? Aparar um golpe. Qual o seu traço característico? Aguardar o golpe. É este traço que transforma qualquer ação numa ação defensiva”. A defesa visa, portanto, resistir ou repelir o ataque, de modo que tenha uma finalidade negativa em comparação ao ataque, porque ela prevê não ceder, enquanto o ataque visa conquistar; logo, este possui um propósito positivo. Contudo, a defesa somente deve ser empregada enquanto existir fragilidade, mas que - como o ataque não pode se desenvolver integralmente com a mesma intensidade – repelirá o atacante em contra-ataque no momento após o golpe.

⁴³ No original: “Where no resistance exists, military violence would be dispensable” (DAASE, 2007, p. 194).

Ainda que tenha sido atribuído a Clausewitz, principalmente pela interpretação de Liddell Hart, o entendimento de que o autor teria favorecido o uso da estratégia ofensiva, o autor, por diversas vezes no texto evidencia que a ideia é justamente o oposto. Segundo Clausewitz, a defesa é superior ao ataque, no sentido de que tem vantagens quanto ao tempo, mas isso não significa que se trata de uma espera passiva. Pelo contrário, a defesa deve ser ativa no sentido de preparar-se e defender-se do ataque. A defesa pode ser suficientemente sólida de modo que leve a destruir o efeito da polaridade e dissuadir o inimigo. Na visão do autor, a superioridade da defesa “explica sem qualquer incoerência a maioria dos períodos de inação que ocorrem na guerra” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 87, 418, 537). Em teoria, se fosse entendido que a ofensiva fosse superior ao ataque, poder-se-ia imaginar que dois entes marchariam, os dois em estados ofensivos, e chocar-se-iam, atacando um ao outro em uma única batalha. Se o ataque fosse a forma mais vigorosa, a defesa não teria sentido. O ataque tem o imperativo de agir com a máxima velocidade, utilizando a vantagem do seu próprio movimento e dinâmica para uma grande força de impacto, de modo que ambos os lados se colidem em um grande choque decisivo. A estratégia ofensiva é, assim, a aplicação de todas as forças disponíveis no tempo e no espaço. No entanto, diferentemente da teoria, a realidade é que a maioria das guerras não são feitas a partir de um único choque brusco; isto é, na prática não existe um ataque constante com emprego de forças na mesma intensidade. Após o ataque, a reciprocidade da violência do lado atacado se volta em um contra-ataque de modo a colocar o “atacante inicial” em uma posição defensiva (CLAUSEWITZ, 2007, p. 79, 419; STRACHAN, 2008, p. 137).

A espera da defesa em contra-atacar tem um sentido próprio. A defesa busca retardar a decisão, adiar o combate no tempo e no espaço, até o momento que for considerado o momento decisivo. Isso leva a um ponto também importante que é a diferença entre forças. Na guerra, a destruição das forças armadas do inimigo é a ação mais apropriada, no sentido de derrotá-la suficientemente a ponto de que essa não consiga mais lutar. A questão é que, na realidade, as guerras se dão entre entes dotados de forças muito desiguais, de modo que o lado mais fraco tenderia, em campo, a se render (CLAUSEWITZ, 2007, p. 98). Nas palavras de Clausewitz:

A experiência mostra que, admitindo-se a existência de dois teatros de operações, é praticamente desconhecido um exemplo do exército mais fraco ter atacado e o mais forte ter ficado na defensiva. Sempre ocorreu o oposto

em todos os lugares, e isto prova amplamente que os comandantes aceitam a defesa como sendo a forma mais vigorosa, mesmo quando pessoalmente preferem atacar (CLAUSEWITZ, 2007, p. 420).

No entanto, existem outras formas de atingir o inimigo que não o confronto frontal e, dentre elas, a mais importante é o desgaste do inimigo, tanto físico como moral. Esse método é comumente utilizado em casos de discrepância de forças e tende, além de desviar-se de ataques frontais, preservar as próprias forças (CLAUSEWITZ, 2007, p. 98).

Como aborda Daase e Schindler (2009), a defesa pode ser tática, estratégica ou política. A defesa tática é a espera do ataque inimigo durante o conflito, ao invés de iniciar o ataque; a defesa estratégica significa a proteção do território nacional, ao invés da conquista de terras internacionais; a defesa política é a luta de uma nação por sua liberdade e existência, e não por sua expansão. As guerras convencionais, entre Estados com forças mais ou menos parecidas, tendem a ser taticamente defensivas, mas estrategicamente ofensivas. Por outro lado, guerras entre entes de forças desiguais tendem a ser taticamente ofensivas e estrategicamente defensivas. Isto porque, o ator mais fraco evita o confronto direto para permitir a sua sobrevivência, mas ainda assim enfraquecê-lo política e militarmente. Desse modo, ele recorre a ofensivas de pequeno enfrentamento, mas que são importantes para a guerra, como centros logísticos ou linhas de comunicação. Essas formas de ação são principalmente utilizadas por atores não-estatais, diante da assimetria de forças. Nesse ponto, o conceito de “centro de gravidade”, “*Schwerpunkts*”, tem um importante sentido.

O que Clausewitz entende por “centro de gravidade” são os pontos onde os atores são mais vulneráveis e são variáveis segundo o foco dos atores:

Destas características forma-se um determinado centro de gravidade, o ponto central de todo o poder e de todo o movimento, do qual tudo depende. É contra este ponto que todas as nossas energias devem ser dirigidas. As pequenas coisas sempre dependeram das grandes, sem importância ou importantes, eventuais ou essenciais. Isto deve orientar a nossa abordagem (CLAUSEWITZ, 2007, p. 705).

Desse modo, a “localização” do centro de gravidade depende de cada ator. Os Estados absolutistas, por exemplo, têm o foco nos exércitos; enquanto, atores de lutas domésticas ou revoltas populares tendem a mirar na capital (se elas forem não só centros de administração, mas também das atividades sociais, políticas e

profissionais), nos atores e líderes políticos; ou ainda, países pequenos que dependem de outros maiores, devem mirar suas energias no exército de seu protetor. Isso evidencia como cada ator na guerra tem “prioridades” diferentes, isto é, o ponto sobre o qual as forças devem ser dirigidas dependem das características específicas de determinada guerra. Sendo assim, os centros de gravidade correspondem a pontos dinâmicos físicos e/ou morais – considerando que ambos interagem totalmente – que são essenciais no nível estratégico (CLAUSEWITZ, 2007, p. 706; DAASE; SCHINDLER, 2009, p. 725).

Retomando, portanto, o ponto sobre as estratégias defensivas de atores com forças muito desiguais, pode-se questionar de que forma a estratégia defensiva pode ser bem-sucedida diante da não capacidade de enfrentamento da guerra. Neste ponto, é essencial ter claro, mais uma vez, que a estratégia deve sempre ser recurso em consonância com a política, mas isso não significa que os resultados militares são iguais aos resultados políticos. Em outras palavras, o que se quer dizer é que uma vitória militar pode levar tanto a derrota da política (bem-sucedida apenas militarmente), quanto uma derrota militar pode levar a vitória política (bem-sucedida no propósito da guerra, politicamente). Como lembra Daase e Schindler (2009, p. 726, tradução nossa): “vitória militar (isto é, o alcance de objetivos estratégicos) e o sucesso político (isto é, o alcance de fins políticos) são de fato dois aspectos independentes da guerra”⁴⁴. Portanto, mesmo em uma estratégia defensiva, o objetivo político pode ser ofensivo (por exemplo, com a intenção de mudar uma ordem política), quanto defensivo (por exemplo, com a manutenção do *status quo*).

Assim, Clausewitz defende a superioridade da defesa sobre o ataque, de modo a entender que a defesa não consiste em um espera passiva, mas sim uma movimentação ativa na construção da sua defesa, como um escudo, que após passado o ataque, reage com forças ainda maiores. Nas guerras assimétricas, entre forças muito desiguais, as forças mais fracas tenderão a buscar outra forma de ataque, que não o confronto direto. A tática será ofensiva, mas direcionada a alvos que não sejam diretamente as forças inimigas, no intuito não de obter vitória militar, mas sim com uma estratégia defensiva de sobrevivência das suas forças e do propósito político.

⁴⁴ No original: “*Militärischer Sieg (das heißt die Erreichung der strategischen Ziele) und politischer Erfolg (das heißt die Erreichung der politischen Zwecke) sind nämlich zwei unabhängige Aspekte des Krieges*” (DAASE; SCHINDLER, 2009, p. 726).

Esses pontos são, dentro da discussão sobre ataque e defesa à luz da proposta desse trabalho, os mais importantes a serem considerados. Clausewitz pode, até aqui, compreender e analisar as diferentes formas que a guerra se manifesta. Correspondem, como apresentado anteriormente, ao primeiro momento dialético do pensamento do autor; os elementos trabalhados dizem respeito ao questionamento de “como se faz a guerra”. A partir disso, o general compreende que cada guerra é concebida dependendo de cada situação e, desse modo, uma teoria que busque entender as guerras em um sentido mais próprio do que é a guerra, deve fazer uma análise mais complexa, discutindo a natureza da mesma.

1.2.3. A Natureza da Guerra

Em um primeiro momento, Clausewitz desenvolveu um conceito unitário de guerra na intenção de aglutinar elementos que fossem universais, existentes na maioria das guerras; isto é, o que fosse da sua natureza. Contudo, as guerras travadas na era napoleônica apresentavam uma intensidade, ligadas sobretudo à violência, nunca antes vista. A condução das batalhas se dava de modo intenso até a rendição do inimigo, priorizando-se a batalha decisiva em contexto de enorme mobilização da sociedade francesa, recursos, conscrição e superioridade em termos de motivação psicológica. O general estava, então, diante de um problema: como poderia esse conceito unitário enquadrar tanto as guerras anteriores a esse período quanto elas próprias? As Guerras Napoleônicas teriam alcançado alguma forma de perfeição absoluta da guerra? Todas as guerras do futuro seriam assim? Como comenta Strachan (2008, p. 148):

Ambas as perguntas o deixaram com sérios problemas de metodologia. Clausewitz, o historiador e discípulo leal de Scharnhorst, precisava reconhecer que a guerra absoluta não podia ser um modelo universalmente aplicável a guerras reais, ao passo que sua própria experiência lhe dizia que tinha testemunhado algo semelhante à guerra absoluta. Quis, portanto, encontrar uma teoria que pudesse acomodar não só uma forma de realidade, mas duas, a grande parte da história militar e sua própria experiência. (STRACHAN, 2008, p. 148).

Se por um lado, alguns comentadores de Clausewitz acreditam que esses questionamentos foram postos a partir de uma reinterpretação de suas experiências e seus escritos, Cormier (2016, p.116) entende que isso se deu a partir da maior compreensão de Clausewitz da dialética. Dessa forma, poderia um único conceito

contemplar desde uma observação armada até uma guerra de aniquilação? Como poderia a guerra ser conceituada em uma espécie de conceito teórico puro, mas que também representasse a guerra na sua realidade – como um fenômeno comparável a um camaleão, isto é, variável conforme as diferentes conjunturas e situações? Frente a essas variabilidades, uma teoria que visasse compreender a guerra além dessas particularidades deveria conduzir uma investigação da guerra também em termos abstratos. Desse modo, a guerra deveria, então, ser entendida não dentro de um conceito fixo e rígido, mas sim entre dois polos que abrangeriam todas as guerras, desde aquelas que somente poderiam ser imaginadas até aquelas que poderiam ser realizadas. É dessa forma, portanto, que o autor percebe a natureza dual da guerra. A sua intenção em compor estes conceitos teóricos é opor o real ao absoluto, a prática à teoria, entendidos como pares e não isolados. A guerra absoluta e a guerra real seriam conceitos polarizados mutuamente excludentes, mas em reciprocidade (CORMIER, 2016, p. 115-136).

É no Livro VIII - como expresso no título do capítulo II: “*Absoluter und wirklicher Krieg*” – que, segundo Strachan (2008, p. 148): “deu início a uma dialética”. Uma nota não datada e outra de 1827 tratam sobre o reconhecimento de que a guerra não era um fenômeno unitário, mas que haveriam dois tipos distintos de guerra: por um lado, o que seria da guerra se não houvesse limites, na sua forma absoluta; e, por outro, a guerra como ela realmente é, com objetivos mais limitados e uma série de fatores que tornam a guerra mais branda (CORMIER, 2016, p. 9; STRACHAN, 2008, p. 79).

A guerra real passa, portanto, por uma evolução do conceito até que Clausewitz utilizasse a dialética. Em um primeiro momento, no livro V, a guerra real é empregada como uma refutação das linhas de base das doutrinas positivas, isto é, como uma ferramenta retórica frente a irrealidade dessas teorias. Em outro momento, a guerra real é utilizada para fazer oposição aos períodos de paralisação na guerra, carregando o sentido de batalha, da luta propriamente dita. Somente no final de “Da Guerra”, no Livro VIII, é que a guerra real avança para um conceito mais refinado. A partir de então, o conceito teria se tornado mais real, em oposição à forma ideal, mas também, paradoxalmente, menos tangível por ser um conceito fluido. A guerra real é aquela suscetível às probabilidades, acasos e imprevistos, derivados da própria realidade e que as diferem de um plano teórico. As guerras reais enfrentam essas eventualidades que fogem de qualquer esquematismo e falseiam a possibilidade de entendê-la dentro de um modelo matemático – tal como os cálculos geométricos de Jomini tão criticados

pelo autor. Esses fatores imprevisíveis conseguem “mais ou menos” distinguir a guerra real de uma guerra abstrata. Por outro lado, não se pode pensar que a guerra real, fazendo uma oposição à guerra absoluta, fosse algo desprovido de qualquer ação violenta. Todas as guerras existentes são guerra reais, independente do seu grau de violência; elas contêm graus diferentes da essência ideal e absoluta da guerra. A reciprocidade, que é um ponto fundamental da escalada aos extremos da guerra absoluta, encontra uma oposição na aversão ao risco e na fricção. Mas, do mesmo modo, esse conceito é compreendido como uma forma mais branda de guerra por contemplar, além das imprevisibilidades, objetivos políticos limitados. De todo modo, a guerra real é um conceito fluido, que engloba as mais diferentes manifestações da guerra, que dialogam com as variações da guerra absoluta (CLAUSEWITZ, 2007, p. 92 e 131; CORMIER, 2016, p. 120-122, 132, 187; STRACHAN, 2008, p. 150).

A guerra absoluta também toma novos significados durante a obra do autor. É importante, antes de mais nada, não deixar de mencionar que o termo “guerra absoluta”⁴⁵ tem aparições muito pequenas na obra e mesmo as suas variações como “forma absoluta” ou “caráter absoluto” não ganham muito espaço em “Da Guerra”. O termo “absoluto” não foi desenvolvido em nenhum dos primeiros escritos do general. No Livro VI, capítulo XV, Clausewitz utiliza o termo absoluto no sentido de algo possível, real. Entretanto, ao retornar ao Livro I, a guerra absoluta torna-se uma abstração, um conceito teórico. Nesse momento, o adjetivo “*absolut*” passa a ser utilizado, assim como o sexto parágrafo do Livro I, capítulo I, como substantivo: “*das Absolut*”. Por ser uma reflexão mais tardia de Clausewitz, o autor tinha a intenção de desenvolvê-la melhor em um nono livro, mas que sua morte repentina não o permitiu fazer (CORMIER, 2016, p. 118; STRACHAN, 2008, p. 71, 146).

Na interpretação mais madura, Clausewitz entende a guerra absoluta como um conceito analítico, uma fantasia lógica, elaborada em termos extremos e abstratos. A ideia é compreender como seria a guerra se não lhe impusesse limites, isto é, deixando que a mesma chegasse ao seu ponto extremo sem algo político ou material para restringi-la. No plano teórico, a guerra em sua forma pura joga com a reciprocidade de usos extremos da violência que produzem, cada vez mais, extremos maiores. A guerra absoluta é tomada, então, pensando na lógica escalatória da

⁴⁵ O termo “*Absoluten Kriege*”, ou “*Absoluten Kriegen*”, dependendo da declinação do alemão, aparece apenas quatro vezes em toda a obra: uma vez nas páginas 366 e 458, e duas vezes na página 449.

reciprocidade dos inimigos; ou seja, a violência quando desencadeada e inflada pelo processo de reciprocidade indo em direção aos extremos (CORMIER, 2016, p. 119).

Como já foi apresentado, os conceitos de guerra absoluta e guerra real, compreendidos à luz do pensamento kantiano, representavam dois polos mutuamente excludentes, mas ao passo que se aproximam da reflexão de Hegel, passam a ser entendidos a partir do elemento universal que faria parte de ambos, isto é, algo que conteria um dentro do outro. Clausewitz, através da dialética entre o real e o absoluto do sistema hegeliano, compreende a política como o elemento que une as guerras reais às guerras do papel. Desse modo, a política seria a condutora da guerra real, da mesma forma que a guerra absoluta seria igualmente política, mas com a diferença de que seus objetivos políticos seriam ilimitados. Em dezembro de 1827, a política passa a ser, então, a unificadora de toda a sua teoria de guerra (CORMIER, 2016, STRACHAN, 2008, p. 80).

Sendo assim, o elemento político seria, ao mesmo tempo, o moderador e o impulsionador da propensão em caminhar para os extremos. Portanto, é falso pensar que a guerra absoluta seria um conceito apolítico em contraposição a guerra real, como uma forma de guerra política (CORMIER, 2016, p. 125, 131). Nas palavras de Clausewitz (2007, p. 92) é importante “observar que enquanto a política é aparentemente ofuscada num determinado tipo de guerra, e apesar disto fortemente evidenciada em outro, os dois tipos são igualmente políticos”. Nesse sentido, a guerra absoluta parece eclipsar a política, ou até mesmo afastá-la, no entanto, mesmo em sua forma absoluta, a política não se desvencilha do fenômeno bélico, pois é o elemento comum a todas guerras.

Fosse ela [a guerra] uma manifestação de violência total, livre de restrições e absoluta (como exigiria o seu conceito puro), usurparia por sua própria e independente vontade o lugar da política no momento em que esta fosse posta em vigor. Ela expulsaria a política das suas funções e dominaria de acordo com as leis da sua própria natureza, de maneira bem semelhante a uma mina que só pode explodir da maneira ou na direção predeterminada pela sua ajustagem. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 90).

Segundo Aron (1986, p. 144), é a própria política que determina o caráter absoluto. Isso significa que ainda que a guerra seja uma ferramenta política, a (aproximação com a) guerra absoluta se caracteriza por um aparente afastamento desta premissa em direção ao propósito de destruição do inimigo, de forma que o escopo militar e político se coincidirá cada vez mais, tornando a guerra supostamente

mais militar e menos política. Essa última afirmação leva à discussão quanto a “intensidade” da política na guerra absoluta.

O primeiro autor a cunhar o termo, “*Absoluter Krieg*”, e quem introduziu a ideia a Clausewitz, foi Fichte. O autor utilizou a “guerra absoluta” para descrever conflitos revolucionários, de modo que o termo carregava uma acepção mais relacionada à política do que a manifestação da violência. A “guerra absoluta” de Fichte possuía uma ideia política, isto é, representava um dos aspectos do conflito armado de uma revolução política. Em contrapartida, a concepção clausewitziana remete mais profundamente a relação da natureza da violência política. A ideia de Clausewitz era tentar compreender os aspectos políticos da guerra, tal qual na guerra real, mas principalmente a “natureza autorrealizável da violência”, isto é, como a violência, independentemente da política, age através do instinto de retaliação, da reciprocidade. Clausewitz entende que as animosidades de retaliação são medidas pela política, de forma que o efeito de contê-la ou aumentá-la depende das pretensões políticas. A guerra absoluta é, portanto, um conceito que está no limiar entre a tendência natural escalatória da guerra e a subordinação da política. Tanto Clausewitz, quanto Fichte, entendem que isso se dá dentro da conotação revolucionária. Clausewitz entendia que o momento mais próximo da forma absoluta da guerra teria sido as guerras revolucionárias de Napoleão. A guerra absoluta é então um conceito abstrato, que mesmo Napoleão, em seu mais alto período de glória, não teria alcançado, ainda que tivesse levado suas forças a caminhos nunca antes vistos. O que fez com que essas guerras se aproximassem do conceito extremado não foram somente as suas táticas e estratégias, mas sim a própria política da revolução, ou melhor, a própria natureza política, a qual fez com que milhões de pessoas, partes de uma nação francesa, se jogassem na guerra como soldados patrióticos e dotados de uma forte ambição política. Portanto, novamente, a mobilização na política que se consagrou em mobilização na guerra. Desse modo, somente políticas absolutas poderiam conduzir à guerra absoluta, e a única forma verdadeira de política absoluta é a revolução. Sendo assim, isso mostra como mesmo nos casos de violência mais estridente, a política permanece como condutora e impulsionadora da beligerância (CORMIER, 2016, p. 127-130).

Como visto em “A Guerra e as Relações Humanas”, a violência em um duelo age sob os ânimos da vingança e da retaliação. Desse modo, nesse momento, Clausewitz observa que a interação violenta leva a três ações de reciprocidade, as

quais se denominou de lei dos extremos. O primeiro caso de extremo diz respeito ao maior uso da força na tentativa de ambos os lados em constranger o inimigo. Aquele que utiliza todos os seus recursos disponíveis na guerra deve obter uma vantagem em relação ao emprego dos recursos. No entanto, se o inimigo também fizer a mesma coisa, isso pode levar à escalada de emprego da força em direção aos extremos, de modo que cada ação seria dada com esforços ainda maiores do que os anteriores. Na observação do autor,

a tese deve ser repetida, portanto: a guerra é um ato de força e não existe qualquer limite lógico para o emprego desta força. Cada lado obriga, portanto, o seu oponente a fazer o mesmo que ele. Tem início uma ação recíproca que deverá, em tese, levar a extremos. Este é o *primeiro caso de interação e o primeiro “extremo”* com que nos deparamos. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 77).

O segundo ponto da lei dos extremos diz respeito à necessidade de desarmar o inimigo, o que significa acabar totalmente com as forças armadas oponentes, ou pelo menos, com a sua capacidade de resistir; isto porque, conforme a reflexão de Clausewitz (2007, p.78): “enquanto eu não tiver derrotado o meu oponente, estarei fadado a temer que ele possa me derrotar. Assim, não estou no controle da situação”. Simplificando, se o objetivo lógico da guerra é fazer o inimigo ceder à sua vontade, enquanto o oponente não estiver derrotado, ele ainda tentará fazer com que o inimigo ceda e a cumpra. Deste modo, na concepção teórica, deve-se derrotar o inimigo de forma definitiva; mas, sendo a guerra uma ação recíproca, ambos os lados tenderiam a essa ação e levariam ao segundo extremo. Em uma perspectiva abstrata e extrema, o parâmetro para conter o inimigo corresponde ao aniquilamento do mesmo. O terceiro e último ponto da lei dos extremos diz respeito ao maior esforço de poderes, isto é, aos esforços empreendidos tanto dos meios disponíveis (materiais), quanto da força de vontade (no sentido humano). A partir do momento que um dos lados avalie a resistência do inimigo, ele pode ajustar os seus próprios meios para conseguir alguma vantagem. No entanto, o mesmo será feito pelo oponente, levando a terceira ação recíproca:

Supondo que você chegue desta maneira a uma estimativa razoavelmente precisa do poder de resistência do inimigo, você pode ajustar os seus próprios esforços de acordo com ele, isto é, você pode intensificá-los até superar os do inimigo ou, se isto estiver além dos seus meios, tornar os seus esforços tão intensos quanto possível. Mas o inimigo fará o mesmo. Novamente isto resultará numa competição e, puramente em tese, ela deverá obrigar vocês

dois a chegarem a extremos. Este é o *terceiro caso de interação e o terceiro “extremo”*. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 78).

Portanto, o primeiro caso de ação recíproca resulta do uso da força, enquanto o segundo provém do objetivo da guerra e o terceiro é ditado pela escalada de recursos aos esforços da guerra. Todas essas ações recíprocas se intensificariam continuamente até que, em tese, se chegasse aos extremos, onde a violência é levada aos seus limites máximos. Esses pontos evidenciam a percepção de Clausewitz referente à parte da violência na guerra. Mas, como foi apresentado anteriormente, a guerra, mesmo em seu caráter mais extremo, não se desprende da política. A guerra, segundo Clausewitz, só poderia ser realmente levada aos extremos se

(a) a guerra fosse um ato totalmente isolado, ocorrendo subitamente, e não sendo produzido por fatos anteriores ocorridos no mundo político; (b) se ela consistisse num único ato decisivo, ou num conjunto de atos simultâneos; (c) se a decisão obtida fosse completa e perfeita por si mesma, não sendo influenciada por qualquer avaliação prévia da situação política que acarretaria (CLAUSEWITZ, 2007, p. 79)⁴⁶.

A partir disso, Clausewitz passa a dialogar com os pontos tratados em termos abstratos numa perspectiva real. Na realidade, os homens e suas ações estão sempre “um pouco aquém da perfeição e nunca atingirão inteiramente o melhor absoluto” (CLAUSEWITZ, 2007: p. 79). Em nenhuma guerra seria possível empregar todos os recursos - as forças combatentes, os seus aliados, a população e o país em todos seus aspectos físicos - ao mesmo tempo. Do mesmo modo, a guerra não consiste em um único golpe brusco e muito menos um ato isolado. Nem mesmo o resultado da guerra é definitivo (CLAUSEWITZ, 2010). Essa breve discussão sobre a natureza dual da guerra mostra, sob a perspectiva da teoria e da prática, a relação entre a violência e a política, que é, e será, fundamental para a proposta dessa pesquisa. A natureza violenta, tal qual evidenciado nas discussões sobre guerra e relações humanas, age, mas sobretudo reage – isto é, na perspectiva de um duelo em larga escala, na guerra, a interação entre os lados opostos levaria, em tese, às três leis dos extremos apresentadas. Mesmo no seu aspecto abstrato, Clausewitz não aparta a política da

⁴⁶ Na versão em alemão: “1. der Krieg ein ganz isolierter Akt wäre, der urplötzlich entstünde und nicht mit dem früheren Staatsleben zusammenhinge, 2. wenn er aus einer einzigen oder aus einer Reihe gleichzeitiger Entscheidungen bestünde, 3. wenn er eine in sich vollendete Entscheidung enthielte und nicht der politische Zustand, welcher ihm folgen wird, durch den Kalkül schon auf ihn zurückwirkte” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 6).

guerra, de modo que mesmo na sua configuração de maior uso imaginável da violência, a política é ainda a sua condutora. É, inclusive, a própria política que faz com que a guerra se manifeste nesse sentido, tal qual observado por Clausewitz nas guerras napoleônicas.

Por fim, cabe aqui comentar um erro que críticos do século XX têm cometido: Clausewitz tem sido descrito como um “mentor da guerra total”. A questão é que essa equalização do conceito de guerra absoluta a guerra total não encontra veracidade alguma. Cormier (2016, p. 117) atribui isso ao erro de tradução de Peter Paret e Michael Howard em “*On War*”. O próprio termo não é apresentado por Clausewitz. O autor nunca discutiu guerras limitadas ou totais, mas apenas objetivos limitados ou extremos, não sobre a guerra em si (CORMIER, 2016, p. 9, 119). Esse termo remonta a obra de Erich Ludendorff (1935), “*Der totale Krieg*”, na qual, inclusive, o autor considerava Clausewitz obsoleto (CORMIER, 2016, p. 117). O problema é que a guerra total é compreendida em um aspecto real no sentido da mobilização total do país - isto é, da população, do sistema político, da economia, da sua capacidade industrial produtiva - submetida aos esforços da guerra, de modo que a guerra total seria uma grande mobilização para aniquilar qualquer capacidade do inimigo reagir, visando a vitória militar. Por outro lado, a guerra absoluta é apenas um conceito e, que, mais uma vez, teria a política como sua condutora. Segundo Cormier (2016, p. 117): “considerando que a guerra total pode ser o pior tipo de guerra que podemos gerar, a guerra absoluta é o pior tipo de guerra que podemos imaginar”⁴⁷.

Desse modo, compreende-se que a natureza dual da guerra abrange não apenas ao seu caráter violento, mas inclui, até mesmo na sua manifestação mais agressiva, a política como característica central. É, portanto, a política que une os dois tipos de guerra, ou melhor, os dois tipos mutuamente excludentes de guerra. Tendo isso considerado, todas as guerras seriam, por conseguinte, “uma continuação da política por outros meios”. Entende-se, assim, que a guerra possui sua própria gramática, isto é, “suas regras, leis, características essenciais, próprias, ligadas à violência”, de modo que se manifeste em uma pluralidade de formas, mas que, no entanto, não possui a sua própria lógica, isto é, “tudo que é articulado pelos objetivos e fins, relacionados à política” (PASSOS, 2014).

⁴⁷ No original, “*whereas total war may be the very worst type of war we can generate, absolute war is the very worst type of war we can dream up*” (CORMIER, 2016, p. 117).

1.2.4. A guerra e a política

De fato, Clausewitz não é o primeiro autor a entender a relação da guerra com a política, no entanto, foi o primeiro a compreender a política como a condutora de toda ação militar. O seu entendimento sobre a guerra e a política foi, assim como outros conceitos em sua obra, amadurecendo ao longo dos anos. Segundo Aron (1986, p. 98-99,159), já entre 1804 e 1807, Clausewitz teria tido a consciência de que os fins *da* guerra deveriam dominar os fins *na* guerra, o que lhe faltava, então, seria elaborar o conceito. Ainda que Cormier (2014, p. 434) concorde que o general tivesse esse conhecimento anterior a formulação do conceito, a forma com que ambos chegam a essas conclusões são diferentes. Para Aron (1986, p. 1), o desenvolvimento do nexo entre guerra e política se deu a partir de uma “meditação sobre a problemática de Montesquieu”, ou seja, Aron explica que nos últimos anos Clausewitz teria reinterpretado a sua própria definição da natureza dual da guerra e isso o teria feito a propor a atualização da obra. Aron comenta:

Se Clausewitz volta tão frequentemente a esta ideia mas exclusivamente nas partes dos livros redigidas ou revisadas após 1827, é porque no dia em que ele compreendeu completamente a ideia - a guerra é uma política que trava batalhas em vez de enviar notas - ele resolveu, de uma só vez, simultaneamente, os dois problemas colocados por sua experiência histórica e sua inquietude filosófica: como pensar dentro de um mesmo conceito fenômenos tão diferentes quanto as guerras das cidades antigas, as dos *condottieri*, as dos gabinetes, as da Revolução e do Império? Obcecado desde sua juventude pelo desejo de alcançar a natureza das coisas (no sentido de Montesquieu), Clausewitz encontra a unidade não mais no desencadeamento extremo da violência, mas em um ponto de vista superior: a guerra saia da política e é esta última, a política, que determina a intensidade, que cria um motivo, que traça as grandes linhas, que fixa os fins e, ao mesmo tempo, os objetivos militares. A solução do problema teórico comanda a do problema, ou melhor, dos problemas praxeológicos. (ARON, 1986, p. 163).

Em contrapartida, como foi apresentado, Cormier (2016) compreende essa “ruptura no seu pensamento” a partir da aproximação com o pensamento hegeliano em avaliar o elemento que uniria os conceitos de guerra absoluta e guerra real e que concluiriam na concepção máxima de Clausewitz: “a guerra é uma mera continuação da política por outros meios”⁴⁸. Dessa forma, presente em todas as guerras, desde aquelas mais brandas, até as mais próximas ao extremo.

⁴⁸ Referência ao título do item 24 do capítulo I, Livro I, no original: “Der Krieg ist eine bloÙe Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 15).

Mas antes de explorar a relação entre a guerra e a política, é preciso tratar do próprio conceito de política na obra do general. No Livro VIII, Capítulo VII, dentro de um contexto em que Clausewitz discute os diferentes pontos de vista (dos soldados, dos políticos, dos administradores etc.) na guerra, ele entende que todos esses devem ser subordinados à política. Clausewitz escreve:

Que a política assuma, unindo e equilibrando em si, todos os interesses da administração interna, também os [interesses] da humanidade, e tudo mais que o entendimento filosófico poderia trazer; pois a política não é nada em si, mas é um mero depositário de todos os interesses contra outros Estados. Que elas tenham uma direção errada, que possam servir preferencialmente à ambição, aos interesses privados e à vaidade dos governantes, não cabem aqui; pois em nenhum caso a Arte da guerra pode ser considerada como sua mentora, e nós podemos aqui considerar a política somente como representante dos interesses da sociedade. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 469, tradução nossa, grifo nosso)⁴⁹.

Compreendendo que a política é a “*representante dos interesses da sociedade*” e a guerra é uma extensão das relações sociais e humanas, um choque entre interesses divergentes e pertencente “à lógica dos conflitos de uma dada sociedade” (PASSOS, 2014, p. 117), entende-se que a guerra é uma manifestação da política em defender seus interesses diante de alguma contrariedade. Portanto, a diferença da guerra aos outros fenômenos do mundo político é a sua própria natureza violenta, que envolve o embate de inimigos. Desse modo, entende-se a construção clausewitziana de ser a guerra “a continuação da política por outros meios”.

Dessa forma, o ponto de vista condutor da guerra deve determinar as suas principais linhas de ação. Sendo a guerra, portanto, um instrumento da política, é evidente que o melhor ponto de vista para a condução da guerra é o da política. Isso significa que a política é um espaço, onde se aglomera diferentes pontos de vista – como um mero depositário e administrador de todos os interesses – e onde apenas um é tomado. O julgamento final é feito por um grupo de decisões políticas que elaboram, partindo da visão política, os planos da guerra (CLAUSEWITZ, 2007, p. 720).

⁴⁹ No original: “Daß die Politik alle Interessen der inneren Verwaltung, auch die der Menschlichkeit, und was sonst der philosophische Verstand zur Sprache bringen könnte, in sich vereinigt und ausgleicht, wird vorausgesetzt; denn die Politik ist ja nichts an sich, sondern ein bloßer Sachwalter aller dieser Interessen gegen andere Staaten. Daß sie eine falsche Richtung haben, dem Ehrgeiz, dem Privatinteresse, der Eitelkeit der Regierenden vorzugsweise dienen kann, gehört nicht hierher; denn in keinem Fall ist es die Kriegskunst, welche als ihr Präzeptor betrachtet werden kann, und wir können hier die Politik nur als Repräsentanten aller Interessen der ganzen Gesellschaft betrachten.” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 469).

Logo, tem-se que a relação entre guerra e política é, portanto, orgânica, de modo que não há separação entre ambas em hipótese alguma. Então, pode-se questionar se o uso da guerra é a forma mais adequada para se resolver quaisquer conflitos políticos. A questão-chave é que Clausewitz explica que a guerra é um instrumento político, “*ein politisches Instrument*”; isso significa dizer que é um instrumento racional da política, mais uma das suas formas de expressão da política. Nesse aspecto, direcionando o assunto para o campo da ética, Clausewitz diverge totalmente nas suas conclusões em relação a Hegel, ainda que tivesse convergido metodologicamente. Na interpretação de Hegel, “o Estado nada mais é do que a institucionalização de um sistema ético”, de modo que para o autor, a guerra é uma expressão auto justificada, um direito e um elemento necessário da sobrevivência do ser. Por outro lado, Clausewitz entende a guerra como uma ferramenta, como uma manifestação subordinada à vontade política, à “*inteligência do estado personificado*”. Nesse sentido, a guerra não é imbuída de qualquer auto justificação ou direito, tal qual em Hegel (CORMIER, 2016, p. 24, 28, 226-228).

Entendendo, portanto, a guerra como uma ferramenta, um instrumento da política, em última instância, uma ferramenta do ser humano, Clausewitz responsabiliza o Estado - ou ator - moralmente pela guerra, ou seja, tira qualquer entendimento externo a ela, e coloca nas mãos dos homens (CORMIER, 2016, p. 9, 134). Cormier explica:

A lógica que liga a noção de Clausewitz de que o Estado ou ator é moralmente responsável pela guerra e pode, de fato, ser culpado, está enraizada na instrumentalidade da guerra, ou seja, desde que a guerra atinja objetivos moralmente aceitáveis ou não, então é legítimo julgar aqueles que fazem a política de guerra (CORMIER, 2016, p. 228, tradução nossa)⁵⁰.

Isso evidencia que Clausewitz observava na política o mais alto poder moral: “a força moral não possui existência a não ser como expresso no Estado e na legislação” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 75). Sendo assim, a política deve ter a percepção de todos os interesses existentes dentro da comunidade e deve agir, através da guerra, a partir de uma visão política, imbuída de toda responsabilidade moral. No entanto, Clausewitz expõe que a política, por vezes, tem uma direção errada, servindo

⁵⁰ No original, “*The logic that binds Clausewitz’s notion that the state or actor is morally responsible for war, and can in fact be blamed, is rooted in the instrumentality of war, that is, since war achieve objectives that may be morally acceptable or not, then it is legitimate to pass judgment on those who make the policy of war*” (CORMIER, 2016, p. 228).

aos governantes e seus interesses privados. No entanto, a questão posta é que os responsáveis pela política devem compreender a verdadeira natureza da guerra para não fazer imposições a ela que não serão capazes de serem cumpridas (STRACHAN, 2008, p. 165). Apesar disso, não considerando as origens da motivação política – que, mais uma vez, para Clausewitz, deveria partir dos interesses da sociedade – tem-se que a relação entre guerra e política é, portanto, orgânica, de modo que não há separação entre ambas em hipótese alguma. Assim sendo, está presente até mesmo nas formas mais extremas de guerra, não sendo uma atividade autônoma. O trecho a seguir atesta isso:

Então, para retornar ao ponto principal, se é também verdade, que em um tipo de guerra a política parece desaparecer completamente, enquanto que no outro tipo ela se destaca muito claramente, no entanto, pode-se afirmar, que um é tão político quanto o outro; pois, considerando a política como a inteligência do Estado personificado, então, entre todas as constelações, que os seus cálculos devem ser compreendidos, pode-se ainda entender onde a natureza de toda relação exige a uma guerra do primeiro tipo. Somente na medida em que a política não é entendida como uma percepção geral, mas como a concepção convencional de uma violência evitada, cautelosa, astuta e até desonesta, poderia o último tipo de guerra pertencer a ela [política] mais do que a primeira. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 16, tradução nossa)⁵¹.

A política descrita como a “inteligência do Estado personificado” mostra que ela é o intelecto da guerra, a qual não pode ser entendida como um fim em si mesmo, considerando que existem diferentes tipos de guerra e que, portanto, apenas faz sentido dentro do entendimento da “continuação da política por outros meios”. Ainda que alguns possam interpretar que no momento do conflito, as relações políticas são rompidas e apenas a belicosidade permanece entre os oponentes, isso é de tudo falso, pois, como lembra o autor: “a guerra por si só não interrompe as relações políticas nem transforma-as em algo totalmente diferente [...] Não é a guerra apenas uma outra expressão dos seus pensamentos, uma outra forma de falar ou de escrever?” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 718).

⁵¹ No original: “Wenn es also, um zur Hauptsache zurückzukehren, auch wahr ist, daß bei der einen Art Krieg die Politik ganz zu verschwinden scheint, während sie bei der anderen Art sehr bestimmt hervortritt, so kann man doch behaupten, daß die eine so politisch sei wie die andere; denn betrachtet man die Politik wie die Intelligenz des personifizierten Staates, so muß unter allen Konstellationen, die ihr Kalkül aufzufassen hat, doch auch diejenige begriffen sein können, wo die Natur aller Verhältnisse einen Krieg der ersten Art bedingt. Nur insofern man unter Politik nicht eine allgemeine Einsicht, sondern den konventionellen Begriff einer der Gewalt abgewendeten, behutsamen, verschlagenen, auch unredlichen Klugheit versteht, könnte die letzte Art des Krieges ihr mehr angehören als die erstere” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 16).

Desse modo, entende-se que a política invade todas as áreas da guerra, inclusive nos elementos militares. Mas, como explica Clausewitz, ela não incidirá diretamente nos detalhes operacionais, tais quais o posicionamento de tropas; no entanto, ela tem maior influência no planejamento da guerra, isto é, no nível estratégico (STRACHAN, 2008, p. 80).

A política está presente em todo o raciocínio referente à guerra no que se refere à destruição, submissão e desarmamento do inimigo, conquista de territórios e objetivos limitados, além da inteligência personificada da direção de um Estado, ou seja, de seu governo, bem como a própria política da instituição estatal, à qual a manifestação do fenômeno guerreiro serve (PASSOS, 2014, p. 27).

Frente a tudo isso, é possível compreender como a política não está presente em apenas uma forma de guerra, mas é intrínseca desde uma observação armada até mesmo em uma guerra de extermínio. A política não está no sentido de limitar o uso da força, mas pelo contrário, de remover quaisquer limitações. As guerras que Clausewitz testemunhou revelavam uma maior aproximação com a natureza da guerra absoluta justamente por estar em harmonia com a natureza da guerra, com o seu nexos com a política. À medida que a política se torne mais vigorosa, o mesmo ocorre com a guerra, tal qual apresentados em relação às guerras revolucionárias (STRACHAN, 2008, p. 166).

Portanto, a máxima de Clausewitz – *“a guerra é uma mera continuação da política por outros meios”* – guarda em si um aprofundamento complexo do pensamento do autor. A interpretação de Clausewitz coloca a política no centro da ação militar, como a inteligência que guia os seus esforços. Ele tira da guerra a sua própria auto justificação e coloca-a como subordinada à política, evidenciando, assim, que a essência ética da guerra está nas suas próprias formulações. Compreendendo a política em relação ao próprio ser humano e as relações sociais, a teoria de Clausewitz se fundamenta em uma perspectiva atemporal, fixada em sua essência mesmo diante de diferentes manifestações. A guerra, portanto, é a escolha de se utilizar a força para defender *“todos os [seus] interesses contra outros Estados”*.

1.2.5. A trindade

Por fim, tem-se então, partindo do simples para o complexo - assim como foi feito neste trabalho – que a definição de guerra como *“um duelo em larga escala a fim*

de fazer com o que o inimigo ceda a sua vontade” passa à sua definição mais completa:

A guerra é, então, não somente um verdadeiro camaleão, porque muda sua natureza em cada caso concreto, mas ela é também fenômeno geral, em relação às tendências predominantes nela, uma trindade paradoxal, composta pela violência original de seu elemento, o ódio e inimizade, que devem ser considerados como um instinto natural cego, pelo jogo das probabilidades e do acaso, que fazem dele uma livre atividade da alma, e pela natureza subordinada de um instrumento político, por meio do qual resulta no entendimento puro. (CLAUSEWITZ, 2010, p. 17, tradução nossa)⁵².

Clausewitz chega a sua definição mais complexa de guerra, a qual é dada explicitamente no capítulo I do Livro I (novamente, o único totalmente revisado pelo autor) e implicitamente em algumas passagens do livro VIII. Em “Consequência para a teoria”, o autor compara, portanto, a guerra a um camaleão, uma vez que se adapta a diferentes situações e se manifesta de formas variáveis, mas que, contudo, também guarda características próprias que não se alteram, pois seriam a sua própria essência. Essas características são sintetizadas em três tendências que estariam presentes em todas as guerras: violência, acaso e política (em termos simplificados). Usando a metáfora de Clausewitz, mesmo que o camaleão mude suas cores, ele ainda não deixa de ser um camaleão; mesmo que a guerra admita diferentes manifestações, ela ainda não deixa de ser uma guerra, entendida na sua essência sempre pelas tendências da trindade (CORMIER, 2016, p. 213).

A trindade representa, portanto, a união das reflexões de Clausewitz sobre a guerra, que foram tratadas ao longo do texto. As relações humanas evidenciam o primeiro elemento da trindade; composta pelo ódio, inimizade e pela violência. Em seguida está o acaso e jogo de probabilidades, em que o espírito criativo está livre; e, por fim, a subordinação, como um instrumento, da guerra à política. A trindade representaria, portanto, três elementos integrantes da guerra, que poderiam ser *mais*

⁵² No original: “Der Krieg ist also nicht nur ein wahres Chamäleon, weil er in jedem konkreten Falle seine Natur etwas ändert, sondern er ist auch seinen Gesamterscheinungen nach, in Beziehung auf die in ihm herrschenden Tendenzen eine wunderliche Dreifaltigkeit, zusammengesetzt aus der ursprünglichen Gewaltsamkeit seines Elementes, dem Haß und der Feindschaft, die wie ein blinder Naturtrieb anzusehen sind, aus dem Spiel der Wahrscheinlichkeiten und des Zufalls, die ihn zu einer freien Seelentätigkeit machen, und aus der untergeordneten Natur eines politischen Werkzeuges, wodurch er dem bloßen Verstande anheimfällt.” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 17) A tradução de “wunderliche Dreifaltigkeit” admite diferentes traduções como estranha, maravilhosa, notável ou paradoxal.

relacionados – manifestado com mais frequência - com três componentes: o povo, o exército e o governo (STRACHAN, 2008, p.175).

O primeiro elemento corresponde à violência primordial, à vingança, à hostilidade e todos sentimentos considerados como “um instinto natural cego”, “*ein blinder Naturtrieb*”, que representa um impulso ao combate, proveniente de um comportamento instintivo, animalesco. Esse primeiro elemento, como foi apresentado, provém justamente das relações humanas, do instinto de vingança que impulsiona a reciprocidade. Esse elemento relaciona-se, portanto, com o adversário, com a relação entre inimigos, com as forças que impulsionam a reciprocidade. Em seu tempo, Clausewitz associou este primeiro elemento ao povo, “*Volke*”, à nação em sua totalidade (CLAUSEWITZ, 2010, p. 17; STRACHAN, 2008, p. 175; PASSOS, 2014, p. 25). O segundo elemento corresponde ao jogo de probabilidades e acasos na guerra. Relaciona-se à própria atividade militar da guerra diante da sua imprevisibilidade. Esse segundo elemento seria mais atribuído à esfera do exército e do gênio militar, “*dem Feldherrn und seinem Heer*”, onde o comandante e seu exército teriam espaço para exercer sua genialidade criativa diante das imprevisibilidades (STRACHAN, 2008, p.175). Por fim, o último elemento é a subordinação da guerra à política e aos objetivos políticos. Relaciona-se, portanto, com os propósitos políticos da guerra. Este elemento, por sua vez, seria um assunto do governo, “*der Regierung*”.

Neste ponto, cabe fazer uma ressalva de grande importância. Esses três componentes “povo, exército e governo” são uma forma que Clausewitz utilizou para ilustrar como essas tendências agem na guerra. Uma parte da literatura, sobretudo a que será apresentada na próxima seção, tem compreendido a trindade da guerra como formadas por esses elementos. Todavia, entender a guerra a partir dessa “trindade secundária” é entender uma trindade fixa e rígida, com pouco espaço para contemplar todas as variabilidades da guerra. Na realidade, a compreensão central da trindade são as tendências que agem na guerra e não os agentes pelas quais elas se manifestam, ou seja, esses são apenas exemplos e não formas exclusivas da guerra. Acreditar que Clausewitz apenas entendia a guerra dentro de um aspecto de guerra Estado *versus* Estado, como um choque de governos, exércitos e povos, é não atentar que a própria teoria é construída considerando a sua vivência nas guerras revolucionárias da França e, do mesmo modo, é não atentar para o próprio historicismo da sua teoria. Portanto, esses três grupos não são equivalentes à trindade paradoxal. Isto fez com que uma série de estudos fossem interpretados com o sentido

distorcido do que Clausewitz previa⁵³ (CORMIER, 2016, p. 220). O próprio autor advertia sobre isso:

Estas três tendências são como três códigos de leis diferentes, profundamente enraizados em seu tema e, contudo, variáveis em sua relação uns com os outros. Uma teoria que ignore qualquer um deles, ou que procure estabelecer uma relação arbitrária entre eles, estaria a tal ponto em conflito com a realidade que somente por esta razão seria totalmente inútil. A nossa tarefa é, portanto, elaborar uma teoria que mantenha um equilíbrio entre estas três tendências, como um objeto suspenso entre três ímãs. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 93).

Desse modo, é importante atentar para a estrutura holística do pensamento de Clausewitz. A falta de compreensão do entendimento contextual para análise da trindade resulta em uma interpretação errônea da sua teoria (WALDMAN, 2009).

Clausewitz compara as forças da trindade como a um magneto. Quando um ímã é colocado entre três magnetos sobre a mesma distância e igualmente poderosos, ele tremula entre eles de forma complexa e imprevisível. A analogia é no sentido de que os três elementos da trindade representam os três campos magnéticos, cuja relação entre si estaria sempre em fluxo; desse modo, a teoria estaria suspensa entre si, enquanto as forças se atraíam e repeliam uns aos outros. Portanto, isso evidencia que a política não é necessariamente o elemento dominante na guerra, ainda que nunca estaria ausente, pois seria um dos magnetos da interação. As três tendências da trindade estão em uma constante relação fluída e dinâmica entre si, equilibradas tal qual um magneto (STRACHAN, 2008, p.174-175).

Assim sendo, é aqui que a teoria de Clausewitz se fundamenta, em uma perspectiva de guerra muito mais complexa do que sua visão quando jovem. A definição de guerra implica muito mais do que uma luta, um duelo. O duelo e as relações sociais são partes integrantes que compreendem, no raciocínio mais maduro do general, parte da totalidade da guerra, da mesma forma que as incertezas e imprevisibilidades da guerra. E, é claro, pelo qual o autor é mais popularmente conhecido, pelo entendimento da guerra como uma continuação da política. A trindade não é simplesmente uma soma dos conceitos desenvolvidos por Clausewitz, mas são componentes do seu conceito da guerra que não podem ser considerados como

⁵³ Em 1982, Harry Summers em *"On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War"* entendeu a trindade como "povo, exército e governo" e, a partir desse seu importante estudo, dissipou essa interpretação para muitos leitores, que compreendem, até hoje, a trindade por este viés (STRACHAN, 2008, p. 8).

fatores isolados. A trindade é, portanto, a sua definição mais complexa da guerra, a sua “síntese final”.

1.3 Clausewitz e as Novas Guerras

Assim como foi anteriormente citada a interpretação de Liddell Hart da obra de Clausewitz no sentido de inutilizar o pensamento do general, uma série de outros comentadores tentaram, e tentam, desatualizá-lo diante de diversas razões. “Como a adoração a um ancião da família, a veneração acumulada em Clausewitz parece crescer mesmo quando seu poder de explicar o mundo diminui” (METZ, 1995): esse e outros autores apontam o desenvolvimento tecnológico e o impacto da globalização no mundo como razões para se desconsiderar o “Da Guerra” como uma obra atual. Em 1946, Stalin declarou que o estudo de Clausewitz era ultrapassado por ser, em suas palavras, “um representante da era das manufaturas, ao passo que agora nos encontramos na era das máquinas de guerra”. Ou ainda, durante a Guerra Fria com o desenvolvimento de armas nucleares, novamente essa discussão ganhou um forte espaço. Uma outra perspectiva foi a dos comentadores que consideravam que a obra havia perdido sua relevância por observarem mudanças no caráter e na própria natureza da guerra, visto, por exemplo, a guerra pelo viés do ganho econômico (STRACHAN, 2008, p. 11, 28; WALDMAN, 2009, p. 30).

Com o fim da Guerra Fria, e principalmente depois dos anos 90, uma série de conflitos se deram entre atores não-estatais, na forma de conflitos irregulares, como insurgência, guerrilha e o terrorismo. Nesses conflitos, não se podia falar em exércitos tradicionais, tais quais foram, para alguns autores, os exércitos analisados por Clausewitz. Dentro desse contexto, a máxima clausewitziana de ser a guerra “a *continuação da política por outros meios*” passou a ser alvo de muitas críticas, diante da argumentação de que o teórico prussiano identificava a guerra como um duelo apenas entre Estados, já que se supunha que apenas estes ‘faziam’ política e tinham o poder exclusivo da força. Alguns autores entendiam que esses novos conflitos, muitas vezes, travavam guerras “não por objetivos políticos, mas usando o conflito para mascarar o crime organizado, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro” (STRACHAN, 2008, p. 12). Nessa acepção, o objetivo não seria a paz, como o general argumentava, mas sim novas guerras.

Assim sendo, uma série de autores se posicionaram como anti-Clausewitzianos com diferentes pretextos. Uns apontavam a sua inutilidade, sua desatualização e, até mesmo, defendiam que sua obra representava um perigo para a civilização. Os motivos para criticar a obra do autor foram os mais variáveis e criativos possíveis. Como argumenta Waldman (2009, p. 30-31, tradução nossa): “todas essas críticas estão unidas em sua crença de que, por qualquer razão, Clausewitz não é mais, ou nunca foi realmente, um guia confiável para entender a guerra”⁵⁴. Nesse sentido, a intenção deste trabalho não é fazer um exame profundo sobre esses autores, mas é importante demonstrar como essa linha de pensamento tem negado a utilidade de “Da Guerra”, bem como auxiliado na interpretação de que o terrorismo é entendido como uma “nova forma de guerra”.

Martin van Creveld, famoso historiador militar, publicou em 1991 um livro, cujo título na versão em inglês é “*The Transformation of War*”. Além de considerar a obra de Clausewitz obsoleta por dedicar-se “às guerras feitas predominantemente por Estados, ou melhor, por governos”, Creveld também apontava a obsolescência da trindade da guerra. A sua concepção de trindade remete a Harry Summers em “*On Strategy: A Critical Analysis of the Vietnam War*”. O autor interpretava a trindade clausewitziana através da ótica do Estado moderno e de suas instituições sociais. Na sua visão, a forma trinitária da guerra correspondia ao “povo, exército e governo”, de modo que toda a complexidade da trindade tenha sido reduzida aos exemplos que Clausewitz utilizou. O coronel Colin Powell retomou também essa interpretação da “trindade” para justificar o que saiu errado na guerra do Vietnã. Nas suas palavras, “a mais profunda lição de Clausewitz para a minha profissão foi a de que o soldado, apesar de todo o seu patriotismo, coragem e habilidade, representa apenas uma perna de uma tríade. Se as três pernas não estiverem empenhadas – as forças armadas, o governo e povo -, o empreendimento não pode se sustentar” (POWELL, 1995 apud STRACHAN, 2008, p. 8).

A partir dessa percepção, uma série de outros autores aderem ao pensamento, inclusive Creveld. Partindo desse entendimento, da soma de povo, governo e exército como a trindade clausewitziana, Creveld entende que as guerras não são formadas pela “trindade de Clausewitz”. Como comenta o autor:

⁵⁴ No original: “All these critiques are united in their belief that, for whatever reason, Clausewitz is no longer, or never really was a reliable guide for understanding war” (WALDMAN, 2009, p. 30-31).

Resumindo, as ideias de Clausewitz da guerra eram totalmente enraizadas no fato de que, desde 1648, a guerra havia sido travada esmagadoramente pelos estados. [...] Como a existência de tais casos deixa claro, no entanto, não é evidente que a trindade de governo, exército e povo é a melhor maneira de entender tanto a guerra “não civilizada” quanto as grandes guerras do século XX. Isso é ainda mais aplicável a esses períodos, compreendendo a maior parte da história, que Clausewitz não considerou digno de ser discutido em detalhes. (CREVELD, 1991, p. 21, tradução nossa)⁵⁵.

Creveld observa, portanto, que a trindade clausewitziana representaria a nação de um Estado, o seu exército e o governo deste Estado, de modo que centraria o “universo clausewitziano” predominantemente em Estados e governos, ao passo que, nas palavras do autor, “agora os estados são criações artificiais; corporações que possuem uma existência legal independente separada das pessoas a quem eles pertencem e cuja vida organizada eles reivindicam representar” (CREVELD, 1991, tradução nossa)⁵⁶. Isso significa, na sua interpretação, o enfraquecimento do Estado, de modo que cada vez mais as guerras deixariam de ser interestatais. Para Creveld, uma das razões para isso se dava com o desenvolvimento de armas nucleares, que coibiria a ação entre estados capazes de mútua destruição; por outro lado, um outro ponto importante é a propagação de conflitos de baixa intensidade. Segundo Creveld, desde 1945, ocorreram cerca de 160 conflitos no mundo e, desses, três quartos representam conflitos de baixa intensidade, descritos como conflitos sangrentos que se desenvolvem, geralmente, em lugares menos desenvolvidos, que raramente empregam exércitos regulares em ambos os lados – utilizando unidades paramilitares com o envolvimento de combatentes e civis em geral - e que não utilizam armamentos de alta tecnologia.

Logo, na acepção do autor, Clausewitz é um autor superado por contemplar guerras que já ficaram no passado, de modo que as guerras do futuro seriam travadas por atores não estatais, guerrilheiros e terroristas. Creveld nega a definição “trinitária” da guerra justamente por evidenciar que nesses conflitos, o envolvimento entre o povo, o governo, as unidades do Estado, os paramilitares e os atores internacionais

⁵⁵ No original: “To sum up, Clausewitz’s ideas on war were wholly rooted in the fact that, ever since 1648, war had been waged overwhelmingly by states. [...] As the existence of such cases makes clear, however, it is not selfevident that the trinity of government, army, and people is the best way to understand either “uncivilized” war or the great wars of the twentieth century. This is even more applicable to those periods, comprising most of history, that Clausewitz did not consider worth discussing in detail” (CREVELD, 1991, p. 21).

⁵⁶ No original: “Now states are artificial creations; corporate bodies that possess an independent legal existence separate from the people to whom they belong and whose organized life they claim to represent” (CREVELD, 1991, p. 21).

agem fora de um limite claro e delimitado tal qual seria “a trindade povo-exército-governo”. Ainda na mesma linha de raciocínio está Mary Kaldor. Em 1999, na sua obra *“New and Old Wars”*, a autora distinguiu as “guerras antigas”, aquelas que serviram de estudo para Clausewitz, das “novas guerras”, as quais previam a continuação do conflito e não buscavam a paz. Kaldor se dedicou intensamente ao estudo das guerras na ex-Iugoslávia, e interpretou que a guerra da Bósnia representava exatamente o que a guerra havia se tornado, comparando a outros conflitos armados no mundo. É a partir disso que a autora, assim como Creveld, entende que essas guerras refletem uma nova realidade, de modo que a abordagem de conflitos entre Estados não é mais aplicável, por não serem os Estados os principais atores nas guerras. A globalização teria sido um fator impossível de ser desconsiderado diante dos novos atores. Dessa forma, uma das visões da economia globalizada entende que em algumas situações, os combatentes seriam inspirados a manter o conflito sem objetivo algum, mas porque isso lhes proporcionavam benefícios econômicos lucrativos. Por isso, os conflitos contemporâneos não buscariam mais uma determinada vitória militar, mas se tornariam um instrumento de mobilização política por meio do uso da violência isenta de racionalidade, de modo que os civis se tornassem seus alvos principais (KALDOR, 1999, 2010; SCHUURMAN, 2010; STRACHAN, 2006, 2008).

Para Herfried Münkler (2005), a política tem apresentado poucos sinais de seus objetivos e a sua condução tem se dado, cada vez mais, por serviços privatizados da força, de modo que a máxima de Clausewitz sobre a guerra e a política deveria ser desassociada: “os exércitos regulares perderam o controle da guerra, um controle que, em grande parte, caiu em mãos de atores de violência para quem a guerra é estranha como uma disputa entre forças homologas” (MÜNKLER, 2005, p. 4, tradução nossa)⁵⁷. Daase e Davis (2015, p. 9) apontam David Keen (2000) como um autor que também questionava a relevância de Clausewitz na compreensão da guerra contemporânea e ponderava os aspectos econômicos na guerra; segundo o autor, a guerra seria mais uma “continuação da economia por outros meios”.

Na mesma linha de autores que questionam o pensamento de Clausewitz, Daase e Davis (2015, p. 9) destacam Toffler e Toffler (1994), Donald Snow (1997) e

⁵⁷ No original: “los ejércitos regulares han perdido el control del acontecer bélico, control que, en gran parte, ha caído en manos de actores de violencia a los que es ajena la guerra como disputa entre fuerzas homologas” (MÜNKLER, 2005, p. 4).

Monty Marshall (1997) como autores que alegam que as guerras em conflitos étnicos e políticas de identidade não se enquadrariam na teoria clausewitziana.

Tendo exposto de forma sucinta o entendimento desses autores quanto ao que seriam as novas guerras, é importante fazer algumas considerações. Como foi apresentado anteriormente, a trindade, tal qual alguns desses autores compreendem, não corresponde com a trindade apresentada por Clausewitz. Essa distinção é essencial uma vez que, como lembra Schuurman (2010, p. 94, tradução nossa), “a trindade primária de Clausewitz não implica em nada na natureza sociopolítica da entidade que executa a guerra”⁵⁸. A reflexão do autor sobre guerra é bastante flexível não apenas no conceito de estado em si, mas também *como* as guerras são travadas em diferentes épocas e contextos sociais, seja “em nações semibárbaras, cidades comerciais ou repúblicas antigas”. Em outras palavras, não há uma definição rígida para os agentes nas guerra; o que Clausewitz expõe são as forças da violência, do acaso e do propósito racional da guerra. Para esses autores, além das identidades dos combatentes em guerra terem mudado, os métodos e os objetivos também não seriam mais os mesmos. No entanto, Newman (2004 apud Schuurman, 2010, p. 91, tradução nossa) mostra que muito das características das “novas guerras” como os “motivos econômicos ou criminosos, ataques deliberados a civis, a limpeza étnica e até mesmo o genocídio, já eram preponderantes em vários conflitos no início do século XX e mesmo antes”⁵⁹, e muitas dessas “novas guerras” raramente recebiam a própria definição de “guerra” no século XIX (CORMIER, 2016, p. 31; STRACHAN, 2006).

Ainda assim, é importante destacar que Clausewitz não se apega apenas ao duelo entre Estados ao passo que, como lembra Cormier (2016, p. 32), ele não apenas lecionou sobre pequenas guerras e guerras civis na Escola Geral de Guerra em Berlim, como também se dedicou a escrever sobre isso em textos que não foram traduzidos para o inglês, mas que também aparecem, de certa forma, no livro VI de “Da Guerra”. Como aponta Strachan em “*The Changing Character of War*” (2006), esses autores percebem mudanças na identidade dos combatentes em guerra, mas

⁵⁸ No original: “Clausewitz’s primary trinity implies nothing about the sociopolitical nature of the entity waging war” (SCHUURMAN, 2010, p. 94).

⁵⁹ No original: “Edward Newman underlines this point by showing that many factors viewed as being characteristic of new wars, such as economic or criminal motives, the deliberate targeting of civilians, ethnic cleansing, and even genocide, were already prevalent in a number of conflicts in the early twentieth century and before” (NEWMAN, 2004 apud SCHUURMAN, 2010).

isso não diz muito a respeito à natureza da guerra, ao fenômeno em si. Esses intérpretes de Clausewitz por vezes se apegam a determinados pontos da obra e não compreendem o próprio desenvolvimento, a metodologia do “Da Guerra”. As contradições que por vezes são expostas de forma a diminuir o trabalho do autor faz parte da própria forma que o general usa para compreender o fenômeno da guerra. Isto é, através da dialética, Clausewitz expõe os elementos paradoxais da guerra. Qualquer análise sobre o pensamento do general deve ser feita levando em consideração o conjunto da obra, as dificuldades da tradução e compreender a necessidade de avaliação dentro do seu contexto (CORMIER, 2016, p. 10-11).

De todo modo, fica evidente que os autores que buscam desqualificar o pensamento de Clausewitz, assim o fazem sob argumentos questionáveis e sob generalizações vagas. Ainda que a obra possa e deva receber críticas em alguns aspectos, a rejeição de Kaldor e Creveld, por exemplo, não sustentam uma argumentação consistente. Assim, o “Da Guerra” se apresenta tão relevante para as análises das “guerras clássicas” quanto para as guerras do século XXI, bem como ajuda a compreender demais casos de violência. O que se pretendeu com essa exposição sobre as discussões da teoria clausewitziana em relação às novas guerras é apresentar um viés inicial do entendimento das guerras irregulares como novas formas de guerra, na qual incluiria o terrorismo. Tendo, portanto, considerado que a discussão apresentada não se sustenta em uma leitura coerente com a teoria de Clausewitz, o próximo passo a se dar é buscar compreender o terrorismo e, assim, buscar aproximações e discordâncias com a teoria do general para se chegar no objetivo deste trabalho.

3 CLAUSEWITZ E O TERRORISMO

Terror tem origem no latim, “*terrorem*”, e significa medo, alarme, pânico. O medo, como Clausewitz já observava, é uma emoção que desperta a preocupação com a sobrevivência física, de modo que tem sido, desde os primórdios da humanidade, explorado nas disputas de poder. O uso do terror tem adquirido, ao longo da história, formatos diferentes, seja no aspecto organizacional, seja nas suas formas de financiamento ou mesmo de ação. Para se compreender o terrorismo, é preciso estudar as variações do fenômeno ao longo do tempo frente aos diferentes cenários políticos, sociais, culturais de cada época; sendo assim, este é o objetivo deste capítulo. Primeiramente, é feita uma pesquisa sobre as manifestações do terrorismo desde sua primeira utilização como conceito político, na Revolução Francesa, até os dias de hoje. E, então, são exploradas as discussões acerca da sua conceituação que, ainda atualmente, não apresenta uma definição universalmente aceita. À vista disso, este capítulo traz – assim como o anterior – a fundamentação para que se possa, no próximo, enfim discutir a proposta deste trabalho: as relações entre guerra, terrorismo e política.

3.1 Um problema histórico

Apesar da discussão sobre o terrorismo ter ganhado maior destaque após os atentados de 2001, trata-se de um fenômeno muito antigo. As condições do terrorismo variam de tempo para tempo, de lugar para lugar. Tal como foi discutido anteriormente em relação às guerras, o terrorismo também faz parte do domínio das relações sociais, de modo que também deve ser compreendido dentro do seu contexto.

Deste modo, a intenção não é fazer uma retomada histórica propriamente dita ou uma análise altamente acurada sobre cada contexto sócio-político, mas sim trazer alguns momentos da história que possam auxiliar na compreensão do terrorismo quanto às suas diferentes manifestações políticas e violentas. Afinal, ao longo do tempo, o mesmo foi empregado em diversos cenários e para referir-se a variados tipos de práticas.

É usual dizer que a primeira manifestação do terrorismo se deu no período do Terror durante a Revolução Francesa; no entanto, deve-se lembrar que ações violentas com motivações políticas já aconteciam em eras muito anteriores. Os zelotes

na Judeia, entre I a.C. e II d.C., são a organização mais antiga já conhecida com aspectos comparáveis⁶⁰ ao que se passou a compreender como terrorismo a partir do surgimento do termo durante a Revolução Francesa. Em oposição ao domínio romano, os zelotes tentaram erradicar violentamente gregos e romanos. Os sicários, ala mais radical, cometeram vários assassinatos de autoridades romanas e hebreus aliados em rejeição à aproximação estrangeira. Posteriormente, também a Ordem dos Assassinos, fundada no século XI e liderada por Hassan bin Sabbah, era uma ordem religiosa sectária da fé ismaelita, a qual conduzia inúmeros ataques a sunitas - religião oficial na época na Pérsia-, bem como às dinastias da região e a cristãos⁶¹. O mesmo também se deu com os Thugs na Índia entre 1763 e 1856 com os ataques a autoridades britânicas.

Desde essa época, o terror e a barbárie têm sido amplamente utilizados ao longo do tempo; nesse sentido, não seria possível englobar todos os acontecimentos terroristas (ou de inclinação terrorista, ou comparáveis ao terrorismo) da história nesta pesquisa. Frente a isso, elenca-se alguns períodos para um maior estudo do fenômeno e ressalta-se que as divisões do estudo em séculos têm apenas caráter fragmentário para melhor exploração (como referências), sendo que, apesar das repartições, entende-se que as mudanças e as transformações no mundo ocorrem de forma contínua.

A partir disso, divide-se o assunto avaliado em quatro períodos. Em todas as fases, o estudo analítico tem como objetivo fazer um levantamento sintético do contexto histórico dos fenômenos – ressaltando mais uma vez a importância de se levar em consideração esses elementos-; bem como a compreensão de razões e as causas para tal, assim como seus métodos de ação. Deste modo, em um primeiro momento busca-se resgatar a construção da denominação de terrorismo a partir da Revolução Francesa; nesta fase, foi cunhado o conceito político “terrorismo” e o seu significado tem uma particularidade muito importante quanto a sua conotação positiva. Além disso, é o período em que Clausewitz viveu e fez uma única menção ao termo. O segundo momento trata do terrorismo ligado ao movimento anarquista internacional no fim do século XIX; nesta circunstância, o terrorismo já é entendido com uma

⁶⁰ O sentido de apresentar essas ações como “*comparáveis*” ao terrorismo se justifica no fato de que a definição do termo terrorismo somente foi cunhada muitos anos depois, de modo a evitar uma retratação anacrônica.

⁶¹ Ver CHALIAND, BLIN (2007), capítulo 3, “Zealots and Assassins”, p. 55-78.

conotação negativa a partir de atentados a vários líderes políticos. O terceiro momento reúne as diversas manifestações do século XX, que incluem sobretudo as manifestações com cunho nacionalista e a formação de grandes grupos terroristas como a Al Qaeda, ETA, IRA ou Hezbollah. Por fim, o último discorre sobre aquele terrorismo contemporâneo, inaugurado com os atentados em 11 de setembro de 2001 e que colocou o terrorismo como centro das pautas internacionais de debate, inclusive da sua dimensão como uma nova forma de guerra.

2.1.1 Século XVIII: O Terror Jacobino

No século XVIII, o terrorismo apareceu de forma mais contundente a partir da Revolução Francesa. Ainda que não tenha sido a primeira expressão terrorista da história, foi nessa época que o termo foi cunhado e amplamente utilizado dentro de uma conotação política. Em 1798, o dicionário da *Académie Française* definia o terrorismo como um "sistema ou regime de terror" e designava as ações dos dirigentes revolucionários, liderados por Robespierre, no Reino do Terror. O período entre setembro de 1793 e julho de 1794 ficou conhecido como "*La Terreur*" por ter sido uma época bastante violenta, com a execução de inúmeros oponentes. Além de ser um momento muito importante para se compreender os primórdios do termo terrorismo, também carrega um aspecto extremamente importante: esta é a primeira e única ocasião em que é empregado em um sentido positivo.

Como já foi discutido quando apresentado o contexto em que Clausewitz viveu, a Revolução Francesa foi um marco muito grande para o mundo, tendo transformado significativamente a história e a ordem política que se segue até os dias de hoje. Novamente, a sociedade francesa do Antigo Regime era dividida em três Estados, na qual os dois primeiros formavam a aristocracia (clero e nobreza) e o Terceiro Estado compunha-se por aqueles que não pertenciam à nobreza, ou seja, trabalhadores urbanos, camponeses e burgueses. Ainda que todos pertencentes a este último Estado, vale ressaltar que as condições entre si eram altamente diferentes (VOVELLE, 2012, p. 8-9, 16).

A alta burguesia era, normalmente, formada por grandes comerciantes, por vezes muito ricos, beneficiados com o processo de desenvolvimento econômico a partir da Revolução Industrial e com o comércio triangular Nantes, Bordeaux e La

Rochelle⁶²; eram proprietários de terras e bens fundiários e aspiravam à vida nobre. Já a pequena e média burguesia era composta por advogados, médicos, burocratas, artesãos e pequenos comerciantes, que estavam em direto contato com as camadas inferiores. Os camponeses eram homens livres e donos de pequenas propriedades e, tal como os operários das cidades, viviam em condições bastante precárias (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 07).

Os altos gastos da coroa associado ao enorme dispêndio nas guerras⁶³, às colheitas escassas da década de 1780⁶⁴ e à concorrência britânica resultaram em uma forte crise orçamentaria na França nos anos que antecederam a revolução. Como saída, foram sugeridas cobranças de impostos à nobreza - as quais rejeitaram em defesa de seus privilégios - e o aumento dos tributos ao Terceiro Estado, gerando também grande contestação. Diante disso, o Rei Louis XVI convocou a Assembleia dos Estados Gerais⁶⁵ em maio, onde seriam discutidas as possíveis soluções. Na ocasião, os deputados do Terceiro Estado eram em sua maioria burgueses e todos, até os mais conservadores, esperavam por reformas, principalmente no âmbito político e na questão dos impostos cobrados. No entanto, como na Assembleia cada Estado tinha direito a um único voto e por representar uma minoria – ao se considerar que o clero e a nobreza eram tradicionais aliados e somados contavam dois votos -, bem como por não ter voz realmente ativa, o Terceiro Estado se rebelou e proclamou a Assembleia Nacional Constituinte, cujo propósito seria elaborar uma nova Constituição à França (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 17; VOVILLE, 2012, p. 20).

Ainda que os diferentes grupos do Terceiro Estado tivessem demandas e anseios diferentes, convergiram, em um primeiro momento, contra a falta de representatividade e participação política nas decisões do Estado. Com o envolvimento do povo, em 14 de julho de 1789, uma multidão de parisienses marchou em direção à Bastilha, onde poderiam conseguir mais armas e munições com a invasão. Esse foi o primeiro grande episódio de demonstração das massas organizadas revolucionárias (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 20).

⁶² Portos franceses que se destacaram no comércio de escravos.

⁶³ Referente à participação francesa na guerra de Independência dos Estados Unidos.

⁶⁴ Em 13 de julho de 1788, uma tempestade de granizo atinge todo o país, seguido pelo inverno rigoroso em 1789. A escassez na produção acarretou um aumento vertiginoso do preço dos alimentos, levando uma parte da população à extrema pobreza (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 15).

⁶⁵ A convocação da Assembleia dos Estados Gerais alimentou na população francesa grandes esperanças sobre suas atuais condições de vida.

A situação para o Rei nesse período já era delicada e a relutância em dividir o poder com uma Assembleia Nacional eleita levou-o a arquitetar uma fuga da família real para Áustria, mas que acabou sendo frustrada por uma multidão que o impediu de deixar Paris rumo a Saint-Cloud em abril de 1791. A partir de então, o Rei passou a negociar com nações estrangeiras uma forma de fugir da capital para encontrar tropas aliadas na fronteira ardenense, próximo à Bélgica e Luxemburgo. No entanto, a viagem foi interrompida em Varennes, em 22 de junho, e Louis XVI e a família real foram detidos e levados novamente a Paris (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 58).

A popularidade do Rei foi ainda mais abalada, gerando no povo um sentimento de desconfiança frente a um possível acordo que Louis XVI tramava com nações estrangeiras. Na Assembleia Legislativa, as reações e o debate eram intensos e levados a um nível ideológico. Os Girondinos, por um lado, formavam o grupo dominante na composição da Assembleia e por suas ligações com a alta burguesia, eram simpáticos à ordem e à paz - propícias aos negócios. Mesmo com a tentativa de fuga do Rei, os girondinos tentaram evitar o seu julgamento, propondo diversas soluções. A questão é que eles tinham uma posição moderada, de forma a intencional ocupar o espaço de uma “nova elite” e se intitular como grupo hegemônico das forças populares; em outras palavras, defendiam a manutenção da monarquia constitucional por entenderem que a República significaria uma perigosa anarquia. Por outro lado, os jacobinos pressionavam a Assembleia para executar o Rei, um inimigo da nação, “em nome da salvação pública e das necessidades da revolução” (VOVELLE, 2012, p. 40).

A nova Constituição foi proclamada em 3 de setembro de 1791, fundamentada sob o princípio da soberania do povo⁶⁶, conservava a monarquia, mas instituí a divisão dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O poder executivo seria exercido pelos reis e o judiciário por magistrados. Já o legislativo se fundamentava através da Assembleia Nacional Legislativa, formada por deputados eleitos por voto censitário, garantindo que a grande maioria pertencesse à alta burguesia conservadora e provinciana, os girondinos. Ainda assim, era também formada pela pequena e média burguesia, apoiada pelas camadas populares, os jacobinos; e o grupo de centro, que oscilava entre girondinos e jacobinos (VOVELLE, 2012, p. 38-39). Com o tempo, essas diferenças se tornaram mais evidentes e, de certo modo

⁶⁶ Baseada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de agosto de 1789, sustentado pelo pensamento iluminista (VOVELLE, 2012, p. 67).

irreconciliáveis. Se, de um lado, os girondinos buscavam uma “revolução burguesa” e uma boa relação com a nobreza, por outro, os jacobinos, apoiado nos *sans-culottes*⁶⁷, se tornaram símbolo do povo em defesa da Revolução. Em uma visão mais próxima às causas dos jacobinos, entende-se que

Os jacobinos, portanto, foram o único partido da revolução em ato, uma vez que não só representavam as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento revolucionário em seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral, porque representavam as necessidades futuras e, de novo, não só daquelas determinadas pessoas físicas, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente (GRAMSCI, 2002, p. 80).

Em outras palavras, se era evidente que os Primeiro e Segundo Estados não seriam os defensores dos seus interesses, também ficou claro que o desejo da alta burguesia não incluía plenamente as demandas da maior parte da população.

Frente ao medo do avanço do processo revolucionário, a Áustria e a Prússia invadiram a França em 1792. Diante disso, é declarado na Assembleia um estado de “pátria em perigo”, a qual levou os jacobinos a distribuírem armas ao povo. A Comuna Insurrecional de Paris, unindo jacobinos e a população⁶⁸, assumiu o poder e exigiu o afastamento do Rei. A Assembleia Legislativa é então substituída pela Convenção Nacional, na qual, durante a sua primeira reunião em 21 de setembro de 1792, aboliu-se a monarquia e proclamou-se a República. A Convenção foi formada por uma maioria de *montagnards* – grupo ligado aos jacobinos e liderados por Robespierre, Marat, Saint-Just e Danton (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 75; VOVELLE, 2012, p. 35).

Com a descoberta de alguns documentos secretos de Louis XVI, foi comprovada a sua traição. A realeza já negociava uma intervenção de países vizinhos à França e, tendo essa informação chegado ao conhecimento público, os ânimos patriotas foram radicalmente inflamados. As consequências desses atos foram irreparáveis. Alguns castelos foram novamente saqueados e alguns nobres

⁶⁷ Correspondia a um novo tipo social, aos militantes revolucionários. Geralmente trabalhadores urbanos e pequenos comerciantes, recebiam esse título em função de suas vestimentas diferenciadas em relação aos nobres. Foram a base social da revolução e do Governo do Terror (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 84).

⁶⁸ Especialmente *sans-culottes*, o Clube de Cordeliers (grupo político revolucionário) e com apoio de alguns líderes como Robespierre, Marat e Danton. Como destaca Vovelle: “uma nova etapa começa, quando a burguesia revolucionária é obrigada a se conciliar com as massas populares” (VOVELLE, 2012, p. 37).

massacrados. Houve uma inversão também na opinião pública daqueles que ainda acreditavam na monarquia (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 57,70).

O Rei Louis XVI foi culpado de traição em 15 de janeiro de 1793 e, alguns dias depois, guilhotinado. Em reação, uma série de revoltas contrarrevolucionárias foram eclodidas e os próprios girondinos se articularam para prender e perseguir os jacobinos. No entanto, a reação jacobina foi ainda muito maior. A recém instaurada República (“girondina”) não conseguiu por muito tempo ter apoio da população e uma das principais razões foi a falta de capacidade de lidar com a crise econômica:

O sistema implantado desde 1790 pela burguesia constituinte é um dos mais descentralizados que a França já teve. Esse espírito está relacionado com uma ideia muito cara a essa burguesia: o liberalismo em todas as suas formas, um “Estado mínimo”, diríamos hoje, tal como expresso na doutrina do “laissez-faire, laissez-passer” no que diz respeito à subsistência. Esse dogma não resiste à pressão das circunstâncias e à força da reivindicação popular em 1793. (VOVELLE, 2012, p. 95).

Com isso e diante de guerras pelo país, como em Vendée, a nova República perdeu o apoio do povo e levou, em junho de 1793, os jacobinos assumiram à força o controle da Convenção Nacional e estabelecerem algumas ações para eliminar qualquer resquício de natureza burguesa, feudal ou nobre no governo. O golpe contra ala girondina expulsou todos os deputados dessa ordem da Convenção. No final de julho, a Convenção ratificou a nova Constituição de 1793, a qual determinaria, entre outros pontos, a reforma agrária, o fim da escravidão negra nas colônias e a democratização. No entanto, diante da situação crítica que a França se encontrava, foi decretado um governo de emergência, dando legitimidade e amplos poderes ao governo revolucionário em nome da Revolução (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 106; VOVILLE, 2012, p. 36, 42, 75).

Em março de 1793, havia sido criado o Tribunal Revolucionário de Paris e, em abril, o Comitê de Salvação Pública. Sob o governo de emergência, o poder foi centralizado nesta instituição. Em julho, Robespierre entrou para o Comitê e, a partir de então, foram estabelecidas uma série de medidas de “salvação pública” (VOVELLE, 2012). Instaurava-se ali o período que viria a ser o mais violento e turbulento, o período do Terror.

Em agosto, a Convenção Nacional decretou a formação de um exército revolucionário com recrutamento em massa⁶⁹. Lazare Carnot, membro do Comitê de Defesa Geral, foi o responsável e criador do “*Levée en masse*” francês, o que possibilitou o aumento muito rapidamente do exército. Também desenvolveu planos de campanha extremamente importantes, como o ataque de massas concentradas em pontos decisivos, o que contribuiu para a vitória da França na Primeira Guerra de Coalizão. Carnot ficou conhecido como o “Organizador da Vitória” dos exércitos revolucionários por assumir os assuntos militares (PAOLI, 1996). Para ele, era necessário que a França estivesse preparada para lutar uma guerra antes sem precedentes. Agora, a guerra havia se tornado um fenômeno de massa, abrangendo toda a sociedade francesa (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 106; PAOLI, 1996). Clausewitz exprime perfeitamente esse acontecimento no seguinte trecho:

Esta era a situação quando foi deflagrada a Revolução Francesa. A Áustria e a Prússia tentaram enfrentá-la com o tipo de guerra diplomática que apresentamos. Logo descobriram a sua inadequabilidade. Vendo a situação da maneira convencional, a princípio as pessoas esperavam ter que lidar apenas com um exército francês gravemente debilitado, mas em 1793 surgiu uma força que ultrapassou toda imaginação. Subitamente a guerra tornou-se uma atividade do povo - um povo de trinta milhões, todos considerando-se cidadãos. Não precisamos estudar em detalhes as circunstâncias que acompanharam esta tremenda evolução. Só precisamos observar os efeitos que são pertinentes à nossa análise. O povo passou a tomar parte nas guerras. Em vez dos governos e dos exércitos, como até então, todo o peso da nação foi jogado na balança. Os recursos e os esforços agora disponíveis para serem utilizados ultrapassaram todos os limites convencionais. Nada obstruía agora o vigor com que a guerra podia ser travada e, conseqüentemente, os oponentes da França enfrentavam o maior perigo (CLAUSEWITZ, 2007, p. 701).

Finalmente, a participação na política com o governo jacobino fomentou no povo a sensação de cidadania, de cidadãos com direitos iguais, tal como observava Scharnhorst e Clausewitz. O terror se dissipou nesse momento através da imensa massa revolucionária que o utilizava como um instrumento político. A aliança de forças dos pequenos burgueses com as classes mais baixas foi fundamental para dar corpo ao movimento. Se por um lado, o burguês provinciano era mais conservador e desinteressado aos ideais Iluministas, o pequeno burguês de Paris e das grandes cidades era bastante receptivo a essas ideias. Diferentemente da alta burguesia que

⁶⁹ Todos os franceses, crianças, homens, mulheres e idosos, foram requisitados. Cada um com uma tarefa diferente, todos foram recrutados para juntos formar uma enorme mobilização na guerra (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 94).

tinha aspiração à nobreza, esses burgueses aspiravam desempenhar um papel político, preservar a República e criar uma ordem cívica fundamentada na cidadania e na virtude republicana, uma vez que possuíam uma visão racionalizada, laicizada e consciente dos privilégios e da divisão da sociedade em ‘classes’. Do mesmo modo, uma grande parcela das camadas mais baixas – em especial os *sans-culottes* - nutria um sentimento hostil e de frustração para com o desrespeito e desinteresse da nobreza⁷⁰; eles buscavam uma forma mais direta de democracia e de lidar com as questões econômicas. Esse grupo era sufocado pelos altos tributos impostos por uma realeza que, diante do vigor revolucionário, se via na esperança de abandonar a nação. Todo esse sentimento comum é, então, transformado em ódio e, agora, canalizado em um forte sentimento patriótico. O povo pressionava os jacobinos a tomarem medidas, algumas vezes, muito radicais, mas formavam a sua base de apoio; sendo, portanto, uma aliança positiva para ambos os lados (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 8; RAPPORT, 2014, p. 11).

Os jacobinos assumiram o governo, portanto, sob o compromisso de promover as demandas dos *sans-culottes*, mobilizando toda a nação para a guerra a fim de protegê-la, reestruturar a sociedade e a economia sob os princípios da igualdade e da virtude. A disposição do povo na política foi claramente transposta para a sua performance na guerra, isto é, “as ‘pessoas’ não eram mais apenas espectadores apavorados, mas sim cidadãos ativos que cooperavam com a maquinaria do terror” (RAPPORT, 2014, p. 3). Agora, era um povo que lutava para si, embalado em um sentimento patriótico, em defesa do processo revolucionário e de seus ideais (PAULA, 2013, p. 78). Sobre isso, Clausewitz escreveu

os efeitos da Revolução Francesa no exterior foram causados não tanto pelos novos métodos e conceitos militares, como pelas mudanças radicais ocorridas nas políticas e na administração pelas novas características do governo, pelas alterações nas condições do povo francês (CLAUSEWITZ, 2007, p. 722).

O envolvimento da massa foi fundamental, portanto, para o uso do Terror. Logo após a tomada do governo pelos jacobinos, a situação política foi agravada com as revoltas contrarrevolucionárias e as ameaças externas. Para ambas as situações, os

⁷⁰ Vale ressaltar que o movimento ganhou muitos adeptos também pelas medidas sociais jacobinas, que, de pouco em pouco, garantiu mais liberdade e assistência aos cidadãos (VOVELLE, 2012, p. 105, 110).

jacobinos recorreram, sob o apoio da massa popular francesa, ao uso do terror. No entanto, é importante destacar que esse apoio não se deu de forma homogênea e generalizada. A revolta de Vendée, por exemplo, foi desencadeada pela imposição ao recrutamento militar de fevereiro de 1793 e intensificada com o “*Levée en masse*” de agosto. A repressão à revolta com extremo uso da força e do Terror - endossada pela Convenção Nacional-, levou a uma guerra civil, acarretando uma série de batalhas bastante violentas. O terror jacobino era, portanto, o meio pelo qual o povo agia em defesa da Revolução, bem como a institucionalização da violência, conglomerada em uma rede de instituições formais, um conjunto de comitês vinculados ao Comitê de Salvação Pública; isto é, havia “uma inter-relação simbiótica, embora carregada, entre os terrores do ‘estado’ e o ‘popular’, cada um encontrando no outro um uso político, encorajando a ação popular e, ao mesmo tempo, ampliando a escalada da violência do Estado” (PAULA, 2013, p. 77-81; RAPPORT, 2014, p. 6, 11).

Em menos de um mês após o decreto do *levée en masse*, o Comitê aprovou a Lei dos Suspeitos em setembro de 1793, a qual permitiria prender qualquer cidadão suspeito⁷¹ de conspirar contra a Revolução, sendo deveras flexível inclusive para enquadrar opositores do regime. A partir de então, o Terror seria usado como a política revolucionária oficial para suprimir todas as atividades contra a revolução⁷² - inclusive em Vendée-, ancorado na estrutura institucional do Comitê. O Tribunal Revolucionário de Paris seria, assim, o órgão responsável pela justiça revolucionária nacional e, à nível regional, seriam enviados às províncias *représentants en mission*, deputados que deveriam assegurar o cumprimento das leis (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 83, 93; VOVELLE, 2012, p. 43).

No entanto, vale ressaltar que, com o fim da monarquia, esta era a primeira experiência jurídica do governo revolucionário. Com a falta de uma tradição de governo parlamentar – com diferentes partidos políticos e posicionamentos distintos-, os franceses baseavam-se em princípios universalistas, colocando qualquer político contrário como um inimigo da soberania popular. Principalmente a nível local, os jacobinos não tinham uma estrutura administrativa e jurídica para lidar com julgamentos. Mesmo com a criação do Tribunal Revolucionário, os supostos inimigos

⁷¹ As denúncias eram um “dever de todo bom cidadão”, um ato cívico (RAPPORT, 2014, p.11).

⁷² Desde o início de 1790 havia ações -ou, pelo menos, tentativas- contrarrevolucionárias, tanto no sentido de salvar o Rei da revolução, quanto na formação de um exército para reconquistar o reino (VOVELLE, 2012, p. 131-132).

eram julgados de forma bastante sumária e, se condenados, enviados à guilhotina. Em um primeiro momento, toda a bancada girondina foi presa e muitos líderes mortos pela “indulgência” no processo do Rei, assim como Marie Antoinette em outubro de 1793 (VOVELLE, 2012).

No verão de 1794, Robespierre foi eleito presidente da Convenção e, no mesmo mês, a Lei de 22 Prairial, também conhecida por *Loi de la Grande Terreur*, foi promulgada. A partir de então, o processo de acusações seria demasiadamente simplificado e aboliria todas as garantias legais que restavam, fazendo com que o ritmo das denúncias e execuções aumentasse drasticamente, de modo que muitas pessoas morressem sem sentenças formais ou enquanto aguardavam julgamento. Há diversas especulações sobre o total de mortos, mas estima-se que ao menos 16.000 pessoas foram executadas. O período do “Grande Terror”, resultou em prisões em massa e execuções de vários nobres, altos burgueses, padres, trabalhadores, emigrantes. As execuções se deram por toda a França, principalmente no *Vallee du Rhône* e na *Guerre de Vendée*. Milhares de pessoas foram guilhotinadas, incluindo até mesmo jacobinos, acusados de conspiração (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 83, 94).

A violência empregada através do terrorismo era entendida como uma virtude, ou melhor, como um compromisso com as ideias republicanas - algo necessário para fazer com que uma contrarrevolução fosse inaplicável e colocasse em risco as conquistas da Revolução. Nas palavras de Robespierre, líder do movimento, durante um discurso sobre a justificativa do Terror, esclarece:

É necessário sufocar os inimigos internos e externos da república, ou perecer com ela; agora, nesta situação, a primeira máxima de sua política deveria ser conduzir o povo pela razão e os inimigos do povo pelo terror. Se a força moral do governo popular na paz é a virtude, a força moral do governo popular em revolução é ao mesmo tempo virtude e terror: a virtude, sem a qual o terror é desastroso; o terror, sem o qual a virtude é impotente. O terror não é outra coisa senão a justiça imediata, severa e inflexível; é, então, uma emanção da virtude; é menos um princípio particular do que uma consequência do princípio da democracia aplicado às necessidades mais prementes da pátria (ROBESPIERRE, 1866, p. 302)⁷³.

⁷³ No original: “Il faut étouffer les ennemis intérieurs et extérieurs de la république, ou périr avec elle; or, dans cette situation, la première maxime de votre politique doit être que l’on conduit le peuple par la raison, et les ennemis du peuple par la terreur. Si le ressort du gouvernement populaire dans la paix est la vertu, le ressort du gouvernement populaire en révolution est à la fois la vertu et la terreur: la vertu, sans laquelle la terreur est funeste; la terreur, sans laquelle la vertu est impuissante. La terreur n’est autre chose que la justice prompte, sévère, inflexible; elle est donc une émanation de la vertu; elle

A virtude, a que Robespierre se referia, era a ambição de uma nova sociedade, da transformação social, do rompimento da ordem vigente. O terror jacobino não era uma livre manifestação da violência do Estado contra a oposição. Ele tinha uma função positiva, no sentido de constituir uma nova sociedade, baseada nos princípios da virtude e de uma nova moral cívica. Tratava-se, então, de uma política que também se estendia ao campo econômico, ao exército e todo o clima da época. O valor dos produtos e os salários foram reestabelecidos, segundo as demandas populares para se garantir uma melhor qualidade de vida da parte “virtuosa” da população e evitar revoltas. Carnot e sua equipe entendiam que, além do levante popular para a batalha, era preciso um grande desenvolvimento dos recursos da nação para cobrir as necessidades militares. Toda a produção física de armas, uniformes, equipamentos eram organizados em uma base nacional. Para isso, criaram uma economia de guerra planejada, sustentada pelo medo da guilhotina. Em julho, por exemplo, o Comitê aprovou a pena de morte àqueles que armazenavam, clandestinamente, alimentos e estabeleceu uma fixação de preços. De forma geral, as dificuldades que ainda estavam presentes, como o aumento do preço do pão devido à estiagem, tentaram ser combatidas também através do terror (HOWARD, 1976, p. 81; VOVILLE, 2012, p. 47).

Para que a reação a essas transformações fosse combatida, a política partiu para sua face violenta. Segundo Robespierre, era necessária a expressão da força revolucionária, isto é, o terror não era empregado como uma ação sangüínea gratuita, mas sim como um instrumento importante para que se pudesse defender a revolução. Ainda que o período do Terror tenha sido, de fato, o momento mais violento da Revolução, é importante lembrar que todo o processo revolucionário francês contou com grande uso da força, desde o seu início. Não se deve esquecer, por exemplo, do período do “Grande Medo”, entre julho e agosto de 1789, quando os camponeses tiveram conhecimento sobre o início da revolução e atacaram e destruíram castelos e propriedades da aristocracia; em 5 de outubro de 1789, quando uma revolta do povo por causa da fome levou homens e mulheres a marchar sobre Versalhes para reclamar ao Rei; ou, as revoltas que se estenderam por várias regiões da França,

est moins un principe particulier qu'une conséquence du principe de la démocratie appliqué aux plus pressants besoins de la patrie” (ROBESPIERRE, 1866, p. 302).

como em Hainaut, Bocage, Alta Alsácia, Franche-Comté, Mâconnais (BLUCHE; RIALS; TULARD, 2009, p. 28).

Desse modo, era justificada a grande expressão de violência numa tentativa de acabar com as forças inimigas, ou pelo menos colocá-las em uma posição que não fosse possível uma contrarrevolução. O empoderamento político fez o povo pegar em armas, mas não só isso. Foi preciso criar uma relação político-militar em função da revolução. Como Clausewitz mesmo discutia em “Da Guerra”, o exército que se formava e se multiplicava constantemente conseguia vitórias decisivas em batalha, mas, como mencionado anteriormente, não eram mais aristocratas e soldados profissionais que enfrentavam o campo, e sim cidadãos. O despreparo foi, então, equilibrado pelos ânimos e pela quantidade. Não foram somente as novas técnicas militares, sobretudo o choque frontal de massas, que garantiam a vitória, mas também a obrigatoriedade do serviço, associado à força moral do povo alimentado pelo entusiasmo revolucionário.

Ainda que este período tenha sido fundamental para a formação do pensamento de Clausewitz, há, em todo o “Da Guerra”, uma única passagem – sem qualquer desenvolvimento mais profundo - referente ao uso do terrorismo e ao principal responsável pelo exército neste período, Lazare Carnot⁷⁴.

Deveria uma guerra estar inteiramente de acordo com as intenções da política e a política deveria ser bastante adequada aos meios de guerra, assim, onde o estadista e o soldado não estão unidos em uma única pessoa, resta apenas um bom meio, isto é, fazer do Comandante-chefe um membro do Gabinete, para que assim este possa participar dos principais momentos de ação [militar]. Mas isso só é possível se o gabinete, isto é, se o próprio governo está localizado perto do teatro de operações para que as coisas possam ser resolvidas sem perda perceptível de tempo. Isto foi o que o Imperador da Áustria fez em 1809, e assim fizeram os monarcas aliados em 1813, 1814 e 1815, em que esta facilidade foi completamente aprovada. O mais perigoso é a influência de um militar que não seja o Comandante-chefe no Gabinete; raramente isso conduzirá a uma ação saudável e eficiente. O exemplo da França, onde Carnot conduziu os assuntos de guerra de Paris em 1793, 1794 e 1795 é absolutamente repudiável, porque o terrorismo está disponível apenas para governos revolucionários (CLAUSEWITZ, 2010, p. 471, tradução nossa)⁷⁵.

⁷⁴ É interessante citar que o livro de Lazare Carnot, “*De la défense des places fortes: ouvrage composé par ordre de Sa Majesté Imperiale et rovale pour l’instruction des élèves du Corps du génie*”, publicado em 1812 em Paris, fazia parte da coleção de livros de Marie e Carl von Clausewitz (BELLINGER, 2018). Ver anexo A – Lista da coleção de livros da biblioteca de Carl e Marie.

⁷⁵ No original: “*Soll ein Krieg ganz den Absichten der Politik entsprechen, und soll die Politik den Mitteln zum Kriege ganz angemessen sein, so bleibt, wo der Staatsmann und der Soldat nicht in einer Person vereinigt sind, nur ein gutes Mittel übrig, nämlich den obersten Feldherrn zum Mitglied des Kabinetts zu machen, damit dasselbe teil an den Hauptmomenten seines Handelns nehme. Dies ist aber wieder nur möglich, wenn das Kabinett, d. h. also die Regierung, selbst sich in der Nähe des Schauplatzes befindet,*

Em 1793, quando a França foi invadida por exércitos estrangeiros e obtiveram vitórias em todas as frentes, Carnot, como membro do Comitê de Salvação, admitiu todas as operações militares sob seu controle e designou uma equipe militar com oficiais da Escola pré-revolucionária, contra a vontade de Robespierre. Durante cinco meses, esse grupo se dedicou a reorganizar o setor militar, bem como a educação e a economia. A estratégia utilizada foi defensiva em todas as regiões fronteiriças da França, com exceção do norte, onde a França faria uma ofensiva contra a Inglaterra; seu objetivo era derrotar os ingleses o mais rápido possível e, por isso, intencionava firmar uma paz com a Prússia e a Espanha (PAOLI, 1996).

Carnot participou diretamente na batalha de Wattignies, onde desenvolveu a concepção de que era necessário mais do que fazer o inimigo recuar, destruí-lo. A formação militar francesa deveria ser constituída por uma enorme massa popular, dividida em várias unidades que deveriam atacar a qualquer hora e lugar. No entanto, Carnot conduziu seus 14 exércitos revolucionários de seu escritório em Paris, o que Clausewitz considerava “repudiável” (KLEYSER, 2017, p. 212).

Isso leva a uma questão importante sobre a dimensão da aplicação do terrorismo. Os alvos no período do Terror não eram plenamente definidos, uma vez que não ofereciam uma razão racional e bastante apurada para as condenações. Em alguns casos, as pessoas eram poupadas, enquanto em outros eram enviados à guilhotina. Basicamente, as vítimas nunca sabiam por que haviam sido absolvidas, enquanto outras foram condenadas. Os cidadãos de Vendée, por exemplo, foram brutalmente atacados na guerra, enquanto em outras regiões, como Languedoc e Dauphinois, foram praticamente poupados do terror. A desigualdade entre as ações demonstra as diferenças com que o Terror se manifestou em cada estrato do aparato institucional e das autoridades locais (representantes em missão), que tinham uma margem de manobra nas aplicações das diretivas superiores e que se tornaram verdadeiros ditadores. Portanto, em aplicabilidade, o governo jacobino não conseguiu desempenhar um total controle sobre o mecanismo do terror (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 103; RAPPORT, 2014, p.12).

damit die Dinge ohne merklichen Zeitverlust abgemacht werden können. So hat es der Kaiser von Österreich im Jahre 1809, und so haben es die verbündeten Monarchen in den Jahren 1813, 1814 und 1815 gemacht, und diese Einrichtung hat sich vollkommen bewährt. Höchst gefährlich ist der Einfluß eines anderen Militärs als des obersten Feldherrn im Kabinett; selten wird das zum gesunden tüchtigen Handeln führen. Frankreichs Beispiel, wo Carnot 1793, 1794 und 1795 die Kriegsangelegenheiten von Paris aus leitete, ist durchaus verwerflich, weil der Terrorismus nur revolutionären Regierungen zu Gebote steht” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 471).

Mas, como é central no pensamento clausewitziano, todas as ações militares devem estar em consonância com os objetivos políticos. Como já foi discutido, a relação dialética entre guerra e paz evidencia que as relações políticas não são suspensas em períodos de guerra – mesmo naquelas que “parecerem se aproximar da perfeição absoluta”; pelo contrário, é a política a dirigente das ações militares, de modo que as forças devam subordinar-se à política e não o contrário. Quanto a isso, Clausewitz escreveu:

É verdade que a própria guerra sofreu mudanças significativas com relação às suas características e aos seus métodos, mudanças que levaram-na mais para perto da sua forma absoluta. Mas estas mudanças não ocorreram porque o governo francês libertou-se, por assim dizer, dos arreios da política. Elas foram causadas pelas novas condições políticas que a Revolução Francesa criou, tanto na França como na Europa como um todo, condições que colocaram em movimento novos meios e novas forças e que tornaram possível assim que houvesse um grau de energia na guerra que de outro modo teria sido inconcebível (CLAUSEWITZ, 2007, p. 723).

Em outras palavras, “tornou-se evidente que a arte da guerra, há muito tempo acostumada a uma estreita gama de possibilidades, havia sido surpreendida por opções que estavam além daquela gama, mas que certamente não iam de encontro à natureza da própria guerra” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 722). As mudanças na guerra seriam, então, resultados das transformações ocorridas na política, o que significa que “estas mudanças são uma prova concreta da sua ligação indissolúvel. Uma vez mais: a guerra é um instrumento da política” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 723). Sendo assim, a configuração política deste contexto reflete, pela lógica orgânica entre guerra e política, nas ações militares da época.

Com as vitórias dos exércitos franceses – em Toulon, Wattignies e especialmente em Fleurus –, a República foi fortalecida e foi posta a relevância de se manter um governo sustentado pelo Terror. O governo revolucionário provisório estaria em vigor até que se atingisse a paz; mas a regressão ao direito constitucional expunha várias questões importantes, tal como seria possível não haver um movimento de vingança diante das suas ações violentas ou como poderiam rejeitar o Terror sem rejeitarem também a própria Revolução? Naquele ponto, o projeto jacobino estava extremamente vinculado ao Terror em si. Se a vitória no aspecto militar era evidente diante do “grande perigo do exército francês”, no aspecto político, o Terror não obteria mais tanto vigor a longo prazo. A popularidade do governo jacobino foi então diminuída conforme o aumento das perseguições. Entre junho e julho de 1794,

1.400 pessoas haviam sido mortas pelo terror - um número seis vezes maior do que os meses anteriores. Estima-se, ainda, que 80% das vítimas francesas pertenciam ao Terceiro Estado. Os lemas e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade foram desvalorizados diante de tamanha violência para com os próprios cidadãos franceses e como Clausewitz mesmo discute, a coragem e o ânimos são sentimentos que, se não cultivados, são passageiros (PAULA, 2013, p. 80-81; RAPPORT, 2014, p. 15).

Além disso, em julho, o problema econômico piorou significativamente e, como consequência, o povo saiu em manifestação em protesto aos baixos salários e as condições econômicas críticas. Ao passo que o governo centralizou, com o tempo, as deliberações em comitês centrais, distanciou o povo – a sua principal base – das decisões políticas revolucionárias (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 110). Mas não só a base popular estava comprometida. Na Convenção Nacional, Robespierre chegou ao ponto de ameaçar declarar alguns deputados como conspiradores. O movimento revolucionário perdeu apoio da maioria dos jacobinos e eles próprios orquestram um Golpe de Estado, em 9 Termidor ano II⁷⁶. No dia seguinte, Robespierre foi executado e é dado o fim do período do Terror jacobino⁷⁷ (PAULA, 2013, p. 80-81).

Portanto, o estudo do terrorismo neste contexto demonstra que este foi um mecanismo de ação institucionalizado dentro de uma justificativa minimamente coesa ao momento revolucionário em questão. Tal como Clausewitz se refere às guerras e às relações sociais, o terrorismo, sendo um produto também das relações sociais carece de atenção a suas peculiaridades. O momento em que a França vivia era de forte pressão externa – com as perspectivas de invasão estrangeira – e interna na disputa de visões de mundo antagônicas. Em outras palavras, os revolucionários franceses viam seus oponentes como inimigos existenciais e, em nome da soberania popular, de uma explicação ideológica ‘justificatória’, adotaram um sistema apoiado em instituições e na própria base popular para agir por meios extremamente violentos (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 99).

Ao compreender todo o processo, é evidente como as ações – ou pelo menos as intenções sob elas – se justificavam na tentativa de forçar uma ação defensiva da revolução. O terrorismo na Revolução Francesa é compreendido, assim, como um

⁷⁶ Em 27 de julho de 1794 no calendário gregoriano.

⁷⁷ Mesmo com a queda de Robespierre, os atos terroristas continuaram a ocorrer, ainda que com uma intensidade extremamente menor. No entanto, a conotação positiva, a força e legitimidade do governo revolucionário acabou junto com o governo e a partir de então seria utilizado para deslegitimá-lo (PAULA, 2013; VOVILLE, 2012).

conceito positivos e bastante diferente do sentido de desqualificação política tão empregados posteriormente. O terror para os revolucionários franceses era sinônimo de virtude, uma “atividade extraordinária” em um período de guerra, sustentado pela vontade geral. Ser terrorista naquele contexto, portanto, era sinônimo de ser patriota, fiel aos princípios da revolução. A partir do momento que o movimento desintegrou a sua base e, conseqüentemente, a sua força política social, o terrorismo deixou de ter uma conotação positiva, a qual, após esse período, nunca mais passou a ter (PAULA, 2013, p. 82).

É evidente, portanto, que a discussão sobre o terrorismo nesse período - e a partir dele - está em consonância com os debates ideológicos ao longo do tempo. Há diferentes pontos de vista quanto as ações do governo do Terror serem entendidas como um instrumento necessário, ou não, para a defesa da Revolução. Alguns autores compreendem o terrorismo dessa época como uma irracionalidade revolucionária, ou ainda, como um produto do fanatismo. No entanto, o que interessa aqui é observar que, independentemente dessa discussão, o emprego do terrorismo foi utilizado como um meio para se garantir seus objetivos políticos e como um conceito político e positivo, uma vez que desempenhava a função de enaltecer o espírito revolucionário patriótico. Em outras palavras, é imprescindível o entendimento de que o Reino do Terror não foi apenas um desejo do governo jacobino, mas significava um processo dentro dos conflitos sociais que ocorreram em um momento de grande transformação política e recomposição social da época.

2.1.2 Século XIX: O anarquismo

A discussão sobre terrorismo no século XIX está associada ao surgimento expressivo de grupos anarquistas e do uso da violência em nome da liberdade. Tendo como herança as mudanças instauradas com a Revolução Francesa e a transformação social a partir do progresso econômico e tecnológico na Europa, intensificou-se o atrito entre as relações de poder na luta de classes, de modo a ser esta a base para o desenvolvimento de doutrinas revolucionárias.

O movimento anarquista surgiu em meio ao desenvolvimento de pensamentos que criticavam o capitalismo, frente a intensificação das desigualdades aceleradas pela Revolução Industrial e pela mudança no pensamento e na organização do Estado

após os acontecimentos revolucionários na França. Foi um período de grandes publicações de obras de Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, William Godwin, Max Stirner, Pyotr Kropotkin, Errico Malatesta, dentre outros. As ideias de Proudhon sobre a propriedade privada e o capitalismo, bem como os escritos e ativismo de Bakunin sobre o poder, a autoridade e a liberdade foram fundamentais para inspirar o surgimento de movimentos anarquistas, os quais defendiam, entre outros pontos, a abolição do Estado, da ordem vigente e a rejeição a todas as formas de autoridade. De forma bastante simplificada, o ideal anarquista previa o fim da estrutura estatal tradicional e coercitiva. A partir de 1870, essa visão tornou-se altamente popular entre jovens e a esquerda intelectual (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 114-116).

Em um primeiro momento, a difusão desse pensamento se deu através da articulação da classe operária em sindicatos e associações de trabalhadores. No entanto, o Congresso Internacional Anarquista, em dezembro de 1876, teve como uma das ideias discutidas a “Propaganda pelo Ato” ou “Propaganda pela ação”. Isto consistia em realizar grandes ações com muita visibilidade, tal como a explosão de uma bomba para assassinar uma figura pública, para que se tornasse uma inspiração a outros grupos, ganhando, assim, apoio e demonstrando à natureza do governo repressivo a sua vulnerabilidade (O’KANE, 2007, p. 14). Nas palavras de Kropotkin:

Um ato desses pode, em poucos dias, fazer mais propaganda do que mil panfletos. Acima de tudo, isso desperta o espírito de revolta; isso gera ousadia...Logo fica aparente que a ordem estabelecida não tem a força frequentemente suposta. Um ato corajoso é o bastante para perturbar em poucos dias todo o aparato governamental. (KROPOTKIN, 1977, p. 45 apud O’KANE, 2007, p. 15, tradução nossa)⁷⁸.

Nesse sentido, a proposta era propriamente desestabilizar o governo. Ele entende que a retaliação do Estado revelaria a sua verdadeira natureza repressiva e demonstraria também a sua vulnerabilidade, facilmente abalado por um ataque terrorista. A partir dessa “propaganda”, acreditava-se que diversos outros atos individuais ou em massa seriam encorajados (O’KANE, 2007, p. 15), ou como explica Paula (2013, p. 87), seria um “desencadeamento de atos de violência que ajudem a despertar os trabalhadores à luta e divulgar a causa anarquista”.

⁷⁸ No original: “One such act may, in a few days, make more propaganda than a thousand pamphlets. Above all, it awakens the spirit of revolt; it breeds daring. . . . Soon it becomes apparent that the established order does not have the strength often supposed. One courageous act has sufficed to upset in a few days the entire governmental machinery . . .” (O’KANE, 2007).

Alguns anos depois, o terrorismo foi utilizado por revolucionários russos que pretendiam assassinar o Czar Alexandre II. as reformas propostas pelo czar na tentativa de modernização da Rússia – predominantemente agrária naquele momento - foram insuficientes na perspectiva de uma melhora de vida da população, a qual se encontrava em uma situação demasiadamente degradante. Em abril de 1879, foi criado o grupo “*Narodnaya Volya*” - ou “Vontade do Povo” em português-, o qual foi a primeira organização terrorista moderna com o propósito de derrubar o regime autocrático russo. Segundo os revolucionários, era um contrassenso o Estado possuir mais da metade do território como sua propriedade privada; desse modo, com o assassinato do czar, essas terras seriam impedidas de serem transferidas a burguesia e, assim, o povo assumiria o governo e tomaria as terras e as fábricas. Após uma série de tentativas frustradas, em 1881, membros do grupo conseguiram assassinar o czar Alexandre II (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 114-116; O’KANE, 2007, p. 17).

O terrorismo foi utilizado, portanto, como uma forma de desestabilizar o governo sem que houvesse uma guerra realmente, uma vez que o Estado russo era altamente coercitivo e uma revolução resultaria em muitas mortes. Assim, se o terrorismo no período destacado anterior provinha do Estado jacobino contra inimigos (civis ou não), nesse segundo momento, os anarquistas se voltavam ao governo e símbolos do poder. As ações dos grupos rebeldes russos serviram, de tal modo, de inspiração para muitos outros. Se na Rússia, o terrorismo se deu como um meio eficiente diante de um regime repressivo e coercitivo; fora da Rússia, o terrorismo ocorria não apenas em países repressores, mas também naqueles com instituições democráticas. Ainda que este momento também faça parte do movimento anarquista terrorista da época, as ações que ganharam maior destaque e que colocaram, de fato, em prática a “Propaganda pela ação” foram uma série de atentados que se deram pela Europa principalmente na década de 1890, a qual ficou conhecida como “a década da bomba” (O’KANE, 2007, p. 17).

Um dos casos da época que ganhou bastante repercussão foi a explosão de uma dinamite em um prédio residencial em Paris em resposta às condenações de anarquistas. Uma manifestação em 1ª de maio de 1891 por reivindicações trabalhistas em Levallois, no norte da França, acabou sendo duramente repreendida pela polícia francesa, inclusive com a morte de manifestantes e deixando vários feridos. O confronto de policiais e líderes militantes resultou na prisão de três anarquistas: Louis Léveillé, que logo foi absolvido, Henri Louis Decamps, condenado a cinco anos de

prisão e Charles Auguste Dardare a três. Como vingança, foram planejados ataques de retaliação pelo francês François Claudius Kœnigstein, conhecido como Ravachol – quem executou o ataque-, Simon Charles Achille, Jas-Béaldas e Mariette Soubère. Em março de 1892, a explosão em um edifício da Rua Clichy nº 39 em Paris teve como alvo o promotor de justiça M. Bulot, quem havia participado do julgamento que condenou os ,M J pelo conflito contra a polícia, juntamente ao juiz M. Benoît, que também sofreu um ataque em sua casa dias antes. Ambos saíram ilesos, mas sete operários que trabalhavam próximo ao lugar de ataque foram machucados pelos estilhaços da explosão (MONTEIRO, 2009, p. 205). Em depoimento após a sua prisão, Ravachol mostrava-se orgulhoso pelo seus atos, ou como ele mesmo dizia:

Você não irá tirar de mim uma única palavra de arrependimento. Se eu não tivesse sido preso iria continuar minhas explosões, sem poupar qualquer pessoa ligada à condenação de outros Anarquistas. Eu gostaria de ter explodido a Câmara dos Deputados por impor aos dinamitadores a pena de morte. Sem deixar nada impedindo o caminho da propaganda Anarquista (AN..., 1892, p. 1 apud MONTEIRO, 2009, p. 208).

Estes foram os primeiros atentados que instigaram a perpetuação das alas mais radicais do movimento anarquista. A fala de Ravachol reforçava a ideia de continuar a propagar os ataques como uma forma de resistência e disseminação dos ideais anarquistas. Em outras palavras, os atentados serviriam, então, para desencadear novos ataques; ao passo que um partidário do movimento sofresse alguma pena ou retaliação em enfrentamentos, outro membro agiria para vingá-lo e, assim, sucessivamente; e foi o que se deu, por exemplo, com o plano para a Câmara dos Deputados. Após a execução de Ravachol, o anarquista August Vaillant detonou uma bomba de fabricação própria na Câmara de Deputados em dezembro 1893. O ataque foi durante uma sessão, mas que não chegou a deixar mortos. Tal como Ravachol, Vaillant se lamentou por não ter conseguido vitimar nenhum deputado (PAULA, 2013, p. 87; MONTEIRO, 2009, p. 208).

Mas o terrorismo anarquista não fez ataques unicamente a figuras políticas. Em 1894, Emile Henry explodiu uma bomba em um conglomerado de café, o Café Terminus, em Paris, deixando uma pessoa morta e dezenove feridas. Para o autor do ataque, as vítimas não eram pessoas “inocentes”, uma vez que, tradicionalmente, o Café era frequentado pela alta elite francesa; “burgueses que viviam com os lucros do trabalhador”. Para ele, essas pessoas representavam a sociedade que os anarquistas

queriam destruir e, por isso, esperava que o ataque pudesse matar quantas pessoas fossem possíveis (PAULA, 2013, p. 89; O’KANE, 2007, p. 18):

P. Por que foi ao Café Terminus?
 R. Fui primeiro à Casa Bignon, ao Café de la Paix e ao Americain, mas não havia gente o suficiente; então, entrei no Terminus e esperei.
 P. Havia uma orquestra. Quanto tempo esperou?
 R. Uma hora.
 P. Por quê?
 R. Para que aparecesse mais gente.
 P. E em seguida?
 R. Já o sabem (MAITRON, 2005, p. 7).⁷⁹

A impassibilidade com que Henry trata o atentado ao Café está justamente no entendimento de que o Estado é a burguesia organizada e, conseqüentemente, um alvo direto dos anarquistas. Os alvos dos terroristas anarquistas – em especial nesse caso - não eram indivíduos específicos, mas todos aqueles que ocupassem papéis de exploração da classe e que representassem o poder do Estado, a dizer, eram figuras simbólicas do poder: juízes, policiais, políticos e membros da alta burguesia (MONTEIRO, 2009, p. 204). O ataque foi, portanto, mais uma resposta às ações do Estado para com eles, os quais desde o atentado à Câmara dos Deputados vinham sofrendo uma forte repressão. Segundo Henry,

Os burgueses não faziam distinções entre os anarquistas. Vaillant, um homem que agia sozinho, jogou uma bomba; mais da metade de seus camaradas nem ao menos o conhecia, mas isso não teve nenhuma importância: era uma perseguição em massa e qualquer pessoa que tivesse ligações com os anarquistas por menores que fossem, deveria ser caçada (MONTEIRO, 2009, p. 218).

Anos antes, Henry havia cometido outro atentado na Companhia de Mineração Carmaux⁸⁰, matando quatro policiais. As suas ações foram, assim, motivadas pela execução de Vaillant em fevereiro de 1894, mas também pela forte perseguição aos anarquistas, que viria a ser ainda mais intensificada a cada assassinato e colocado na clandestinidade. Assim como com Vaillant, a punição pelos atos foi a guilhotina (MONTEIRO, 2009, p. 211).

⁷⁹ Diálogo parte do interrogatório de Emile Henry.

⁸⁰ A Companhia Carmaux havia solicitado o uso das forças policiais contra uma greve de seus funcionários. Henry colocou na porta do escritório da empresa uma bomba de efeito retardado (MONTEIRO, 2009, p. 211).

A ideia de sequência de ataques fez com que dissipasse entre os governantes uma impressão de uma “Internacional Negra”, uma organização terrorista com ligações internacionais. Contudo, tanto no caso de Henry, quanto no dos outros, não houve, comprovadamente, qualquer tipo de rede terrorista com mais de quatro ou cinco membros – diferentemente do Narodnaya Volya, que era um grupo organizado e com cerca de 500 membros. Nos depoimentos de Ravachol, Vaillant, Emile Henry, Caserio, Lucheni ou Czolgosz não aparecem, em momento algum, a afirmação ou alusão a uma “conspiração anarquista terrorista organizada” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 183; LAQUEUR, 2001, p. 14; MONTEIRO, 2009, p. 211).

Mas, mesmo assim, o medo foi fortalecido no imaginário social da população – principalmente com os ataques a civis. A cada notícia de atentado, divulgado na mídia, o terror se alastrava ainda mais. A imprensa escrita e o desenvolvimento tecnológico do final do século XIX, que estava em grande desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos naquela época, tiveram um papel fundamental na edificação do terror, uma vez que a tecnologia de comunicação de massa permitiu que as notícias fossem mais rapidamente alastradas por distâncias muito maiores (MONTEIRO, 2009, p. 203).

Se por um lado, a imprensa poderia ser um agravante no sentido de atuar contra o movimento - tal como ocorreu com Ravachol, quando foi preso a partir de uma denúncia feita pelo reconhecimento de suas características ou na intensa construção de uma imagem “amoral” aos terroristas-, a percepção de que o “terror reinava em Paris” e de que os ataques poderiam ocorrer a qualquer momento e ter “qualquer um” (burgueses) como alvo auxiliou no sentido de dissipar o medo e o pânico entre a elite, dando mais força ao movimento, mesmo que involuntário. O stress e o medo diante de um possível novo ataque chegou ao ponto de assombrar até mesmo o público de uma peça de teatro quando parte do cenário caiu (MONTEIRO, 2009, p. 210).

Mas se as ações de até então tinham gerado já um impacto do imaginário social, a morte da bastante popular imperatriz Elizabeth “Sissi” da Áustria foi o estopim para uma grande comoção pública e para uma “onda de histeria” pela Europa:

Na época, o ministro das Relações Exteriores da Áustria, Count Goluchowsky, se referiu aos anarquistas como ‘bestas selvagens sem nacionalidade’, que atentavam não somente contra a soberania dos líderes nacionais, mas também “contra todas as pessoas e todas as propriedades privadas.” (PAULA, 2013, p. 85).

Em setembro de 1898, Sissi foi esfaqueada pelo anarquista Luigi Lucheni em Genebra, sob alegação do autor de que o assassinato seria um atentado contra vida de uma “imperatriz”, de um símbolo da soberania. Assim como Sissi, outros líderes políticos haviam também sido mortos por anarquistas, como Sadi Carnot, presidente da França e neto de Lazare Carnot (“organizador da vitória”), em dezembro de 1894, e Antonio Cánovas del Castillo, primeiro ministro da Espanha em 1897. Os rumores, após a morte da imperatriz, era de que o Rei Humberto I da Itália seria o próximo alvo, agravando ainda mais o terror entre a comunidade internacional (MONTEIRO, 2009, p. 212; PAULA, 2013, p. 84, 85, 89).

Sendo assim, no mesmo ano da morte de Sissi, em novembro de 1898, vários representantes governamentais de vinte e um países se reuniram na Conferência Internacional para Defesa Social Contra os Anarquistas para discutir o conceito de anarquismo e traçar medidas de combate à prática. A definição de ação anarquista aceita para efeito de lei na Conferência foi a de que o anarquismo seria uma iniciativa de destruição indiscriminada de toda organização social, ou melhor, tem como objetivo “a destruição por meios violentos de toda organização social”. Isto exprime a adoção, pelos governantes de um pensamento “nihilista” para compreender o terrorismo anarquista, sem considerar todas as motivações político-sociais do anarquismo; reduzindo-os a “destruidores” e “amorais”. A partir de então, os Estados se uniram para combater a “conspiração anarquista” na Europa e diversas leis anti-terroristas foram criadas, ampliando as forças e a cooperação policial e cunhando leis de extradição (MONTEIRO, 2009, p. 212, 213; PAULA, 2013, p. 85).

O temor de que outros representantes políticos fossem também alvos desses indivíduos se concretizou em mais atentados. Durante o depoimento de Lucheni, o anarquista apontou que não pode assassinar o Rei italiano, mas que logo outro faria em seu lugar. Em julho de 1900, o Rei Humberto I foi assassinado por Gaetano Bresci com três tiros. O terrorismo anarquista tinha, portanto, se alastrado para além da França, cruzando inclusive o oceano. Em setembro de 1901, o presidente dos Estados Unidos da América, William McKinley, foi morto pelo simpatizante anarquista Leon Czolgosz (MONTEIRO, 2009, p. 213; PAULA, 2013, p. 84). O discurso de Theodore Roosevelt, vice-presidente de McKinley, foi praticamente todo dedicado ao anarquismo:

O golpe foi dirigido não em um presidente, mas a todos os presidentes; em cada símbolo do governo. (...) Em nenhuma teoria concebível o assassinato de um presidente poderia ser concebível como um protesto contra “desigualdades na ordem social”. (...) A anarquia não é uma expressão de “descontentamento social” maior do que bater carteiras ou agressão à esposa. O anarquista, e especialmente o anarquista nos Estados Unidos, é meramente um tipo de criminoso mais perigoso do que qualquer outro porque ele representa a mesma depravação, mas em um grau maior. O homem que defende a anarquia, direta ou indiretamente, em qualquer forma ou estilo, ou o homem que pede perdão pelos anarquistas e seus atos, se torna moralmente um cúmplice do assassinato antes que ele aconteça. O anarquista é um criminoso cujos instintos pervertidos o levam a preferir a confusão e o caos em vez de uma forma mais benéfica de ordem social. Seus protestos em defesa da classe trabalhadora são ofensivos em sua falsidade imprudente (...). O anarquista está em toda parte não apenas como inimigo do progresso e do sistema, mas como um adversário mortal da liberdade (...). Para o anarquista em si, sendo ele um pregador ou um praticante de suas doutrinas, não precisamos ter uma partícula a mais de preocupação do que temos com qualquer assassino comum. Ele não é vítima de injustiça social ou política. Não há erros para remediar no caso dele. A causa da sua criminalidade está para ser encontrada em suas próprias paixões más e nas condutas malignas daqueles que o impelem, não em qualquer falha de outros ou do Estado para fazer justiça a ele ou aos seus próximos. Ele é um malfeitor e nada mais. Ele não é, em nenhum sentido, forma ou direção, um “produto das condições sociais”, a não ser que um assaltante seja “produzido” pelo fato que um homem desarmado ter uma carteira (...). A anarquia é um crime contra toda a raça humana; e toda a humanidade deve se unir contra o anarquista. Seu crime deve ser considerado uma ofensa à lei das nações, como a pirataria e aquela forma de roubo de homens conhecida como comércio de escravos; porque isso é uma infâmia muito mais negra do que qualquer outra. (ROOSEVELT, 1901, tradução nossa)⁸¹.

De fato, alguns grupos terroristas dessa época tinham relações com o crime organizado, incluindo desde o contrabando de armas e drogas até assaltos a bancos

⁸¹ No original: “The blow was aimed not at this President, but at all Presidents; at every symbol of government. (...)” “On no conceivable theory could the murder of the President be accepted as due to protest against “inequalities in the social order”. (...) Anarchy is no more an expression of social discontent than picking pockets or wife-beating. The anarchist, and especially the anarchist in the United States, is merely one type of criminal, more dangerous than any other because he represents the same depravity in a greater degree. The man who advocates anarchy directly or indirectly, in any shape or fashion, or the man who apologizes for anarchists and their deeds, makes himself morally accessory to murder before the fact. The anarchist is a criminal whose perverted instincts lead him to prefer confusion and chaos to the most beneficent form of social order. His protest of concern for workingmen is outrageous in its impudent falsity (...). The anarchist is everywhere not merely the enemy of system and of progress, but the deadly foe of liberty. (...) For the anarchist himself, whether he preaches or practices his doctrines, we need not have one particle more concern than for any ordinary murderer. He is not the victim of social or political injustice. There are no wrongs to remedy in his case. The cause of his criminality is to be found in his own evil passions and in the evil conduct of those who urge him on, not in any failure by others or by the State to do justice to him or his. He is a malefactor and nothing else. He is in no sense, in no shape or way, a “product of social conditions,” save as a highwayman is “produced” by the fact that an unarmed man happens to have a purse. (...) Anarchy is a crime against the whole human race; and all mankind should band against the anarchist. His crime should be made an offense against the law of nations, like piracy and that form of man-stealing known as the slave trade; for it is of far blacker infamy than either.” (ROOSEVELT, 1901).

e rapto de civis (MARTINS, 2010, p. 22). Entretanto, ao contrário do que Roosevelt afirma, é preciso entender o anarquismo – e, sobretudo, o anarquismo terrorista – dentro das suas dimensões histórico-sociais. Como ressalta Paula (2013, p. 83), a estratégia utilizada por pequenos grupos anarquistas era considerada por autoridades policiais e governamentais como um “crime contra toda a raça humana”, tal como reforçado no discurso de Roosevelt e que exprime a percepção da imprensa e dos governantes na época. Contudo, entender todas essas ações sob essa ótica é ignorar aspectos centrais da sociedade naquele momento.

A concepção de uma rede internacional anarquista existia apenas nos discursos das mídias e dos governantes. Ainda que em poucos anos, várias pessoas tenham sido mortas por ações de pequenos grupos, os quais nutriam um sentimento de ódio e negação aos *status quo* da época. Essas ações foram desencadeadas como uma resistência ao que o movimento anarquista enfrentava frente a intensa repressão àqueles que buscavam se organizar e reivindicar uma outra forma de organização da sociedade. Em outras palavras, os ataques eram uma estratégia de luta possível; mas não uma luta de um movimento no todo e sim de alguns indivíduos. Nem mesmo o Narodnaya Volya, que era um pequeno grupo de constitucionalistas russos, se organizava dentro de uma “rede internacional”. A opção pelo terrorismo era feita a partir das possibilidades de enfrentamento que esses grupos dispunham diante da ordem social daquela época; tratava-se, então, de uma estratégia de pequenos grupos militantes para chamar a atenção do povo à situação precária da classe trabalhadora e também para difundir os ideais revolucionários. Mesmo sob essas justificativas, essas ações não representavam ou tinham apoio dos grupos marxistas e anarquistas como um todo (PAULA, 2013, p. 83, 87, 89).

Com a invenção da dinamite em 1862, não era mais necessário o ataque direto a indivíduos. Agora, poderiam ser deixados em locais públicos e atingir multidões, de modo que pequenos grupos pudessem causar grandes estragos sem amplas mobilizações. É evidente que um pequeno grupo desarticulado não poderia tomar o poder ou acabar com todo o sistema, mas poderia, ao menos, criar uma sensação de fragilidade e insegurança através da manipulação dessas tecnologias. Portanto, mesmo sem uma organização formal, a luta anarquista teve um papel de muito impacto na política do final do século XIX, afinal, nunca haviam sido mortas tantas personalidades políticas em vários Estados (O’KANE, 2007, p. 14; PAULA, 2013, p. 87, 93).

Os atentados não tiveram um resultado no sentido de uma real transformação da sociedade e das condições das classes mais baixas, mas ao contrário, acabaram distanciando os trabalhadores do pensamento anarquista. Esse movimento político está diretamente relacionado ao ponto de vista da classe operária dentro do contexto do desenvolvimento capitalista na Europa e seus desdobramentos sociais. No entanto, os atentados com bombas e assassinatos se deram por uma minoria desse grupo que geraram uma percepção comum de que o anarquismo era sinônimo de violência e terrorismo, bem como que a classe trabalhadora era perigosa, marginalizando-a ainda mais sob esses pretextos (PAULA, 2013, p. 83, 86, 94).

Os exemplos citados são apenas alguns dos atentados terroristas que ganharam maior destaque e que demonstram os interesses, os métodos e as consequências desses atos, mas houve inúmeros outros. Desse modo, diversos anarquistas da época também se posicionaram contra esses métodos de ação, pois criou-se um pressuposto de que os anarquistas – em geral - utilizavam da violência como meio de ação para destituir a ordem vigente. Afinal, naquele momento, não havia um debate acerca da definição de terrorismo, de forma que o anarquismo, independentemente de sua vertente, passou a ser perseguido severamente em diferentes partes do mundo como uma organização clandestina que deveria ser erradicada e que não teria palco para a difusão de suas ideias. Como observa Paula (2013, p. 94): “no final das contas, mais atrapalhava do que ajudava o desenvolvimento do movimento, a prática aos poucos diminuiu e os anarquistas conseguiriam, já no primeiro quarto do século XX, se desvincular da ideia do terror, que até pouco tempo era praticamente seu sinônimo”.

Portanto, no século XX, o terrorismo anarquista perdeu bastante força, mas ainda continuou em algumas regiões da Europa, como através da morte do primeiro ministro espanhol, José Canalejas, em 1913 e o do Rei George I da Grécia em 1913. Dessa forma, a repressão que já existia foi acentuada a cada novo atentado, bem como deslegitimada a própria ideologia em si. A reação dos políticos em desqualificar as causas anarquistas exprimem, sobretudo que

o fato de não tratar os anarquistas como adversários políticos e desconsiderar as suas reivindicações, tratando sua bandeira como nada além do que uma teoria de disseminação da maldade, se tornaria um padrão de perspectiva adotado por quase todos os regimes do século XX e XXI que tiveram de lidar com resistências que adotassem táticas que transcendessem a arena política da negociação (PAULA, 2013, p. 93).

Em consonância com o que foi apresentado, evidencia-se como o terrorismo anarquista se deu de forma variada em relação ao período da Revolução Francesa. Se durante a fase do Terror, o fenômeno foi utilizado como uma ferramenta do Estado para com as ameaças internas e externas, o terrorismo anarquista foi praticado principalmente contra a representação do Estado e de toda formação baseada no poder vigente. Da mesma forma, enquanto na primeira situação, o terrorismo passou a ser uma prática abrangente em toda a nação, na segunda, restringia-se a alguns indivíduos e pequenos grupos. Também é importante destacar a variação da conotação; agora, entendida nos discursos governamentais e do senso comum como um “mal a raça humana” para causar medo e terror, sendo os terroristas os “inimigos da humanidade”. O terrorismo passa a ser amplamente utilizado, então, como um conceito para desqualificar as ações desses grupos de oposição. Nesse aspecto, o discurso político deve ser entendido, portanto, em consonância com a prática política, de modo que os empregos dos referidos termos e as construções de imagem sejam entendidos como representações das intenções e interesses inseridos no processo de disputa de poder. Sendo assim, como expresso na citação anterior, o terrorismo é entendido – e reduzido-, a partir de então, como uma manifestação da maldade e do ódio, desconsiderando, por vezes, todo o contexto das condições sociais fundamentais para o seu entendimento.

3.1.3 Século XX: Pluralidade de ações e denominações

Como discutido anteriormente, o nacionalismo no período da Revolução Francesa acabou ecoando por além de suas fronteiras, fomentando agitações nacionalistas na Itália, na Alemanha, na Polônia e até mesmo nas lutas de independência das colônias. No século XX, o nacionalismo foi, sem dúvida, um dos pontos altos dos conflitos mundiais, bem como serviu de motivação para os atentados terroristas da época.

É importante lembrar que o século XIX foi um período de mudanças econômicas muito profundas com a expansão do capitalismo e o surgimento de uma burguesia industrial, o que foi fundamental para a formação do Estado Alemão e Italiano. Tal fato também interferiu no equilíbrio hegemônico francês (e europeu) e na partilha de regiões menos desenvolvidas no mundo para colonização das grandes potências. Este foi o período do apogeu dos grandes impérios coloniais, como a

França, Inglaterra e Rússia e o declínio de outros, como o austríaco. Diante disso, o empenho desses países na expansão de suas áreas de domínio levou a um “choque de imperialismos” e o efervescer dos movimentos nacionalistas (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 175).

Em junho de 1914, o assassinato do herdeiro ao trono austríaco, Francisco Ferdinando, e sua esposa foi um dos casos mais famosos e de maior repercussão da história, sendo inclusive o estopim para a Primeira Guerra Mundial. O autor do crime foi o estudante Gavrilo Princip, patriota e membro do grupo sérvio Mão Negra, Crna Ruka. A organização secreta era altamente ativa e articulada na Sérvia e na Bósnia e lutava, sobretudo, contra a anexação, desde 1908, da Bósnia-Herzegovina pelo império austro-húngaro. A organização secreta arquitetou o assassinato por considerá-lo um risco às suas ações ao movimento nacionalista na Bósnia. Apesar de nunca comprovadas, havia ainda suspeitas de participação do Reino da Sérvia no atentado (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 177-178; MAGNOLI, 2006, p. 317).

Esse episódio marcou o fim de uma época de atentados dirigidos a chefes de Estados, monarcas e representantes do poder e iniciou um período em que o terrorismo seria reclamado para múltiplas práticas. O século XX foi assinalado pelo surgimento de vários movimentos terroristas em todo o mundo, empregado por diferentes vertentes do pensamento e para se referir a diversos tipos de ações e agentes políticos; em outras palavras, práticas distintas foram incluídas na alcunha de terrorismo. Se no XVIII e XIX, o terrorismo teve uma definição e um recorte mais bem evidente com as ações derivadas do período do Terror e dos atentados terroristas anarquistas, respectivamente; no século XX, o termo foi adotado de forma bastante imprecisa, variada e incoerente (PAULA, 2013, p. 97).

Assim como utilizado no século anterior no sentido de deslegitimar as causas anarquistas, o terrorismo passou a ser empregado a todo movimento politicamente adversário, de modo a construir a percepção de “um inimigo que precisa ser exterminado”. Como destaca Paula (2013, p. 96), “no século XX, a questão de ser ou não ser terrorista era menos um debate a partir de argumentos lógicos e criteriosos e mais uma questão política”. O terrorismo passou, então, a ser delineado mais em função dos interesses políticos do que de uma coerência de fato, sendo aplicado em múltiplos sentidos e possibilidades (PAULA, 2013, p. 98).

Tendo isso considerado, o rótulo terrorista no século XX foi amplamente utilizado em acusações como um conceito político, de modo que, seguindo essa

orientação, rompesse com a percepção de que se tinha até então de que o terrorismo era um fenômeno de esquerda. Com isso, novamente, uma gama completamente variada de ações foi associada ao terrorismo e, desse modo, o objetivo deste tópico é trazer alguns exemplos – dos inúmeros casos de atentados e grupos denominados como terroristas – que evidenciam a pluralidade de ações do século XX.

Pode-se iniciar com o exemplo de grupos minoritários que recorriam ao uso do terrorismo como uma forma de evitar um confronto direto com regimes autoritários e repressivos. No século XX, o Exército Republicano Irlandês (IRA) na Irlanda do Norte; os separatistas bascos (ETA) na Espanha; a Facção do Exército Vermelho (RAF) na Alemanha; e as Brigadas Vermelhas na Itália são alguns dos grupos que ganharam bastante destaque.

Dos grupos apresentados, o Exército Republicano Irlandês (IRA) teve o maior número de ataques e mortes. Formado em 1919 a partir da fusão de vários grupos neonacionalistas, o grupo paramilitar surgiu durante a Primeira Guerra Mundial como uma organização nacionalista com o objetivo de libertar a Irlanda que vivia sob domínio britânico. Há séculos, o Reino Unido e a Irlanda mantinham uma relação conflituosa sobretudo quanto a disputa de poder político na região. Por um lado, havia o fortalecimento hegemônico inglês e, por outro, o desejo iminente de independência econômica e autonomia política (*Home Rule*), principalmente nos períodos mais difíceis. Em meio a Grande Guerra, houve o entendimento por alguns grupos de que aquela seria a melhor hora para um ataque, uma vez que o governo inglês se ocupava com os encargos da guerra. Associada a essas questões políticas também está a divergência religiosa entre a parte protestante, maioria no nordeste do país e de ascendência britânica ou escocesa, e os católicos, que queriam a reunificação com a República da Irlanda. Diante disso, eclodiram algumas revoltas e confrontos e, anos depois, a Guerra de Independência irlandesa (1919-1921) (O'KANE, 2007, p. 123-124).

Em 1922, o parlamento de Dublin aprovou um acordo no qual a Irlanda se tornaria um Estado Livre Irlandês, com exceção de alguns condados. Essas decisões não agradaram uma grande parcela do IRA, que lutavam para que os 32 condados fossem incluídos à República da Irlanda e uma nova guerra civil seguiu de 1922 a 1923. Neste período, o IRA adotou algumas táticas de guerrilha, que fugiam dos meios tradicionais de guerra, mas foram derrotados. Reagrupados, a partir de 1939, o IRA retorna sua ação política muito mais violenta com o uso de táticas terroristas em

diversas campanhas de bombardeios em cidades inglesas. Na primeira ocasião, cinco pessoas foram mortas e diversas feridas com a explosão de uma bomba no centro de Coventry; esse e outros ataques continuaram até 1945, quando o IRA foi enfraquecido novamente. No final dos anos 60, o IRA ressurgiu, mais uma vez, diante da enorme diferença entre os católicos nacionalistas e os protestantes legalistas; o desemprego, por exemplo, entre católicos eram quase duas vezes e meia maior, que ocupavam cargos inferiores aos protestantes. Nesse momento, o IRA se tornava OIRA, Oficial Ira. Nos anos 70, o grupo realizou uma série de campanhas de bombardeios, tendo o conflito do dia 30 de janeiro de 1972 ficado como um dos mais famosos como o Domingo Sangrento, *Bloody Sunday* (O'KANE, 2007, p. 126-127).

O *Euskadi 'ta Askatasuna* (ETA), País Basco e Liberdade, surgiu em 1959 durante a ditadura de Francisco Franco (1939-1975) e, da mesma forma que o IRA, também objetivava a independência da região basca da Espanha – localizada no norte do país. Em meados dos anos 60, tal como o IRA, o grupo se desintegrou ideologicamente, sendo a ala ETA-Militar a mais radical - promovendo diversos ataques violentos pela Espanha, principalmente com o uso de carros-bomba. Os civis não eram seus alvos principais, de modo que, algumas vezes, os grupos avisavam os locais de ataques para que não houvesse tantas mortes de civis, mas, assim como o IRA, apesar de ser um grupo de luta armada contra o Estado, inúmeros civis também acabaram sendo mortos. O ETA deixou mais de 800 mortos ao longo desses anos, enquanto o IRA mais de 3.500 (O'KANE, 2007, p. 21, 128).

Tanto o IRA como o ETA eram grupos étnico-nacionalistas separatistas que lutavam pela independência de um Estado e que foram rotulados como grupos terroristas devido a suas ações violentas. Da mesma forma, outros grupos minoritários de luta por independência também receberam a mesma designação, como, por exemplo, os Tigres da Libertação de Tamil Eelam (LTTE), que foram fundados para conquistar a independência no norte do Sri Lanka em 1976 e foram considerados – por mais de 30 países – como uma organização terrorista. Também a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN) realizou diversos ataques entre 1956 e 1962 em Argel para alcançar a independência do país frente à França; ou ainda, as Forças Armadas de Libertação (FALN) de Porto Rico em 1974, as quais realizaram alguns pequenos atentados em cidades norte-americanas, nutridas em um sentimento anticolonialista estadunidense (O'KANE, 2007, p. 21-22).

Estes exemplos evidenciam também que as ações e a denominação “terrorista” saíram da rota Europa-EUA para serem utilizadas em distintos lugares no mundo como meio de ação e como termo de deslegitimação - ainda que não caibam aqui a discussão detalhada em cada caso acerca da admissão cabível ou não do termo. Na América Latina, diversos movimentos insurgentes e grupos armados foram considerados terroristas, seja na Argentina com o “Exército Revolucionário do Povo” (ERP), na Colômbia com as “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC), ou o “Sendero Luminoso” no Peru. Do mesmo modo se deu em diversas regiões do Oriente Médio, com a formação da Organização pela Liberdade da Palestina (OLP) em 1966; pelo grupo fundamentalista Hamas; Al-Fatah; Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP); ou, com a Al-Qaeda de Osama bin Laden. O continente asiático e africano também vivenciou casos de terrorismo, sendo um dos mais relevantes, a indicação de terrorista para Nelson Mandela durante o Apartheid.

Como destaca Paula (2013, p. 100-103), a história de Nelson Mandela na África do Sul exprime o ponto crucial de seu argumento e que é endossado por esta pesquisa: “no século XX, (...) a caracterização deste o daquele determinado grupo como tal se baseou menos em argumentos objetivos ou em definições rígidas e mais nas disputas políticas em cada determinado contexto”. Se hoje, Nelson Mandela tem um grande prestígio internacionalmente, o mesmo no período mais sombrio da África do Sul foi considerado por vários países, inclusive os EUA, como um terrorista.

As razões que levaram a isso estão estreitamente vinculadas ao contexto daquele período e toda história do colonialismo europeu. A perseguição a Mandela se deu diante do seu ativismo e luta para o fim da política segregacionista de separação entre negros e brancos e pelos direitos de igualdade e liberdade:

Os africanos querem uma participação justa em toda a África do sul; eles querem segurança e participação na sociedade. Acima de tudo, queremos direitos políticos iguais, porque sem eles nossas deficiências serão permanentes (...). É uma luta do povo africano, inspirada pelo próprio sofrimento e pela experiência. É uma luta pelo direito de viver (MANDELA, 1964, tradução nossa)⁸².

⁸² No original: “Africans want a just share in the whole of South Africa; they want security and a stake in society. Above all, we want equal political rights, because without them our disabilities will be permanent. (...) It is a struggle of the African people, inspired by their own suffering and their own experience.” (MANDELA, 1964)

Esse movimento de oposição e, em especial, o partido “Congresso Nacional Africano” (ANC) de Mandela realizava atos de sabotagem considerados na época como terroristas – tal como cortar linhas de comunicação do governo ou fazer incursões contra instalações militares – para prejudicar a eficácia militar, política e econômica do Estado (MANDELA, 1995, p. 45). Tendo sido preso por diversas vezes, ao ser acusado de terrorismo no julgamento de Rivônia em 1964, Mandela fez um denso pronunciamento sobre as razões que justificavam as práticas violentas do ANC:

Eu e os outros que iniciaram a organização, o fizemos por duas razões. Em primeiro lugar, acreditávamos que, como resultado da política do Governo, a violência pelo povo africano se tornara inevitável e que, a menos que fosse dada uma liderança responsável para canalizar e controlar os sentimentos do nosso povo, haveria surtos de terrorismo que produziriam uma intensidade de amargura e hostilidade entre as várias raças deste país que não é produzido até mesmo pela guerra. Em segundo lugar, sentimos que sem violência não haveria como abrir caminho para o povo africano ter sucesso em sua luta contra o princípio da supremacia branca. Todos os meios lícitos de expressar oposição a esse princípio haviam sido vetados pela legislação, nós fomos colocados em uma posição na qual tínhamos que aceitar um estado permanente de inferioridade ou desafiar o governo. Nós escolhemos desafiar a lei. Primeiro quebramos a lei de uma forma que evitou qualquer saída à violência; quando legislaram contra esta forma, e então o governo recorreu a uma demonstração de força para esmagar a oposição às suas políticas, decidimos então responder à violência com violência. Mas a violência que escolhemos adotar não foi o terrorismo (MANDELA, 1964, tradução nossa)⁸³.

Como reforçado no seu discurso, Mandela defendia que o uso da violência foi necessário naquele momento e inevitável, uma vez que mesmo através da resistência passiva, mais de 8.500 pessoas acabaram sendo presas pelas leis do apartheid. Existia uma forte intenção inicial de não-violência pelo partido e, principalmente, de evitar uma guerra civil. Mesmo sendo considerada a última opção possível, Mandela

⁸³ No original: “I, and the others who started the organisation, did so for two reasons. Firstly, we believed that as a result of Government policy, violence by the African people had become inevitable, and that unless responsible leadership was given to canalise and control the feelings of our people, there would be outbreaks of terrorism which would produce an intensity of bitterness and hostility between the various races of the country which is not produced even by war. Secondly, we felt that without sabotage there would be no way open to the African people to succeed in their struggle against the principle of white supremacy. All lawful modes of expressing opposition to this principle had been closed by legislation, and we were placed in a position in which we had either to accept a permanent state of inferiority, or to defy the Government. We chose to defy the Government. We first broke the law in a way which avoided any recourse to violence; when this form was legislated against, and when the Government resorted to a show of force to crush opposition to its policies, only then did we decide to answer violence with violence. But the violence which we chose to adopt was not terrorism.” (MANDELA, 1964).

ressalta a necessidade que teve em estar pronto para caso uma guerra fosse inevitável e, nesse contexto, dedicou-se também ao estudo da teoria de Clausewitz:

Comecei a fazer um estudo da arte da guerra e da revolução e, enquanto no exterior, passei por um curso de treinamento militar. Se houvesse guerras de guerrilha, eu queria ser capaz de lutar com meu povo e compartilhar os perigos da guerra com eles. Notas de palestras que recebi na Argélia estão contidas no Anexo 16, produzido em evidência. Resumos de livros sobre guerrilha e estratégia militar também foram produzidos. Eu já admiti que esses documentos estão na minha redação e reconheço que fiz esses estudos para me preparar para o papel que poderia ter de desempenhar se a luta se transformasse em guerrilha. Abordei esta questão como qualquer nacionalista africano deveria fazer. Eu fui completamente objetivo. A Corte verá que eu tentei examinar todos os tipos de autoridade sobre o assunto - do Oriente e do Ocidente, voltando ao trabalho clássico de Clausewitz, e cobrindo uma variedade como Mao Tse Tung e Che Guevara, de um lado e os escritos sobre a Guerra Anglo-Boer, do outro. Naturalmente, essas notas são apenas resumos dos livros que leio e não contêm minhas opiniões pessoais (MANDELA, 1964, tradução nossa)⁸⁴.

Portanto, diante da assimetria e da falta de experiência, Mandela compreendia que empreitar uma guerra civil não levaria aos seus objetivos. Como ele assinalava, sobrava apenas quatro possibilidades de ação: sabotagem, guerrilha, terrorismo e revolução. A sabotagem era a melhor opção por infligir o menor dano possível aos indivíduos e, caso não trouxesse bons resultados, a guerrilha seria a próxima escolha. Mandela entendia como o terrorismo já possuía uma conotação negativa, de modo a ter pouca aprovação política. Ainda assim, foi condenado como tal e inclusive incluído o ANC, em 1988, como um dos “grupos terroristas mais notórios” em um relatório do Pentágono. Isso evidencia, mais uma vez, como mesmo indo de encontro com as alegações do próprio agente, o poder do Estado e das grandes potências sobrepuseram o seu interesse – a deslegitimação do movimento através do discurso da “prática terrorista”, já com uma conotação negativa – às declarações de Mandela (MANDELA, 1995, p. 45).

⁸⁴ No original: “I had already started to make a study of the art of war and revolution and, whilst abroad, underwent a course in military training. If there was to be guerrilla warfare, I wanted to be able to stand and fight with my people and to share the hazards of war with them. Notes of lectures which I received in Ethiopia and Algeria are contained in exhibits produced in evidence. Summaries of books on guerrilla warfare and military strategy have also been produced. I have already admitted that these documents are in my writing, and I acknowledge that I made these studies to equip myself for the role which I might have to play if the struggle drifted into guerrilla warfare. I approached this question as every African nationalist should do. I was completely objective. The Court will see that I attempted to examine all types of authority on the subject - from the East and from the West, going back to the classic work of Clausewitz, and covering such a variety as Mao Tse Tung, Che Guevara on the one hand, and the writings on the Anglo-Boer War on the other. Of course, these notes, My Lord, are merely summaries of the books I read and do not contain my personal views.” (MANDELA, 1964).

Ainda no “diversificado” século XX, nem todas as ações terroristas providas de grupos nacionalistas tinham como alvo o Estado. Alguns grupos minoritários também atacavam outras minorias como, por exemplo, o Exército de Libertação do Kosovo (ELK) nos ataques contra sérvios nos anos 90 na antiga Iugoslávia. Ou ainda, nos EUA, a Ku Klux Klan, por exemplo, foi um grupo supremacista branco de extrema-direita que perseguia afro-americanos, judeus, católicos, comunistas e qualquer outra que não fossem “totalmente americano”. O terrorismo utilizado pelo grupo partia de uma minoria – em sentido numérico – a outra minoria – principalmente no sentido político (O’KANE, 2007, p. 21-22).

Assim como a Ku Klux Kan, outros grupos de extrema-direita também foram designados como terroristas. Na Rússia, no início do século, os “Centúrias Negras” eram uma milícia ultranacionalista e xenofóbica que executaram dezenas de opositores do governo czarista e cometeram inúmeros atentados. Após a Segunda Guerra Mundial, as ideologias do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha também serviram para o surgimento de grupos terroristas modernos de direita, extremamente racistas e fascistas. Como exemplo, pode-se citar o *Deutsche Aktionsgruppe*, na Alemanha, e o *Nuclei Armati Rivoluzionari*, na Itália; ambos fundados em 1980. Os alvos desses grupos incluíam sinagogas, trabalhadores estrangeiros e albergues para requerentes de asilo (LAQUEUR, 2001, p. 17; O’KANE, 2007, p. 23).

O terrorismo neste momento evidencia, portanto, um outro aspecto muito importante: o fenômeno não se trata de uma ideologia, mas sim de um meio utilizado por entes de convicções políticas muito variadas. Até a Primeira Grande Guerra, havia a concepção de que o terrorismo fosse um fenômeno ideológico de esquerda. Entretanto, evidenciam-se grupos – como o IRA – que não tinham inspiração anarquista ou socialista e, ainda, destacam-se grupos de extrema-direita utilizando de meios terroristas para ação e sendo rotulados como tal (LAQUEUR, 2001, p. 4, 17).

Esses são apenas alguns dos exemplos do emprego do “terrorismo” no século XX que demonstram como o terror foi utilizado tanto por grupos minoritários contra Estados e contra, até mesmo, outros grupos. Mas, contudo, como lembra Paula (2013, p. 99, 103), tais atos de terror não foram apenas cometidos por grupos da sociedade e, mesmo o Estado tendo o monopólio do uso da força, várias nações foram acusadas

de terrorismo por seus opositores políticos⁸⁵. Em alguns casos, esses grupos recebiam apoio de Estados, tal como recebeu a *Ustaša* Croata da Itália fascista e da Hungria. Entretanto, nenhum grupo político jamais admitiria que seu país ou de outro aliado tenha praticado “terrorismo de Estado” e nenhum país teria como tomar medidas mais drásticas do que somente a própria acusação (LAQUEUR, 2001, p. 18).

Portanto, a intenção até aqui é apresentar como o terrorismo, em especial no século XX, teve enorme variação de suas ações e denominações. Como foi apresentado com as diferentes situações, o terrorismo passou a ser muito mais difícil de ser compreendido e, impossível de ser delimitado em parâmetros muito rígidos. Agora, mais do que no século anterior, ficou evidente como a nomenclatura carrega um aspecto político muito forte, sendo, por vezes, ignorados os aspectos que discorrem mais propriamente sobre suas formas de ação e motivações. Uma certeza que se pode ter a partir desse estudo é justamente o seu caráter múltiplo – partindo, algumas vezes, de movimentos de (extrema) esquerda ou direita, do Estado ou de grupos armados, de grupos nacionalistas, de grupos religiosos, com alvos civis, alvos do poder, contra a figura do Estado ou contra minorias. Desse modo, ainda que o terrorismo tenha ganhado uma maior visibilidade a partir do século XXI, a intenção de retomar um pouco da sua trajetória histórica anteriormente ao período atual é justamente entender as suas transformações ao longo do tempo e construir a apresentação que demonstra, somente através da percepção através dos exemplos, tratar-se de um fenômeno complexo, múltiplo e diferente de uma guerra.

3.1.4 Século XXI: O terrorismo islâmico

Por mais que o terrorismo islâmicos, atualmente, tenha ganhado maior espaço na agenda internacional, o terrorismo nunca foi um instrumento exclusivo de grupos árabes como pode ser observado. No entanto, no século XXI, foi colocado em pauta das discussões teóricas a existência ou não de um terrorismo que fosse peculiar o suficiente para diferenciá-lo das formas históricas anteriores.

No dia 12 de setembro de 2001, a manchete do *The New York Times* dizia: “jatos sequestrados destroem torres gêmeas e atingem o Pentágono”. Às 8h45 da manhã do dia anterior, o voo 11 da American Airlines colidiu com a torre norte do

⁸⁵ Ver capítulo nove de Chaliand e Blin (2007).

World Trade Center em Nova York. Poucos minutos depois, às 9h05, o voo 175 da United Airlines, atingiu a torre sul; às 9h40 uma aeronave da American Airlines colidiu na parte oeste do Pentágono e o voo 93 da United Airlines com destino à Casa Branca ou Capitólio, caiu no Condado de Somerset, Pensilvânia. Quase três mil pessoas foram mortas e os danos materiais giram em torno de sete bilhões de dólares (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 328-329).

Esse foi o cenário do atentado terrorista que mudou drasticamente a forma com que o terrorismo seria tratado em todo o mundo, colocando-o como um dos temas centrais dos estudos de política e guerra. Os Estados Unidos foram pegos de surpresa e o resto do planeta, principalmente o Ocidente, ficou assombrado com a situação.

Além da magnitude dos eventos, os alvos dos aviões tinham profundo simbolismo para os EUA. As torres gêmeas representavam o poder econômico do país e os prédios em Washington e o Pentágono eram a representação do seu poder político-estratégico. Mais do que isso, os ataques foram direcionados basicamente aos símbolos dos pilares da hegemonia estadunidense: o poder ideológico, político e econômico. Para muitos norte-americanos, o confronto a esses símbolos tão importantes do poder e da autoridade política nacional foram uma verdadeira afronta à nação, uma vez que expôs a fragilidade do Estado, sendo atacado pela primeira vez nesse nível em seu território continental (PECEQUILO, 2013, p. viii; WALKER, 2003, p. 301). Como ressaltam os professores Chaliand e Blin (2007, p. 329), através do terrorismo, as artimanhas da Al-Qaeda se mostraram em equivalência à capacidade tecnológica norte-americana.

A Al-Qaeda, “a base”, foi a organização islâmica extremista que logo foi indicada como responsável pelos atentados. Osama bin Laden, expatriado saudita, reorganizou o grupo em 1989, dentro do contexto de luta contra a invasão soviética no Afeganistão. Durante a Guerra Fria, o país era de grande importância estratégica para a URSS na região e, como mantinha boas relações com o governo russo, passou a ser palco de disputas indiretas entre soviéticos e estadunidenses. Se por um lado as forças da URSS intervinham no governo afegão, por outro, os EUA financiavam e colaboravam com os combatentes de resistência, até mesmo os de tendência mais radical (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 221, 315; MARTINS, 2010, p. 28).

Entre 1978 e 1989, o país viveu sobre ocupação soviética e guerra civil. Isso resultou em graves problemas econômicos com grande parte da produção nacional destruída e um alto índice de êxodo populacional para países vizinhos -

principalmente, ao Irã e ao Paquistão. Considerando que se tratava de uma nação de sociedade tribal, em que as principais atividades eram a agricultura e o pastoreio, isso representou um problema extremamente austero ao país. O Afeganistão se tornou, na ocasião, um dos países mais pobres do mundo, com um alto nível de refugiados e divisões internas (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 320).

A resistência afegã recebia armamentos e treinamentos dos EUA e, com a saída dos soviéticos em 1989, a década de 1990 foi marcada por vários conflitos entre essas facções guerrilheiras. Em meio a essa disputa, os norte-americanos intervieram ajudando grupos insurgentes (identificados como *Freedom Fighters*, defensores da liberdade) a combater as forças comunistas e, dentre elas, a Al Qaeda, a qual, cada vez mais, se fortalecia como centro coordenador de ações terroristas. O país financiava e proporcionava treinamento militar através de seus serviços de inteligência, tal como a CIA; além de ajudar diretamente com apoio financeiro e armamentos. O objetivo estadunidense era ajudar a compor com melhores condições esses grupos opositores, favorecendo a contenção da URSS na região (MARTINS, 2010, p. 29; PECEQUILO, 2005, p. 356).

Ainda em 1995, surgiu neste contexto a milícia Talibã, constituída principalmente por estudantes do Corão de vertente sunita. Em 1997, o grupo passou a controlar a capital do Afeganistão e impor um rígido governo segundo os mandamentos do Corão, através das leis islâmicas, a Sharia. Tendo que a religião é, em todos os tempos, o refúgio incondicional daqueles que estão em dificuldade e frente à situação extremamente precária do país, uma série de medidas foram tomadas com base na crença islâmica. O Salafismo, o movimento religioso que adota o código moral islâmico, foi essencial para o crescimento do Talibã e da Al-Qaeda. A partir de então, erradicou-se a presença feminina na esfera pública, a televisão, o álcool, o cinema, teatro e, um ano depois, o Talibã já dominava 90% do país (O'KANE, 2007, p. 183).

Com o apoio de Mullah Mohammed Omar, líder Talibã, Bin Laden pode desenvolver no país os treinamentos de suas ações. O grupo sustentava-se, principalmente, na ideia de combate à opressão norte-americana aos muçulmanos e a presença de suas tropas em terras santas por meio de atentados; em outras palavras, a sua intenção era fazer com que os EUA parassem de interferir no Oriente Médio. Além disso, era uma resposta aos mísseis de cruzeiro lançados no Afeganistão e no Sudão em setembro de 1998 (CHALIAND, BLIN, 2007, p. 330).

Isso remete ao contexto da invasão do Iraque ao Kuwait - no que se sucedeu na Guerra do Golfo⁸⁶, no início dos anos 1990. As forças ocidentais se instalaram na Arábia Saudita, sendo considerado por Bin Laden uma grande ofensa. A presença de tropas cristãs - EUA e as forças de coalizão internacional – em dois dos locais mais sagrados para o Islã, Meca e Medina, simbolizavam uma verdadeira humilhação e uma contaminação das terras sagradas por “infiéis”.

Para ele, a presença americana representava um duplo ato de agressão: a ocupação da Arábia Saudita por soldados infiéis também era evidência do desejo da América de saquear a riqueza do país sob o pretexto de protegê-la. Os Estados Unidos, tendo humilhado todos os muçulmanos, tornaram-se seu principal inimigo, na medida em que foram considerados responsáveis pela corrupção e apostasia das autoridades sauditas. (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 327, tradução nossa)⁸⁷.

Frente a isso, Bin Laden e a Al-Qaeda emitiram a “declaração da Jihad contra americanos que ocupam a terra dos dois locais mais sagrados” no jornal londrino, *Al-Quds Al-Arabi*:

Não deve ser escondido de você que a comunidade do Islã sofreu agressão, iniquidade e injustiça impostas a eles pela aliança sionista-cruzada e seus colaboradores; na medida em que o sangue dos muçulmanos se tornou o mais barato e sua riqueza como pilhagem nas mãos dos inimigos. O sangue deles foi derramado na Palestina e no Iraque. As imagens terríveis do massacre de Qana no Líbano ainda estão frescas em nossa memória. Massacres no Tajiquistão, Birmânia, Caxemira, Assam, Filipinas, Fatani, Ogadin, Somália, Eritreia, Chechênia e Bósnia e Herzegovina ocorreram, massacres que causam arrepios no corpo e abalam a consciência. Tudo isso e o mundo assistiu e ouviu, e não apenas não respondeu a essas atrocidades, mas também com uma conspiração entre os EUA e seus aliados e, sob o disfarce das iníquas Nações Unidas, os despossuídos foram, inclusive, impedidos de obter armas para se defender. O povo do Islã despertou e percebeu que eles são o principal alvo da agressão da aliança sionista-cruzada. Todas as alegações falsas e propaganda sobre “Direitos Humanos” foram reprimidas e expostas pelos massacres que ocorreram contra os muçulmanos em todas as partes do mundo. A mais recente e a maior dessas agressões sofridas pelos muçulmanos desde a morte do Profeta é a ocupação da terra dos dois Lugares Sagrados, a fundação da casa do Islã, o local da revelação, a fonte de a mensagem e o lugar da nobre Kabah, a Qiblah de todos os muçulmanos, pelos exércitos dos cruzados americanos e seus aliados. (AL-QAEDA, 1996, tradução nossa)⁸⁸.

⁸⁶ Ver Fuser (2005).

⁸⁷ No original: “To him, the American presence represented a twofold act of aggression: the occupation of Saudi Arabia by infidel soldiers was also evidence of America’s desire to plunder the country’s wealth under the pretext of protecting it. The United States, having thus humiliated all Muslims, became their principal enemy, inasmuch as it was deemed responsible for the Saudi authorities’ corruption and apostasy” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 327).

⁸⁸ No original: “It should not be hidden from you that the community of Islam has suffered from aggression, iniquity and injustice imposed on them by the Zionist-Crusaders alliance and their collaborators; to the extent that the Muslims’ blood became the cheapest and their wealth as loot in the

Foi com a *fatwa*, o pronunciamento, que Osama Bin Laden começou a atrair de fato a atenção estadunidense. Nesse período, uma série de ataques aos norte-americanos foram realizados em território saudita. Em 1995 e 1996, atentados às suas forças armadas logo foram apontados como ações da Al-Qaeda pela Casa Branca. Com a mudança da base militar americana para uma região mais remota e com um esquema de segurança mais robusto, outra série de ataques se deu em diferentes países. Em 1998, outra *fatwa* contra “judeus e cruzados” foi emitida e dois ataques às embaixadas estadunidenses no Quênia e na Tanzânia foram atribuídos ao grupo. Desta vez, as forças americanas aéreas atingiram alvos no Afeganistão e no Sudão em represália (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 412; FUSER, 2005, p. 279).

Assim sendo, durante os anos 90, várias outras ações de “pequena” intensidade foram promovidas pela Al-Qaeda e outros movimentos, não só aos EUA, como também na Europa (CHALIAND, BLIN, 2007, p. 328). Para muito além da questão religiosa, outro aspecto fundamental era a presença hegemônica norte-americana sobre as enormes reservas de petróleo na região.

Vale ressaltar que, economicamente, o Oriente Médio tem um papel central com enormes reservas de petróleo, abarcando os maiores exportadores do mundo. No entanto, existe uma grande desigualdade também. O petróleo é vendido à multinacionais ou empresas estatais, enquanto a população fica em uma posição apartada das rendas recebidas com ele. A necessidade desse recurso fez com que, a partir da Segunda Guerra Mundial, ampliasse o envolvimento militar norte-americano na região, vinculado à questão da segurança energética - utilizado como um fim econômico na produção industrial e no funcionamento do aparato militar. Como lembra Fuser, a Doutrina Carter, em meados dos anos 1980, fez a Casa Branca

hands of the enemies. Their blood was spilled in Palestine and Iraq. The horrifying pictures of the massacre of Qana[1] in Lebanon are still fresh in our memory. Massacres in Tajikistan, Burma, Kashmir, Assam, the Philippines, Fatani, Ogadin, Somalia, Eritrea, Chechnya and in Bosnia Herzegovina [2] took place, massacres that send shivers in the body and shake the conscience. All of this and the world watched and listened, and not only didn't respond to these atrocities, but also with a conspiracy between the USA and its allies and under the cover of the iniquitous United Nations the dispossessed people were even prevented from obtaining arms to defend themselves. The people of Islam awakened and realized that they are the main target for the aggression of the Zionist-Crusaders alliance. All false claims and propaganda about "Human Rights" were hammered down and exposed by the massacres that took place against the Muslims in every part of the world. The latest and the greatest of these aggressions experienced by the Muslims since the death of the Prophet is the occupation of the land of the two Holy Places,[3] the foundation of the house of Islam, the place of the revelation, the source of the message and the place of the noble Kabah, the Qiblah of all Muslims,[4] by the armies of the American Crusaders and their allies.” (AL-QAEDA, 1996).

retomar a iniciativa política no Oriente Médio e marcar uma atitude de firmeza do EUA diante um duplo desafio: 1) assegurar o controle das reservas de petróleo do Golfo Pérsico, e 2) reagir à intervenção da URSS no Afeganistão, interpretada, ao menos publicamente, como uma ameaça (FUSER, 2005, p. 169).

Isso “assinalou uma mudança na política de segurança em relação ao Golfo Pérsico, que passou a ser encarado como uma região prioritária, destinada a ficar sob o controle e proteção direta dos EUA” (FUSER, 2005, p. 169). É tendo esse panorama em cena que as ações terroristas do início do século agem dentro do processo de contestação ao sistema hegemônico internacional, intensificado com as pressões geradas pela globalização.

Portanto, tendo tudo isso em consideração, não se pode dizer que os atentados de 11 de setembro foram uma completa surpresa aos norte-americanos. Após uma série de ações de menor intensidade, foi-se planejada uma ação de bastante complexidade e magnitude. A idealização dos ataques em 2001 demorou quase um ano, assim como a formação dos envolvidos. É importante destacar que pelo menos seis dos dezenove sequestradores tinham estudo em escolas de voo nos Estados Unidos. O ataque foi profundamente premeditado, tanto na escolha e formação dos sequestradores, como no uso de aeronaves de longo alcance com grandes quantidades de combustível (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 410, 414). Os atentados foram dados com um objetivo vingativo e de impactar diretamente o governo estadunidense – o qual parecia inviolável-, demonstrando a sua capacidade violenta sem atingir diretamente as forças militares inimigas. Segundo Pecequillo (2013, p. 20), se tratava de uma “contestação da dominação hegemônica, cuja supremacia militar não poderia ser combatida, mas cuja sociedade apresentava fissuras”.

O World Trade Center já havia sido alvo em fevereiro de 1993, mas o atentado de 2001 se deu em proporções muito maiores. O jogo de probabilidades em que o terrorismo se sustenta reforçou o sentimento de medo generalizado, uma vez que, pode-se ressaltar, os aviões utilizados eram comerciais e de companhias aéreas bastante conhecidas no país e que, além disso, partiram de aeroportos de médio porte – ou seja, nada muito incomum na vida de qualquer americano. Isso despontou um sentimento de fragilidade e vulnerabilidade à maior potência do mundo, que mesmo com toda a supremacia militar, não pode barrar um ataque de tal proporção. Logo, o

medo fez o “consenso”⁸⁹. Pairava o sentimento nacionalista e de união da nação em dar amplo apoio ao governo norte-americano para agir no combate ao terrorismo, utilizando de todas as forças e ações necessárias (PECEQUILO, 2013, p. 20-21).

Se o terrorismo já tinha sido adotado com uma carga negativa, a partir de então isso seria extremamente reforçado e colocado como um “inimigo global” com os discursos e o engajamento na “Guerra ao Terror”. Na época dos atentados, a Al-Qaeda já tinha uma rede transnacional de conexões com outras organizações por diferentes países (principalmente árabes) – Argélia, Bangladesh, Egito, Caxemira, Líbia, Paquistão, Síria e Iémen (O’KANE, 2007, p. 183). A existência do terrorismo transnacional e de outros grupos no Oriente Médio, como o Hezbollah, o Hamas e o próprio Talibã, fortificou uma identificação do terrorismo aos islâmicos e à cultura árabe, como se a relação com a religião e a nacionalidade fossem os únicos aspectos definidores das ações.

Isso fez surgir uma forte identificação e homogeneização da cultura árabe ao terrorismo. No entanto, é importante acrescentar que, etnicamente, o Oriente Médio é uma região altamente complexa, formada por povos de várias origens e credos. Os povos árabes foram os maiores divulgadores do islã e, com a sua expansão, a religião também foi levada a uma série de povos não-árabes, como os persas e turcos. No entanto, isso não significa união política; pelo contrário, a região é bastante dividida politicamente, uma vez que as fronteiras de alguns Estados são resultado dos interesses de potências mundiais; até mesmo os diferentes grupos rebeldes não perseguem os mesmos objetivos políticos (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 256).

Em definição, islã significa resignação (à vontade de Deus), submissão. Islâmicos, maometanos ou muçulmanos são aqueles que consideram Alá como seu único e verdadeiro Deus. Surgido no começo do século VII na península arábica, a crença é baseada nos ensinamentos do profeta Maomé (570 d.C. – 632 d.C.), mas acabou sendo ramificada em dois grandes grupos, predominantes até os dias de hoje: os xiitas e os sunitas. Os primeiros consideram o Alcorão como seu livro sagrado,

⁸⁹ É importante destacar que, a partir da construção de uma imagem “diabólica” do inimigo pelos discursos presidenciais e reiterado pela mídia, as ações norte-americanas tiveram um grande endosso da população em um primeiro momento, mas que não ocorreu de maneira uniforme. Principalmente em relação às guerras, centenas de norte-americanos e de pessoas ao redor do mundo se posicionaram contra o imenso derramamento de sangue no Oriente Médio em manifestações em diversas cidades estadunidenses. Em especial nos estados do nordeste do país, o sentimento contra a guerra foi particularmente forte, sobretudo na guerra do Iraque. Com o tempo, as evidências de abuso de poder e tortura, associadas ao grande dispêndio econômico, militar e humano e às falhas na operação, a “Guerra ao Terror” foi, cada vez mais, deixando de ter tantos apoiadores.

enquanto os últimos seguem os ensinamentos contidos na Suna⁹⁰; a maior parte do mundo muçulmano é formado por sunitas, mas em alguns países – Irã, Iraque, Bahrein-, os xiitas são o grupo predominante. Sendo a religião, portanto, extremamente importante para a cultura muçulmana, o mundo espiritual e a política devem sempre andar em consonância, estando a política submetida ao espiritual (LINHARES, 1982, p. 20; O’KANE, 2007, p. 261).

O islamismo, por sua vez, não é uma doutrina teológica, mas sim o uso político do islã. A história por trás do surgimento dos movimentos islâmicos radicais envolve uma série de conflitos e conquistas ao longo de muitos anos – de forma que não se pode desconsiderar toda a densa história do Oriente Médio, entre seus períodos de expansão, colonização, revolução ou nacionalismo árabe. No final dos anos 1970, uma geração de islamistas radicais passou a utilizar o terrorismo como o único meio para restaurar o califado: “um governo sob um califa”, um sistema de governo baseado na simbiose das esferas públicas e religiosas e na reunificação da *umma* (comunidade muçulmana), um projeto geopolítico de união do mundo islâmico (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 258, 260).

Considerando, então, o terrorismo a partir da década de 1990 e, sobretudo, os atentados de 11 de setembro, passou-se a discutir a ideia de uma nova categoria de terrorismo. Em termos gerais, o novo terrorismo traria a grandeza do alcance de suas ações como um dos aspectos centrais, sendo assim uma ameaça à paz mundial, diferentemente das ações mais limitadas e de menores impactos do “velho terrorismo”.

Gray (2007, p. 256, 260) entende que existem vários aspectos importantes que configuram o novo terrorismo e, dentre eles, a formação em rede, não em hierarquia; a indiferença à perda de vidas humanas, tanto no sentido daqueles que são alvos, como aqueles que se sacrificam; o potencial para se escalar, através da guerra de guerrilha, em uma insurgência em grande escala, principalmente em países islâmicos vulneráveis; ou ainda, a estratégia da “guerra econômica”, em que os ataques são calculados levando em consideração as enormes despesas com os estragos. Basicamente, os “novos terroristas”, “terroristas pós-modernos” ou “apocalípticos”

⁹⁰ Tanto o Alcorão quanto a Suna são livros sagrados para o Islã. A diferença, grosso modo, é que o primeiro contém os ensinamentos de Deus (Alá) transmitidos pelo Arcanjo Gabriel a Maomé, enquanto o segundo contempla os atos e ditos (chamados de *hadiths*) do profeta - em outras palavras, o ensinamento e aplicação através de Maomé (O’KANE, 2007, p. 261).

teriam inspirações religiosas – ainda que com subtexto – e não estariam estritamente focados em uma determinada questão ou um determinado contexto geopolítico.

Hoffman (2006) entende que a religião é uma das bases principais do novo terrorismo, uma vez que

As razões pelas quais incidentes terroristas perpetrados por motivos religiosos resultam em muito mais mortes podem ser encontradas em sistemas de valores radicalmente diferentes, mecanismos de legitimação e justificativa, conceitos de moralidade e visões de mundo adotadas pelo terrorista religioso e sua contraparte secular. Para o terrorista religioso, a violência é antes de tudo um ato sacramental ou dever divino executado em resposta direta a alguma exigência ou imperativo teológico. O terrorismo assume, assim, uma dimensão transcendental e, portanto, seus autores desconsideram as restrições políticas, morais ou práticas que podem afetar outros terroristas. (HOFFMAN, 2006, p. 88, tradução nossa)⁹¹.

Contudo, explicar o terrorismo limitando-se às interpretações religiosas é negar todo o contexto sócio-político de anos. Prova disso é o surgimento, anos depois, do Estado Islâmico (EI) como uma derivação da Al Qaeda, dentro do movimento contra à invasão americana, inflacionada com a “Guerra ao Terror”. Passando por diferentes líderes e nomes, o Estado Islâmico chegou nesta última década ressurgindo uma grande tensão quanto às ações do terrorismo islâmico, mas com algumas características bem diferentes da organização de Bin Laden, ainda que ambos sejam grupos fundamentalistas islâmicos.

É importante também destacar que ações anteriores comparáveis ao terrorismo sob justificativa religiosa já ocorreram na história; pontuando, assim, as ações dos zelotes judeus no século I, dos Assassinos entre 1090 e 1272, dos tabernitas da Boêmia do século XV, dos anabatistas do século XVI ou ainda do antisemitismo da primeira cruzada em 1095. Ao passo que o terrorismo religioso islâmico é baseado na Sharia, justamente por partir da concepção de que a política e a religião estão estritamente unidas, os objetivos políticos também estão em consonância com as suas crenças (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 3-4).

⁹¹ No original: “The reasons that terrorist incidents perpetrated for religious motives result in so many more deaths may be found in the radically different value systems, mechanisms of legitimation and justification, concepts of morality, and worldviews embraced by the religious terrorist and his secular counterpart. For the religious terrorist, violence is first and foremost a sacramental act or divine duty executed in direct response to some theological demand or imperative. Terrorism thus assumes a transcendental dimension, and its perpetrators therefore often disregard the political, moral, or practical constraints that may affect other terrorists.” (HOFFMAN, 2006, p. 88).

Como apresenta Martins (2010, p. 21), pode-se também argumentar que, a partir de agora, o terrorismo tem atingido indiscriminadamente pessoas de todos os credos, idades, gênero e status, seguindo o objetivo de causar o maior impacto possível na opinião pública. Como visto anteriormente, algumas ações, tanto dos anarquistas, quanto dos variados grupos do século XX, atingiam também civis. Contudo, ou existia um forte simbolismo, como no caso dos “burgueses” dos terroristas anarquistas ou eram ações que acabavam - sem ser o principal objetivo - atingindo pessoas inocentes na maioria das vezes. A inovação está, sobretudo, no uso indiscriminado da violência a vítimas sem qualquernexo ou justificativa. Isto leva a um ponto bastante discutido que é a atuação não mais em planos regionais, atingindo pessoas de várias nacionalidades.

Para O’Kane (2007, p. 165), por exemplo, o terrorismo internacional é um tipo diferente de terrorismo, uma vez que para tal é necessário que o grupo terrorista esteja envolvido em, ao menos, um dos seguintes pontos: ação em conjunto com pelo menos um outro grupo de outro país; ação no exterior; e, demandas envolvendo negociações com governos estrangeiros. Entretanto, este também não é um aspecto completamente novo. São bem conhecidos os casos de atentados contra opositores no exterior pelos fascistas, nazistas e soviéticos ou os casos de terroristas croatas que receberam apoio da Itália e Hungria. Do mesmo modo, o terrorismo transnacional; por exemplo, os sequestros de aeronaves civis, quando em 1972, a PFPL (Frente Popular para Libertação da Palestina) sequestrou um avião da Lufthansa, saído da Espanha, e fez um pedido de resgate ao governo alemão; ou ainda, o mesmo grupo, em 1976, com um avião da Air France em Atenas, pedindo a libertação de 53 terroristas presos de vários países. Sendo assim, o avanço tecnológico do século XX foi extremamente importante para o desenvolvimento da internacionalização do terrorismo e está extremamente vinculado aos acontecimentos de 2001, mas ele não representa uma ação inédita. A novidade instaurada é que essa movimentação nunca foi tão intensa e estruturada como agora, de forma que as redes em diferentes países tornem a ação mais complexa (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 193; O’KANE, 2007, p. 171).

Não somente a complexidade foi posta em cena, como também a iminência de uma grande ação. Segundo Laqueur (1999), o novo terrorismo é uma das ameaças mais graves da história, isto porque há em jogo a falta de objetivos claros e negociáveis, bem como o desenvolvimento tecnológico, a saber as armas de

destruição em massa, cujo poder destrutivo pode eliminar grandes parcelas da população. Para o autor não é verdade que a maioria dos grupos terroristas utilizem essas armas, em virtude até mesmo de dificuldades técnicas, mas o possível uso levaria a “consequências devastadoras”.

Diante disso, é relevante lembrar que após os atentados de 11 de setembro, houve ainda uma série de outros ataques da Al-Qaeda, como em 2004 no metrô de Madri, em resposta a participação espanhola na Guerra do Iraque, ou ainda o atentado ao jornal “Charlie Hebdo”, após uma sátira envolvendo o profeta Maomé. Todos de menor magnitude e planejamento em relação a 2001, mostrando que aquela ocasião foi extremamente complexa e ímpar, não significando, então, o prenúncio de uma era de ataques de tamanha grandeza (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 330).

Desse modo, pode-se evidenciar que mesmo sob o entendimento de um novo terrorismo, “*diferentemente o suficiente para ser uma categoria distinta das manifestações anteriores*”, é importante ressaltar que, apesar das particularidades, uma série de fatores se repetem e que, mesmo em pouco tempo, uma variação muito grande de ações terroristas se deram nos últimos anos. Evidentemente que o terrorismo do início do século XXI ganhou uma proporção jamais imaginada com os atentados de 11 de setembro, mas *seriam* essas as *ações do futuro*? Como pode ser observado, passados dezoito anos desde aquele marco, os atentados posteriores tiveram uma magnitude muito menor, assim como tiveram seus objetivos e seus modos de ação transformados com o tempo. A própria formação e variação do Estado Islâmico, surgido em meio a Al-Qaeda, já apresenta características bastante diferentes.

Essas transformações no terrorismo no decorrer do tempo evidenciam como o contexto histórico, político e tecnológico é fundamental para sua compreensão, de modo que as ações se dão em conformidade com os interesses políticos próprios e as suas condições disponíveis, tal como foi possível observar através dos exemplos expostos. Por isso, entende-se que o terrorismo deste último século está mais próximo de ser um reflexo de todo o contexto atual de transformações, bem como dentro dos processos históricos de conflitos contra as forças ocidentais na região, do que uma configuração plenamente nova de terrorismo, tão distante das manifestações anteriores.

3.2 Um problema conceitual

Como pode ser observado através da evolução histórica do terrorismo, a adoção do termo se deu ao longo do tempo com significações bastante variadas e para designar diferentes tipos de ações. Desse modo, nenhuma definição de terrorismo pode abranger as diversas variedades que se manifestaram ao longo do tempo, contemplando os múltiplos sentidos políticos-sociológicos. Mas isso exprime um aspecto que é extremamente importante para a sua compreensão: o conceito foi determinado pela variabilidade histórica e pela construção política do significado.

Como foi visto, na França, a palavra foi derivada do período do Terror para designar as ações revolucionárias jacobinas; no final do século XIX, o termo foi utilizado para representar, grosso modo, os partidários do anarquismo; mas, a partir do século XX, a definição de terrorismo se tornou altamente ampla e incoerente. Neste último século, o terrorismo tem sido empregado principalmente para se referir aos atos cometidos por entidades não estatais contra um Estado e população. Como apresentado anteriormente, tem-se também discutido a mudança no conceito de terrorismo, quanto ao sentido dos seus métodos, seus objetivos e membros (PAULA, 2013, p. 97-98).

Tal como a guerra, o terrorismo também esteve e está totalmente relacionado com o contexto histórico em que está inserido; de modo que qualquer análise que desconsidere esse fator cai em um estudo irreal. O terrorismo é, portanto, um produto das relações sociais, de modo que está, de certa forma, relacionado à política, às crenças, à história e à cultura das organizações e dos países. Do mesmo modo, com as mudanças na sociedade, a evolução do conceito se deu em consonância com as transformações políticas ao longo do tempo. Isto demonstra como o terrorismo é, sobretudo, um conceito político, volátil e muito mais difícil de ser conceituado do que parece ser (PAULA, 2013). O tema será retomado no próximo capítulo, mas por ora vale ressaltar que, por ser o terrorismo um conceito político, ele carrega em suas diversas manifestações muito das diferentes interpretações ideológicas.

Desde o fim do período do Terror revolucionário francês até os dias de hoje, o termo passou a ter significados múltiplos. A partir de então, ganhou uma conotação negativa, sendo comumente apresentado com uma imagem “diabólica”, isto é, altamente pejorativa. É importante destacar que a visão maniqueísta sobre o terrorismo reforça uma retórica de caracterização oposta à identidade do definidor, ou

seja, colocando o “terrorista” como um ser “irracional”, “maléfico” e “imoral” - ou como destaca Kaldor (1999), isento de racionalidade - em que suas ações são (quase) sempre tomadas como criminosas (PAULA, 2013; SCHMID, 2011, p. 41).

As diversas variedades do que se tem chamado por terrorismo nos últimos anos fez com que diferentes organizações e Estados sistematizassem o fenômeno para poder enquadrá-lo em uma classificação; mas, como a maioria das conceituações modernas de terrorismo foram escritas por Estados e por agências ligadas a eles, as ações terroristas excluem os próprios governos por definição (MARTINS, 2010, p. 14; RICHARDS, 2015, p. 12).

Os primeiros esforços internacionais em conter o terrorismo se deram com a “Convenção para prevenção e punição do terrorismo” no âmbito da Liga das Nações em novembro de 1937, após os atentados ao Rei Alexandre I da Iugoslávia. Na definição proposta pela organização, o terrorismo corresponderia a

(1) Qualquer ato deliberado causando morte ou dano corporal grave ou perda de liberdade para: (a) Chefes de Estado, pessoas que exerçam as prerrogativas do chefe do Estado, seus sucessores hereditários ou designados; (b) As esposas ou maridos das pessoas acima mencionadas; (c) Pessoas encarregadas de funções públicas ou ocupando cargos públicos quando o ato é dirigido contra eles em sua capacidade pública. (2) Destruição intencional ou dano à propriedade pública ou dedicada a um propósito público pertencente ou sujeito à autoridade de outra Alta Parte Contratante. (3) Qualquer ato voluntário calculado para pôr em risco a vida dos membros do público. (4) Qualquer tentativa de cometer uma infração abrangida pelas disposições precedentes do presente artigo. (5) A fabricação, obtenção, posse ou fornecimento de armas, munições, explosivos ou substâncias nocivas, tendo em vista a comissão em qualquer país de uma infração abrangida pelo presente artigo. (LEAGUE OF NATIONS, 1937, tradução nossa)⁹².

O documento não chegou a ser ratificado e nem a convenção tornou-se ativa, mas o texto apresenta alguns aspectos bastante interessantes, como o reforço em garantir que o terrorismo corresponda aos atentados a entidades estatais e propriedades públicas – excluindo civis; bem como a compreensão de ser um estado

⁹² No original: “(1) Any willful act causing death or grievous bodily harm or loss of liberty to: (a) Heads of States, persons exercising the prerogatives of the head of State, their hereditary or designated successors; (b) The wives or husbands of the above-mentioned persons; (c) Persons charged with public functions or holding public positions when the act is directed against them in their public capacity. (2) Willful destruction of, or damage to, public property or property devoted to a public purpose belonging to or subject to the authority of another High Contracting Party. (3) Any willful act calculated to endanger the lives of members of the public. (4) Any attempt to commit an offence falling within the foregoing provisions of the present article. (5) The manufacture, obtaining, possession, or supplying of arms, ammunition, explosives or harmful substances with a view to the commission in any country whatsoever of an offence falling within the present article.” (LEAGUE OF NATIONS, 1937).

de terror psicológico. Essa definição prefigurou as tentativas futuras (RICHARDS, 2015, p. 38).

As Nações Unidas, sucessora da LN, também reuniram esforços para tipificar o terrorismo, mas somente em 1972, após o fatídico ataque aos Jogos Olímpicos de Munique pelo grupo Setembro Negro; no entanto, os Estados membros não conseguiram entrar em um acordo. Nos anos 1990, foi-se criado um Comitê *Ad hoc*, no qual propor-se-ia uma definição comum, mas que não conseguiu êxito, a respeito das diferentes interpretações dos Estados não conseguiram ser traduzidas em um único conceito. Já no início dos anos 2000, o Comitê *Ad hoc* da organização sobre o Terrorismo propôs:

Qualquer pessoa comete uma ofensa na acepção da presente Convenção se, por qualquer meio, de forma ilegal e intencional, causar:
 (a) morte ou lesão corporal grave a qualquer pessoa; ou
 (b) Danos graves à propriedade pública ou privada, incluindo um local de uso público, uma instalação estatal ou governamental, um sistema de transporte público, uma instalação de infraestrutura ou o meio ambiente; ou
 (c) Danos a bens, locais, instalações ou sistemas mencionados no parágrafo 1 (b) deste artigo, resultantes ou prováveis de resultar em grandes perdas econômicas, quando o objetivo da conduta, por sua natureza ou contexto, for intimidar uma população ou obrigar um governo ou organização internacional a praticar ou abster-se de praticar qualquer ato. (UNITED NATIONS, A/57/37, 2002, tradução nossa)⁹³.

Diante dessa definição - também não aceita - observa-se como a Assembleia Geral da ONU tem trabalhado no sentido de abordar as manifestações físicas do terrorismo, isto é, o caráter ofensivo do terrorismo, explorando a perspectiva criminosa do mesmo, uma vez que uma definição universal é ilusória (RICHARDS, p. 39; SCHMID, 2004, p. 199).

No âmbito do Conselho de Segurança, pode-se perceber – principalmente a partir dos atentados de 11 de setembro – mudanças e modificações em suas definições e proposições ao tema. A resolução S/RES/1368 do dia 12 de setembro de 2001 trazia, por exemplo, uma maior firmeza quanto ao tema.

⁹³ No original: “Any person commits an offence within the meaning of this Convention if that person, by any means, unlawfully and intentionally, causes: (a) Death or serious bodily injury to any person; or (b) Serious damage to public or private property, including a place of public use, a State or government facility, a public transportation system, an infrastructure facility or the environment; or (c) Damage to property, places, facilities, or systems referred to in paragraph 1 (b) of this article, resulting or likely to result in major economic loss, when the purpose of the conduct, by its nature or context, is to intimidate a population, or to compel a Government or an international organization to do or abstain from doing any act.” (UNITED NATIONS, A/57/37, 2002).

O Conselho de Segurança, (...) determinado a combater por todos os meios ameaças à paz e segurança internacionais causadas por atos terroristas, (...) 1. Condena inequivocamente com veemência os terríveis ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001 em Nova York, Washington, DC e Pensilvânia e considera tais atos, assim como qualquer ato de terrorismo internacional, uma ameaça à paz e à segurança internacionais (...). 4. Convida também a comunidade internacional a redobrar seus esforços para prevenir e suprimir atos terroristas, inclusive mediante maior cooperação e plena implementação das convenções internacionais antiterroristas relevantes e das resoluções do Conselho de Segurança, em particular a resolução 1269 (1999) de 19 de outubro de 1999; 5. Expressa sua disponibilidade para tomar todas as medidas necessárias para responder aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e para combater todas as formas de terrorismo, de acordo com suas responsabilidades sob a Carta das Nações Unidas; (...). (UNITED NATIONS, 2001, tradução nossa)⁹⁴.

Já, anos depois, o Conselho passa a acrescentar e reiterar outros pontos, em consonância com as necessidades da época. Em 2004, após os ataques na Rússia, a resolução Doc. S/RES/1566 passa a compreender o terrorismo como também prejudicial à segurança humana. Assim, o terrorismo seria entendido como

atos criminosos, incluindo contra civis, cometidos com a intenção de matar ou provocar ferimentos graves, ou a tomada de reféns, com o propósito de provocar um estado de terror na população em geral ou em um grupo de pessoas ou personalidades específicas, de intimidar a população ou de forçar um governo ou uma organização internacional a realizar ou abster-se de qualquer ato, os quais constituem violações no âmbito das convenções internacionais e protocolos relacionados ao terrorismo, são sob nenhuma circunstância justificáveis por considerações de natureza política, natureza filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de outra natureza semelhante, e apela a todos os Estados para que evitem tais atos e, se não forem impedidos, assegurem que tais atos sejam punidos com penas compatíveis com sua natureza grave (UNITED NATIONS, 2004, tradução nossa)⁹⁵.

⁹⁴ No original: *"The Security Council, (...) Determined to combat by all means threats to international peace and security caused by terrorist acts, (...) 1. Unequivocally condemns in the strongest terms the horrifying terrorist attacks which took place on 11 September 2001 in New York, Washington, D.C. and Pennsylvania and regards such acts, like any act of international terrorism, as a threat to international peace and security; 2. Expresses its deepest sympathy and condolences to the victims and their families and to the people and Government of the United States of America; 3. Calls on all States to work together urgently to bring to justice the perpetrators, organizers and sponsors of these terrorist attacks and stresses that those responsible for aiding, supporting or harbouring the perpetrators, organizers and sponsors of these acts will be held accountable; 4. Calls also on the international community to redouble their efforts to prevent and suppress terrorist acts including by increased cooperation and full implementation of the relevant international anti-terrorist conventions and Security Council resolutions, in particular resolution 1269 (1999) of 19 October 1999; 5. Expresses its readiness to take all necessary steps to respond to the terrorist attacks of 11 September 2001, and to combat all forms of terrorism, in accordance with its responsibilities under the Charter of the United Nations; (...)." (UNITED NATIONS, 2001).*

⁹⁵ No original: *"criminal acts, including against civilians, committed with the intent to cause death or serious bodily injury, or taking of hostages, with the purpose to provoke a state of terror in the general public or in a group of persons or particular persons, intimidate a population or compel a government or an international organization to do or to abstain from doing any act, which constitute offences within the scope of and as defined in the international conventions and protocols relating to terrorism, are under*

Isso demonstra uma mudança na preocupação das pautas principais em relação ao terrorismo, destacando no período o aumento dessas ações. Do mesmo modo, outras organizações intergovernamentais regionais também se debruçaram sobre o tema; contudo, tendo que os Estados são soberanos e que nenhuma organização internacional tem a capacidade de impor normas jurídicas a esses, a falta de uma definição amplamente aceita faz com que cada país utilize a sua própria convicção para determinar o fenômeno.

Ainda assim, alguns países não conseguem ter um consenso nem mesmo dentro do seu próprio sistema. Os EUA, por exemplo, apesar de ser um dos países mais engajados em estabelecer medidas de prevenção e combate ao terrorismo, apresenta diferentes definições em seus departamentos e agências. Segundo o Código de Regulamentos Federais (28 C.F.R. Section 0.85), o terrorismo é “O uso ilegal da força e da violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou qualquer segmento da mesma, em prol de objetivos políticos ou sociais”⁹⁶. O órgão destinado a investigar e coibir o crime organizado nos EUA, o Federal Bureau Investigation (FBI) entende o terrorismo doméstico ou internacional, dependendo da origem, base e objetivos da organização:

Terrorismo doméstico é o uso ilegal, ou uso ameaçado, de força ou violência por um grupo ou indivíduo baseado e operando inteiramente nos Estados Unidos ou em Porto Rico, sem direção estrangeira cometida contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil, ou qualquer segmento do mesmo em prol de objetivos políticos ou sociais

O terrorismo internacional envolve atos violentos ou atos perigosos para a vida humana que sejam uma violação das leis criminais dos Estados Unidos ou de qualquer estado, ou que seriam uma violação criminal se cometidos dentro da jurisdição dos Estados Unidos ou de qualquer estado. Esses atos parecem ter o objetivo de intimidar ou coagir uma população civil, influenciar a política de um governo por intimidação ou coerção ou afetar a conduta de um governo por assassinato ou seqüestro. Atos terroristas internacionais ocorrem fora dos Estados Unidos ou transcendem as fronteiras nacionais em termos dos meios pelos quais são realizados, as pessoas que parecem pretender coagir ou intimidar, ou o local em que seus autores operam ou buscam asilo (USA, 1998, p. ii, tradução nossa)⁹⁷.

no circumstances justifiable by considerations of a political, philosophical, ideological, racial, ethnic, religious or other similar nature, and calls upon all States to prevent such acts and, if not prevented, to ensure that such acts are punished by penalties consistent with their grave nature” (UNITED NATIONS, 2004)

⁹⁶ No original: “the unlawful use of force and violence against persons or property to intimidate or coerce a government, the civilian population, or any segment thereof, in furtherance of political or social objectives” (USA, 1976).

⁹⁷ No original: “Domestic terrorism is the unlawful use, or threatened use, of force or violence by a group or individual based and operating entirely within the United States or Puerto Rico without foreign direction committed against persons or property to intimidate or coerce a government, the civilian population, or any segment thereof in furtherance of political or social objectives International terrorism

Já, a Agência Central de Inteligência (CIA) guia-se pela definição contida no Título 22 do Código dos EUA, Seção 2656f (d), em que o termo significa “violência premeditada e motivada politicamente, perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos” (tradução nossa) e, grupo terrorista é entendido como “qualquer grupo que pratique ou tenha subgrupos significativos que pratiquem terrorismo internacional” (tradução nossa) (USA, 2007).

Tanto no plano doméstico, como no internacional, a falta de uma definição clara e comumente aceita é um grande problema também para área do direito penal, uma vez que dá brecha para - como alerta o Relatório da ONU sobre a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no Combate ao Terrorismo (2005) – violações dos direitos humanos e má-utilização intencional do termo.

A falta, também, de clareza em distinguir os conceitos derivados do terrorismo acabam por unir uma série de ações e grupos sob a alcunha do terrorismo. Segundo Martins (2010, p. 10), a “ação terrorista” é aquela praticada de forma sistemática ou esporádica por um agente político ou não com uso da violência. Já, os “grupos terroristas” são grupos políticos que agem única ou predominantemente através da ação terrorista. Essa diferenciação é deveras relevante, uma vez que distingue os grupos que realizaram, em determinados momentos, ações terroristas, daqueles que agem praticamente por esses meios.

A questão é que existem diferentes óticas para o fenômeno do terrorismo; seja ela a partir do meio acadêmico, político, jornalístico, psicológico, criminal. Cada vertente observa o fenômeno por um viés diferente (PAULA, 2013, p. 31). Se nas organizações internacionais e no âmbito jurídico não há definições consensuais, tão pouco existe no meio acadêmico. Basicamente, o único consenso é de que *não existe um consenso sobre o conceito*. Como discute Laqueur (2001, p. 6), “escrever uma ‘história mundial’ ou fornecer uma ‘teoria geral’ do terrorismo político é um empreendimento sem esperança”. O terrorismo tem sido praticado ora por exércitos regulares, ora por forças não convencionais, contra inimigos vencidos ou contra a

involves violent acts or acts dangerous to human life that are a violation of the criminal laws of the United States or any state, or that would be a criminal violation if committed within the jurisdiction of the United States or any state. These acts appear to be intended to intimidate or coerce a civilian population, influence the policy of a government by intimidation or coercion, or affect the conduct of a government by assassination or kidnapping. International terrorist acts occur outside the United States, or transcend national boundaries in terms of the means by which they are accomplished, the persons they appear intended to coerce or intimidate, or the locale in which their perpetrators operate or seek asylum.” (USA, 1998, p. ii).

população, de modo que as suas diversas manifestações também refletem nas diversas conceituações do termo.

Até mesmo o momento do surgimento do “terrorismo moderno” é um ponto de discordância entre historiadores. Blin e Chaliand (2007, p. 95), por exemplo, entendem que o período da França revolucionária jacobina é o marco da invenção do terrorismo; já David C. Rapoport em *“The Four Waves of Rebel Terror and September 11”* (2002) coloca a década de 1880, dentro da “Onda anarquista”, como seu início.

Além disso, como discutem Schuurman e Eijkman (2013), devido a sua natureza violenta, secreta e “ilegal”, o terrorismo é um assunto bastante difícil de se investigar; do mesmo modo, os autores apontam o apego e a confiança de alguns pesquisadores a fontes secundárias, que podem carregar em si uma grande diferença dos estudos empíricos em contato direto com a fonte primária. Isto porque, o uso de artigos de jornais, publicações governamentais ou outras fontes de informações da mídia geram dúvidas quanto à precisão e objetividade das pesquisas, assim como selecionam, de forma tendenciosa, às visões e os acontecimentos a receberem luz. Como é lembrado pelos autores, muitas pesquisas são patrocinadas pelo governo, o que coloca a ciência em favor aos interesses políticos maiores. Na mesma linha de pensamento, destacam-se Martha Crenshaw e Alex Schmid como estudiosos que concordam sobre como a falta de pesquisa em dados sólidos é uma preocupação para a comunidade acadêmica e, também, para os formuladores de políticas e profissionais que lidam diretamente com o terrorismo.

Ademais, Saint-Pierre (2015, p. 14) elucida outro ponto de dificuldade: o seu caráter subjetivo. Para o autor, “o terrorismo é uma forma de violência cuja realização se objetiva no âmbito psicológico do indivíduo”, isto é, tem um sentido subjetivo, uma vez que seu objetivo é produzir o medo no âmbito psicológico e é praticamente sempre utilizado para descrever o outro, podendo ser “terrorista” para alguns e “guerrilheiros da liberdade” para outros.

No entanto, há ainda alguns autores que compreendem que a diferença entre o terrorista e o não-terrorista está no método de ação e não nas suas causas – exemplificando: “a libertação nacional é uma causa e o terrorismo é o método” (RICHARDS, 2015, p. 44); mas ainda, cabe pontuar que mesmo que o terrorismo utilize da violência como meio de ação, nem toda violência pode ser – ou é – caracterizada como terrorismo. Essa discussão evidencia como quando se entra no debate acerca das circunstâncias e das formas do terror, há um enorme desacordo.

A visão de Raymond Aron, por exemplo, prioriza a definição que atenta à natureza do ato, independente do que o tenha motivado, isto é, “a deliberada potenciação dos efeitos psicológicos obtidos a partir da violência” (MARTINS, 2010, p. 10). Em suas palavras: “chama-se de ‘terrorista’ a ação violenta cujos efeitos psicológicos são desproporcionais aos resultados puramente físicos” (ARON, 2002, p. 242).

Schmid, Jongman et al. (1988, p. 5-6) realizaram uma pesquisa – anteriormente aos atentados de 2001 - com mais de 100 definições de terrorismo para poder encontrar alguns elementos em comum. Os 22 pontos mais frequentes eram: violência, força; política; ênfase no medo, no terror; ameaça; efeitos psicológicos e as reações antecipadas; diferenciação entre vítima e alvo; proposital, sistemático, ação organizada e planejada; método de combate, estratégia, tática; enquadramento fora da normalidade, em violação de regras, sem consentimento humanitário, fora da lei; coerção, extorsão, indução à obediência; publicidade; arbitrariedade, impessoalidade, aleatoriedade, indiscriminação; civis, não-combatentes, neutros, vítimas estrangeiras; intimidação; ênfase na inocência das vítimas; grupo, movimento, organização como perpetradora; aspecto simbólico, demonstração; incalculabilidade, ocorrência inesperada da violência, imprevisibilidade; clandestinidade, natureza secreta; criminoso, reiteração do uso da violência; ilegalidade; demanda feita a terceiros. Isso evidencia como a maioria das definições enfatizam a violência, a política e o medo, devido aos impactos que os terroristas desejam criar.

Como já discutido, o único momento em que o terrorismo foi entendido com uma conotação positiva foi durante o governo revolucionário francês. Nesse sentido, é desde então entendido com uma conotação negativa, sendo, por vezes, associado à crueldade e à ausência de piedade para criar uma imagem negativa de movimentos e ações variadas. Em algumas definições, esse ponto é supervalorizado, colocando, quase que unicamente, a intenção de provocar o terror e o pânico entre as pessoas como a característica principal.

Há, portanto, uma grande falta de clareza quando se é tratada a natureza do terrorismo. Mesmo sendo esta uma das questões mais discutidas, sobretudo no século XXI, é ainda bastante incompreendida; novamente, tal confusão está relacionada justamente com as suas enormes possibilidades de atuações e definições. Mas ainda que não haja um real consenso, existem alguns aspectos singulares que permitem um “consenso relativo”, como, por exemplo, a visão

generalizada de entender que o terrorismo é uma instrumentalização do terror com fins políticos.

Sendo então um conceito político, o terrorismo não encontra nos diferentes interesses estatais e de organizações internacionais um consenso conceitual. Além dos seus métodos de ação, muitos analistas, pesquisadores e governantes discutem sobre a importância de se considerar também os seus objetivos para caracterizar o fenômeno como terrorista ou não. Mas segundo Martins (2010, p. 10), aquelas definições que se baseiam na especificação dos agentes, nos objetivos ou nos alvos são formadas, frequentemente, a partir de propósitos políticos e ideológicos. Nestes casos, são considerados terroristas aqueles em que o emprego da violência é considerado como “injusto” pelos inimigos, bem como as violências que são “justificadas” provêm de amigos e partidários.

Somente a discussão sobre os conceitos de terrorismo poderia compor, sem dúvida, uma tese. São inúmeras as tentativas de sistematizar o fenômeno em “categorias universais”. No entanto, tal como a guerra estudada por Clausewitz, entende-se que não é possível discutir também o terrorismo dentro de estruturas muito rígidas, compreendendo, sobretudo, as suas variações a respeito dos processos históricos e dos interesses políticos. Desse modo, esse capítulo cumpre a sua proposta de trazer a multiplicidade do fenômeno para que se possa, então, ponderar as contribuições que o general Carl von Clausewitz pode trazer para o assunto, sobretudo a partir da equalização do terrorismo à guerra.

4 CONTINUAÇÃO DA GUERRA OU CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA

Como apresentado na última seção do primeiro capítulo, muitos acadêmicos e personalidades políticas tem qualificado o terrorismo como uma “nova forma de guerra”. Na realidade, o termo tem sido empregado para designar desde rebeliões ou insurreições até mesmo grupos ambientalistas, evidenciando uma enorme imprecisão e incoerência. A intenção deste capítulo é retomar a teoria de Clausewitz para responder a hipótese principal desta pesquisa: é o terrorismo uma continuação da guerra ou da política? Partindo do pressuposto de que uma violência politicamente motivada não representa necessariamente uma guerra, o objetivo é, por fim, analisar os pontos que evidenciam a distinção dos dois fenômenos.

4.1 Continuação da Guerra

4.1.1 O terrorismo como nova forma de guerra?

Com os atentados de 11 de setembro de 2001, o governo americano acusou Osama Bin Laden e a Al-Qaeda como responsáveis pelos ataques. Em resposta aos ocorridos, instalou-se no país uma série de ações contra o terrorismo, nomeado pelo Secretário de Estado, Colin Powell, de “Guerra Global contra o Terror”, levando às invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003). A partir de então, as ações do grupo extremista islâmico passariam a ser compreendidas dentro de uma nova perspectiva de guerra.

Os ataques terroristas interferiram decisivamente na política doméstica e externa do país. Não se pode desconsiderar que, desde os tempos de sua fundação, o próprio Estado americano é fragmentado em correntes neoconservadoras e progressistas. Dentro do congresso, a discussão sobre o exercício do poder hegemônico norte-americano pós-Guerra Fria se dividia entre a atuação unilateral, defendida pelos neoconservadores, e o multilateralismo dos grupos democratas e republicanos moderados. Tempos antes dos atentados, o governo Bush estava passando por um momento de baixa popularidade e, como pontua Pecequillo (2013, p. 19), “mais da metade da população não apoiara a eleição de Bush filho e muitos contestavam a forma como a eleição fora decidida pelos tribunais”. O fim da Guerra Fria e o fim do inimigo comunista deixou um vácuo no Estado americano – fortemente

militarizado - quanto a identificação de um inimigo nacional e a união em virtude a uma ameaça externa (PECEQUILO, 2013, p. 13,19).

Durante esse período de disputa ideológica, a identificação de um inimigo comum norte-americano foi fundamental para criar um consenso interno. “A ideia do inimigo tornou-se funcional para o estabelecimento da identidade nacional a partir do outro, tanto que, com o fim da bipolaridade, uma das principais dificuldades estratégicas teria sido a de estabelecer um novo ‘outro’” (PECEQUILO, 2013, p. 6). O mais próximo disso foi, com o fim da Guerra Fria, a identificação dos “Estados falidos” e “Estados párias” como uma nova ameaça ao sistema internacional. Os primeiros, por serem Estados étnico e socialmente fragmentados, seriam propícios ao desenvolvimento de grupos fundamentalistas; enquanto os segundos são Estados governados de formas autoritárias, sem respeitar as normas internacionais, com pretensões de hegemonia regional e com apoio de grupos radicais - nesta última categoria estariam inseridos o Irã e a Coreia do Norte (PECEQUILO, 2013, p. 15).

No final do século XX, a “onda verde”, ou melhor, a expansão do islamismo foi então uma nova ameaça, que veio a ser fortemente agravada a partir dos atentados. Os ataques de 11 de setembro estabeleceram, então, uma onda de exacerbação nacionalista e de união nacional, o qual gerou um quase consenso à retaliação pela população norte-americana. Logo após os ataques, o primeiro discurso do Presidente George W. Bush, embalado pela então instabilidade, declarava: “a América e nossos amigos e aliados se unem a todos aqueles que querem paz e segurança no mundo, e nós estamos juntos para vencer a guerra contra o terrorismo” (USA, 2011, tradução nossa)⁹⁸.

O discurso⁹⁹ da Guerra ao Terror previa, portanto, “combater o inimigo militarmente, mudar os regimes para proteger a democracia e impedir ataques similares a 11/09” (PECEQUILO, 2013, p. 22).

Como mencionado anteriormente, em 1993, o World Trade Center já havido sofrido o seu primeiro atentado terrorista, atribuído a Al-Qaeda. No entanto, somente com a espetaculosidade dos acontecimentos do começo do século, o terrorismo ganhou um forte destaque na agenda americana. No plano da política doméstica, o

⁹⁸ No original: “America and our friends and allies join with all those who want peace and security in the world, and we stand together to win the war against terrorism” (USA, 2011)

⁹⁹ A respeito da construção do “inimigo” a partir dos discursos presidenciais, ver Leite (2013).

governo Bush criou o *Department of Homeland Security* (2001)¹⁰⁰, o Ato Patriota (2001) e outros mecanismos para dar suporte às ações. Com a criação do Ato Patriota ainda em 2001, a lei de combate ao terror dava amplos poderes ao Estado para prender suspeitos de ataques terroristas, espionagens, encarceramento sem direito a advogado e autorizando práticas de interrogatórios brutais (PECEQUILO, 2013, p. 21). Assim sendo, se no âmbito interno o engajamento à “Guerra ao Terror” gerou uma intensa mobilização popular, impulsionada fortemente pelo abalo psicológico que os espetaculosos ataques geraram, bem como a consolidação de forças neoconservadoras e a criação de agências de inteligência e leis que auxiliariam todo o empreendimento; no plano internacional, outros objetivos políticos que vão além do combate ao terrorismo, especificamente, foram postos.

Tendo considerado então a visão estadunidense sobre os “Estados falidos” e “Estados párias”¹⁰¹, a democracia seria, segundo a mesma, indispensável para que o fundamentalismo islâmico fosse contido. Como destaca Pecequilo (2013, p. 2, 5), o sistema norte-americano parte da premissa de que “a nação é diferente e superior às demais, sustentando um sentimento de excepcionalismo”, de modo que esta serviria como um “farol da humanidade” (*beacon of mankind*), guiando-a como um “jogador honesto” (*honest broker*) e “mantenedor do equilíbrio” (*holder of the balance*). Sob essas premissas, o discurso da “Guerra ao Terror” sustentou a posição norte-americana de ser um “mantenedor da paz” e “construtor da ordem” mundial¹⁰², ou melhor, tal como um “Salvador”, os EUA dariam ao Oriente Médio o “melhor bem” que poderiam ter: a liberdade¹⁰³. Como descreve Bassford em tom de ironia:

¹⁰⁰ No discurso do presidente, foi criada sob a justificativa de que seria necessário unir os esforços de “dezenas de departamentos e agências federais, como governos estaduais e locais, têm responsabilidades que afetam a segurança interna. Esses esforços devem ser coordenados ao mais alto nível. Então, hoje à noite, anuncio a criação de uma posição no nível do gabinete que se reporta diretamente a mim - o Escritório de Segurança Interna” (USA, 2011, p. 69, tradução nossa).

¹⁰¹ Segundo o *Quadrennial Defense Review* de 30 de setembro de 2001, publicado com o propósito de guiar a doutrina militar norte-americana, traçando objetivos estratégicos, “a ausência de governos capazes ou responsáveis em muitos países da Ásia, África e do Hemisfério Ocidental cria um terreno fértil para atores não-estatais envolvidos em tráficos de drogas, terrorismo e outras atividades que se estendem além das fronteiras” (USA, 2001).

¹⁰² Segundo o *Quadrennial Defense Review* de 30 de setembro de 2001, os objetivos dos EUA são “promover a paz, sustentar a liberdade e incentivar a prosperidade” (USA, 2001).

¹⁰³ Dentro da academia, um autor que ganhou bastante atenção foi Francis Fukuyama (1989, 2001), defendendo que, com o fim da Guerra Fria, o sistema capitalista americano “vitorioso” representaria a forma de governo a ser seguido pelos demais países: a moderna democracia liberal e o capitalismo orientado pelo mercado; a economia seria, portanto, o elo entre todos os países, mas a religião é o que afasta uma sociedade da outra – ainda mais quando vinculada à política.

É difícil relatar essa ocorrência sem cair em sarcasmo incrédulo. Sim, nós invadiremos e ocuparemos esse estado alienígena; destruiremos completamente suas forças militares (aqueles que não forem mortos serão desarmados e jogados nas ruas sem trabalho, pensões ou futuros); exterminaremos a dinastia governante; caçaremos seus outros líderes políticos; removeremos todo o partido político dominante da influência; deslocaremos todo o tradicional grupo étnico dominante; e alteraremos radicalmente os sistemas político, legal e econômico do estado. No processo, vamos alterar completamente o equilíbrio geopolítico do poder na região. E então vamos ver uma explosão de democracia em todo o Oriente Médio. (BASSFORD, 2017, p. 1, tradução nossa)¹⁰⁴.

Na lógica americana, esses países onde prosperam as ideias fundamentalistas dos grupos terroristas deveriam desfrutar dos mesmos sistemas políticos e valores ocidentais para, assim, impedir a formação desses grupos terroristas. A “Guerra ao Terror” logo se desdobrou na guerra ao Afeganistão (2001-2014), sob justificativa de depor o regime talibã, que abrigava a rede Al-Qaeda, e dismantelar a organização de Bin Laden. Em outubro de 2001, os EUA e o governo britânico, liderado pelo primeiro ministro Tony Blair, deram início a uma ofensiva aérea no país, com principal objetivo de capturar Osama Bin Laden, que estava escondido nas montanhas no Afeganistão (MAGNOLI, 2006, p. 457).

Mas a resposta da Casa Branca aos atentados não se limitou à perseguição de Bin Laden. Em 2001, o *Quadrennial Defense Review* colocou o terrorismo como uma nova ameaça mundial e a necessidade de combatê-lo em escala global por ser a principal ameaça à paz do mundo. Ainda em 2001, o regime fundamentalista islâmico do Talibã foi derrubado, enquanto o país foi bombardeado, agravando ainda mais a sua situação. Por outro lado, as ações norte-americanas não tiveram êxito em capturar Osama Bin Laden, que conseguiu escapar, levando a Al-Qaeda a se reorganizar no Paquistão. O sentido da “Guerra ao Terror” passaria, então, a compreender “todos os grupos terroristas de alcance global” e os “Estados desonestos”, numa clara justificativa de estender as suas ações para além do Afeganistão¹⁰⁵ (RICHARDS, 2015, p. 24).

¹⁰⁴ No original: “It is difficult to recount this occurrence without lapsing into incredulous sarcasm. Yes, we will invade and occupy this alien state; thoroughly destroy its military forces (those not killed will be disarmed and thrown into the street with no jobs, pensions, or futures); exterminate the ruling dynasty; hunt down its other political leaders; remove the entire ruling political party from influence; displace the entire traditional ruling ethnic group; and radically alter the state’s political, legal, and economic systems. In the process, we will utterly alter the geo-political balance of power in the region. And then we will see an explosion of democracy throughout the Middle East” (BASSFORD, 2017).

¹⁰⁵ Como destaca Pecequillo (2013, p. 130), o Irã e a Síria também eram considerados potenciais alvos da Guerra ao Terror.

No discurso estadunidense, o terrorismo se tornou, então, uma ameaça transnacional contra “toda a humanidade”, uma ameaça à existência e à sobrevivência dos Estados, de modo que seria necessária “uma guerra global contra o ‘terrorismo’ (como se isso fosse estrategicamente possível)” (SAINT-PIERRE, 2015, p.10). Como lembra Gray (2007, p. 236), a “guerra ao terror” tratava-se de um “empreendimento tão impraticável, quanto conceitualmente impossível”. Em outras palavras, qualquer lugar poderia ser o centro de ação da Al-Qaeda e todos que não apoiassem o terrorismo teriam o dever de lutar na sua contenção (WALKER, 2003, p. 310).

Em nome do antiterrorismo, os EUA lançaram uma Nova Estratégia de Segurança Nacional em 2002 (NSS-2002), também conhecida como “Doutrina Bush”, ampliando o alvo do empreendimento para outros países acusados de apoiar o terrorismo; agora, também seriam considerados inimigos os países hostis suspeitos de produzirem armamentos de destruição em massa, tal como o Irã, a Coreia do Norte e o Iraque. O NSS-2002 previa “a introdução do conceito de prevenção como referencial de ação, em detrimento da contenção”. Isto é, os EUA “agiriam de forma decisiva contra seus inimigos, prevenindo a emergência de ameaças antes que surjam”, substituindo o posicionamento defensivo e reativo durante o período da Guerra Fria para a utilização da força unilateral, belicosa e preventiva contra qualquer dessas ameaças. A ideia era vincular o ato terrorista a um Estado, como o Talibã ou Saddam Hussein para que pudessem, mesmo agindo sozinho, “resolver o problema do terrorismo”. As ações foram, assim, a concretização das ideias neoconservadoras em propor uma agenda política externa unilateral e agressiva em manter a hegemonia estadunidense (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 411; PECEQUILO, 2013, p. 21-22).

Em um primeiro momento, quando Colin Powell estava à frente da Secretaria do Estado, as ações adotadas foram mais “moderadas”. Como comenta Treisman (2002), Clausewitz é um autor bastante presente nos meios militares e, sobretudo, no pensamento de Colin Powell – ainda que, em alguns aspectos, sob uma leitura mais próxima do que se tornou o seu “senso comum”. A doutrina Powell, baseada na desastrosa experiência da Guerra do Vietnã, exigia que os EUA entrassem em guerra apenas quando estes tivessem metas claras, as forças fossem esmagadoras para se conseguir uma vitória rápida e tivessem amplo apoio popular; ademais, apenas quando existisse um risco direto aos EUA. Ainda que as intervenções norte-americanas apresentassem, em um primeiro momento, um forte apoio político, o

mesmo não se obtém no sentido das suas metas - “destruir organizações terroristas com alcance global” -, o que é demasiadamente vago (GILPIN, 2005).

No entanto, a maior parte da equipe de Bush era formada por uma direita conservadora - ultranacionalistas e neoconservadores, grupos poderosos da sociedade norte-americana. A intenção desses grupos desde que assumiram suas funções era explorar a superioridade estadunidense com o aumento do orçamento militar, principalmente para a defesa antinuclear e para acabar com Saddam Hussein após a “não finalizada” Guerra do Golfo. Esses grupos conseguiram se impor, prevalecendo o uso da força militar para solucionar o “problema do terrorismo” – sob aclamação de uma vingança imediata – o que levou à Guerra do Iraque (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 145; HOWARD, 2002).

Assim como o surgimento das dinamites nas mãos dos terroristas anarquistas, a proporção das ações terroristas do século XXI fez com que o governo norte-americano explorasse o pânico no imaginário popular do que poderia ocorrer se os novos armamentos de destruição em massa – as chamadas guerras do tipo abc - atômica, biológica e químicas – estivessem nas mãos de terroristas¹⁰⁶. Neste contexto, está a invasão no Iraque, considerado um dos países do “Eixo do Mal”, sob alegação de que Saddam Hussein, ditador iraquiano, desenvolvia armas de destruição em massa e tinha ligações com a Al Qaeda¹⁰⁷. Em discurso em janeiro de 2002, Bush declarou que o Iraque seria uma ameaça, pois

continua a exibir sua hostilidade em relação à América e a apoiar o terror. O regime iraquiano planeja desenvolver antraz, gases nervosos e armas nucleares há mais de uma década. (...) Estados como esses, e seus aliados terroristas, constituem um eixo do mal, armando-se para ameaçar a paz do mundo. Ao procurar armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Eles poderiam fornecer essas armas aos terroristas, dando-lhes os meios para igualar seu ódio. Eles poderiam atacar nossos aliados ou tentar chantagear os Estados Unidos. Em

¹⁰⁶ Esse tema já aparece no discurso de Bush em janeiro de 2001, antes dos atentados, em “Enfrentaremos armas de destruição em massa, para que um novo século seja poupado de novos horrores” (USA, 2011, p. 32, tradução nossa). Em novembro do mesmo ano, Bush declarou: “E todo o mundo enfrenta a perspectiva mais horrível de todas: esses mesmos terroristas estão procurando armas de destruição em massa, as ferramentas para transformar seu ódio em holocausto. Eles podem usar armas químicas, biológicas e nucleares no momento em que são capazes de fazê-lo. Nenhum sinal de consciência o impediria” (USA, 2011, p. 84, tradução nossa).

¹⁰⁷ Segundo a Casa Branca, “um ex-membro da Al-Qaeda testemunhou em tribunal que estava envolvido em um esforço de 10 anos atrás para obter materiais nucleares. E o líder da Al-Qaeda chama esse esforço de “dever religioso”. As casas abandonadas da Al-Qaeda em Cabul continham diagramas de armas grosseiras de destruição em massa” (USA, 2011, p. 96, tradução nossa).

qualquer um desses casos, o preço da indiferença seria catastrófico. (USA, 2011, p. 106, tradução nossa)¹⁰⁸.

Em 2003, a Operação Liberdade do Iraque levou a uma rápida derrota militar de Saddam Hussein, principal alvo do empreendimento, e, posteriormente, o estabelecimento de um governo provisório (PECEQUILO, 2013, p. 132).

Diferentemente do que se supunha as autoridades neoconservadoras, “não se configurou a transferência de apoio do Afeganistão ao Iraque”. As negociações anteriores à Invasão do Iraque dentro do âmbito da ONU polarizaram as posições dos Estados. Para os EUA – com apoio da Grã-Bretanha -, o Iraque deveria ser alvo de uma guerra preventiva por representar um mal à segurança global, uma vez que “supostamente” possuía armamentos atômicos. Em contraposição, Rússia, França e Alemanha formavam o “Eixo da Paz” posicionando-se contra as invasões. Contudo, é importante destacar que havia interesses por trás desses posicionamentos que iam muito além da manutenção da paz no globo. Caso a operação norte-americana fosse bem-sucedida, os EUA poderiam controlar grande parte das reservas de petróleo do Oriente Médio, afetando diretamente a esses países, consumidores desse bem (PECEQUILO, 2013, p. 66, 132).

Outro motivo de preocupação do “Eixo da Paz” era a projeção estadunidense na geopolítica do Oriente Médio e da Ásia para reforçar a ocupação ao vácuo deixado com a desagregação da União Soviética. Como destaca Pecequilo (2013, p. 66), “a Guerra do Afeganistão foi a primeira aplicação da nova missão estratégica da aliança que supunha operações fora de sua área geográfica, demonstrando a sua capacidade de projeção de poder”. A autora também destaca a hipótese americana de “invadir o Iraque para impedir a consolidação do euro como moeda de reserva, uma vez que diversas petromonarquias do Oriente Médio estariam trocando suas reservas em dólar pelo euro” (PECEQUILO, 2013, p. 128).

Portanto, todo o pretexto para o empreendimento se traduzia também em objetivos políticos importantes para o governo norte-americano, que foram suprimidos pelo discurso, amplamente divulgado pela mídia, de “combate ao terrorismo”: desde

¹⁰⁸ No original: “continues to flout its hostility toward America and to support terror. The Iraqi regime has plotted to develop anthrax, and nerve gas, and nuclear weapons for over a decade. (...) States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.” (USA, 2011, p. 106).

os aspectos internos que consagraram maior popularidade ao presidente, até o controle de grande parte das reservas energéticas do Oriente Médio e a maior projeção na eurásia (PECEQUILO, 2013, p. 21, 66, 128, 130).

Esses pontos levam a uma importante reflexão: “a quem serve a guerra contra o terrorismo”?¹⁰⁹ Afinal, como aponta Gilpin (2005), os ultranacionalistas e os neoconservadores, apoiaram a guerra contra o terrorismo, principalmente na invasão ao Iraque, devido aos interesses próprios que giram, entre outras coisas, ao acesso ao petróleo; e, como já foi apresentado, estas e outras motivações acabaram ganhando bastante espaço em relação à contenção, propriamente dita, do terrorismo. Como pontua Passos (2003, p. 102), “a ação no Iraque foi parte de uma avaliação global da segurança econômica e militar norte-americana numa região vital para os Estados Unidos”.

Mas então, tendo o governo estadunidense todos esses aspectos políticos envolvidos e toda a mobilização no sentido de criar um consenso interno e global no combate ao terrorismo, e considerando a questão da “Guerra Global ao Terror”, ou da “Guerra ao Terrorismo”, pode-se considerar que travar uma guerra é a melhor forma de conter, especificamente, o terrorismo e os ataques terroristas? Ainda que o governo dos EUA apresentasse objetivos políticos no engajamento, a guerra não seria necessariamente o único meio, visto que esta é apenas uma ferramenta da política.

A “Guerra Global” não significa, deste modo, um engajamento em combater determinada ameaça simplesmente. Ela pressupõe uma luta em termos bipolares, em que todas as nações seriam divididas em ou “você está conosco” ou “está com eles”. Ela justifica e legitima, portanto, as ações norte-americanas dentro do contexto de interesses domésticos e internacionais. O próprio emprego do termo “guerra” nessa situação se deu como uma tentativa de endossar a legitimação das intervenções políticas e militares no combate ao grupo de forma a definir a ação terrorista como um fenômeno de guerra e, assim, os EUA poderiam realizar ingerências que iriam além do escopo de combater o terrorismo; do mesmo modo, que deu legitimidade para criação de leis internas, como o Ato Patriota. O temor ocidental do avanço do fundamentalismo islâmico contribuiu para o apoio e solidariedade aos norte-americanos. O discurso político foi moldado de forma a manipular um consenso para que fossem aceitas políticas xenófobas e de restrições da liberdade em função de

¹⁰⁹ Ver a respeito Bieler e Morton (2015), Gilpin (2005) e Halliday (2002).

uma “causa maior” (PASSOS, 2003; PECEQUILO, 2013, p. 65; RICHARDS, 2015, p. 24).

Tendo o poder dos discursos dos Estados e uma parcela da academia endossando esse pensamento, o “novo terrorismo” como uma forma de guerra foi amplamente divulgado em consonância com a exploração do medo. Gilpin (2005) mostra como teorias como a de Bernard Lewis e de Samuel Huntington, baseadas no choque de civilizações, foram utilizadas nos discursos para gerar na população como um todo uma grande preocupação com o futuro da civilização ocidental¹¹⁰ (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 414).

Nessa perspectiva, ignorava-se o suporte teórico clausewitziano e abordava-se a emergência do terrorismo islâmico a partir de um choque cultural, em que o Oriente representava uma sociedade menos evoluída e mais propensa ao desenvolvimento desse fenômeno. Segundo Samuel Huntington (1996, 2001), os conflitos pós-guerra fria não seriam mais por razões ideológicas, econômicas ou motivados pela política, mas sim por diferenças culturais. Huntington em sua obra “O Choque de Civilizações” defende que as diferenças culturais e religiosas geram diferentes políticas e crenças para questões como direitos humanos, liberdade, igualdade, hierarquia etc. e, na medida em que a globalização tem aproximado essas civilizações, tem também trazido à tona essas diferenças.

A partir dos atentados em 2001, Huntington discorre sobre as relações do Ocidente (EUA) com o Oriente (Oriente Médio), pautado no choque de civilizações em quatro causas que levaram a essas ações. A primeira delas concentra-se no ressurgimento voraz das crenças e da consciência muçulmana nos últimos anos, como uma recusa em estabelecer a troca de valores com outras culturas, para preservar a sua identidade como uma forma de resposta à globalização e à modernização; desse ressurgimento, um pequeno número de extremistas passou a fornecer recrutas para o terrorismo e para guerrilhas. Nesse sentido, a segunda razão está relacionada com a falta de empatia e o ódio ao Ocidente diante do imperialismo e do apoio dado aos governos repressivos da região, de modo que, segundo o autor, as organizações islâmicas se formam diante do vácuo deixado pelo Estado em

¹¹⁰ Pouco tempos após os atentados, Bush declarou: “Os americanos estão perguntando: por que eles nos odeiam? Eles odeiam o que vemos aqui nesta câmara - um governo eleito democraticamente. Seus líderes são auto-nomeados. Eles odeiam nossas liberdades - nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, nossa liberdade de votar, reunir e discordar uma da outra” (USA, 2011, p. 68, tradução nossa).

fornecer apoio social, saúde, educação. O terceiro ponto diz respeito as enormes diferenças culturais entre os próprios muçulmanos que estimulam a violência entre eles mesmos. A última causa das guerras muçulmanas apontadas por Huntington refere-se a grande participação dos jovens, entre 16 e 30 anos, mais propensos a pensamentos radicais.

Um ponto de suma importância no pensamento de Huntington (1996, 2001) é que as características da cultura de um povo são menos mutáveis e, assim, mais difíceis de serem conciliadas, tais quais a política ou economia. Em conflitos de natureza política ou econômica se questiona “em que lado você está?” de modo que há margem para mudanças; entretanto, em conflitos culturais religiosos, a pergunta é “o que você é?”. Em âmbito internacional, portanto, há essa competição para a promoção dos seus próprios valores e o terrorismo é traduzido, então, como uma resposta dessas civilizações não ocidentais ao poderio ocidental; em outras palavras, uma incapacidade de lidar com o “outro”. O discurso de Huntington vai no sentido, então, de que a guerra só irá acabar quando as suas causas forem mudadas; isto é, quando, com o tempo, a intensidade da consciência islâmica for diminuindo através das gerações.

Nesse sentido, Gilpin (2005) ressalta que essas justificativas tentam explicar as ações terroristas islâmicas a partir de uma espécie de “inveja” ou “ressentimento” frente ao sucesso, riqueza e poder norte-americano; tal explicação foi a mais utilizada pela agenda política norte-americana e que encontrou maior endosso na sociedade. No entanto, o autor ressalta que as avaliações sobre as causas do terrorismo deveriam trazer à tona as ações americanas e não o que eles são; evidenciando as diversas ações ocidentais (inclusive estadunidenses) em relação ao Oriente Médio e retomando toda uma história complexa de ingerência e imperialismo ocidental. Contudo, muitas das vezes, essas causas mais profundas eram simplificadas e resumidas à posição dos EUA no mundo.

Para além do entendimento a partir de um “choque de civilizações”, um outro grupo de pesquisadores entende que a guerra ao terror “representa uma fase nova e mais ampla de uma guerra civil em andamento pelo controle do mundo árabe-islâmico” (JOGERST, 2005, p. 01). No meio acadêmico-militar, um dos defensores desse raciocínio é o coronel das Forças Armadas John D. Jogerst. Segundo o autor, o terrorismo seria uma forma de guerra próxima à insurgência, apenas diferenciada por ser “levadas a efeito em um palco planetário”. Nessa visão, o objetivo da Al-Qaeda

e de grupos fundamentalistas islâmicos não seria a vingança, lucro ou a violência indiscriminada, mas sim o uso do terrorismo para “derrubar o governo constituído por meio do uso de subversão e conflito armado”. Os terroristas são vistos como insurgentes que travam uma guerra civil dentro do mundo árabe para substituir os atuais governos por um califado islâmico e o terrorismo seria, portanto, a tática empregada por não poderem duelar em batalhas tradicionais, buscando assim outros meios para a vitória.

Jogerst entende que o terrorismo teria então como intenção desmoralizar e destruir a legitimidade desses Estados – isto é, demonstrando a incapacidade de governar-, persuadindo a população a não mais apoiar esses governos. Os ataques aos EUA seriam atribuídos então a uma “compreensão” de serem esses os centros de gravidades para ação. Como abordado anteriormente, no pensamento do general, as forças de um empreendimento devem mirar no centro de gravidade dos seus oponentes, de modo que atinjam onde esses são mais vulneráveis, sejam exércitos inimigos (para que o torne incapaz de reagir) ou, até mesmo, países protetores (CLAUSEWITZ, 2007, p. 705-706):

Os terroristas vêem esta conexão com o Ocidente como um centro de gravidade, e redescobriram o comentário de Clausewitz a respeito desse último: “[para] pequenos países que confiam em outros grandes, ele [o centro de gravidade] é, geralmente, o exército do protetor”. (JGERST, 2005, p. 11).

Ao passo que os EUA estariam apoiando de forma explícita ou implicitamente, através da economia global e das instituições políticas - vários regimes em países muçulmanos -, os insurgentes se concentrariam em destruir esse apoio. Desse modo, os norte-americanos deveriam fortalecer a assessoria e treinamento aos “regimes amigos”, pois “só os governos dos países podem vencer a luta por legitimidade popular – não uma potência exterior” (JGERST, 2005, p. 08, 11). O autor entende, portanto, que os acontecimentos se deram dentro de uma perspectiva de guerra civil no Oriente Médio, mas que, compreendendo os ensinamentos de Clausewitz, a nação americana representaria o seu centro de gravidade justamente pelo ensinamento de que *países pequenos que dependem de outros maiores, devem mirar suas energias no exército de seu protetor*.

Haddock também enfoca, sobretudo, no conceito de centro de gravidade do general prussiano para sua argumentação. Segundo a autora, “Osama bin Laden deve

ter lido Clausewitz. Os atos terroristas de 11 de setembro ilustram uma compreensão completa da natureza e conduta da guerra, apresentada por Clausewitz em *Da Guerra* (HADDOCK, 2002, p. 01). De fato, uma cópia de *Da Guerra* foi encontrada em um dos esconderijos da organização, mas se os ataques representam um “entendimento completo” da obra é outra questão.

Para Haddock, o objetivo político de Bin Laden era se tornar um governante supremo do Islã, um califa; os ataques em 2001 representariam, por sua vez, um objetivo militar “intermediário”, uma vez que serviriam para trazer legitimidade e atenção de todos os meios de comunicação, já que estaria atingindo a maior potência do mundo. A autora entende que a inexistência de uma resposta mais consistente ao longo de todos os ataques executados pela organização aos norte-americanos, colocou os EUA como moralmente fracos (HADDOCK, 2002, p. 05).

Desse modo, a escolha dos alvos foi pensada com base na concepção de centro de gravidade de Clausewitz, uma vez que o estudo dos processos políticos estadunidenses, bem como de suas ações militares evidenciam que o governo e a figura do presidente não seriam um alvo valioso, diante da impopularidade do mesmo; tampouco um ataque às forças armadas estaria em cogitação diante do seu desenvolvimento tecnológico. Por isso, Bin Laden teria, então, se voltado “à paixão e ao povo americano”, pois “entende que o que mais importa neste país não são os líderes do governo, nem os militares, mas os cidadãos que, com todas as suas liberdades democráticas, influenciam todos os outros aspectos do modo de vida americano” (HADDOCK, 2002, p. 04, tradução nossa)¹¹¹. Tendo isso considerado, as ações norte-americanas deveriam agir, além da “batalha no terreno”, também na mente dos muçulmanos com um plano estratégico de comunicação para baixar a popularidade de Bin Laden no mundo islâmico, sendo “a opinião pública da comunidade muçulmana” o seu centro de gravidade¹¹².

Uma abordagem crítica a esses pensamentos é exposta por Fred Halliday (2002). Segundo o autor, não existe um choque de civilizações e nem as explicações em torno do terrorismo devem ser tão reducionistas, uma vez que esses atos não são

¹¹¹ No original: “He understands that what matters most in this country is not our government leaders, nor our military, but the citizens who, with all their democratic freedoms, influence all other aspects of the American way of life” (HADDOCK, 2002, p. 04).

¹¹² Como comentado por Howard (2002), Osama Bin Laden tem uma grande simpatia no mundo árabe, assim como, por exemplo, Ian Paisley na Irlanda do Norte. A sua figura – um líder religioso, carismático, hostil ao Ocidente-, tem uma importante representação na região e seguidores por todo o mundo.

fenômenos independentes; afinal, existem contextos mais abrangentes que levaram a esta situação e, retomando a história dos países árabes, evidencia-se que o colonialismo (1870 - 1945) e principalmente a Guerra Fria (1945-1989) deixaram muito dos problemas vividos até hoje.

A visão de Halliday contraria, portanto, esse entendimento de atingir aos EUA por serem a principal potência mundial ou apenas por apoiarem alguns regimes na região. Ele coloca, sobretudo, a necessidade de observar as ações estadunidenses diretas nesses lugares. Como já apresentada a discussão feita por Schuurman e Eijkman (2013), muitos pesquisadores patrocinados pelo Estado defendem uma posição similar a esses ou, ainda, há aqueles que absorvem unicamente os discursos e as visões estatais, levando também o discurso político de “Guerra ao Terror” para a academia. Diversas foram as tentativas de mostrar justificativas para o terrorismo dos “inimigos terroristas” que avaliam pouco substancialmente as causas mais profundas – inclusive a versão norte-americana.

Nem mesmo os EUA, que foram o país que mais deu ênfase a essa discussão neste século, possuem um esclarecimento que leve esses aspectos em consideração. O Estado não possui, ao menos, uma única definição para o termo. As diferentes agências estadunidenses conceituam-no individualmente, de modo que a falta de uma definição clara e precisa dá margem a diferentes interpretações e, conseqüentemente, formas de ações. Mas, enfim, quem é o terrorista? quem é o inimigo? Como destaca Magnoli (2006), o despreparo da espionagem ressalta a falta de conhecimento sobre este “inimigo”:

até poucos dias antes da invasão, nenhum dos formidáveis serviços secretos dispunha de um só agente dentro do Iraque. Dependiam fundamentalmente de grupos de exilados no exterior que exageravam a penetração de que dispunham nas estruturas militares e administrativas do país e estavam interessados sobretudo em coletar generosas ajudas financeiras, sem produzir uma só informação ou resultado de relevo. De início, nenhuma das alegações brandidas por Washington e Londres para preparar a opinião pública internacional (e a doméstica) para a invasão sustentou o crivo dos fatos: Saddam não possuía armas de destruição em massa, não tinha ligações com grupos terroristas internacionais (muito menos a Al Qaeda) nem capacidade militar para atacar qualquer de seus vizinhos. (MAGNOLI, 2006, p. 457).

Como não foram encontradas as armas, usou-se a justificativa da expulsão de um ditador e o estabelecimento de um regime democrático no Iraque, princípios esses que, como ressalta Chaliand e Blin (2007, p. 417), mal foram mencionados quando

declaradas as ações no Iraque. Mesmo assim, o governo Bush continuou defendendo as intervenções no país como parte do engajamento contra o terrorismo. Anos depois, comprovaram-se que as premissas estadunidenses sobre armamentos atômicos eram infundadas, fomentando ainda mais a justificativa de que a operação seria para garantir o acesso às enormes reservas de petróleo do país e os outros pontos já colocados. Em contrapartida, com a queda de Saddam, uma guerra civil se alastrou pelo Iraque e os EUA tiveram que arcar com uma operação militar que só foi encerrada em 2011 (PECEQUILO, 2013).

Mesmo diante dos enormes gastos e recursos apreendidos desde 2001, não era possível vislumbrar uma saída rápida do território e nem alcançar uma estabilidade. Durante o governo Obama, sucessor de Bush, a nova política militar distanciou os EUA das guerras convencionais que marcaram a gestão anterior, a fim de evitar as custosas intervenções militares, ainda mais em um contexto de crise econômica¹¹³. Até mesmo Clausewitz (2007, 393), em seu tempo, já enunciava o desgaste das guerras: “na maioria das guerras a exaustão dos beligerantes aumenta a tal ponto que, em vez de tornar a guerra mais dispendiosa, eles são levados a fazer a paz”. No caso, as invasões do Iraque e do Afeganistão movimentaram mais de 300 mil soldados para o Oriente Médio e foi um recorde de orçamento com a defesa, só menor do que foi gasto na II Guerra Mundial (PECEQUILO, 2013, p. 68).

Ainda como aponta Clausewitz (2007, p. 95):

as guerras têm sido de fato travadas entre Estados dotados de forças muito desiguais, porque muitas vezes a guerra real está muito longe do conceito puro postulado pela teoria. A incapacidade de continuar lutando pode, na prática, ser substituída por dois outros motivos para fazer a paz: o primeiro é a improbabilidade da vitória; o segundo é o seu custo inaceitável. (CLAUSEWITZ, 2007, p. 95).

Isso demonstra um aspecto interessante. Como a guerra é uma ação dispendiosa e se dá, na maioria das vezes, por Estados com forças muito desiguais, pode-se pensar que a incapacidade de continuar lutando provém justamente do lado mais fraco. No entanto, a invasão norte-americana ao Iraque, por exemplo, escancarava a assimetria entre os lados, principalmente quanto ao domínio

¹¹³ É importante ressaltar que isso não significa o fim, propriamente dito, das ações e nem que deixaram de ser violentas; no entanto, o governo Obama buscou investir em ampliação dos trabalhos de espionagem e do uso de drones para eliminar militantes islâmicos ao invés de contingente humano (PECEQUILO, 2013).

tecnológico – até mesmo porque, os EUA trataram como “simétrica” uma guerra bastante assimétrica. Sob a lógica de atacar o centro de gravidade, os EUA concentraram seus esforços na capital, Bagdá, onde em poucas horas puderam derrubar a resistência iraquiana. Naquela época, não havia adversário à altura do poderio militar estadunidense; os iraquianos não tinham equipamentos ou mesmo a habilidade suficiente para enfrentar a força americana. Mesmo diante do seu poderio, “a improbabilidade da vitória e o seu custo inaceitável” se tornaram centrais para a política norte-americana sob novo gestor (MAGNOLI, 2006, p. 460; STRACHAN, 2006, p. 15).

Em 2010, a Doutrina Obama (NSS-2010) e o novo *Quadrennial Defense Review* (QDR, 2010) mantiveram o terrorismo como uma ameaça, mas não a única, dando também ênfase as guerras cibernéticas. O uso do termo “Guerra Global ao Terror” também foi abandonado com o governo Obama (PECEQUILLO, 2013, p. 27). A Guerra do Afeganistão, considerada uma “guerra de necessidade” (*war of need*) e a Guerra do Iraque, uma “guerra de escolha” (*war of choice*), encaminhou-se para a retirada americana em 2014 e 2011, respectivamente. No entanto, mesmo com o compromisso de retirada em 2014, ainda em 2019, não há previsão da saída total das tropas estadunidenses no país. A conclusão de tudo isso são dois países bastante degradados com as consequências de tantos anos de guerra, milhares de vítimas e muitos dólares de lucro para as empresas dos setores de exploração de petróleo, de infraestrutura (para reconstrução do país) e de “exército privado”.

Em 2011, 10 anos após os atentados, uma operação militar no Paquistão conseguiu finalmente executar Osama Bin Laden. Mas, nessas condições, é possível falar em vitória? Para Magnoli:

O resultado foi a pior derrota que um exército invasor pode sofrer: a desmoralização pública de quem entra num país para trazer valores como liberdade e democracia e acaba sendo acusado, com razão, de promover o ódio e de desrespeitar exatamente os princípios de humanidade e direito que dizia defender. (MAGNOLI, 2006, p. 463).

Mesmo que, a princípio, os objetivos militares tenham sido alcançados, a vitória militar não é o cerne da questão. O fulcro da mesma está na consecução dos objetivos políticos. Tendo isso, se a Guerra ao Terror previa “mudar os regimes para proteger a democracia e impedir ataques similares a 11/09”, a ação vitoriosa deveria significar um “Iraque democrático”, com legitimidade para se autogovernar e se proteger

(GROVES, 2009, p. 89). Não obstante, é importante ressaltar a condição atual do Oriente Médio de grande instabilidade, assim como a forte atuação do Estado Islâmico, surgido neste contexto de guerra ao terror no Iraque, no começo do século XXI, o qual permanece atuando mais de quinze anos depois.

Tudo isso exprime que a chamada “Guerra ao Terror”, empreendida sobretudo pelos estadunidenses reflete, do ponto de vista político, objetivos que vão além da contenção do terrorismo em si. Isto é, como já foi brevemente apresentado, existem outros interesses que se somaram ao combate do terrorismo propriamente dito. No que diz respeito à contenção do terrorismo, é importante destacar que tratá-lo como um fenômeno de guerra para legitimar as ações norte-americanas no Oriente Médio é contraproducente à própria resolução, pois terrorismo é uma ação política que se utiliza de meios violentos para atingir objetivos políticos, mas que não pode ser equalizado à guerra. Uma visão crítica vai observar, portanto, que o terrorismo não deve ser combatido por um viés militar imediatista e que, tendo considerado todo o seu contexto político-social, os Estados Unidos da América deveriam propor auxílio – se realmente fosse do interesse - às dificuldades econômicas e sociais que alimentam o terrorismo, observando suas causas e resoluções em longo prazo.

Os resultados, como é abordado por Groves, foram uma série de erros diante da falta de clareza das ações estadunidenses: “os objetivos políticos eram incongruentes e cada um exigia meios diferentes para alcançá-los” (GROVES, 2009, p. 88, tradução nossa)¹¹⁴. Isso influiu, obviamente, em diversas falhas, que vão desde cálculos incorretos no número de tropas, como em planejamentos estratégicos na adoção do termo “guerra ao terror”, setorizando as ações principalmente em aspectos militares do que em ações de longo prazo. Alguns autores culpam a “influência de Clausewitz” no exército norte-americano pelas ações no Oriente Médio. Segundo Meilinger (2007):

Foram cometidos erros no Iraque e mais de 3.000 americanos pagaram com a vida por esses erros, além de dezenas de milhares de iraquianos. O paradigma Clausewitziano tão apressadamente seguido se mostrou desastroso. Mas o estrago está feito em grande parte, e precisamos nos confundir. O futuro ainda não foi escrito. Agora temos a oportunidade de ir além da visão estreita, paroquial e paralisante da guerra pregada por Clausewitz. (MEILINGER, 2007, p. 139, tradução nossa)¹¹⁵.

¹¹⁴ No original: “*The political objectives were incongruous and each required different means to achieve them*” (GROVES, 2009, p. 88).

¹¹⁵ No original: “*Mistakes have been made in Iraq, and over 3,000 Americans have paid with their lives for those mistakes, as well as have tens of thousands of Iraqis. The Clausewitzian paradigm so hastily*

Para o autor, as ações das forças armadas americanas no Iraque são decorrentes da ignorância e do fascínio por batalhas sangrentas e decisivas, atribuídas a Clausewitz. Uma evidente falta de compreensão da literatura. Na mesma direção, Corn (2006, tradução nossa) em *“Clausewitz in Wonderland”* faz uma forte crítica ao pensamento do general ser ressignificado na atualidade – “pode-se facilmente adivinhar o dano causado pela Clausewitztologia em mentes menos talentosas” (CORN, 2006, p. 03). Continua

Da Guerra é tratado como um escrito sagrado, do qual são extraídas citações para legitimar todos os tipos de políticas e programas. Mas chega! É hora de dar um tempo para que os estrategistas possam prestar homenagem a Clausewitz e seguir em frente, deixando-o descansar entre os historiadores. (CORN, 2006, p. 03, tradução nossa)¹¹⁶.

Por fim, comenta: “Clausewitz é mais um obstáculo do que ajuda quando se trata de realizar a magnitude do desafio apresentado pela jihad global como guerra histórica” (CORN, 2006, p. 16, tradução nossa)¹¹⁷. Mesmo diante da ideia de que o terrorismo não é o tipo de fenômeno que pode ser vencido apenas por meios militares, bem como toda a empreitada norte-americana guarda em si outras várias (senão superiores) razões, esses e outros autores se apegam ao pensamento vulgarizado de Clausewitz para justificar as ações que não deram certo na Guerra ao Terror, incluindo, inclusive, a ausência de racionalidade ao considerar a utilização de armas nucleares para solucionar o conflito (ainda que só fosse uma forma de intimidação pelo discurso presidencial, também conota outra falta de delimitação de objetivos políticos plausíveis em relação à contenção do terrorismo, bem como uma ânsia pelo confronto por meios violentos, tal qual também identificado na “Guerra Preventiva”) (PECEQUILO, 2013, p. 82).

Sendo assim, intencionou-se, nesta seção, apresentar como o discurso de “Guerra ao Terror” e da manipulação dos termos, tal como feito com o próprio “Terrorismo”, ocultam outras motivações e interesses dos EUA, de modo que, tal como

followed has proven disastrous. But the damage is largely done, and we must muddle through. The future has yet to be written, however. We now have an opportunity to move beyond the narrow, parochial, and crippling vision of war preached by Clausewitz.” (MEILINGER, 2007, p. 139).

¹¹⁶ No original: “On War is treated like holy script from which quotations are plucked to legitimize all sorts of policies and programs. But enough! It is time to hold a wake so that strategists can pay their respects to Clausewitz and move on, leaving him to rest among the historians”. (CORN, 2006, p. 03).

¹¹⁷ No original: “Clausewitz is more a hindrance than help when it comes to realizing the magnitude of the challenge presented by the global jihad as epochal war”. (CORN, 2006, p. 16).

mencionado na definição de grupos terroristas do século XX, o conceito foi flexionado menos em argumentos objetivos e mais nos interesses do Estado. Do mesmo modo, a falta de clareza acerca do inimigo, do palco de ações e, até mesmo, dos objetivos a serem alcançados resultaram em uma série de falhas, que fizeram com que a guerra fosse estendida por anos sem, ao menos, ser vitoriosa; talvez, vitoriosa para os interesses próprios dos grupos que orquestraram a guerra, mas não vitoriosa no sentido do engajamento nacional contra o terror.

4.1.2 Guerra e Terrorismo

Frente a todos os pontos expostos até agora, poderia Clausewitz reconhecer o terrorismo como uma forma de guerra? É essa a pergunta que norteia a retomada da sua teoria para o entendimento deste fenômeno.

Antes de mais nada é importante considerar que, como visto no capítulo anterior, o terrorismo a que Clausewitz teve contato está bastante distante das manifestações atuais. Naquela época, o terrorismo foi uma ferramenta utilizada dentro do contexto revolucionário francês para se garantir os objetivos políticos do governo jacobino, dentro de uma lógica de grande transformação política. O terror era virtude e patriotismo, qualidades bem diferentes das atribuídas ao fenômeno nos últimos anos. Desse modo, o que será aqui considerado serão as ações terroristas mais recentes, sobretudo, a partir do que se passou a nomear de “novas guerras”.

Um dos primeiros pontos bastante explorados por essa pesquisa é a questão da capacidade adaptativa da teoria de Clausewitz (tal como um camaleão), uma vez que a guerra “pertence ao domínio da vida social” e acompanha as suas transformações. Toda a discussão no primeiro capítulo sobre a teoria do autor tem justamente o objetivo de contrapor o pensamento de autores que negam a contemporaneidade de Clausewitz. A densa discussão apresentada no primeiro capítulo é, portanto, fundamental (mais uma vez) para este tópico, pois defende, acima de tudo, que o seu pensamento é relevante ainda nos dias de hoje e que os autores das “novas guerras” se apegam, muitas vezes, a aspectos datados da teoria do autor ou em interpretações secundárias.

A trindade da guerra, como visto anteriormente, é a sua definição mais completa e se resume, em termos bastante simplificados, em violência, acaso e política. Alguns autores entendem que o terrorismo também pode ser explicado

através da trindade da guerra. Na visão de Antulio Echevarria II (2007a, 2007b), o terrorismo, a guerra regular e a guerrilha compartilham da mesma natureza objetiva, ainda que com níveis diferentes de violência; o que varia, portanto, é a natureza subjetiva de cada tipo de guerra, relacionada à tática ou ao tipo de força empregado. A base subjetiva seria válida individualmente, ou melhor, seriam as características variáveis como as cores de um camaleão; enquanto a base objetiva é tida em termos válidos a todos. Frente a essa visão, procura-se retomar os elementos da trindade da guerra para debater com o terrorismo.

Paula (2015, p. 193), por exemplo, compreende que a violência a que Clausewitz se refere na trindade trata-se de uma “emoção violenta e não uma força física”, de modo que permaneça “como uma determinante nos conflitos ligados ao terrorismo, uma vez que o mesmo é sempre carregado de fator emocional”, bem como traduzido nas próprias ações terroristas através dos ataques, sobretudo, suicidas. De fato, a violência e os ânimos são peças-centrais dentro do quebra-cabeças chamado terrorismo. Contudo, reduzir toda a discussão referente à natureza violenta a essa abordagem é deixar passar um ponto crucial para o entendimento das diferenças entre guerra e terrorismo.

A guerra, como tratado anteriormente, se situa no âmbito das relações humanas e sociais. É no livro II de “Da Guerra” que Clausewitz se dedica a construir uma “teoria da teoria”. Segundo o general (2003, p. 86), “a guerra é um ato de relações humanas”, isto é, faz parte da existência social do homem.

A guerra é um choque de interesses e pode ser entendida como um comportamento social dentro de “um contexto que envolva um conflito ou algo relacionado à disputa pelo poder” (PASSOS, 2014). Logo, é um choque de vontades entre oponentes animados e vivos, que reagem, baseados na escalada de força, forçando um ao outro a ceder à sua vontade. O sofrimento absoluto e a ausência de resistência não configuram uma guerra, de modo que a reciprocidade seja um elemento fundamental para tal, assim como foi bastante explorado por Clausewitz na guerra real e também na guerra absoluta através da “lei dos extremos”. Desse modo, enfatiza-se, inicialmente, a natureza interativa da guerra. Logo, se a guerra é um duelo e isso presume a reciprocidade, como pensar em reciprocidade no terrorismo?

O terrorismo, assim como a guerra, pertence às relações sociais, pois também é caracterizado por um conflito de interesses. Apesar disso, enquanto na guerra

pressupõe-se “dois ou mais atores sociais que ambos têm meios para usar a força”¹¹⁸ (WALDMAN, 2009), no terrorismo, o próprio objetivo é não travar um combate direto diante do enorme desequilíbrio de forças; ou seja, é a não representação de dois lutadores que se enfrentam para obrigar o outro a ceder. Afinal, como Clausewitz mesmo descreveu, a tática está “praticamente restrita aos fatores materiais” e, diante disso, de que modo poderia grupos rebeldes combaterem nações extremamente desenvolvidas no setor militar com armamentos pouco rebuscados e pequeno contingente de forças?

Enquanto a guerra, como é logo tratada em sua obra, privilegia na sua acepção abstrata o enfrentamento e a confrontação em um impulso de força máxima, que é escalonaria; a intenção do terrorismo é justamente não haver o combate, ou melhor, a retaliação. Isso porque mesmo que nos últimos anos alguns grupos tenham tido financiamento suficiente para adquirir e desenvolver armamentos bastantes sofisticados, a questão posta não é somente o ataque, mas mantê-lo em estado de guerra. Afinal, como já discutido, a guerra na perspectiva clausewitziana não é uma atividade unilateral – visto que começa pela defesa e não pelo ataque-, e, por isso, presume-se que os atores tenham meios para usar a força, assim como reagirão com forças ainda maiores do que as empregadas no ataque (segundo a escalada). Por sua vez, o terrorismo age justamente de forma a evitar um contato direto; a não receber o contra-ataque. Em outras palavras, age no sentido de enfraquecer um grupo ou Estado, mas não com força suficiente para impor-se a ele (WALDMAN, 2009).

Como explorados no primeiro capítulo em “Dimensões táticas e estratégicas”, o tamanho das forças inimigas tem um peso essencial na discussão dos enfrentamentos de forças desiguais. Em guerras regulares, a superioridade numérica pode ser decisiva em batalhas, de modo que, em algumas ocasiões, o próprio cálculo prévio desse aspecto iniba a deflagração de um ataque. No caso do terrorismo, tendo por exemplo os ataques de 2001, era evidente que o grupo islâmico Al-Qaeda não teria meios de sustentar uma guerra com a maior potência mundial, de modo que o ataque indireto (à prédios e civis) fosse uma forma de demonstrar suas intenções – ainda que não explicitamente – mas também não atingir as forças armadas de um país, tal como em uma guerra regular.

¹¹⁸ No original: “*War presupposes two or more social actors both who have the means to use force*” (WALDMAN, 2009).

E esse aspecto de ter outros alvos que não as forças armadas em si não é uma novidade do “novo terrorismo”, como pode ser visto no capítulo anterior. E, mesmo que tenha ocorrido, tal como nos ataques às bases militares estadunidenses no Oriente Médio, esses se deram não em uma constituição representativa de uma exército que prevê o combate para que, através da força, chegue em um acordo, mas sim como um ação unilateral para desestabilizar essas forças, sem ter ao menos uma reivindicação pronta das ações. Em outras palavras, enquanto, na guerra, as ações se dão principalmente entre as forças armadas dos inimigos, o terrorismo – em especial, nos últimos anos – busca atingir outros alvos que não as forças diretamente.

Tendo, então, a lei dos extremos da concepção abstrata da guerra para Clausewitz, entende-se que apesar do terrorismo realizar ataques com grande violência para se ter um grande impacto, o mesmo não se dá com o objetivo de desarmar o inimigo ou torna-lo incapaz de reagir; mas, pelo contrário, ele age e se estrutura de forma a evitar o próprio instinto de vingança e de retaliação.

Até mesmo a estrutura dos grupos, não sendo facilmente identificáveis, torna o contragolpe muito mais complexo e difícil. Ora, como discutido na seção anterior, o fim em “acabar com o terrorismo” coloca em voga as seguintes questões: quem é o inimigo? Como saber que o engajamento foi vitorioso? A dificuldade de delimitação dos agentes impõe uma complexidade muito problemática, já que, como abordado, é fundamental que se tenha claro todo o palco de ação e o conhecimento sobre os objetivos e oponente na guerra, afinal, é preciso avaliar as suas motivações e fraquezas.

Tal como na Guerra ao Terror, a lista de Estados acusados de terrorismo não tinha qualquer critério objetivo. Por um lado, o Iraque era indicado devido ao “apoio” – não evidente – à Al Qaeda; por outro, Paquistão e Arábia Saudita por terem políticas “ambíguas”, que não condiziam com os aliados norte-americanos. Mas é importante que se entenda que a estratégia na guerra exige uma clareza dos objetivos, do inimigo e do teatro de operações – os quais não condizem com uma guerra “ao terror” e com as ações subsequentes na Guerra do Iraque, por exemplo. Como destacam Chaliand e Blin (2007, p. 418, tradução nossa), “aí reside o paradoxo de uma política cujos objetivos declarados estão fora de sincronia com seus verdadeiros objetivos”¹¹⁹. Mesmo Clausewitz já evidenciava a importância do conhecimento do inimigo, da

¹¹⁹ No original: “*Therein lies the paradox of a policy whose declared objectives are out of sync with its true objectives.*” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 418).

informação e comunicação, e, principalmente, da clareza dos objetivos como centrais para o sucesso na guerra: “ninguém em sã consciência deveria fazê-lo [dar início a uma guerra] – sem ter primeiro claro em sua mente o que pretende obter através dela e como pretende conduzi-la” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 686). Um mínimo de clareza é fundamental para a guerra, o que vai de encontro, essencialmente, ao terrorismo dos últimos anos.

Por não representar um Estado com propriedades territoriais e políticas bem esclarecidas, a falta de um inimigo claramente identificável leva à própria dificuldade em saber se “a guerra foi ou não vencida”, a qual – como apresentada na “Guerra ao Terror” encerra-se pela “improbabilidade de vitória e seu custo inaceitável”. Como visto quanto ao gênio da guerra, é importante que o estrategista tenha um nível de raciocínio bastante elevado e criativo para lidar com os percalços da guerra; em contra partida, salvo, obviamente, as ações de grande magnitude como os atentados de 11/09, nem sempre as ações terroristas são fortemente calculadas e meticulosamente planejadas.

Uma das justificativas para o “novo terrorismo” seria a formação dos grupos terroristas em rede. No entanto, diferentemente de um Estado ou grupo “formalmente” articulado, há pouca ligação evidente entre esses grupos, de modo que isso interfira até mesmo na definição de um centro de gravidade. Em guerras regulares, os soldados atacam, a priori, outros combatentes, forças adestradas, que estão uniformizados, ou, ao menos, com equipamentos, bandeiras ou insígnias de identificação¹²⁰; mas na “nova guerra”, quem é o inimigo no meio da multidão? Por mais que em algumas organizações os combatentes também adotem nomenclaturas ou utilizem insígnias militares, os ataques em locais inesperados não conseguem limitar as suas ações em um determinado espaço e com um determinado exército.

Associado a isso está a própria questão geográfica. Ao considerar que o terrorismo é um conceito bastante flexionado e que há pouco rigor na sua determinação pelos Estados, atendendo principalmente aos seus interesses, deve-se ter em mente que o inimigo pode ser qualquer um, mas que também pode estar em

¹²⁰ Como pontua Martins (2010, p. 80): “Segundo as leis do Direito internacional e da Guerra, para serem considerados combatentes, os irregulares têm de trazer armas visíveis, usar sinais exteriores que os identifiquem, ter um comando efectivo, e respeitar as leis e costumes da guerra, designadamente, preservação da imunidade dos não combatentes, tratamento correcto dos prisioneiros, coibição do uso de determinados meios na prática da violência, respeito por determinados lugares e instituições humanitárias, etc.”.

qualquer lugar – dando “legitimidade” para ingerências, como no caso americano, em diferentes territórios. O terrorismo entendido como guerra coloca, portanto, o palco de ação como o globo. De fato, terroristas exploram a geografia de forma a não se prender em locais específicos, ainda que existam algumas bases ou esconderijos, de forma a driblar a inteligência da guerra. Não é à toa que Bin Laden, por exemplo, conseguiu escapar de ser preso ou morto por 10 anos do país com maiores recursos tecnológicos e de inteligência do mundo. Ele pode fugir utilizando da exploração geográfica das regiões fronteiriças do Afeganistão e Paquistão e do apoio de tribos islâmicas locais (WALDMAN, 2009, p. 146)

Segundo Echevarria II (2007a, 2007b) – retomando os aspectos da trindade -, a globalização tem feito com que as interações se tornem mais imediatas, mais influentes, mas menos previsíveis. Paradoxalmente, a tecnologia ampliou e não reduziu a chance e a incerteza. Ainda muito pouco se sabe sobre a guerra, tal como é evidente com as alegações de que Saddam estocava armas de destruição em massa. A falta de um consenso entre as abordagens sobre as causas profundas do extremismo e da sua natureza “ampliaram mais do que reduziram a incerteza”. Desse modo, a “névoa da guerra” é ainda um fator que repousa não somente sobre a tática e as operações, mas também na política e estratégia.

Mas esse ponto se justifica justamente porque o terrorismo não se pode ser compreendido como guerra, isto é, volta à questão da reciprocidade. No caso do terrorismo, como o inimigo não é tão facilmente identificável, tal qual em uma guerra entre Estados declarados, não há chances de uma resposta imediata pelo lado atacado e, portanto, não há uma real reciprocidade. Mas isso faz parte da própria lógica do terrorismo; ou seja, essa é uma forma defensiva de se organizar frente à dimensão e poderio das forças atacadas, de forma que o terrorismo se sustente (e se defende), sobretudo, no jogo de probabilidades. Se a “névoa da guerra” tem um sentido importante em um duelo direto, frente as diferentes manifestações possíveis do oponente e a falta de clareza que obscurecem as informações na guerra; o terrorismo tem nisso como seu principal meio defensivo.

As ações terroristas não aspiram o embate direto, já que a estratégia assimétrica se baseia no pressuposto de que uma luta direta não teria qualquer chance de vitória militar. Desse modo, para Chaliand e Blin (2007), o terrorismo, na maioria dos casos, representa uma estratégia política; enquanto a guerra é sustentada, principalmente, pela coerção física, o terrorismo busca um maior impacto

no fator psicológico. Tal como discutido no tópico anterior, o centro de gravidade em uma guerra regular de forças iguais é, em termos gerais, as forças armadas inimigas, pois é do objetivo militar estratégico da guerra fazer com que o oponente seja derrotado ou, ao menos, não tenha forças para reagir. No entanto, mais do que as forças físicas, o terrorismo se concentra em atingir as forças morais e psicológicas.

Como comenta Schmid (2011, p. 17), a forma ofensiva do terrorismo é a forma mais forte de “confronto” que se pode ter, já que os atores são, normalmente, muito fracos para encarar qualquer outra forma de embate. Portanto, para Daase e Schindler (2009, p. 723) trata-se de uma ‘tática’ ofensiva e uma ‘estratégia’ defensiva, de modo a fazer com que seus objetivos políticos sobrevivam mesmo diante de oponentes militarmente muito mais fortes. Isso se traduz, portanto, em ataques ofensivos – ações que atinjam, mesmo simbolicamente e não tão evidente, determinados alvos, mas que, frente a sua fraqueza, se defende na nebulosidade e na não-compreensibilidade dos seus atores, tornando um contra-ataque pouco tangível (SCHMID, 2001, p. 64). Como pontua Saint-Pierre (2015), no nível tático – isto é, na sua expressão da força – o objetivo do terrorismo é “provocar o maior dano possível e com a maior publicidade”; enquanto no nível estratégico,

No caso do terrorismo, o objetivo estratégico é sempre provocar terror, aquele pavor incontrolável que produz a sensação de vulnerabilidade e desamparo ante à violência homicida. O terrorismo manifesta no nível estratégico uma especificidade que o torna singular: diferentemente de outras ações de violência política, esta não aspira à vitória na guerra nem a tomada do poder que permitiria impor a vontade política do vencedor, mas, provocar uma comoção social, um pânico incontrolável na população indiscriminadamente ou em uma parte definida desta. Por tanto, **o objetivo estratégico do terrorismo, que o distingue de qualquer outra relação de força e o define, é provocar terror.** (SAINT-PIERRE, 2015, p. 09, grifos do autor).

Na lógica estratégica do terror, a morte de um ou poucos representa no amedrontamento de milhões. O ataque a civis é uma estratégia de dissuasão e coerção, visando outros objetivos, que não as próprias vítimas diretas (SCHMID, 2004). Sobretudo com o desenvolvimento da tecnologia nos últimos anos, o terrorismo tem explorado altamente o sensacionalismo como uma arma ao seu favor; mas, como visto, a atenção para isso já era um aspecto central no terrorismo anarquista do século XIX.

Retomando o terrorismo anarquista, a propaganda também é um elemento bastante trazida por autores do fenômeno. Segundo Schmid (2004, p. 206), “a

violência visa a modificação de comportamento por coerção. A propaganda visa o mesmo por persuasão”. Em outras palavras, a violência contra uma vítima tem a função de coagir e persuadir outras. A vítima direta é apenas um instrumento, um mero símbolo para um impacto público maior; uma demonstração “aleatória” (neste sentido) de provocar e desafiar o monopólio da força do real inimigo. A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, esse aspecto se tornou ainda mais explorado.

O terror é então elemento fundamental, uma vez que impacta essencialmente no aspecto psicológico humano. Isso leva a um outro ponto importante de ser ponderado, que é a discussão acerca das forças físicas e morais. Clausewitz foi um autor que deu bastante ênfase para a dimensão das forças morais em campo de batalha. Tendo todo o pressuposto do fator humano na guerra, é imprescindível que se entenda que soldados, como homens, também estão sujeitos às emoções, de modo que, em um confronto, também são testadas as forças morais do inimigo. Sendo assim, além das forças físicas, as forças morais podem ser alvos de desestabilização de um Exército. Ao passo que isso é verdadeiro para exércitos em guerra, mais intenso ainda é na subjetividade para civis em situações imprevisíveis.

Desse modo, considerando que os elementos humanos são atemporais e que os sentimentos de medo e pânico são inerentes ao próprio ser humano, o terrorismo tem centrado nesses aspectos para escolher seus alvos e, por isso, atingir a sociedade civil mais frequentemente. Se, como pontuado por Clausewitz (2007, p. 295), “a guerra pressupõe a fraqueza humana e procura explorá-la”, no terrorismo este fator é muito mais trabalhado. Isto porque, o elemento surpresa tem um impacto muito profundo no imaginário social, frente ao perigo e ao incerto.

A questão se torna, portanto, muito mais complexa por atacar, principalmente, o subconsciente da sociedade, o subjetivo. Se até mesmo na guerra, em que os soldados estão preparados com o clima de tensão, o elemento surpresa – quando em completo êxito – abaixa a moral do inimigo; numa sociedade atingida por um ataque inesperado – principalmente aqueles de grande magnitude – são generalizados e propagados os sentimentos de horror, pânico e fragilidade. Nesse aspecto, o estudo de Clausewitz traz uma contribuição muito pertinente, já que reconhece os aspectos psicológicos; mesmo na guerra, as forças morais são um elemento de extrema importância visto que soldados são, acima de tudo, seres humanos com todas as suas fragilidades e medos. Ao passo que o terrorismo não prevê o confronto direto às forças

físicas inimigas, a desmoralização passa a ser o seu principal objetivo de ação; uma vez que, como discutido anteriormente, *o medo frente ao perigo é a principal interferência no discernimento*.

A diferença entre a surpresa na guerra e no terrorismo é que, como apontado por Chaliand e Blin (2007, p. 227, tradução nossa), o terrorismo “é sobre atacar um adversário desarmado, não sobre ataques surpresas em elementos de um exército regular”¹²¹. Mesmo diante da “névoa da guerra”, existe uma grande diferença em uma ação em tempos de guerra *versus* em tempos de paz.

Na guerra, Clausewitz já advertia que o uso de ataques surpresas para a estratégia “torna-se tão mais viável quanto mais perto do reino da tática ela ocorrer, e tão mais difícil quanto mais se aproximar dos níveis mais elevados da política” (CLAUSEWITZ, 2007, p. 225-228, 232, 343), isto é, ainda que seja um elemento que pode, taticamente, dar uma vantagem, a surpresa em um sentido estratégico – ou seja, dentro da perspectiva de se alcançar os propósitos políticos finais – não tem o mesmo significado; isto porque a estratégia deve contemplar as decisões políticas e não puramente militares, sendo, assim, muito mais difícil no sentido da congruência desses com o planejamento da ação. Basicamente, a surpresa, na guerra, dificilmente alcançaria os objetivos políticos.

Isso conduz a um ponto interessante que são os ataques inesperados por agentes comuns. A dificuldade não está só no sentido de identificação dos grupos terroristas, mas também naqueles que agem sozinho ou que estão prestes a atacar, como, por exemplo, os agressores suicidas em ataques terroristas, indistinguíveis do resto da população. Essa falta de clareza é o que diferencia – dentro de outros pontos, obviamente – as operações suicidas das últimas décadas aos ataques suicidas de kamikazes japoneses durante a Segunda Guerra Mundial. A diferença é que os kamikazes, dentro de um contexto de guerra, consideravam o ataque ao inimigo um ato de guerra, em que os civis não estavam previamente envolvidos (MARTINS, 2010).

Como comenta Chaliand e Blin (2007, p. 363, 386), as explicações para o auto sacrifício são extremamente complexas e, muitas vezes, apegadas às causas. Tão desacreditados quanto outros terroristas, os suicidas são geralmente “explicados” pelas suas recompensas futuras no plano espiritual. Mas independente disso, é

¹²¹ No original: “It is about attacking an unarmed adversary, not about surprise attacks on elements of a regular army.” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 227).

evidente como para essas pessoas o ódio ao inimigo e a devoção à causa passam a ser superior à própria importância pessoal. Diferentemente da maioria dos casos de suicídios comuns, os suicídios terroristas guardam uma motivação coletiva e o entendimento de que sua ação contribuirá para a comunidade, assumindo, assim, o posicionamento coletivo.

Mas também, a seguinte questão é posta por Chaliand e Blin (2007, p. 392): o que o auto-sacrifício traz de contribuição que não poderia ser obtido com uma arma convencional? A resposta em nível estratégico refere-se à “correção”, ao menos parcialmente, dos desequilíbrios de força; em nível logístico, é uma arma útil e barata; e, em nível tático, eficaz por depender da inteligência humana. O “voluntário” suicida evidencia, sobretudo, o meio último de recurso em situações bastante assimétricas, porque, apesar da boa logística, os métodos são altamente rudimentares.

Contudo, tomando o caso dos atentados de 11 de setembro, que serviu como foco para a discussão entre guerra e terrorismo, pode-se observar que sua execução foi profundamente positiva no sentido estratégico da ação: foi uma enorme divulgação em todo o mundo; o ataque atingiu símbolos do núcleo financeiro, militar e político norte-americano; o número de vítimas foi tão grande que chegou a ser usado o termo “megaterrorismo” para a ação. “Não há dúvida de que, psicologicamente, a América e grande parte do resto do mundo, especialmente o ocidente, estava em estado de choque” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 413) Isto é, de fato, o Ocidente foi desequilibrado.

Mas isso leva a um ponto extremamente importante para a discussão sobre o terrorismo, que é a de seus objetivos. A discussão mais propriamente quanto aos objetivos políticos do terrorismo será trazida posteriormente, mas por enquanto vale lembrar que a intenção direta dos ataques é gerar uma desestabilização no país / grupo atacado. Enquanto a guerra prevê a consecução dos objetivos militares, e também políticos, num curto ou médio prazo, o terrorismo tem objetivos de caráter distinto.

Isso coloca a legitimidade do uso da força no centro do debate. Como comenta Aron (2002, p. 701), “as relações entre os Estados são relações sociais que implicam recurso legítimo à força. Ora, o emprego da força não é, em si, imoral (a força a serviço da justiça foi sempre considerada moral)”; no entanto, como destaca Strachan (2006, p. 06), o Estado tem a responsabilidade moral de administrar o uso da violência das forças armadas, até mesmo porque, seguindo a teoria de Clausewitz, a guerra é uma instrumentalização da violência pelo homem e não um direito, de modo que a

resolução de um conflito pelo viés militar ou diplomático está – na maioria das vezes - nas mãos dos envolvidos. Contudo, seria isso válido também para as atividades terroristas? Isto é, teriam esses grupos o poder de, através da diplomacia, lidar com essas questões? Afinal, no fim das contas, na maioria das vezes – se não todas –, as atividades terroristas são consideradas ilegais e ilegítimas (SCHMID, 2004, p. 197).

Desse modo, se o uso da violência por esses grupos é tomado como “diabólico”, “monstruoso” e “imoral” por terem principalmente pessoas inocentes como alvos, é válido lembrar que os próprios norte-americanos que inflamaram a discussão sobre os ataques terroristas e o perigo à população global, atacaram, algumas décadas antes, Hiroshima e Nagasaki, rendendo o Japão sem ao menos atingir suas forças armadas, mas vitimando inúmeros civis. A questão é que, como pontua Schmid (2004), as ações terroristas têm se dado antes, durante e depois os períodos de guerra.

Como reforça Strachan (2006, p. 12), uma guerra deve ser declarada no direito internacional, de modo que assim as partes adquiram direitos e deveres legais, segundo os princípios das Convenções de Haia e Genebra. Se os terroristas são reconhecidos como soldados ou guerreiros, eles serão combatentes irregulares que estão sob a jurisdição da lei internacional de guerra. Segundo Protocolo de 1977 às Convenções de Genebra de 1949, eles gozam de status e dos direitos legais – por exemplo, os soldados têm o direito de receber o tratamento de prisioneiro de guerra quando capturado. Dessa forma, utilizar o termo guerra em sentido clausewitziano “(...) é conceder aos terroristas um status e dignidade que eles procuram e que eles não merecem. Isso confere a eles um tipo de legitimidade” (HOWARD, 2002, p. 8, tradução nossa). Enquanto os crimes são entendidos como “excessos de guerra” e julgados como tal em uma guerra, o terrorismo “eleva esses excessos à sua tática específica” (SCHMID, 2004).

Contudo, a tendência atual é que os Estados não declarem guerra ou que ainda passem por cima de qualquer debate internacional, como ocorreu com os EUA na Guerra do Iraque ou a Grã-Bretanha em relação à campanha na Irlanda do Norte. A ideia de travar uma guerra, ou entender no âmbito político o terrorismo como um fenômeno de guerra é mais condizente às razões e interesses particulares desses Estados, do mesmo modo que serve [aos interesses] a identificação do terrorismo às civilizações menos desenvolvidas.

Ainda entendendo a guerra e o terrorismo como partes das interações sociais, é importante pontuar que Clausewitz (2007, p. 124), em seu tempo, já discutia que “a mente humana está longe de ser uniforme”, mas mesmo em diferentes culturas e visões de mundo, existe uma natureza comum ao ser, derivada da “condição humana”, e capaz de abarcar os diversos comportamentos da sociedade ao longo do tempo e entre diferentes etnias e regiões geográficas (WALDMAN, 2009, p. 20). Frente a isso, a guerra e o terrorismo compartilham do mesmo sentimento hostil, independentemente do “nível de civilização” que se encontram, justamente por fazerem parte das relações humanas.

Neste sentido, a visão de autores que buscam colocar o terrorismo islâmico associado ao “nível primitivo e de belicosidade” encontram, na teoria de Clausewitz, uma forte contraposição quanto ao entendimento do uso da violência pelo ser humano. Como o próprio autor pontuou em seu tempo e que ainda é extremamente válido é o fato de que o progresso da civilização foi acompanhado também pelo desenvolvimento de armamentos mais potentes e mais rebuscados. Em pleno 2019, o próprio Estado americano tem desenvolvido cada vez mais pesquisas para a implementação, por exemplo, de armamentos com inteligência artificial para o combate ao terrorismo. Desse modo, relacionar o nível de desenvolvimento de uma nação com o nível de belicosidade da mesma não encontra a menor justificação; tampouco é o terrorismo uma forma de guerra de “Estados/agentes primitivos”.

Considerando tudo isso, existe uma incongruência na doutrina norte-americana para o terrorismo, isto é, tratar como um fenômeno de guerra algo que não se configura como tal. Michael Howard (2002), importante estudioso de Clausewitz, argumenta que o emprego da palavra guerra nessa circunstância poderia ser entendido dentro um contexto de mobilização de recursos contra uma determinada ação de perigo que não pode ser completamente eliminada, tal qual utilizados para combater o crime ou o tráfico de drogas. No entanto, é bastante improvável acabar com o terrorismo por meios militares.

A discussão que Jonathan Powell, chefe de gabinete do primeiro ministro Tony Blair, faz em relação a resolução do terrorismo traz a perspectiva de que além dos esforços políticos e militares, é preciso colocar em cena a importância de negociar com os grupos terroristas e insurgentes. De forma geral, isso não é feito, tomando a negociação como uma “cessão à chantagem” ou dentro daquela visão que entende

os terroristas como “loucos psicopatas” incapazes de negociar. Frente a isso, Powell pondera:

Isso não significa dizer que é sensato mergulhar em uma negociação completa imediatamente com todos os grupos que pegam em armas. Pelo contrário, significa que devemos tentar aprender com a experiência passada a melhor forma de fazer contato com esses grupos, como criar confiança, como combinar força e diálogo, como usar terceiros, como e quando transformar os contatos em negociações, como levar essas negociações a uma conclusão bem-sucedida e como garantir que o acordo resultante seja implementado, para que não continuemos cometendo os mesmos erros. A conclusão dos conflitos abordados neste livro é que é sempre correto conversar com terroristas, mesmo que nem sempre seja o momento certo para iniciar uma negociação. E se o grupo armado desfruta de apoio político significativo, é muito improvável que seja possível terminar um conflito sem uma negociação. (POWELL, 2015, tradução nossa)¹²².

Essa visão de trazer meios negociáveis aproxima-se mais ao pensamento de Clausewitz, do que a resolução pura e simples por meios militares, e que tem mais coerência com a natureza do fenômeno. Primeiramente, por todas aquelas questões já expostas aqui quanto a forma de defesa do terrorismo e, segundo, porque como o general mesmo apontava, a guerra não interrompe as relações políticas.

Isso vai de encontro, portanto, a toda uma campanha de guerra tal qual as ações em plena Segunda Guerra Mundial, que os EUA lançaram contra o terrorismo.

Diante de tanta incongruência, falar em guerra ao terror, pensando em sentidos clausewitzianos, só seria possível em expressões metafóricas (TREISMAN, 2002). Contudo, repete-se a seguinte compreensão: o discurso político deve ser entendido, portanto, em consonância com a prática política, de modo que os empregos dos referidos termos e as construções de imagem sejam entendidos como representações das intenções e interesses inseridos no processo de disputa de poder. Desse modo, mesmo que o termo tenha sido empregado apenas por eloquência, todas as ações belicosas estadunidenses e até mesmo o seu discurso guardam em si uma representação extremamente séria – por mais que nem sempre os representantes de

¹²² No original: “That does not mean to say that it is sensible to plunge into a full-blown negotiation straight away with every group that takes up arms. Rather it means that we should try to learn from past experience how best to make contact with such groups, how to build trust, how to combine force and talking, how to use third parties, how and when to turn the contacts into negotiations, how to bring those negotiations to a successful conclusion, and how to ensure the resulting agreement is implemented, so that we don’t keep on making the same mistakes. The conclusion from the conflicts covered in this book is that it is always right to talk to terrorists, even if it may not always be the right moment to embark on a negotiation. And if the armed group enjoys significant political support, it is very unlikely to be possible to end a conflict without a negotiation.” (POWELL, 2015).

Estado “compreendam” o seu significado¹²³. Entender, portanto, o terrorismo como guerra não é um problema apenas no sentido da legalidade ou da semântica, mas tem “profundas e perigosas consequências”. Entender o terrorismo como guerra e agir como tal é justamente lidar com uma série de questões específicas muito diferentes de uma guerra “convencional”.

Ainda assim, a visão de Echevarria II (2007a, 2007b) aponta que as hostilidades da Al-Qaeda provêm de um movimento jihadista mundial, que tem como objetivo mobilizar toda a nação islâmica para se rebelar e acabar com a interferência ocidental nos assuntos islâmicos, e poder reformular a sua sociedade a partir das interpretações salafistas da lei islâmica. Por outro lado, os objetivos norte-americanos envolvem reduzir a ação terrorista e persuadir todas as demais nações em adotarem medidas para deslegitimar o terrorismo. Nessas condições, ainda que esses propósitos não possam ser alcançados apenas pelo uso da força, eles não desqualificariam de ser uma guerra.

Como discutido, os diferentes conflitos de interesse podem resultar, obviamente, em uma guerra; contudo, há vários fatores, como os apresentados, que os colocam em um posicionamento diferente. Sendo assim, a ação contra o terrorismo, diferentemente de uma guerra, não prevê a consecução dos objetivos militares, e também políticos, num curto ou médio prazo, uma vez que suas ações escondem causas muito profundas. Entender isso e abandonar a ideia de que esses grupos são formados por “fanáticos irracionais”¹²⁴ é importante, inclusive, para se pensar mais opções políticas para lidar com esse problema, uma vez que somente ações militares pouco provavelmente derrotariam o terrorismo (SCHUURMAN, 2010).

Se os comandantes de maior destaque no entendimento de Clausewitz eram aqueles que compreendiam a guerra na sua realidade, o mesmo deveria valer para as ações de contenção ao terrorismo, ou seja, entender o terrorismo na sua realidade. A forma como, sobretudo, os Estados lidam com o terrorismo eclipsam a sua natureza política e colocam as suas ações dentro de um quadro de guerra, sendo totalmente contraproducente para a sua resolução. É imprescindível entender as causas do terrorismo, uma vez que os atores não são necessariamente fixos, tal como desde a

¹²³ Nota-se, por exemplo, o discurso de François Hollande após os atentados de extremistas islâmicos em Paris em 2015: “A França está em guerra. Os atos cometidos na noite de sexta-feira em Paris e perto do Stade de France são atos de guerra” (ATENTADOS... 2015).

¹²⁴ Para um expoente que reforça este estereótipo, ver Cohen (2001).

época do terrorismo anarquista em que se evidenciava a sequência de membros realizando diferentes ataques em vingança às ações anteriores.

Ainda que compartilhem algumas características, principalmente por ambas serem eventos pertencentes às relações sociais e humanas, sustenta-se que os conflitos não podem ser equiparados. Isso é, inclusive, bastante contraproducente, tal como “Guerra ao Terror” e os efeitos que se alastram até os dias de hoje: o terrorismo não só não foi derrotado, como ainda serviu para sua multiplicação com novas ações de outros grupos. Isso evidencia como a confusão de entendimento entre os fenômenos tem uma influência muito grande na resolução deste tipo de conflito.

Portanto, a guerra entendida no aparato conceitual clausewitziano evidencia a historicidade e variabilidade, contudo, sua natureza é baseada nos elementos da trindade paradoxal e presume, dentre outros pontos, a identificação dos objetivos, do inimigo e do palco de ação para que se possa, assim, juntamente à política estabelecer os meios de ação; da mesma forma, não se pode negar o seu caráter interativo. Sendo assim, como visto no primeiro capítulo, os elementos da trindade estão presentes desde a Guerra Real à Guerra Absoluta; de modo que o terrorismo seria impossível de ser inserido, portanto, nesses termos. Contudo, existem várias passagens no “Da Guerra” que auxiliam a compreender as ações terroristas, justamente porque, independentemente das variações do terrorismo ao longo do tempo, a natureza humana não mudou. Isso é mais do que suficiente para se entender as razões do porquê de uma cópia de “Da Guerra” ter sido encontrada em esconderijos da Al-Qaeda.

4.1.3 Terrorismo e Guerra Irregular

Ainda que já tenha sido explorada na seção anterior a discussão sobre a não equalização da guerra ao terrorismo, procura-se aqui discorrer um pouco mais especificamente as comparações do terrorismo às formas que fogem da perspectiva de uma guerra regular, uma vez que, não raramente, aparecem definições confusas assemelhando o terrorismo a outras formas de violência organizada. No entanto, considerando que essa é uma discussão profundamente densa também, limita-se ao objetivo de apresentar como o terrorismo tem sido associado a essas outras formas de guerra e apresentar que, mesmo com aspectos peculiares, essas outras formas de “guerras irregulares” estão englobadas na discussão “geral” de guerra de Clausewitz.

Como discutido em “Clausewitz e as Novas Guerras”, a guerra que o autor trata não é necessariamente uma guerra regular. Apesar de muitos pesquisadores se apegarem ao “Da Guerra” para alegar que Clausewitz apenas tratava da guerra entre Estados, outros escritos anteriores, que não foram traduzidos para o inglês, discutiam as pequenas guerras (CORMIER, 2016, p. 10; DAASE; SCHINDLER, 2009, p. 703). Mesmo na sua obra principal, o subcapítulo “O Povo em Armas” foi inteiramente dedicado ao tema. No seu entendimento,

A guerra do povo é um fenômeno do século XIX das partes civilizadas da Europa. Ela tem seus seguidores e adversários; estes por razões políticas, porque a consideram um meio revolucionário, um estado de anarquia legalmente declarado, que é tão perigosa para a ordem social interna quanto o inimigo externo, ou por razões militares, porque acreditam que o sucesso não corresponde às energias despendidas. O primeiro ponto não nos afeta aqui, porque consideramos a guerra do povo meramente como um meio de guerra, isto é, em sua relação com o inimigo; mas o último ponto conduz-nos à observação que a guerra popular é geralmente considerada uma consequência do avanço feito pelo elemento da guerra em nosso tempo por seu velho muro artificial; **como uma extensão e intensificação de todo o processo de fermentação que chamamos de guerra.** (CLAUSEWITZ, 2010, p. 357, tradução nossa, grifo nosso)¹²⁵.

Em um primeiro momento, o entendimento de Clausewitz sobre as pequenas guerra se limita ao pensamento tradicional do século XVIII, de que elas não são independentes das grandes guerras, mas sim uma forma de apoio, incapaz de se alcançar uma vitória decisiva. No entanto, anos depois, considerando a sua própria vivência em meio a uma guerra revolucionária, o autor passa a observar as pequenas guerras de uma forma muito mais revolucionária, em que a força motriz se situa, sobretudo, na nação – *distante da disciplina e próxima do entusiasmo e animosidade, potencialmente mais forte que um exército regular* (DAASE, 2007).

Clausewitz também observava, como já mencionado, que a maioria das guerras se davam entre forças bastante desiguais, de modo que a assimetria se dava

¹²⁵ No original: “Der Volkskrieg ist im kultivierten Europa eine Erscheinung des neunzehnten Jahrhunderts. Er hat seine Anhänger und seine Widersacher, die letzteren entweder aus politischen Gründen, weil sie ihn für ein revolutionäres Mittel, einen für gesetzlich erklärten Zustand der Anarchie halten, der der gesellschaftlichen Ordnung nach innen ebenso gefährlich sei wie dem Feinde nach außen, oder aus militärischen Gründen, weil sie glauben, der Erfolg entspräche nicht der aufgewendeten Kraft. Der erste Punkt berührt uns hier gar nicht, denn wir betrachten den Volkskrieg bloß als Kampfmittel, also in seiner Beziehung auf den Feind; der letzte Punkt aber führt uns zu der Bemerkung, daß der Volkskrieg im allgemeinen als eine Folge des Durchbruches anzusehen ist, den das kriegerische Element in unserer Zeit durch seine alte künstliche Umwallung gemacht hat; als eine Erweiterung und Verstärkung des ganzen Gärungsprozesses, den wir Krieg nennen” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 357).

não apenas em guerras irregulares, mas também em conflitos entre Estados. Desse modo, ao passo que as guerras regulares tendiam a ser travadas taticamente na defensiva e estrategicamente na ofensiva; essa relação seria invertida nas pequenas guerras. Isto porque, se as guerras simétricas buscam uma decisão estratégica, através da destruição do exército inimigo e dos meios táticos de combates, diante da assimetria, esses grupos agem com o intuito não de destruir as forças oponentes, mas sim de desmoralizá-los (DAASE; SCHINDLER, 2009).

É dentro do espectro das guerras assimétricas que o terrorismo é mais comumente inserido, onde os recursos – sejam eles econômicos, militares ou tecnológicos – não podem ser equiparados e assim são evitadas confrontações diretas. A desproporção entre os entes é tamanha que a vitória militar de um dos lados é praticamente previsível; tal como ocorreu na Guerra do Golfo em 1991, por exemplo, ou no Iraque em 2003. Mas como destaca Strachan (2006, p. 18-19), a assimetria é inerente à estratégia e não à natureza da guerra ou o caráter da guerra.

Uma das principais razões que dificultam a distinção teórica entre terroristas e outras formas de ação violenta é justamente porque alguns grupos fazem uso de diferentes meios de ação; por exemplo, quando citados os pequenos grupos anarquistas que praticavam o terrorismo e também cometiam crimes “comuns”, como assaltos à bancos. Como, nem sempre, há uma distinção muito evidente, o terrorismo tem sido, por vezes, confundido com outras formas de violência, principalmente, quando “parte de civis armados, ao serviço de uma causa política”. Desse modo, a confusão mais recorrente é entre terroristas e guerrilheiros. Enquanto alguns grupos e ações são compreendidos por alguns Estados como terroristas, por outros são tidos como um movimento de guerrilha. Um caso que explica sobremodo essa confusão são as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 228).

O terrorismo e a guerra de guerrilha são meios de ação violenta utilizados para se atingir fins políticos. A equalização do terrorismo à guerrilha, também denominado como uma “guerrilha urbana”, tem sido bastante divulgada pela mídia há muito tempo. Uma vez que o termo terrorista tem uma conotação negativa, o emprego de “guerrilheiro” dá mais “legitimidade” e aceitação às ações (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 227; DAASE; SCHINDLER, 2009)

Do mesmo modo que o terrorismo, as ações da guerra de guerrilha também não preveem a derrota do inimigo, tal como em uma guerra regular. Como explorado

no primeiro capítulo em “Defesa e Ataque”, a defensiva é a forma mais forte de guerra para o lado mais fraco, sendo, inclusive, o modo operante clássico das guerras de guerrilha, uma vez que não se pretende derrubar o exército inimigo, mas abatê-lo com a exaustão. Já para o terrorista, a ofensiva é a forma mais forte de confrontação, priorizando uma estratégia defensiva, isto é, a negação do combate (SCHMID, 2011, p. 64)

Grosso modo, a guerrilha é formada por indivíduos com uma linha ideológica que operam em oposição a do Estado. O objetivo dos guerrilheiros é estabelecer uma nova ordem política. Contudo, como explorado no capítulo anterior, o terrorismo não é, necessariamente, um fenômeno relacionado às grandes manifestações revolucionárias. O terrorismo não é uma subespécie de guerra guerrilheira ou revolucionária; ainda que também uma instrumentalização da violência com fins políticos, o teor de seus objetivos políticos é completamente diferente. Do mesmo modo, ao contrário da guerrilha, o terrorismo não ocupa um determinado território (LAQUEUR, 2001, p. ix; SCHMID, 2004).

Portanto, a guerra, a pequena guerra, a guerrilha e o terrorismo apresentam, obviamente, alguns aspectos de aproximação, mas apenas por serem formas de violência socialmente organizada. No entanto, em essência, são fenômenos com particularidades bastantes diferentes e que não podem ser equalizadas.

4.2 Continuação da Política

4.2.1 Um fenômeno político

“O terrorismo, no uso contemporâneo mais amplamente aceito do termo, é fundamental e inerentemente político (...) violência - usada e dirigida na busca ou a serviço de um objetivo político” (HOFFMAN, 2006, p. 02, tradução nossa)¹²⁶.

“O terrorismo envolve objetivos e motivos políticos” (LUTZ; LUTZ, 2011, p. 02)

“O terrorismo é, na maioria dos casos, essencialmente um ato político” (UNITED NATIONS, A/57/273-S/2002/875, 2002)

“Como todos os fenômenos políticos, o terrorismo é definido pela dualidade entre ideias professadas e sua implementação. E, como todos os fenômenos políticos,

¹²⁶ No original: “*Terrorism, in the most widely accepted contemporary usage of the term, is fundamentally and inherently political. [...] violence—used and directed in pursuit of, or in service of, a political aim*” (HOFFMAN, 2006, p. 02).

o terrorismo existe apenas em um contexto cultural e histórico” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 06, tradução nossa)¹²⁷.

Como mencionado anteriormente, um dos pontos de um quase consenso é quanto ser o terrorismo uma instrumentalização da violência com fins políticos. Pretende-se, então, discutir a possibilidade de entender o terrorismo como um fenômeno político dentro do conceitual clausewitziano.

Primeiramente, segundo Saint-Pierre (2009, 2015), nem todos os grupos terroristas possuem objetivos políticos e é bastante difícil caracterizá-los politicamente. Para o autor, o atentado com gás sarin ao metro do Japão em 1995, sob objetivo milenarista, exemplifica uma ação não determinada politicamente. Contudo, o autor defende que o terrorismo, em geral, é motivado pela política.

Do mesmo modo, Schmid (2004, p. 200) concorda que há formas de terrorismo não políticas, como o terrorismo criminal ou psicopatológico; no entanto, a motivação política do terrorismo tem sido, sobretudo nos últimos anos, bastante enfatizada por analistas e, principalmente, pelos próprios terroristas. Ainda comenta

Como os terroristas geralmente desafiam o monopólio da violência do Estado e sua capacidade de proteger seus cidadãos, os atos terroristas obtêm significado político mesmo quando a motivação para eles não é primariamente política, mas religiosa, criminal ou psicopatológica (SCHMID, 2004, p. 202, tradução nossa)¹²⁸.

Na argumentação, por exemplo, de Echevarria, o autor entende que os propósitos da guerra na teoria de Clausewitz poderiam ser de natureza pessoal ou incipiente, não necessariamente política; isto é, “vingança, ganho material, prestígio ou raiva pessoal contra o mundo”, o terrorismo, entendido como uma outra forma de guerra, pode emergir das condições políticas e ser uma continuação da atividade política, mas também não precisam ser necessariamente políticos. Nesse sentido, a Al-Qaeda tem utilizado a violência para “fins tão políticos quanto religiosos ou de natureza secular”; em outras palavras, enquanto há aqueles engajados com a visão jihadista, também há aqueles com objetivos seculares, tal como a autodeterminação política (ECHEVARRIA II, 2007a, 2007b).

¹²⁷ No original: “Like all political phenomena, terrorism is defined by the duality between professed ideas and their implementation. And, like all political phenomena, terrorism exists only in a cultural and historical context” (CHALIAND; BLIN, 2007, p. 06).

¹²⁸ No original: “Since terrorists generally challenge the monopoly of violence of the state and its ability to protect its citizens, terrorist acts obtain political significance even when the motivation for them is not primarily political but religious, criminal or psychopathological” (SCHMID, 2004, p.202).

Como já foi visto, o “terrorismo” é um meio de ação muito antigo, uma instrumentalização da violência empregada por uma gama muito variadas de causas e motivações, bem como de significações. Assim sendo, alguns autores entendem que a política é o cerne das ações e isso as tornam, por exemplo, diferentes de crimes comuns.

Segundo Lutz e Lutz (2005, p. 10), sempre há uma intenção política, por mais difícil que possa ser compreendê-la. Isso fica mais evidente quando comparado, por exemplo, um sequestro a pessoas comuns para extorquir dinheiro a aqueles que raptam políticos, diplomatas ou grandes personalidades. No entanto, é importante ressaltar que nem sempre essa linha divisória entre terrorismo e violência criminal é altamente clara. Sobretudo no período do terrorismo anarquista, o movimento era, muitas vezes, financiado através do crime comum, com assaltos a bancos e raptos de civis. Isso porque o fenômeno também pode ser – e é, na maioria das vezes – considerado uma ação criminosa; afinal, mesmo tendo uma intenção política, não deixa de ser uma ação criminosa. O crime “comum” tem uma variação muito grande de conceituação na medida que se dá em relação a diferentes tempos e culturas, podendo algumas ações serem consideradas imorais para uns e não para outros. Quem define o que é ou não crime são os Estados e toda a sua legislação interna, quem também tem o poder de julgá-los e puni-los (MARTINS, 2010; SCHMID, 2004, p. 197)

Mas, retomando à teoria de Clausewitz, pode ser o terrorismo uma continuação da política? A máxima do general de ser “a guerra a continuação da política por outros meios” não significa que a guerra é o único meio violento da ação política, mas que sim é um instrumento da mesma. O terrorismo, tal como a guerra, também é entendido como uma ferramenta da política para se atingir seus objetivos.

Não é porque o terrorismo tem sido utilizado principalmente por grupos ou pequenos agentes que eles não sejam também atores políticos e que não tenha fins políticos. Como pontua Waldman (2009, p. 350), até mesmo nos grupos terroristas há direção política. Até mesmo em “Da Guerra”, como discutido ao final do primeiro capítulo, Clausewitz entende que a “*Politik*” é aquela que não se limita à política do Estado, mas abrange também a política de todo e qualquer ator. Novamente,

Que a política assuma, unindo e equilibrando em si, todos os interesses da administração interna, também os [interesses] da humanidade, e tudo mais que o entendimento filosófico poderia trazer; pois a política não é nada em si,

mas é um mero depositário de todos os interesses contra outros Estados. Que elas tenham uma direção errada, que possam servir preferencialmente à ambição, aos interesses privados e à vaidade dos governantes, não cabem aqui; pois em nenhum caso a Arte da guerra pode ser considerada como sua mentora, e nós podemos aqui considerar a política somente como representante dos interesses da sociedade (CLAUSEWITZ, 2010, p. 469, tradução nossa, grifo nosso)¹²⁹.

A política é então entendida como a “*representante dos interesses da sociedade*”, em que a guerra é o choque de interesses divergentes e pertencente “à lógica dos conflitos de uma dada sociedade” (PASSOS, 2014, p. 117). Desse modo, como a guerra é uma instrumentalização da política, que também é dada por agentes não necessariamente estatais, entende-se que o terrorismo também é uma instrumentalização da política por agentes não necessariamente estatais.

O Terrorismo não é, portanto, uma ideologia; de modo que, como apresentado no capítulo anterior, ele foi utilizado por diferentes grupos com crenças e convicções políticas muito variadas. Contudo, o terrorismo, assim como a guerra ou a guerrilha, é uma forma de violência política. Como destaca Daase e Schindler (2009, p. 718), “a violência é então política, quando dirigida para o estabelecimento de propósitos gerais e, assim, na mudança ou no plano de uma nova ordem social¹³⁰”. Isso se aplica, portanto, no caso do terrorismo, quando os objetivos da Al-Qaeda, por exemplo, envolvem estabelecer o califado com base religiosa na Península Arábica ou ainda a redução da influência estrangeira no Oriente Médio. No entanto, isso não significa necessariamente que são grupos revolucionários - podem até ser, como a Fração do Exército Vermelho alemão, mas, em geral, buscam mudanças em alguns determinados aspectos; significa, portanto, o emprego da violência para fins políticos que se deem em consonância com a busca por uma mudança duradoura ou na formação da sua própria vida social (DAASE; SCHINDLER, 2009, p. 723).

¹²⁹ No original: “*Daß die Politik alle Interessen der inneren Verwaltung, auch die der Menschlichkeit, und was sonst der philosophische Verstand zur Sprache bringen könnte, in sich vereinigt und ausgleicht, wird vorausgesetzt; denn die Politik ist ja nichts an sich, sondern ein bloßer Sachwalter aller dieser Interessen gegen andere Staaten. Daß sie eine falsche Richtung haben, dem Ehrgeiz, dem Privatinteresse, der Eitelkeit der Regierenden vorzugsweise dienen kann, gehört nicht hierher; denn in keinem Fall ist es die Kriegskunst, welche als ihr Präzeptor betrachtet werden kann, und wir können hier die Politik nur als Repräsentanten aller Interessen der ganzen Gesellschaft betrachten*” (CLAUSEWITZ, 2010, p. 469).

¹³⁰ No original, “*Gewalt ist folglich dann politisch, wenn sie auf das Setzen allgemeiner Zwecke und damit auf die Veränderung oder Gestaltung einer sozialen Ordnung gerichtet ist*” (DAASE; SCHINDLER, 2009, p. 718).

A escolha pela violência é, portanto, uma escolha política; é a “defesa dos interesses” através da força. Contudo, como pontua Saint-Pierre (2009), na guerra há a intenção de sobrepor a sua vontade sobre a do inimigo; enquanto, no terrorismo, não se pretende isso, pelo menos não a sua vontade positiva. A vontade, nesse sentido, seria negativa no sentido de desestabilizar o inimigo.

Salvo as interpretações e conceituações de terrorismo que incluem as manifestações não políticas, evidencia-se, através da apresentação dos exemplos no segundo capítulo, como os agentes que recorriam ao terrorismo o faziam diante de alguma motivação, seja ela a mais variada possível. Desse modo, buscando compreender “a maioria dos casos de terrorismo”, entende-se, como Gilpin (2005, p. 10), que “o terrorismo em todas as suas manifestações é uma forma de ação política realizada para se alcançar objetivos políticos específicos” (tradução nossa).

Mesmo diante de todas as razões e como é explorado por Powell (2015), na maioria das vezes os Estados e os atingidos não tem pretensões em entender as ações como um fenômeno político. José Luis Rodrigues Zapatero, presidente espanhol no período do ataque ao metrô de Madri, declarou no Congresso de Deputados: “Não há razão no terrorismo, não há sentido no terrorismo, não há política no terrorismo. Há apenas terror, morte, chantagem. Existe apenas vontade de submeter-se, subjugar, destruir a moral dos homens, eliminar suas convicções”; o mesmo se deu com os, já discutidos, discursos americanos dentro da “Guerra ao Terror”. A lógica dos atacados é negar qualquer intenção política por detrás das ações, isso porque além de ser um ato ilegal, também é considerado “politicamente ilegítimo” (DAASE, 2001).

No entanto, tomando então a maior parte dos casos e o estudo sobre as causas das ações evidencia-se como o mesmo não é um fenômeno irracional ou desprovido de qualquer lógica. São inúmeras as razões que levam pessoas e grupos a agir de tal maneira. O terrorismo não é uma ideologia, mas sim uma continuação da política para se atingir determinados objetivos, mesmo que nem sempre sejam tão evidentes e definidos.

4.2.1 Um conceito político

Diante das diversas manifestações do terrorismo ao longo do tempo, como foi apresentado no capítulo anterior, é evidente que, em cada período, o conceito ganhou um significado de acordo com o contexto particular em que estava inserido. Isso quer

dizer que para se compreender e analisar o fenômeno é necessário que seja feito também um estudo dos processos históricos. Como discutido por Paula (2013, p. 09), o terrorismo quanto conceito político tem sido “carregado de definições que preconizaram, para o mal ou para o bem, um veredito prévio, carregado de significados”.

É importante entender, primeiramente, que o terrorismo é um fenômeno complexo; não se trata de uma simples ação desprendida de significado, mas sim carrega consigo uma série de propriedades históricas, sociais e políticas – de modo que devem sempre ser compreendidos na perspectiva histórica. Do mesmo modo que a história está em constante transformação, os conceitos, baseados sobretudo nesses processos históricos, também estão em constante mudança: “os termos surgem e/ou mudam ao longo do tempo em função das relações que os homens estabelecem na sociedade, dando nome e forma às atividades que os homens desempenham ao longo dos tempos” (PAULA, 2013, p. 9-10).

Sendo assim, é necessário ter em mente que a própria construção e emprego do termo terrorismo ou grupo terrorista está relacionado com os processos políticos; de modo que o terrorismo também é construído dentro desses processos, adquirindo novos significados frente às próprias transformações políticas; isso é evidente desde a manipulação de sentido do terrorismo no contexto de disputa política da Revolução Francesa, a qual tem um marco muito significativo para a teoria de Clausewitz e, obviamente, para a história e política até os dias de hoje. Como lembra Paula (2013, p. 10), “nenhum conceito político é moldado ao acaso”, logo, nunca será neutro, isento ou predominantemente cientificista. Os grupos e os Estados mais poderosos puderam e podem, diante da disputa ideológica, mobilizar o entendimento do termo segundo seus interesses, tornando-o assim um pensamento predominante em contraposição a de seus adversários. Principalmente, porque quem o utiliza, o faz com caráter acusatório, depreciativo, para desqualificar as práticas e reivindicações adversárias. Como aponta Daase (2001):

Desde o início, não eram apenas instituições acadêmicas, no sentido estrito, envolvidas no estudo do terrorismo. Instituições semi-públicas e privadas, serviços de inteligência e mídia de massa, publicitários e jornalistas também tiveram um papel importante na discussão. Portanto, não se pode falar de uma comunidade epistêmica, uma comunidade científica daqueles que lidam com o fenômeno do terrorismo e em cujo círculo as conceituações e crenças causais prevalecem de acordo com os padrões científicos. Pelo contrário, é

uma faculdade invisível, uma rede informal de instituições e personalidades influentes que moldam o discurso político do terrorismo (DAASE, 2001, p. 56).

Da mesma forma, outros verbetes como “autoritário”, “reacionário” ou “ditador” que, inseridos em uma discussão política, também podem ser usados para tornar inimigos políticos ilegítimos. Mesmo a imprensa, os setores acadêmicos e as diversas instituições da sociedade civil servem como fortalecedoras da moral pública, da difusão de uma “verdade”; e todos esses meios estão diretamente vinculados aos Estados e grupos mais poderosos, compartilhando “a sua visão”. Por isso, como destaca o autor, é fundamental entender o “peso que a luta de classes desempenha na história da sociedade, o que aqui significa dizer que as classes dominantes têm maior influência para gestação, manutenção e nova significação de um vocabulário político” (PAULA, 2013, p. 13).

Diante disso, é posto também como são poucos os grupos que se autoneameiam como terroristas; eles se intitulam como combatentes, guerreiros ou revolucionários que recorrem ao terror, “a lógica dos fracos”, para combater os mais fortes frente a uma dada causa. O discurso de Nelson Mandela apresentado no capítulo anterior e a discussão sobre guerrilha e terrorismo evidenciam justamente como a denominação “terrorista” traz em si um significado de deslegitimação, colocando, assim, as ações de propagação do terror acima de qualquer debate sobre as causas motivacionais. Ser um “guerreiro” ou “terrorista” depende muito da ótica do definidor; muitos dos atos cometidos por terroristas poderiam ser enquadrados como crimes de guerra caso se dessem durante conflitos. Enquanto, por exemplo, os grupos de resistência nazista eram reconhecidos como terroristas pelos alemães, são hoje tidos como “heróis”. E isso é fundamental para a própria deslegitimação do grupo e formação da opinião pública em favor das autoridades (CHALIAND, BLIN, 2007, p. 211-212; HOWARD, 2002; SCHMID, 2004).

A própria modificação da conotação do termo positivo para negativo reflete isso. Enquanto Robespierre e os jacobinos estavam no poder, o terrorismo foi entendido como algo positivo, honrável e patriótico. A partir do momento que há uma disputa política e um novo grupo assume a direção do Estado, o terrorismo passa então a ser entendido como maléfico e, desde então, será sempre utilizado dentro da retórica maniqueísta.

Isso evidencia como o conceito adquire novas significações dependendo de quem os utiliza e como o caráter político é que sustenta qualquer abordagem que

analisa o terrorismo. Desse modo, o terrorismo está mais próximo das intenções e interesses políticos de quem o emprega, sobretudo através da imagem construída pelos Estados e grupos dominantes dentro da lógica de disputa de forças em cada época, do que de uma coerência no entendimento do fenômeno como um todo. É, portanto, um conceito político forjado em meio as relações de poder de cada época (PAULA, 2013).

Basicamente, quem decide quem são ou não terroristas – obviamente que em um “senso comum internacional” - não são cortes internacionais ou colegiados jurídicos internacionais, mas sim os Estados poderosos. O terrorismo tem sido, portanto, mais manobrado como um conceito político do que jurídico. Dessa forma, mesmo através de inúmeros pesquisadores de diversas áreas que discutem o terrorismo, fugindo e combatendo a narrativa dos Estados para com o terrorismo, é esta a visão predominante (PAULA, 2013).

É por isso, portanto, que é tão complexo tratar o terrorismo. Não existe um consenso político sobre a definição do termo justamente pelo conflito de interesses entre aqueles que o utilizam e, com isso, pouco provável que venha a ser estabelecida uma tipificação universal. Como pontua Paula (2013, p. 19), “um conceito político como o de terrorismo jamais será puramente ‘científico’”, em outras palavras, não será neutro.

Entender esse aspecto do terrorismo é central para a compreensão dessa pesquisa, isto porque mostra como o discurso norte-americano em colocar o terrorismo dentro de uma lógica de guerra está extremamente associado à manobra política de interesses. Toda a exposição em “O terrorismo como nova forma de guerra?” e a discussão em “Guerra e Terrorismo” se consolidam aqui a partir do entendimento político da ação. Mesmo sendo a guerra um “verdadeiro camaleão”, com suas múltiplas variações, a guerra clausewitziana – como bastante explorado no primeiro capítulo - presume uma série de aspectos inerentes à sua “natureza” que não dão a mesma flexibilidade de uso ao termo. Portanto, defende-se que o terrorismo não consiste em uma “nova forma de guerra” – nem nova e nem guerra; mas, pelo contrário, ele um fenômeno político que utiliza meios violentos e que tem uma conotação política muito forte, que serve, principalmente, aos seus definidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como reforça Daase e Schindler (2009), Clausewitz é mais citado do que lido. É por isso, e pela pouca discussão sobre a recente publicação de Yuri Comier sobre a dialética de Clausewitz, que a presente pesquisa se desdobrou inicialmente para a compreensão dos níveis de entendimento de Clausewitz sobre a guerra. Esse momento foi fundamental para elucidar como a própria teoria do general se deu em níveis dialéticos e como, diante da sua morte prematura, muito ainda poderia ter sido desenvolvido. Tendo considerado que a partir do fim da Guerra Fria, uma nova vertente de autores surgiu trazendo a ideia de que sua teoria não seria mais condizente com a realidade e incluindo, dentre essas “novas guerras”, o terrorismo, a discussão mais aprofundada sobre a teoria pode endossar a sua atualidade.

Em outras palavras, foi o suporte teórico necessário para a compreensão de que apesar de ser um estudo de muito tempo atrás, as contribuições do autor servem ainda para entender a guerra atualmente, se levadas em consideração a sua adaptação e não o emprego sistemático de suas falas. Além disso, apresenta aspectos fundamentais para a análise da guerra a partir das relações sociais, evidenciando a natureza violenta da guerra partindo dos seus objetivos políticos. A guerra, portanto, na conceituação de Clausewitz é um fenômeno complexo, que lida não somente com a política, mas também com a imprevisibilidade e com o uso (ou ameaça) da força. Isso significa, portanto, que não é uma ação unilateral, mas ocorre entre dois ou mais lados que reagem. A reciprocidade é ponto chave na conceituação de guerra de Clausewitz e fundamental para compreender também o terrorismo.

Tendo, portanto, compreendido todo o aparato conceitual de Clausewitz no tocante à guerra, foi possível, no segundo capítulo, concluir como o terrorismo foi um fenômeno bastante variável ao longo do tempo, mas não apenas pelos seus atores e métodos de ação, mas também – e principalmente – pela sua caracterização e conceituação. Se por um lado as diferentes manifestações do terrorismo na história dificultam o processo de sistematização; por outro – e isso ficou mais evidente a partir da seção que trata o século XX –, o emprego do termo de forma desconexa e em função dos interesses dos grupos mais poderosos já pôde elucidar como o fenômeno tem algumas peculiaridades que são diferentes de uma guerra. Frente a isso, evidencia-se como o entendimento do terrorismo deve ser tido a partir de uma perspectiva histórica, que não desconsidere os processos políticos de tal contexto. É

por isso, inclusive, que falar de terrorismo na época de Clausewitz é tão diferente do que o discutido hoje em dia. Esse é, portanto, um elemento basilar na compreensão do fenômeno.

O terceiro capítulo trouxe a discussão propriamente dita dos pesquisadores e dos discursos políticos que colocam o terrorismo como um sinônimo de guerra. A partir de um estudo sobre a história, foi possível observar como tal equalização serviu para atender demandas de alguns países. A própria discussão sobre ser o terrorismo uma “nova forma de guerra” vem atrelada ao contexto do pós-ataques de 11 de setembro com a chamada “Guerra ao Terror”. Um estudo mais aprofundado sobre as causas e as justificativas que levaram à empreitada estadunidense evidenciam como o discurso foi moldado, sobretudo, para interesses particulares. Anos após os ataques e as invasões, é possível ver hoje os resultados de tratar o terrorismo como um fenômeno de guerra, tal como um inimigo “simétrico e regular”.

Reiterando, o terrorismo não é nem novo e nem guerra. Pode-se perceber através do diálogo com a teoria de Clausewitz, que apesar de ser uma instrumentalização da violência para (sobretudo) fins políticos, o terrorismo é um meio encontrado por aqueles que justamente querem evitar uma guerra direta. A diferença fica ainda mais compreensível ao passo que se tomem os principais elementos da guerra clausewitziana, mas não aquelas que tomam apenas os elementos de senso comum da teoria para análise e sim a partir do entendimento do que Clausewitz nomeou de natureza da guerra.

De fato, o caráter violento aparece na guerra e no terrorismo, mas ele presume uma série de fatores que envolvem, além do ato violento em si, questões mais profundas das relações humanas e sociais (tal como a reciprocidade tão discutida). Da mesma forma, com o chamado jogo de probabilidades. Esses elementos estão contidos em ambos os fenômenos, justamente por representarem pontos imutáveis, atemporais, na natureza humana e no decorrer das coisas; no entanto, esses elementos foram bastante discutidos na teoria de Clausewitz, de modo que ignorar as particularidades é condizer com uma superficialidade de ponderar que ambos possam ser fenômenos iguais. Igualmente ocorre com a política. Ainda que guerra e terrorismo possam ser compreendidos como fenômenos políticos é numa avaliação menos simplista que se pode observar suas diferenças.

A política é central na discussão de guerra e terrorismo justamente porque aparece como elemento norteador em ambas as ações. Todavia, a política guarda

também aspectos que são extremamente importantes de ser considerados como o próprio jogo político e de poderes. A própria definição de guerra ou terrorismo provém de interesses da política, mas não da política de pequenos grupos – ou até mesmo de muitas definições acadêmicas -, mas sim daqueles que tem “legitimidade” (influência) para tal definição. Em outras palavras, a política, ou melhor, a disputa política está presente na relação entre guerra e terrorismo até mesmo no seu caráter definidor e é a própria utilização do termo, como um símbolo de uma luta “ilegítima”, “diabólica” e “irracional”, que faz com que os Estados e grupos mais poderosos imponham suas decisões e interesses.

Desse modo, tendo todos esses aspectos em consideração, percebe-se que a relação entre guerra e terrorismo tem menos substância em argumentos objetivos e mais nos interesses já discutidos. Quanto ao pensamento de Clausewitz, pode-se entender que o fenômeno, tal como guerra (e também bastante diferente), *é uma continuação da política por outros meios, mas que, ainda que ambos sejam instrumentalizações da violência para fins políticos, existem particularidades que enquadram os dois fenômenos em conceitos distintos e não equalizados, de forma que mesmo diante da historicidade da guerra preconizada por Clausewitz não é possível equalizar os fenômenos, sobretudo, no momento atual pós 11 de setembro.*

REFERÊNCIAS

- AL-QAEDA. **Declaration Of Jihad Against Americans**. 1996. Disponível em: <www.gilderlehrman.org/sites/default/files/inlinepdfs/Declaration%20of%20Jihad%20abridged.pdf>.
- AN ANARCHIST'S confession. The New York Times. New York, abril 1892
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**, Brasília, São Paulo: IPRI, UNB, Imprensa Oficial, 2002.
- ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**: a era europeia. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- ATENTADOS em Paris. Discurso do Presidente da França, François Hollande, 2015. Disponível em: < <https://recife.consulfrance.org/Atentados-em-Paris-Discurso-do-Presidente-da-Franca-Francois-Hollande>>.
- BASSFORD, Christopher. Clausewitz and his works. In _____ BASSFORD, C. **Clausewitz in English**: The Reception of Clausewitz in Britain and America. New York: Oxford University Press, 1994.
- BASSFORD, Christopher. **Clausewitz's Categories of War and the Supersession of "Absolute War"**. S.l: Clausewitz.com, 2017.
- BASSFORD, Christopher; MORAN, Daniel; PEDLOW, Gregory W.. **On Waterloo**: Clausewitz, Wellington, and the Campaign of 1815. S.l: Clausewitz.com, 2010. Disponível em: <www.clausewitz.com/readings/1815/TOC.htm>.
- BELLINGER, Vanya Eftimova. **Marie von Clausewitz**: The Woman Behind the Making of On War. New York: Oxford University Press, 2016.
- BELLINGER, Vanya Eftimova. Book Collection List. In: Burger Clausewitz-Jahrbuch, Burg: Forschungsgemeinschaft Clausewitz e.V., 2018.
- BIANCHI, Álvaro. Prefácio: **Clausewitz**: Guerra, Política e Revolução. In: PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. Clausewitz e a Política. Ijuí: Unijuí, 2014. p. 9-18.
- BIELER, Andreas; MORTON, Adam David. Axis of Evil or Access to Diesel? **Historical Materialism**, [s.l.], v. 23, n. 2, p.94-130, 10 jun. 2015. Brill. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1163/1569206x-12341412>>.
- BLUCHE, Frédéric; RIALS, Stéphane; TULARD, Jean. **Revolução Francesa**. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- CHALIAND, Gérard; BLIN, Arnaud. **The History of Terrorism**: from antiquity to Al Qaeda. Los Angeles: University of California Press, 2007.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2007
- CLAUSEWITZ, Carl von. On War. Tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1989.

CLAUSEWITZ, Carl von. **The Campaign of 1812 in Russia**. London: John Murray Publishers, 1843

CLAUSEWITZ, Carl von. **Vom Kriege**. Berlin: Ullstein-Verlag, 2010

COHEN, Adam. **Following The Money**. *Time*, 8 Outubro 2001, p. 56-58.

CORMIER, Youri. **Hegel and Clausewitz**: Convergence on Method, Divergence on Ethics, In: *The International History Review*, 2014, n.o 36, vol. 3, p. 419-442

CORMIER, Youri. **War as Paradox**: Clausewitz and Hegel on fighting doctrines and ethics. Montreal and Kingston: McGill-Queens University Press, 2016.

CORN, Tony. **Clausewitz in Wonderland**. Hoover: Policy Review, 2006.

CREVELD, Martin van. **The Transformation of War**. New York: Free Press, 1991.

DAASE, C.; SCHINDLER, S. **Clausewitz, Guerillakrieg und Terrorismus** . Zur Aktualität einer missverstandenen Kriegstheorie. *Politische Vierteljahresschrift*, v. 50, n. 4, p. 701–731, 2009.

DAASE, Christopher. Clausewitz and Small Wars. In _____STRACHAN, Hew. **Clausewitz in the twenty-first century**. New York: Oxford Univesity Press Inc., 2007

DAASE, Christopher. **Terrorismus** - Begriffe, Theorien und Gegenstrategien, in: *Friedens-Warte. Journal of international Peace and Organization*, Vol. 76 No. 1 (Juli), 55-79, 2001.

DAASE, Christopher; Davis, James W. **Clausewitz on Small War**. New York: Oxford Univesity Press, 2015.

ECHEVARRIA II, Antulio J. **Clausewitz and Contemporary War**, Oxford: Oxford University, 2007a.

ECHEVARRIA II, Antulio J. Clausewitz and the Nature of the War on Terror. In: STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHE, Andreas. **Clausewitz in the twenty-first century**, Oxford: Oxford University, 2007b.

FUKUYAMA, Francis. The end of history?. *The National Interest*, 1989.

FUKUYAMA, Francis. **Their target**: the modern world, In: *Newsweek*, December, 2001.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. 2005. 329 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “santiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (unesp), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (puc-sp) e Universidade Estadual de Campinas (unicamp), São Paulo, 2005.

GILPIN, Robert. **War is Too Important to Be Left to Ideological Amateurs**, IN: *International Relations*, 19 (1), 5-18, 2005

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

GRAY, Colin S. War, peace and international relations: an introduction to strategic history. New York: Routledge, 2007.

GROVES, Bryan. Bush, Clausewitz, and Grand Strategic Imperatives: Keeping Political Ends Primary. Praga: CEJISS, 2009.

HADDOCK, E. K. On Words: Clausewitz, Bin Laden, and Public Support, Washington D. C., National Defense University. Naval War College, 2002.

HALLIDAY, Fred. Two hours that shook the world - September 11, 2001: cause and consequences. Saqi Books: London, 2002.

HALLIDAY, Fred: **Two hours that shook the world**, September 11, 2001: cause and consequences, London: Saqi Books, 2002, p. 9-85, 213-216.

HOFFMAN, B. **Inside Terrorism**. Nova York: Columbia University Press, 2006.

HONIG, Jan Willem. Clausewitz's On War: Problems of Text and Translation In: **Clausewitz in the twenty-first century**, Oxford: Oxford University, 2007, p. 57-74.

HOWARD, Michael. War in European History. London: Oxford University Press, 1976.

HOWARD, Michael. **What's in a Name?** How to Fight Terrorism. In: Foreign Affairs, volume 81, n.o 2, January/February 2002, p. 8-13.

HOWARD, Michael. Clausewitz. Oxford: Oxford University, 1983.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. The age of muslim wars, In: Newsweek, 2001.

JOGERST, J. D. **Que tipo de guerra?** Perspectivas estratégicas na guerra contra o terrorismo, In: Air and Space Power Journal em português, 2005.

KALDOR, M. **Inconclusive wars**: is Clausewitz still relevant in these global times? In: Global Policy, vol.1, n.o 3, 2010, p. 271-279.

KALDOR, M. **New and Old Wars**. California: Stanford University Press, 1999

KANT, Immanuel. **Critique of Pure Reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

KEEN, David. Incentives and Disincentives for Violence, In BERDAL, Mats; MALONE, David M. **Greed and Grievance**: Economic Agendas in Civil Wars. Boulder: Lynne Rienner, p. 19-4, 2000.

KLEYSER, Ulrich C. Der „Deutsch Krieg“ 1866. 150 Jahre Königgrätz und Langensalza – eine historische Einordnung. In: Clausewitz-Gesellschaft e.V. Jahrbuch 2016. Clausewitz-Gesellschaft e.V.: Hamburg, 2017.

KROPOTKIN, P. **The state, its historic role**. London: Freedom Press, 1977.

LAQUEUR, Walter. **A History of Terrorism**. Nova Iorque: Little Brown, 2001.

LAQUEUR, Walter. **O Novo Terrorismo**: Fanatismo e os Braços de Destruição em Massa. Londres: Phoenix, 1999.

LEAGUE OF NATIONS, Convention for the Prevention and Punishment of Terrorism. C.546.M.383.1937.V, 1937. Disponível em: <http://legal.un.org/avl/pdf/ls/RM/LoN_Convention_on_Terrorism.pdf>.

LEITE, Lucas Amaral Batista. **A Construção do Inimigo nos discursos presidenciais norte-americanos do pós-Guerra Fria**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

LIDDELL HART, B. H. **Strategy**. New York: Meridian, 1997.

LINHARES, Maria Yedda. Oriente Médio e o Mundo dos Árabes. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LUDENDORFF, Erich. **Der totale Krieg**. München: Ludendorffs Verlag, 1935.

LUTZ, James M.; LUTZ, Brenda J. **Global Terrorism**. London: Routledge, 2005.

LUTZ, James; LUTZ, Brenda. **Terrorism**: the basics. London: Routledge, 2011.

LUTZ, Karl-heinz; RINK, Martin; VON SALISCH, Marcus (Ed.). **Reform-Reorganisation-Transformation**: Zum Wandel in deutschen Streikkräften von den preußischen Heeresreformen bis zur Transformation der Bundeswehr. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag GmbH, 2010.

MAGNOLI, Demétrio. História das guerras. São Paulo: Contexto, 2006.

MAITRON, Jean. Émile Henry, o benjamim da anarquia. São Paulo: verve, 2005.

MANDELA, Nelson. Long Walk to Freedom: the autobiography of Nelson Mandela. Boston, New York, London: Little, Brown and Company, 1995. Disponível em: <<https://zelalemkibret.files.wordpress.com/2012/01/the-autobiography-of-nelson-mandela.pdf>>.

MANDELA, Nelson. **I am prepared to die**. Statement from the dock at the opening of the defence case in the Rivonia Trial. South Africa, 1964. Disponível em: <http://db.nelsonmandela.org/speeches/pub_view.asp?pg=item&ItemID=NMS010&txstr=prepared%20to%20die>.

MARSHALL, Monty. Systems at Risk: Violence, Diffusion, and Disintegration in the Middle East, In David Carment and Patrick James (eds), **Wars in the Midst of Peace**: The International Politics of Ethnic Conflict. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 82–115, p. 1997.

MARTINS, Raúl François Carneiro. Acerca de “Terrorismo” e de “Terrorismos”. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2010.

MEILINGER, Philip S. **Busting the Icon**: Restoring Balance to the Influence of Clausewitz. *Strategic Studies Quarterly*, 2007.

METZ, Steven. **A Wake for Clausewitz**: Toward a Philosophy of 21st-Century Warfare. Carlisle: Parameters, 1995.

MONTEIRO, Fabrício Pinto. O anarquista terrorista na imprensa escrito no século XIX. Belo Horizonte: Temporalidades, 2009.

MÜNKLER, Herfried. **Viejas y Nuevas Guerras**. Madrid: Goethe-institut Inter Naciones, 2005.

NEWMAN, Edward. **The 'New Wars' Debate**: A Historical Perspective Is Needed. *Security Dialogue*, 2004, 179-85.

O'KANE, Rosemary H. T. *Terrorism*. New York: Pearson Longman, 2007.

PAOLI, Dino de. Lazare Carnot's grand strategy for political victory. *Leesburg: Executive Intelligence Review*, 1996.

PARET, Peter. **Clausewitz**: A Bibliographical Survey. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

PARET, Peter. A Gênese de Da Guerra In: _____ CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2007

PARET, Peter. **Clausewitz and the State**: the man, his theories, and his times. Princeton: Princeton University Press, 1985.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **Clausewitz e a Política**, uma leitura da obra "Da Guerra", Ijuí: Unijuí, 2014

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. **O Império da lei ou a 'lei' do império?** Guerra versus legalidade na nova ordem mundial. *Prisma Jurídico*, n. 2, p.85-104, 2003.

PAULA, André Mendes Pereira de. **Terrorismo**: a contemporaneidade da trindade clausewitziana. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p.185-196, jun. 2015.

PAULA, Guilherme Tadeu de. **Terrorismo**: um conceito político. Dissertação de Mestrado. Guarulhos, 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Bush II: A ascensão neoconservadora ou o novo declínio? *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v.5, n.2,jul-dez.2005

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o Século XXI**. Ed. Campus Elsevier: Rio de Janeiro, 2013.

POWELL, Colin. Persico, Joseph. **My American Journey**. Nova York: Random House, 1995, p. 207.

POWELL, Jonathan. *Talking to Terrorists: How to End Armed Conflicts*. London: The Bodley Head. 2015.

RAPOPORT, D. C. The Four Waves of Rebel Terror and September 11. **Anthropoetics**, v. 8, n. 1, 2002.

RAPPORT, Michael. **The French Revolution and Early European Revolutionary Terrorism**. In: Law, R. D. (ed.) *The Routledge History of Terrorism*. Series: Routledge histories. Abingdon, New York: Routledge, 2014.

RICHARDS, Anthony. Conceptualizing terrorism. Oxford University Press: Oxford, 2015.

ROBESPIERRE, Maximilien de. Œuvres de Robespierre. Paris: F. Cournol, 1866.

ROOSEVELT, Theodore. To the Senate and House of Representatives. Washington, 1901. Disponível em: < <http://www.gutenberg.org/files/13891/13891.txt> >.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **11 de Setembro**: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.23, n.53, p 9-26, mar.2015.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Fertilidade heurística da abordagem vitimológica para a análise do terrorismo. In: SILVA, C. T. da.; ZHEBIT, A. Neoterrorismo: Reflexões e Glossário. Rio de Janeiro, p. 153-170, Gramma, 2009.

SCHMID, Alex P. Die Dialektik von Angriff und Verteidigung. Deutschland: VS Verlag, 2011.

SCHMID, Alex P. Frameworks for conceptualizing terrorism. Terrorism and Political Violence, Los Angeles, vol. 16, n 2, 2004.

SCHMID, Alex P; JONGMAN, Albert J. et al. Political terrorism: a new guide to actors, authors, concepts, data bases, theories and literature. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 1988. p. 5-6.

SCHUURMAN, Bart. **Clausewitz and the 'New Wars' Scholars**. Carlisle: Parameters, 2010.

SCHUURMAN, Bart; EIJKMAN, Quirine. **Moving Terrorism Research Forward: The Crucial Role of Primary Sources**. Netherlands: Icct Background Note, 2013.

SNOW, Donald M. **Distant Thunder**: Patterns of Conflict in the Developing World. 2nd edn. London: M. E. Sharpe, 1997.

SOUCHON, Lennart. **Romantik, Deutscher Idealismus, Hegel und Clausewitz**. Hamburg: Führungsakademie der Bundeswehr, 2007.

STOKER, Donald. **Clausewitz**: his life and work. New York: Oxford University Press, 2014.

STRACHAN, Hew. **Sobre a guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

STRACHAN, Hew. **The Changing Character of War**. Geneva: The Graduate Institute Of International Relations, 2006.

SUMMERS, Harry G. **On Strategy**: A Critical Analysis of the Vietnam War. Novato: Presidio Press, 1982.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. **War and Anti-War**: Survival at the Dawn of the 21st Century. London: Little & Brown, 1994.

TREISMAN, Daniel. Clausewitz in Afghanistan. Los Angeles: Univesity of California. 2002.

UNITED NATIONS. General Assembly, A/57/37, 2002. Disponível em: <[www.undocs.org/A/57/37\(SUPP\)](http://www.undocs.org/A/57/37(SUPP))>.

UNITED NATIONS. General Assembly, Security Council, A/57/273-S/2002/875, 2002. Disponível em: <<https://undocs.org/A/57/273>>.

UNITED NATIONS. Security Council, S/RES/1368, 2001. Disponível em: <www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1368%20%282001%29>.

UNITED NATIONS. Security Council, S/RES/1566, 2004. Disponível em: <www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1566%20%282004%29>.

USA. Central Intelligence Agency (Comp.). **How do we define terrorism?** 2007. Disponível em: <<https://www.cia.gov/news-information/cia-the-war-on-terrorism/terrorism-faqs.html?tab=list-3>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

USA. Quadrennial Defense Review Report. Washington: Department of Defense, 2001. Disponível em: <<https://archive.defense.gov/pubs/qdr2001.pdf>>.

USA. Selected Speeches of President George W. Bush. Washington: White House Archives, 2011. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

USA. U.S. Department of Justice, Federal Bureau of Investigation. **Terrorism in the United States: Counterterrorism Threat Assessment and Warning Unit National Security Division**, 1998.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa**, 1789-1799. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

WALDMAN, Thomas. **War, Clausewitz and the Trinity**. Warwik: University of Warwick, 2009.

WALKER, R. B. J.. Guerra, Terror, Julgamento. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p.297-332, jul. 2003.

ANEXO A – Lista da coleção de livros da biblioteca de Carl e Marie

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
1		Bibel	Halle, 1799	Bible	
2	Ludwig-Friedrich von Ciriacy	Versuch einer militairischen Beschreibung des Osmannischen Reichs in besonderer Darstellung seines Kriegswesens, und der topographisch-militairischen Beschaffenheit seiner europäischen Provinzen	Reiman, 1824	An Attempt for Military Description of the Ottoman Empire with a Special Depiction of Its Warfare, and Topographical-Military Character of Its European Provinces	
3	Thomas Gray, William Mason	The Poems and Letters of Thomas Gray, with Memoirs of His Life and Writings	London, 1820		
4	Georg Friedrich von Valentini	Versuch einer Geschichte des Feldzugs von 1809 an der Donau	Berlin, 1812	Essay on the History of the 1809 Campaign on the Danube	
5	Paul Erman	Umriss des von Herrn Professor Oersted entdeckten elektro-chemischen Magnetismus	Berlin, 1821	Outlines of the Electro-Chemical Magnetism Discovered by Professor Oersted	
6--7	Peter Wilhelm Heinrich Hossbach	Phillipp Jacob Spencer und seine Zeit: Eine kirchhistorische Darstellung	Berlin, 1828	Phillipp Javoc Spencer and His Time: A Church-Historical Study	Two Volumes
8	Joseph Goerres	Altdeutsches Volk und Meisterlieder	Frankfurt, 1817	Old German Folksongs	
9	Georg Friedrich von Valentini	Abhandlung ueber den kleinen Krieg und ueber den Gebrauch der leichten Truppen mit Ruecksich auf den franzoesischen Krieg	Berlin, 1810	Treatise On Small War and On the Use of Light Troop With Regard to the War With France	
10	F.W.Netto	Das Aufnehmen zu Pferde, oder die Kunst nach Lehmanns Methode mit dem Messtische vom Pferde aus Gegenden militaerisch oder Fortse oekonomisch aufzunehmen	Berlin, 1826	The Art of Breeding Horses	
11	Johann Caspar Lavater	Handbibel fuer Leidenden	Basel, 1825	Hand Bible for the Suffering	Link to the 1788 edition
12		Anleitung zu Geschuetzkampf	1825	Manual for Artillery Exchanges	
13--14	Jean Paul	Levana: oder Erziehungslehre	Braunschweig, 1807	Levana: Or On the Art of Education	Two Volumes
15--16	Friedrich Schiller	Gedichte	Kreuznach, 1804	Poetry	Two Volumes
17	Wilhelm von Humboldt	Aesthetische Versuche ueber Goethe's Hermann und Dorothea	1799	On Goethe's Herman and Dorothea	Link to the 1861 edition
18	Freidrich Schleiermacher	Ueber die Religion: Reden an die Gebildeten unter ihren Veraechern	Berlin, 1806	On Religion: Speeches to its Cultured Despisers	Link to the 1821 edition
19	Theodor Anton Heinrich Schmalz	Das deutsche Staatsrecht: Ein Handbuch zum Gebrauche akademischer Vorlesungen	Berlin, 1825	German State Law: A Textbook for Higher Education	

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
20	S.F.Lacroix	Traité élémentaire de calcul différentiel et de calcul intégral	Paris, 1802	Textbook on Differential and Integral Calculus	
21	K.J.Perleb	Lehrbuch der Naturgeschichte des Pflanzenreichs	Freiburg in Bresigau, 1826	Textbook on Natural History of the Plants	
22	F.A.Netto	Anweisung zur orthographischen Horizontal-Projection	Berlin, 1822	Manual for Horizontal Orthographic Projection	
23	Madame la Marquise de Lambert	Oeuvres de Madame la Marquise de Lambert	Champagne, 1764	The Writings of Marchioness de Lambert	
24	Jean Antoine Claude Chaptal Compte de Chanteloup	Ueber die keunstliche Erzeugungund Laeuterung des Salpepers und die zweckmaessige Art Schiesspulver zu verfestigen	1805	About the Artificial Production and Purification of Saltpeter and the Convineint Way of Solidifying Gunpowder	
25	Johann von Ewald	Anhandlung von dem Dienst der leichten Truppen	Schleswig, 1796	Treatise on the Application of Light Troops	
26	F.G.Buesch	Theoretisch-praktische Darstellung der Handlung in ihren mannigfaltigen Geschaeften	Hamburg, 1799	Theoretical-Practical Exploration of Commerce in Its Various Forms	
27	Rahel von Varnhagen	Ein Buch des Abndenkens fuer ihre Freunde	Berlin, 1833	A Memorial Book for Her Friends	Bought by Marie
28	Joseph Koenig (C.F. von Rumohr)	Geist der Kochkunst	Stuttgart und Tuebingen, 1822	The Essence of Cookery	Link to the 1833 edition
29	Adrien Marie Legendre	Éléments de géométrie	Paris, 1806	Geometry Textbook	Link to the 1817 edition
30--33	Johann Gottfried Hoyer	Geschichte der Kriegkunst	Goettingen, 1799	History of War	Four Volumes
34	Rouse	Nouveau dictionnaire française-allemand et allemand-française	Halle, 1767	New French-German and German-French Dictionary	
35	J.F.Benzeneberg	Ueber Preussens Geldhaushalt und neues Steuersystem	Leipzig, 1820	On Prussia's Budget and the New Tax System	
36	Ludwig Huenersdorf	Anleitung zu der natuerlichsten und leichtesten Art, Pferde abzurichten	1800	Manual for the Most Natural and Easy Way to Train Horses	
37	Ernst Friedrich Glocker	Grundriss der Mineralogie, mit Einschluss der Geognosie und Pertefachtenkund	Leipzig, 1821	Summery on Mineralogy, Including Geology and Fossil Science	Link to the 1839 edition
38	S.F.Lacroix	Traité élémentaire de trigonométrie rectiligne et sphérique	Paris, 1803	Textbook on Rectilinear and Spherical Trigonometry	
39	Carl Friedrich von Lindenau	Ueber die hoehere preussische Taktik, deren Mangel und zeitherige Unzweckmaessigkeit	Leipzig, 1790	About Prussia's Higher Tactics (Strategy), Their Shortcomings and Current Impracticality	The original is in two volumes, the second is missing

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
40--41	F.A.von Retzow	<u>Charakteristik der wichtigsten Ereignisse des siebenjaehrigen Krieges</u>	Berlin, 1804	Description of the Most Important Events In the Seven Years' War	Two Volumes
42	Paul Thiebault	<u>Manuel des adjudans-généraux et des adjoints employés dans les états-majors-divisionnaires des armées</u>	Paris, 1800	Manual for Aide-de-Camps and Adjutants Employed at Divisional Staffs of the Army	
43	Sébastien Le Prestre de Vauban	<u>Oeuvres Militaires Du Maréchal Vauban: Traité Des Mines, Volume 3</u>	Paris, 1794	Military Works Of Marshall Vauban: Treaty On Mines, Volume Three	
44	Raimondo Montecuculi	<u>Memoires de Montecuculi generalissime des troupes de l'empereur</u>	Paris, 1760	Memoirs of Generalissimo Montecuculi	
45-46	Ludwig Gotthard Kosegarten	<u>Britisches Odeon. Denkwuerdigkeiten aus dem Leben und Schriften der neuesten Britischen Dichter</u>	Berlin, 1800	British Odeon. Stories about the Lives and Writings of Modern British Poets	Two Volumes
47-48	Christoph von Schaper	<u>Vie militaire du maréchal Prince Ferdinand duc de Brunswick</u>	Magdeburg, 1786	The Military Life of Prince Ferdinand, Duke of Brunswick	Two Volumes
49		<u>Leitfaden zum Unterricht in der Artillerie fuer die Koeniglich Preussischen Brigade-Schulen dieser Waffen</u>	Berlin, 1829	Guide to Artillery Classes for the Royal Prussian Brigade Schools	
50	Carl Andreas von Boguslawski	<u>Diokles: Eine Legende in Vier Gesangen</u>	Berlin, 1817	Diocles: A Legend in Four Songs	
51	John Cowmeadow	<u>An English Miscellany. An Entertaining, Improving and Instructing Miscellany: In Prose and Verse, for the Instruction of Those, Who Learn the English Language, Compiled from the Best English Autors</u>	Berlin, 1788		
52	K.A.Weinhold	<u>Dresden und seine Schicksale im Jahre 1813</u>	Dresden, 1814	Dresden and Its Fate in 1813	
53		<u>mistake in the original -- there is no Nr.53</u>			
54	Ernst Moritz Arndt	<u>Das Wort von 1814 und das Wort von 1815 ueber die Franzosen</u>	1815	The Word in 1814 and The Word in 1815 on the French	
55	Karl Wilhelm Dassdorf	<u>Beschreibung der vorzueglichsten Maerkwuerdigkeiten der Churfuerstlichen Residenzstadt Dresden</u>	Dresden, 1782	Description of the Most Outstanding Sights in the Electoral Residence City of Dresden	
56	Friedrich Meinert	<u>Anfangsgruende der Feldmesskunst</u>	Halle, 1794	Introduction to Land Surveying	
57		<u>Lehrbuch der Arithmetik</u>	Berlin, 1797	Textbook on Arithmetic	
58	S.F.Lacroix	<u>Elémens d'algèbre, a l'usage de l'École centrale des Quatre-Nations</u>	Paris, 1800	Texbook on Algebra	
59--60	Baron d'Espagnac	<u>Histoire de Maurice, comte de Saxe</u>	Leipzig, 1774	The Life of Maurice de Saxe	Two Volumes

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
61-63	Germaine de Stael-Holstein	<u>De L'Allemagne</u>	Paris et Berlin, 1813	On Germany	Three Volumes
64	Johann Huebner	<u>Poetisches Handbuch</u>	Leipzig, 1712	Poetry Guidebook	
65--67	Paul-Gédéon Joly de Maizeroy	<u>Theoretisch-praktische Einleitung in die Taktik: durch historische Beispiele erläutert</u>	Strasburg, 1771	<u>A system of tactics: practical, theoretical, and historical examples</u>	Three Volumes
68	Christian Gottfried Stein	<u>Die neue Europaeische Geographie</u>	Berlin, 1817	New European Geography	
69	C.M. von Servais	<u>Die Kunst Briefe zu wechseln</u>	Frankfurt, 1805	The Art of Writing Letters	
70	Georg-August von Breitenbach	<u>Älteste Geschichte und Erdbeschreibung des jetzigen Tauriens und Cauciens bisher Crim und Cuban genannt</u>	Berlin, 1785	The Old History and Geography of Crimea	
71	Carl von Plotho	<u>Die Kosaken, oder Geschichte derselben von ihrem Ursprunge bis auf die Gegenwart</u>	Berlin, 1811	The Cossacs and Their History, from the Beginning to the Modern Era	
72	Francesco Morelli	<u>Saggio di poesie del conte D. Francesco Morelli</u>	Crisopoli, 1794	The Poetic Wisdom of Francesco Morelli	
73--74		<u>Congrès de Vienne: recueil de pièces officielles</u>	Paris, 1816	Official Record of the Congress of Vienna	Two Volumes
75	Johann Friedrich Benzenberg	<u>Das Höhenmessen mit der Quecksilber-Waage für Paris, Rheinländer und Londoner Linien</u>	Duesseldorf, 1831	Measuring Height with Mercury Scales	Link to the 1804 edition
76	S.F.Lacroix	<u>Elémens de géométrie à l'usage de l'école centrale</u>	Paris, 1806	Texbook on Geometry	
77	F.W. von Gaudi	<u>Versuch einer Anweisung für Officiers von der Infanterie</u>	1767	A Guidebook for Infantry Officers	
78	Guillaume-Henri Dufour	<u>Handbuch fuer die praktischen Arbeiten im Felde zum Gebrauch fuer die Officiere aller Waffen</u>	Berlin, 1825	Field Manual For Officers of All Arms	Link to 1815 edition, two copies
79--80	Gerhard von Scharnhorst	<u>Militärisches Taschenbuch zum Gebrauch im Felde</u>	1794	Military Pocket Book for the Field	
81	L. B. Francœur	<u>Traite de Mecanique Elementaire</u>	Paris, 1804	Texbook on Mechanics	
82	F. W.Benicken	<u>Die Elemente der Militär- Geographie von Europa. Ein Versuch Zur Erleichterung des Selbststudiums und des ersten Unterrichts in den Kriegsschulen</u>	Weimar, 1821	European Military Geography. A Guidebook for Private Study or Introduction at Military Schools	
83	Heinrich Wilhelm von Stamford	<u>Entwurf einer Anweisung den Kavalleristen in Friedenszeiten den ganzen Felddienst zu lehren</u>	Berlin, 1794	Instruction for Cavalry Officers How to Train in Times of Peace	

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
84--85	Heinrich F. Rumpf	<u>Allgemeine Literatur der Kriegswissenschaften</u>	Berlin, 1824	Textbook on Military Science	Two Volumes
86--87	Carl Friedrich von Lindenau	<u>Ueber die hoehere preussische Taktik, deren Mangel und zeitherige Unzweckmaessigkeit</u>	Berlin, 1790	About Prussia's Higher Taktics (Strategy), Their Shortcomings and Current Impracticality	Two Volumes. Second copy, see Nr.39
88--89	Johann Karl Plümicke	<u>Handbuch für die Königlich Preußischen Artillerie-Offiziere</u>	Berlin, 1820	Field Manual for Royal Prussian Artillery Officers	Two Volumes
90--95	Karl von Plotho	<u>Der Krieg in Deutschland und Frankreich in den Jahren 1813 und 1814 und Der Krieg des verbündeten Europa gegen Frankreich im Jahre 1815</u>	Berlin, 1817-1818	The War in Germany and France in 1813 and 1814 and the Allied Campaign Against France in 1815	Six Volumes
96--98	Friedrich Schoell	<u>Archives historiques et politiques, ou recueil de pièces officielles mémoires et morceaux historiques, inédites ou peu connus, relatifs l'histoire des 18. et 19. siècles</u>	Paris, 1818	Historical and Political Archives, Collection of Official Documents, Historical Memories and Papers, Unpublished or Little Known on the History of the 18th and 19th Centuries	Three Volumes
99--106	Jean Edmond Tournachon de Montvéran	<u>Histoire critique et raisonnée de la situation de l'Angleterre au 1er janvier 1816</u>	Paris, 1819-1822	Critical and Reasoned History of England to 1 January 1816	Eight Volumes
107--108	George v. Chambray	<u>Napoleons Feldzug in Rußland 1812</u>	Berlin, 1824	Napoleon's Campaign in Russia in 1812 (Translation from French)	Two Volumes
109	Joseph Harris	<u>The description and use of the globes, and the orrery to which is prefix'd, by way of introduction, a brief account of the solar system</u>	London, 1768		
110	James Ferguson	<u>An easy introduction to astronomy, for young gentlemen and ladies: describing the figure, motions, and dimensions of the earth.</u>	London, 1772		
111	Sebastien Le Prestre de Vauban	<u>Dictionarium universale Latino-Gallicum</u>	Paris, 1786	Universal Dictionary Latin-French	
112		<u>Abhandlung von der Wertheidigung der Festungen</u>	Berlin, 1770	A Manual of Siegecraft and Fortification	

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
113		<u>Versuch eines zweckmäßigen Vorposten - Dienstes bei den deutschen Armeen, nach neuen auf die Erfahrungen des letzten Krieges gebaueten Grundsätzen von einem deutschen Kavallerie-Officier</u>	Leipzig, 1813	A Treatise on the Efficient Use of Outposts in the German Army, Based on the Recent Experience in the Last War, by a German Cavalry Officer	
114	Susanne von Bandemer	<u>Verstreuten Blättern</u>	Coblenz, 1821	Scattered Writings	
115	Karl Ritter	<u>Die Erdkunde im Verhältnis zur Natur und zur Geschichte der Menschen oder allgemeine, vergleichende Geographie, Erster Theil, Erstes Buch, Afrika</u>	Berlin, 1822	Geography as It Relates to Nature and Human History, or General, Comparative Geography. First Part, First Book, Africa	
116-130	Christophe Guillaume de Koch et Frédéric Schoell	<u>Histoire abrégée des traités de paix, entre les puissances de l'Europe, depuis le Paix de Westphalia</u>	Paris, 1817-1818	Abbreviated History of Peace Treaties, Between the Powers of Europe, Since the Peace of Westphalia	Fifteen Volumes
131	Jean Louis De Lolme	<u>Die Verfassung von England dargestellt und mit der republicanischen Form und mit den anderen europäischen Monarchien verglichen</u>	Altona, 1819	The Constitution of England Presented and Compared with the Republican Form and with the Other European Monarchies	
132	Thomas Moore	<u>The Works of Thomas Moore</u>	Leipzig, 1826		
133	Frédéric Mansel Reynolds	<u>The Keepsake for 1830</u>	London, 1829		
134--136	Immanuel Johann Gerhard Scheller	<u>Lateinisch-deutsches und deutsch-lateinisches Handlexicon, Volume 1. Volume 2.</u>	Leipzig, 1796	Latin-German and German-Latin Pocket Dictionary	Two Volumes
137--140	Polybius	<u>Geschichte</u>	Lemgo, 1783	<u>The Histories</u>	Four Volumes
141--156		<u>Allgemeine Real-Encyclopädie für gebildeten Stände (Conversations-Lexicon), 5te Auflage</u>	1819	General Encyclopedia for the Educated Classes, 5th Edition	Fifteen Volumes
157--162	A.F.de Bertrand Moleville	<u>Histoire d'Angleterre, depuis la première invasion des romains jusqu'a la paix 1763. Volume 1. Volume 2. Volume 3. Volume 4. Volume 5. Volume 6.</u>	Paris, 1815	History of England, Since the First Invasion of the Romans to Peace of 1763	Six Volumes

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
163--171	Friedrich Schoell	Recueil De Pieces Officielles Destinees A Detromper Les Francois Sur Les Evenemens Qui Se Sont Passes Depuis Quelques Annees. Volume 1. Volume 2. Volume 3. Volume 4. Volume 5. Volume 6. Volume 7. Volume 8. Volume 9.	Paris, 1816	Collection of Official Documents Intended to Reveal to the French the Recent Events (Collection of Documents on European Politics 1809-1815)	Nine Volumes
172--175	Frédéric Ancillon	Tableau des révolutions du système politique de l'Europe, depuis la fin du quinzième siècle	Berlin, 1802	Overview of the Revolutions within the European Political System, Since the End of the Fifteenth Century	Four Volumes
176	<i>unreadable</i>	Beschreibung	Berlin, 1817	Description	
177--178	Johann Bode	Erläuterung der Sternkunde und der dazu gehörigen Wissenschaften, Berlin 1793. Volume 1. Volume 2.	Berlin, 1793	Explanation of Astronomy and Related Disciplines	Two Volumes
179	W.G. Fearnside	Willem Tombleson's Rhein Ansichten	London, 1832	Willem Tombleson's Drawings of the Rhein Region	Bought by Marie
180	Lord Byron	The Works of Lord Byron, comprising the suppressed poems in one volume.	Paris, 1826		
181--183	S.F.Hermbsstaedt	Elemente der theoretischen und practischen Chemie für Militärpersonen; besonders für Ingenieur- und Artillerie-Officiere	Berlin, 1823	Theoretical and Practical Chemistry for Military Professionals, Especially Engineers and Artillery Officers	Three Volumes
184	Karl Müller	Allgemeine Verdeutschungswörterbuch der Kriegssprache	Leipzig, 1814	General Dictionary of Military Terms in German Language	
185	Johann Gottlieb Fichte	Die Grundzügen des gegenwärtigen Zeitalters	Berlin, 1806	The Characteristics of the Present Age	
186--190	Friedrich Schleiermacher	Predigten	Berlin, 1834-1835	Sermons	Four Volumes. Bought by Marie
191	Adolf Müller	Leben des Erasmus von Rotterdam.	Hamburg, 1828	The Life of Erasmus of Rotterdam	
192	William Shakespeare	Dramatic Works	London, 1824		
193	Abel Boyer	The Royal Dictionary, French and English, and English and French	London, 1814		
194-201		Stunden der Andacht zur Beförderung wahren Christentums	Aarau, 1827	Hours of Devotion for the Promotion of True Christianity	Eight Volumes
202-207	Friedrich Schillers	Sämtliche Werke	Tübingen, 1835	Complete Works	Six Volumes. Bought by Marie
208-214	Johann Wolfgang von Goethe	Neue Schriften	Berlin, 1800	New Works	Seven Volumes

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
215-218	Dominique Joseph Mozin	Dictionnaire Complet Des Langues Française Et Allemande	Stuttgart, 1811-1813	Complete French-German Dictionary	Four Volumes
219-222		Dictionnaire de l'Académie Française	Berlin, 1801	Dictionary of The French Academy	Four Volumes
223-230	Justus Möser	Sämtliche Werke : Osnabrückische Geschichte	Berlin, 1798-1804	Complete Works: History of Osnabrueck	Eight Volumes
231-242	Montesquieu	Oeuvres completes	Paris, 1793	Complete Works	Twelve Volumes
243-246	Jean Paul	Hesperus, oder 45 Hundsposttage. Eine Lebensbeschreibung, Volume 1-4	Berlin, 1798	Hesperus, or Forty-five Dog-post Days. A Biography	Four Volumes
247	Philippe Henri de Grimoard	Ueber den Dienst des Generalstabs der Armee. Ein freier Auszug aus dem französischen Werke. Herausgegeben und mit einigen Zusätzen begleitet von einem deutschen Generalstabsoffiziere	Weimar, 1810	Abridged translation of <i>Traité sur le service de l'état-major général des armées</i> . Paris 1809 (A Treatise on the Service at the General Staff)	
248	Hesiod	Werke und Orfeus der Argonaut, trans.by J.H.Voss	Heidelberg, 1806	Writings and Orpheus The Argonaut	
249	Lord Byron	The Works of Lord Byron, comprising the suppressed poems in one volume.	Paris, 1826		Second copy, see 180
250	Johann Gottlieb Fichte	Die Grundzügen des gegenwärtigen Zeitalters	Berlin, 1806	The Characteristics of the Present Age	Second copy, see 185
251-254	Guillaume Thomas François Raynal	Philosophische und politische Geschichte der europäischen Handlung und Pflanzörter in beyden Indien	Kopenhagen, 1774	A Philosophical and Political History of the Settlements and Trade of the Europeans in the East and West Indies	Seven Volumes
255-259	Christian Jacob Kraus	Staatswirtschaft	Königsberg, 1808-1811	State Economy	Five Volumes
260-261	Novalis	Schriften. Herausgegeben von Friedrich Schlegel und Ludwig Tieck	Berlin, 1802	Writing, Published by Friedrich Schlegel and Ludwig Tieck	Two Volumes
262-265	Homer	Iliad und Odyssee, trans. By J.H.Voss	Hamburg, 1793	Iliad and Odyssey	Four Volumes
266-267	<i>unreadable</i>	Petite Bibliothèque des enfants	Brunswick, 1800	Little Library for Children	Only two volumes marked
268	Johann Ludwig Uhland	Gedichte	Stuttgart, 1833	Poetry	Link to the 1839 edition. Bought by Marie
269	Leopold Freiherr von Zedlitz	Die Staatskräfte der preuß. Monarchie unter Friedrich Wilhelm III	Berlin, 1828	The State Power of the Prussian Monarchy under Friedrich Wilhelm III	Only the first volume
270-271	Joseph von Görres (publisher)	Das Heldenbuch von Iran: aus dem Schah Namen des Firdussi	Berlin, 1820	Ferdowsi's Shahnameh ("Book of Kings")	Two Volumes

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
272-274	Joseph Delort	<u>Histoire de la détention des philosophes et des gens de lettres à la Bastille et à Vincennes: précédée de celle de Fouquet, de Pellisson et de Lauzun, avec tous les documents authentiques et inédits</u>	Paris, 1829	History of the detention of philosophers and people of letters in the Bastille and Vincennes	Three Volumes
275-276	Armand François d'Allonville et Alphonse de Beauchamp	Memoires tires des papiers d'un homme d'etat: sur les acauses secretes qui ont determines la politique des cabinets dans les guerres de la Revolution	Paris, 1828	Memoirs Based on the Stateman's Papers	Two Volumes
277	Antoine de Pas Marquis de Feuquiere	<u>Geheime und sonderbare Kriegs-Nachrichten des Markgrafen von Feuquiere</u>	Leipzig, 1736	Abridged translation of the memoirs of Antoine de Pas de Feuquières	
278-279	C. G. Zimmermann	Grundriß der reinen Mathematik für diejenigen welche diese Wissenschaft zu irgend einem Zweck des bürgerlichen Lebens benutzen wollen, vorzüglich für angehende Artilleristen, Ingenieure und Feldmesser entworfen	Berlin, 1818	Textbook on Mathematics for Artillery Officers, Engineers and Land Surveyors	Two Volumes
280-285	Henry Lloyd, George Friedrich von Tempelhof	<u>Geschichte des Siebenjährigen Krieges in Deutschland zwischen dem Könige von Preußen und der Kaiserin Königin mit ihren Alliierten. übersetzt und herausgegeben von Georg Friedrich von Tempelhof</u>	Berlin, 1794-1801	History of the Seven Years' War	Six Volumes, Tempelhof wrote the last volume
286	Jacques François de Chastenot de Puysegur	<u>Des Herrn Marschalls von Puysegur Grundsätze und Regeln der Kriegskunst. Herausgegeben von seinem Sohne Marechal de Camp</u>	Leipzig, 1753	Principles and Rules of War	
287	Comte Turpin de Crissé	<u>Versuche über die Kriegskunst</u>	Leipzig, 1787	Essays of the Art of War	
288	Lazare Carnot	<u>De la défense des places fortes: ouvrage composé par ordre de Sa Majesté impériale et royale pour l'instruction des élèves du Corps du génie</u>	Paris, 1812	<u>A Treatise on the Defence of Fortified Places: Written Under the Direction and Published by Command of Buonaparte, for the Instruction and Guidance of the Officers of the French Army</u>	
289		Gesetzsammlung für die Königlich-Preußischen Staaten, 1821, 1823, 1824-1829 und 1830		Collection of Prussian Laws from the Years 1821, 1823, 1824-1829 and 1830	

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
290	James Henry Leigh Hunt	<u>Lord Byron and some of his contemporaries, with Recollections of the Author's Life, and of His Visit to Italy</u>	London, 1821		
291	Anonymous	Dates And Distances: Showing What May Be Done In A Tour Of Sixteen Months Through Various Parts Of Europe, As Performed In The Years 1829-30	London, 1831		
292-296	Frederick II	<u>Mémoires sur le règne de Frédéric II, Roi de Prusse</u>	Berlin, 1789	Memoirs of Frederick the Great	Five Volumes
297--301	Claude De L'Isle	Abrégé De L'Histoire Universelle, Volume 1-5	La Hage, 1731	Summary of Universal History	Five Volumes
302-303	Johann Jakob Engel	Ideen zu einer Mimik, Berlin 1804. Volume 1. Volume 2.	Berlin, 1804	Essays on the Meaning of Gestures	Two Volumes
304-306	Johann Michael Hube	Vollständiger und fasslicher Unterricht in der Naturlehre in einer Reihe von Briefen	Leipzig, 1793	Complete and Practical Lectures on Science in the Form of Letters	Two Volumes
307-309	Jean Paul	Siebenkäs: Blumen-, Frucht- und Dornenstücke	Berlin, 1796	<u>Flower, Fruit, and Thorn Pieces: or, the Married Life, Death, and Wedding of Siebenkäs, Poor Man's Lawyer</u>	Three Volumes Link to the 1838 edition
310	Wilhem Heinse	<u>Ardinghello oder die glückseligen Inseln.</u>	Lemgo, 1787	Ardinghello or the Blessed Islands	
311	Martin Luther	<u>Die Weisheit D. Martin Luther</u>	Nürnberg 1817	The Wisdom of Martin Luther (Collection of Writings)	Only the First Volume
312	Theodor von Schmalz	<u>Das europäische Völkerrecht</u>	Berlin, 1817	European Law	
313	Friedrich Albrecht Carl Gren	<u>Grundriss der Naturlehre</u>	Halle, 1793	Basic Science	
314	Jean Paul	<u>Palingenesien</u>	Leipzig, 1798	Palingenesis	
315	Ebert Bode	Anleitung zur allgemeinen Kenntnis der Erdkugel	Berlin, 1786	Introduction to General Knowledge of the the Earth	
316	Alexander von Humboldt	<u>Geognostischer Versuch über die Lagerung der Gebirgsarten in beiden Erdhälften</u>	Strassburg, 1823	<u>A Geognostical Essay on the Superposition of Rocks in Both Hemispheres</u>	
317	Johann Ludwig Urbain Blesson	Feldbefestigungskunst für alle Waffen	Berlin, 1823	The Art of Fortification for All Types of Arms	
318-352	Johann Gottfried von Herder	Sämtliche Werke	Stuttgart und Tübingen, 1803-1810	Complete Works	Thirty-Five Volumes
353-354	Ippolito Pindemonte	Odissea di Omero	Verona, 1822	Odyssey's Translation into Italian	Two Volumes

Number	Author	Title	Year and Place of Publication	English Translation of the Title	Notes
355-356	Johann Gottfried Carl Christian Kiesewetter	Die ersten Anfangsgründe der reinen Mathematik: zum Gebrauch für d. Unterricht	Berlin, 1804	Introduction to Math: A Textbook	Two Volumes
357	Aloys Ludwig Hirt	Die Baukunst nach den Grundsätzen der Alten: Fünfzig Kupfertafeln zu der Baukunst nach den Grundsätzen der Alten	Berlin, 1809	Classical Architecture	
358-361	Jakob Christoph Iselin	Neu-vermehrtes Historisch- und Geographisches Allgemeines Lexicon	Basel, 1827-1728	Historical and Geographical Encyclopedia	Four Volumes
362	Alexander von Humboldt und A.G.Bonpland	Ideen zu einer Geographie der Pflanzen	Tübingen, 1807	Essay on the Geography of Plants	
363	Hermann Mitterer	Anleitung zur bürgerlichen Baukunst und Bauzeichnung	München, 1815	Introduction to Architecture	
364	Hermann Mitterer	Die deutsche Zimmerwerkkunst, als Fortsetzung der bürgerlichen Baukunst und Bauzeichnung		German Art of Carpentry as Continuation of Architecture	
365	Jan Luyken	Histoires les plus remarquables de l'ancien et du nouveau Testament, gravées en cuivre par J. L. et enrichies d'une savante description	Amsterdam, 1732	The most remarkable stories of the Old and New Testament, engraved in copper by Jan Luyken	
366	Frederic De Reden	Tableaux généalogiques et historiques de l'empire britannique, accompagnés de notes critiques et de 4 dissertations historiques critiques	Hanovre 1830	Genealogical and Historical Chronicles of the British Empire, Accompanied by Critical Notes and 4 Critical Historical Essays	
367-368	August Wilhelm von Schlegel	Über dramatische Kunst und Literatur, Vorlesungen	Heidelberg, 1809-1811	Lectures on Dramatic Art and Literature	Two Volumes
369	Alexander Keith	The Evidence of Prophecy	Edinburg 1832		
370	Friedrich Gottschalck	Taschenbuch für Reisende in den Harz	Magdeburg 1806	Guide for Travellers in the Harz Mountains	
371-377	Carl von Clausewitz	Hinterlassene Werke	Berlin, 1832		Seven Volumes. Parts 1-4 and 6-8
378	unreadable			Perhaps Manuscripts	
379		Cronica van der hilliger Stat van Coellen	Cologne, 1499	Chronicle of the City of Cologne	
381	unreadable				

Compiled, Edited, and Translated by Vanya Eftimova Bellinger

Fonte: BELLINGER, Vanya Eftimova. Book Collection List. In: Burger Clausewitz-Jahrbuch, Burg: Forschungsgemeinschaft Clausewitz e.V., 2018.